

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Faculdade da Linguagem e Forma de Vida:
**Sugestão de uma hipótese de conciliação do programa gerativo chomskyano
com uma pragmática de inspiração wittgensteiniana**

Gerson Francisco de Arruda Júnior

Orientador: Prof. Doutor António José Teiga Zilhão

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Filosofia, na especialidade de
Filosofia da Linguagem.

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



***Faculdade da Linguagem e Forma de Vida:
Sugestão de uma hipótese de conciliação do programa gerativo chomskyano
com uma pragmática de inspiração wittgensteiniana***

Gerson Francisco de Arruda Júnior

Orientador: Professor Doutor António José Teiga Zilhão

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Filosofia, na especialidade de Filosofia da Linguagem.

Júri:

Presidente: - Doutor Pedro José Calafate Villa Simões, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais: - Doutor António José Duque da Silva Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor Rui Jorge Sampaio da Silva, Professor Auxiliar do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores;
- Doutor José Pinto de Lima, Professor Associado Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutora Ana Maria Martins, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor António José Teiga Zilhão, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Professor Doutor António José Teiga Zilhão, pela orientação exemplar, pela atenção dedicada a mim, e por todos os momentos que me auxiliou e orientou em questões de diversas naturezas. Suas críticas e observações foram decisivas para a qualidade desta tese.

Agradeço a todos os meus professores na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que, sem causar quaisquer constrangimentos aos meus pensamentos, contribuíram diretamente para o meu percurso académico.

Agradeço aos funcionários dos Serviços Académicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela prontidão nas respostas.

Agradeço aos senhores Gedaías Arruda e Cleyton Teixeira, à época, sócios-gerentes da empresa Transportes Numerbox - TNB, pelos privilégios concedidos a mim durante os 4 anos que fui funcionário desta empresa.

Agradeço aos Professores Degislando Nóbrega e Danilo Vaz-Curado, por sempre atenderem ao pedido de liberação de minhas atividades académicas na Universidade Católica de Pernambuco para viagens a Lisboa, especialmente no período de conclusão da tese.

Agradeço aos amigos Wagner Filho e Valdirene Pereira, por sempre me acolherem em sua residência durante as minhas estadas em Lisboa.

Agradeço, em especial, à minha família. Aos meus pais, Gerson Arruda e Sandra Arruda, por me fazerem enxergar o valor do estudo; aos meus irmãos, Solange Arruda, Gedaías Arruda e Sílvio Arruda, pelos constantes incentivos; e, em particular, à minha esposa, Klívia Arruda, e aos meus dois filhos, Tiago Arruda e Sofia Arruda, por suportarem e compreenderem os vários momentos de ausência durante a preparação desta tese.

Por fim, à *Vida*, por meio da qual falamos.

EPÍGRAFES

“Você diz, então, que o acordo entre os homens decide o que é verdadeiro ou falso?” – Verdadeiro ou falso é o que os homens dizem, e os homens concordam na linguagem. Isso não é um acordo de opiniões, mas de *forma de vida*”.

(Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, § 241).

“it is possible that natural language has only syntax and pragmatics”.

(Chomsky, *Language and nature*, p. 26).

LISTA DE ABREVIATURAS

1. Geral

(A-P) = sistema “articulatório-perceptual”

(C-I) = sistema “conceitual-intencional”

APE = Argumento da Pobreza de Estímulos

DAL = Dispositivo de Aquisição da Linguagem

FL = Faculdade da Linguagem

GU = Gramática Universal

TPA = Teoria Padrão Alargada

TPP = Teoria dos Princípios e Parâmetros

2. Obras de Wittgenstein

AC = Aulas e Conversas sobre Estética, Psicologia e Fé Religiosa

CE = Cause and Effect: Intuitive Awareness

CV = Cultura e Valor

DC = Da Certeza

F = Fichas

GF = Gramática Filosófica

IF - Investigações Filosófica

LA = Livro Azul

LC = Livro Castanho

OC = Anotações sobre as Cores

OF = Observações Filosófica

OFFP = Observações sobre a Filosofia da Psicologia

RFM = Observações sobre os Fundamentos da Matemática

RPP = Observações sobre a Filosofia da Psicologia

RESUMO

A presente tese é desenvolvida em torno do seguinte objetivo: o de tentar encontrar alguma forma de conciliação entre dois programas de investigação acerca da linguagem aparentemente antagônicos: o gerativismo proposto por Chomsky e uma pragmática de inspiração wittgensteiniana. Trata-se, mais em particular, de apresentar uma tentativa de compatibilizar alguns desdobramentos dessas teorias, com vista a proporcionar uma melhor compreensão do fenómeno humano da linguagem. O plano para alcançar este objetivo está delineado em três partes. Inicialmente, caracteriza-se os conceitos fundamentais do programa gerativo chomskyano. Nesta ocasião, expõem-se as ideias basilares da concepção segundo a qual a linguagem deve ser entendida como uma faculdade da mente, devendo, portanto, ser considerada como um produto *natural* da organização mental dos seres humanos. A segunda parte discorre sobre o confronto das posições internalistas assumidas por Chomsky no domínio da semântica com as teorias semânticas externalistas defendidas por uma parte significativa da filosofia analítica contemporânea da linguagem. Neste caso, contrasta-se o tratamento dado aos problemas da referência e do sentido no modelo internalista chomskyano com os principais pressupostos semânticos assumidos pelos filósofos externalistas. Esta parte da tese termina com uma exposição e análise das críticas chomskyanas à semântica externalista, sobretudo as dirigidas ao modo como os externalistas compreendem a relação linguagem-mundo. A terceira parte é dedicada, primeiro, à exposição do pragmatismo de Wittgenstein e, em seguida, à apresentação de uma hipótese de conciliação entre este e o inatismo chomskyano. O interesse desta parte é duplo. Por um lado, o de mostrar que, a partir do conceito de *uso* proposto pela filosofia de Wittgenstein, há um modo externalista de entender a relação entre linguagem e mundo diferente da assumida pela semântica externalista; aqui, conclui-se que, apesar de terem pontos de partida diferentes, a filosofia da linguagem de Wittgenstein e o programa gerativo chomskyano se unem negativamente contra o entendimento da relação linguagem-mundo que predomina em boa parte da filosofia contemporânea da linguagem. Por outro lado, o de mostrar que, inserindo a discussão no âmbito da filosofia da linguística, os modos como Wittgenstein e Chomsky entendem essa relação são perfeitamente compatíveis um com o outro.

Palavras-chave: Internalismo x Externalismo; Chomsky; Wittgenstein; *Forma de Vida*; Inatismo Linguístico.

ABSTRACT

The present thesis is built around the goal of attempting to find some way of reconciling two seemingly opposed research programs on the nature of language: generative syntax as proposed by Chomsky and a Wittgenstein-inspired pragmatics. Looked at more closely, this work aims to present an attempt at construing some developments of these theories as compatible, in order to achieve a better understanding of the human linguistic phenomenon. To that end, my work plan may be outlined as comprised of the following three parts. I initially set out to expose the fundamental concepts of Chomsky's generative program. In that connection, I present the basic ideas found in the conception according to which language ought to be seen as a mental faculty, which, thus, ought to be considered as a natural product of humans' mental organization. In the second part, I go on to discuss the conflict between Chomsky's internalist semantic views and the externalist semantic take favored by a significant number of present-day analytic philosophers of language. In this connection, a contrast is drawn between the way in which the problems of sense and reference are dealt with in the Chomskyan internalist model and the main semantic presuppositions assumed by externalist philosophers. This part of the dissertation ends with an exposition and analysis of Chomsky's criticisms of externalist semantics, most notably those on the way externalists conceive of the language-world relation. The third part is devoted, first, to the exposition of Wittgenstein's pragmatism and, then, to the presentation of an hypothesis aimed at reconciling it with Chomsky's innatism. The significance of this is twofold. On the one hand, I intend to show that, on the basis of the concept of use proposed in Wittgenstein's philosophy, there is an externalist way of understanding the language-world relation that is different from that of externalist semantics; here I conclude that, despite their different starting points, Wittgenstein's philosophy of language and the Chomskyan generative program unite in a negative sense against the understanding of the language-world relation that is prevalent in much of contemporary philosophy of language. On the other hand, I intend to show that, provided the discussion is placed within the context of philosophy of linguistics, Wittgenstein's and Chomsky's understandings of the relation are perfectly compatible with one another.

Keywords: Internalism x Externalism; Chomsky; Wittgenstein; *Form of Life*; Linguistic Innatism.

ÍNDICE

Introdução	09
------------------	----

PARTE I - Caracterização do Inatismo Chomskyano

1. CHOMSKY E O FRACASSO DO BEHAVIORISMO LINGUÍSTICO.....	17
1.1. O behaviorismo skinneriano e o <i>Comportamento Verbal</i>	17
1.1.1. A teoria behaviorista do aprendizado linguístico	25
1.2. As críticas de Chomsky e o fracasso do projeto de Skinner	29
2. O INATISMO LINGUÍSTICO DE CHOMSKY	39
2.1. O paradigma científico subjacente à linguística chomskyana	39
2.2. Língua-I e Língua-E.....	41
2.3. A <i>Faculdade da Linguagem</i> e a natureza da linguagem.....	49
2.4. A <i>Gramática Universal</i> e a <i>Teoria dos Princípios e Parâmetros</i>	52
2.5. O inatismo e o processo de aquisição da linguagem	59
2.5.1. Evidências empíricas a favor da tese inatista sobre o aprendizado linguístico	62
2.6. <i>Competência, Performance</i> e o aspecto criativo do uso da linguagem	68
2.7. O inatismo e as regras da linguagem	73
2.7.1. Das <i>regras</i> gramaticais aos <i>princípios</i> da linguagem	74

PARTE II - O Confronto entre a Semântica Internalista e a Semântica Externalista

3. CHOMSKY E A SEMÂNTICA.....	85
3.1. As componentes da língua-I e da <i>Faculdade da Linguagem</i> e as suas interfaces no processo semântico	85
3.2. As questões da referência e do sentido vistas do ponto de vista inatista.....	93
3.3. Considerações finais	101
4. CARACTERIZAÇÃO DA SEMÂNTICA EXTERNALISTA	103
4.1. Os pressupostos da semântica externalista	103
4.2. Exposição de diferentes teorias semânticas externalistas	104
4.2.1. O externalismo de Putnam.....	105
4.2.1.1. O argumento da Terra Gémea.....	111
4.2.1.2. O Argumento da Divisão do Trabalho Linguístico	117
4.2.2. O externalismo de Kripke	124
4.2.2.1. Kripkenstein.....	131
4.2.3. O essencialismo subjacente ao externalismo semântico de Kripke e Putnam.....	133
5. O EXTERNALISMO DE DAVID LEWIS E DONALD DAVIDSON.....	141
5.1. O externalismo de David Lewis.....	141
5.2. O externalismo de Donald Davidson	143
5.2.1. A teoria davidsoniana do significado e a questão da comunicação	149
5.3. Considerações finais	156
6. INTERNALISMO E EXTERNALISMO: O CONFRONTO	157
6.1. A conexão entre o behaviorismo linguístico e o externalismo semântico.....	157

6.2. As críticas chomskyanas à semântica externalista.....	161
6.2.1. Crítica às ideias que fundamentam a suposta existência de cadeias causais entre os termos e os objetos denominados	161
6.2.2. Críticas à noção externalista de “linguagem pública comum”	168
6.2.3. Críticas à concepção externalista de regras linguísticas	176
6.2.4. Críticas aos fundamentos da teoria semântica proposta por Donald Davidson	185
6.3. Uma alternativa externalista ao externalismo semântico.....	193

PARTE III - O Pragmatismo Wittgensteiniano e a Hipótese de sua Conciliação com o Inatismo Chomskyano

7. CARACTERIZAÇÃO DE UMA PRAGMÁTICA LINGUÍSTICA A PARTIR DE WITTGENSTEIN	196
7.1. O que é a pragmática linguística?	196
7.2. Wittgenstein e o intercâmbio linguístico visto como um jogo	205
7.3. A noção de <i>uso</i> na <i>Spätphilosophie</i> de Wittgenstein.....	218
7.4. Linguagem e ação na <i>praxis</i> humana.....	225
8. O INATISMO DE CHOMSKY E O PRAGMATISMO DE WITTGENSTEIN: UMA HIPÓTESE DE CONCILIAÇÃO.....	235
8.1. A <i>forma de vida</i> como um factor biológico e natural	235
8.2. A forma de vida <i>humana</i>	242
8.3. Chomsky, a <i>Gramática Universal</i> e a questão do “seguir as regras”	245
8.4. A hipótese de conciliação entre Wittgenstein e Chomsky e a negação da existência de qualquer relação entre a linguagem e o mundo	250
8.5. À guisa de uma conclusão: a linguística, a filosofia da linguagem e a filosofia da linguística.....	262
Referências	270

INTRODUÇÃO

Considerados por muitos como dois dos maiores pensadores do século XX, Chomsky e Wittgenstein dedicaram boa parte de suas atividades acadêmicas ao estudo da linguagem. Todavia, ao nos depararmos com a maneira como trataram as questões que envolvem este complexo fenômeno humano, logo percebemos que eles têm pontos de partida completamente diferentes em suas respectivas investigações.

Os trabalhos de Chomsky decorrem no âmbito da linguística, enquanto os de Wittgenstein foram desenvolvidos no âmbito da filosofia da linguagem. Chomsky é, portanto, um cientista, no sentido técnico do termo. Wittgenstein não foi um cientista e nunca se preocupou em fazer ciência neste sentido. A proposta teórica de Chomsky consiste numa teoria inatista da linguagem. Já Wittgenstein (e falamos aqui da segunda fase de seu pensamento) é um dos responsáveis pela chamada ‘reviravolta linguístico-pragmática’ na filosofia contemporânea. O inatismo chomskyano investiga o fenômeno linguístico de uma perspectiva internalista. Por sua vez, a pragmática inspirada em Wittgenstein investiga-o de um ponto de vista externalista.

Dado este quadro comparativo, não é incomum encontrarmos quem defenda a ideia de que há uma total incompatibilidade teórica entre estas duas perspectivas. Por um lado, argumenta-se que a linguística nada tem a ver com a filosofia da linguagem¹. De facto, filosofia da linguagem e linguística desenvolveram-se academicamente como campos de estudo distintos. Desta perspectiva, nada haveria a fazer senão traçar uma nítida linha divisória entre elas. E, portanto, também entre o trabalho teórico de Chomsky e o de Wittgenstein.

¹ Cf., por exemplo, APEL, K.-O. **Transformação da filosofia: o *a priori* da comunidade de comunicação.** Trad. de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2000.

A principal reivindicação para justificar esta separação é a de que, diferentemente da filosofia da linguagem, a linguística sempre quis se caracterizar como uma ciência particular. Neste caso, o que se alega é que, enquanto a linguística lidaria com factos empíricos sobre as línguas humanas particulares, a filosofia da linguagem não se preocuparia com tais factos, mas se ocuparia unicamente em buscar determinadas características universais subjacentes ao fenómeno linguístico (por exemplo, o modo como em geral as palavras significam e a suposta estrutura lógica da referência).

Todavia, na discussão contemporânea, essa maneira histórica de se conceber a relação entre a linguística e a filosofia da linguagem tem sido abandonada. Nesta discussão, a linha divisória que delimitava os campos de investigação da filosofia da linguagem e da linguística já não é muito nítida. Este facto é reconhecido explicitamente pela filosofia da linguística contemporânea², a qual defende o ponto de vista de que o trabalho dos linguistas e o trabalho dos filósofos da linguagem tende a convergir na direção de uma melhor compreensão do fenómeno humano da linguagem.

Por outro lado, encontra-se a disputa internalismo-externalismo. Um dos aspectos desta disputa é a disputa sobre o significado, isto é, a disputa entre internalismo semântico e externalismo semântico. O externalismo semântico se caracteriza por defender o ponto de vista segundo o qual o significado de um termo linguístico é, em sua totalidade ou, pelo menos, em grande medida, constituído por factores externos ao utente da língua. Já o internalismo semântico se caracteriza por defender que os aspectos semânticos essenciais à compreensão da linguagem são todos determinados por estados mentais específicos. O nome de Wittgenstein está associado ao externalismo, enquanto o de Chomsky ao internalismo.

² Cf. PEREGRIN, Jaroslav. Linguistics and philosophy. *In*: KEMPSON, Ruth; FERNANDO, Tim; ASHER, Nicholas. (Eds.). **Philosophy of linguistics**. Oxford: Elsevier B.V, 2012, p. 1 - 31; STAINTON, Robert J. **Philosophy of linguistics**. Oxford: Online Publication, 2014, p. 1 - 17.

Em contraste com esta convicção de incompatibilidade, a presente tese foi desenvolvida com o objetivo de mostrar que há formas de conciliar, pelo menos em parte, o programa de investigação em linguística proposto por Noam Chomsky com uma pragmática de inspiração wittgensteiniana. Ela defende que dessa conciliação resulta uma melhor compreensão do fenómeno humano da linguagem.

A tese é composta por oito capítulos e se divide em três partes principais. Na primeira delas, composta por dois capítulos, encontra-se uma caracterização do inatismo de Chomsky. Seu objetivo primeiro é o de apresentar os conceitos fundamentais do programa gerativo em linguística. Esta caracterização já começa no capítulo 1 e tem como eixo central a exposição das críticas de Chomsky aos pressupostos do behaviorismo linguístico. Considera-se a sua recensão feita à obra *Comportamento Verbal* de Skinner, e defende-se a ideia de que, mais do que limitar-se a constatar a incapacidade das teorias behavioristas da linguagem em darem conta do complexo fenómeno humano da linguagem, esta crítica chomskyana abriu espaço para o surgimento de uma nova ciência da linguagem e do comportamento.

Nomeadamente, o ambiente resultante da recensão feita por Chomsky a *Comportamento Verbal* fez reemergir várias questões relacionadas com o estudo da linguagem humana. As respostas que têm se mostrado mais promissoras a estas novas questões são aquelas que se inserem no âmbito da chamada “revolução cognitivista”. Esta revolução instaurou um novo paradigma no estudo da psicologia. Tal paradigma está fundamentalmente caracterizado pela ideia segundo a qual nenhum comportamento humano – inclusive o linguístico – será correctamente entendido sem se levar em conta a organização e a estrutura mentais dos seres humanos. É exatamente dentro dos limites deste novo quadro científico que Chomsky constrói a sua teoria da linguagem, e concebe a linguagem como uma faculdade da mente, considerando-a como um produto natural da

organização mental dos seres humanos. Todo o capítulo 2 é dedicado à apresentação das ideias basilares desta concepção.

A segunda parte da tese é destinada à exposição do confronto das posições internalistas assumidas por Chomsky no domínio da semântica com as teorias semânticas externalistas defendidas por uma parte significativa da filosofia contemporânea da linguagem. O primeiro dos seus quatro capítulos versa sobre as ideias chomskyanas de semântica. A sua pretensão é tanto a de caracterizar aqueles componentes que, segundo Chomsky, estão envolvidos no processo semântico, como a de tratar das questões da referência e do sentido vistas do ponto de vista inatista.

No capítulo 4 apresenta-se uma abordagem geral dos pressupostos da semântica externalista, seguida da exposição de quatro de suas principais variantes, a saber: a de Hilary Putnam, a de Saul Kripke, a de David Lewis e a de Donald Davidson. O objetivo primeiro desta exposição é o de evidenciar como se dá, em cada um destes pontos de vista, a relação entre linguagem e mundo.

As duas primeiras teorias expostas são as daqueles que talvez sejam os mais expressivos proponentes do externalismo semântico: Hilary Putnam e Saul Kripke. Ambos foram os responsáveis pela introdução do modelo explicativo externalista associado às chamadas “teorias causais do significado”. Na exposição da teoria semântica de Putnam, analisa-se os seus dois principais argumentos (o *Argumento da Terra Gémea* e o *Argumento da Divisão do Trabalho Linguístico*) para mostrar o papel que, do seu ponto de vista, o ambiente e os aspectos sociais desempenham na significação linguística. Na apresentação do externalismo de Kripke, o destaque é dado ao essencialismo que subjaz à sua teoria semântica, bem como à sua *visão comunitarista* que expressa a ideia segundo a qual a semântica de uma língua está estruturada em função de uma comunidade de utentes, cujos conhecimentos linguísticos são socialmente adquiridos.

As outras duas teorias semânticas externalistas são expostas no capítulo 5. Optou-se por expô-las juntas porque ambas apresentam uma caracterização muito semelhante de o que é a linguagem. Grande parte do capítulo é dedicada à teoria davidsoniana do significado e à questão da comunicação. Abordam-se conceitos centrais para a compreensão de sua proposta semântica (nomeadamente, os conceitos de *interpretação radical*, *princípio da caridade*, *triangulação*), e enfatiza-se sua herança behaviorista e a reivindicação de que qualquer significado linguístico depende de uma rede causal que envolve o mundo exterior e os falantes.

A exposição destas teorias semânticas externalistas mostra que, embora sejam diferentes em seus traços superficiais, elas coincidem em seus traços essenciais. Elas se caracterizam por defenderem a ideia segundo a qual os processos de significação só podem ser satisfatoriamente explicados se levarem em conta as relações da linguagem com o mundo externo, e com determinadas práticas sociais das comunidades de falantes de uma dada língua. Com isso, defendem que em nenhum momento do processo semântico, é necessário recorrer essencialmente a qualquer instância mental dos utentes da língua. Ora, isto vai contra os pressupostos admitidos pela semântica inatista e, por isso mesmo, instaura-se um confronto entre a semântica internalista e a semântica externalista.

As teses principais do externalismo semântico serão veementemente criticadas por Chomsky. Tais críticas serão apresentadas no último capítulo da segunda parte da tese. O objetivo deste capítulo é, especificamente, o de contrastar o tratamento dado aos problemas da referência e do sentido no modelo internalista chomskyano com os principais pontos de vista semânticos defendidos pelos filósofos externalistas, sobretudo aqueles que se encontram associados ao modo como eles compreendem a relação entre linguagem e mundo.

Apresentadas as críticas de Chomsky, o capítulo 6 encerra-se com uma das ideias centrais desta tese: a ideia de que há um ponto de vista externalista da linguagem que pode ser considerado uma alternativa externalista ao externalismo semântico porque se caracteriza por não ser referencial, nem comunitarista, nem behaviorista. Trata-se do tipo de externalismo defendido na pragmática wittgensteiniana da linguagem.

A terceira e última parte da tese inicia exatamente com a caracterização da pragmática linguística inspirada nos pressupostos filosóficos assumidos por Wittgenstein. Tal caracterização constitui todo o capítulo 7. O objetivo primeiro deste capítulo é o de mostrar que, a partir do conceito de *uso* proposto pela filosofia de Wittgenstein, há um modo de entender a relação entre linguagem e mundo diferente da proposta pela semântica externalista. O seu foco principal é o de evidenciar os fundamentos normativos da ação humana.

Uma das ideias principais desta concepção é a de que o fundamento da normatividade repousa sobre a nossa *forma de vida*. A explicitação desta noção wittgensteiniana é indispensável para a compreensão da proposta central desta tese. Defende-se aqui que o termo ‘forma de vida’ deve ser entendido num sentido biológico ou natural. A *forma de vida*, comum aos membros da espécie humana, é então aquele “solo rochoso” sobre o qual se fundamentam todas as práticas humanas, em geral, e a do uso linguístico, em particular. Defende-se ainda que é precisamente o apelo para este plano biológico comum aos membros da espécie humana, feito tanto pelo inatismo chomskyano como pelo pragmatismo de Wittgenstein, que possibilita a convergência dessas duas perspectivas numa mesma concepção semântica.

Assim, esta tese tenta mostrar que, apesar de terem pontos de partida substancialmente diferentes, a filosofia de Wittgenstein e o programa gerativo chomskyano para além de se unirem negativamente contra o entendimento da relação entre linguagem e

mundo que predomina em boa parte da filosofia contemporânea da linguagem, também convergem positivamente no modo como entendem essa relação. Por sua vez, esta contenção parece estar alinhada com o diagnóstico efetuado por Jaroslav Peregrin no âmbito da filosofia da linguística contemporânea, de acordo com o qual a velha dicotomia entre filosofia da linguagem e linguística deve ser ultrapassada no âmbito de uma nova ciência da linguagem e da sua filosofia.

Parte I

Caracterização do Inatismo Chomskyano

CAPÍTULO 1

CHOMSKY E O FRACASSO DO BEHAVIORISMO LINGUÍSTICO

1.1. O behaviorismo skinneriano e o *Comportamento Verbal*

Nos anos 50, a linguística tinha como paradigma dominante o behaviorismo psicológico. Este caracterizava-se por fornecer uma explicação essencialmente comportamental dos fenómenos psicológicos e, portanto, também da atividade linguística e de sua aquisição. Porém, com o desenvolvimento das chamadas «ciências cognitivas» este modelo teórico deixou de ser predominante. No novo contexto «cognitivista», o inatismo chomskyano tornou-se a perspectiva mais influente no domínio da linguística.

Historicamente, pode-se dizer que o programa de Chomsky começa precisamente com uma crítica à aplicação dos pressupostos behavioristas na análise do fenómeno da aquisição da linguagem. Esta foi formulada numa recensão de Chomsky à obra *Comportamento Verbal*, de Skinner³. Dada a relevância teórica dessa recensão, o objetivo primeiro deste capítulo é o de traçar os seus principais pontos. Mas, para que eles fiquem mais evidentes, é importante apresentar primeiro uma caracterização geral não só de como a perspectiva skinneriana encara o fenómeno humano da linguagem, como também da teoria da aprendizagem linguística por ele defendida.

O behaviorismo surgiu como uma resposta ao mentalismo de natureza introspectiva e fenomenológica⁴ que, desde Descartes, fortemente influenciava a

³ Cf. SKINNER, B. F. **Verbal behavior**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957. Nesta tese, as páginas citadas desta obra são da seguinte tradução portuguesa: SKINNER, B. F. **O comportamento verbal**. Trad. de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1978.

⁴ As origens, as bases e as heranças filosóficas deste movimento foram amplamente discutidos por vários autores (Cf. ZURIFF, Gerald E. **Behaviorism: a conceptual reconstruction**. New York: Columbia university Press, 1985, 369 p.; RICHELLE, M. N. **B. F. Skinner: a reappraisal**. East Sussex: Erlbaum, 2003.; LOPES, Carlos Eduardo; ABIB, José A. Damásio. O behaviorismo radical como filosofia da mente. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre. v. 16, n. 1, p. 85-94, 2003.; KOLBE, W. B. F. Skinner radical's behaviorism: logical positivism or dialectical materialism? **Behaviorists for social action**, v. 1, n. 1, p. 30-

investigação em psicologia, em geral, e acerca da linguagem, em particular. Ele está associado ao movimento inaugurado no início do século XX, cujo principal objetivo era o de transformar a psicologia numa ciência empírica. Para empreender tal transformação, o behaviorismo psicológico assumiu que era o comportamento, e não a mente, o objeto adequado de estudo da psicologia. Esta mudança de objeto fez com que os eventos psicológicos passassem a ser estudados a partir das evidências comportamentais, sem quaisquer referências a eventos mentais.

Desejava-se assim que a psicologia passasse a ser concebida como um ramo das ciências naturais. Ela se tornaria a ciência do comportamento; a sua finalidade seria a de prever e controlar o conjunto dos comportamentos humanos, inclusive aqueles que correspondem ao exercício efetivo do fenómeno da linguagem. Quer dizer, sob esta convicção, o ponto de vista do behaviorismo defende que o que ocorre quando alguém fala é algo do domínio do comportamento. Tal ocorrência deverá então ser analisada a partir dos instrumentos científicos que caracterizam a psicologia enquanto ciência experimental do comportamento⁵, e não mais a partir de conceitos que remetem para explicações mentalistas da linguagem.

Esta é, precisamente, a tarefa assumida por Skinner em seu *Comportamento Verbal*. Com esta obra, ele tenta especificar e explicar o repertório do falante e do ouvinte por meio de um modelo científico suscetível de abordagem experimental. Tendo como pano de fundo o que considera ser o “quadro apropriado do comportamento humano como um todo”⁶, o objetivo principal de Skinner era o de fornecer uma “análise funcional” daquilo que ele chamou «comportamento verbal». Seu ponto de partida é o de que as

56, 1978.; CARRARA, Kester. **Behaviorismo radical: crítica e metacrítica**. São Paulo: Editora UNESP, 2005; BAUM, William M. O behaviorismo como filosofia da ciência. *In*: _____. **Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2007, p. 33-48.; ABIB, José; A. Damásio. **Teorias do comportamento e subjetividade na psicologia**. São Carlos: EDUFSCar, 1997).

⁵ Cf. SKINNER, 1978, p. 19.

⁶ *Ibidem*, p. 27.

técnicas científicas que caracterizam o modelo de pesquisa experimental por ele sugerido, bem como o novo nível de ordem e precisão advindos de seus estudos do comportamento animal (sobretudo com ratos e pombos), seriam capazes de fornecer uma melhor compreensão deste fenômeno. Seu pressuposto era, na verdade, a ideia de que tais técnicas poderiam ser estendidas, sem sérias modificações, ao estudo e tratamento dos comportamentos humanos⁷, inclusive o verbal.

Para Skinner, comportamento verbal é um “modo especial de ação” decorrente de um “episódio verbal total” (aquele que envolve determinada relação entre um falante e um ouvinte), em que as elocuições linguísticas nele pronunciadas produzem determinados efeitos sobre o mundo físico, através da mediação de terceiros⁸. Ao definir tal comportamento desta maneira, ele se mantém coerente com as linhas essenciais de seu *behaviorismo radical*. Este tipo de behaviorismo está fundamentado na ideia segundo a qual grande parte do repertório comportamental dos organismos – humanos e não-humanos – é função de variáveis ambientais e, como tal, pode ser enquadrado na contingência de mecanismos de *estímulo-resposta-reforço*. Se identificada a contingência de reforço, diz-se do comportamento resultante desse conjunto que ele está sob “controle de estímulos”. Em outras palavras, ao defini-lo assim, Skinner considera o comportamento verbal como um comportamento operante e, sendo assim, o que a sua “análise funcional” pretende realmente é o enquadramento do fenômeno linguístico nas contingências de reforço que modelam o comportamento de falantes e ouvintes. Pretende-se, assim, analisar esse tipo de comportamento em termos das relações de controle existentes nessas contingências.

Assim caracterizados, tais comportamentos são, na verdade, uma *resposta* funcionalmente definida. Quer dizer, se seguida por um *reforço* adequado, a *resposta* tem

⁷ Cf. SKINNER, 1978, p. 17.

⁸ Cf. *Ibidem*, p. 16 – 17. Para uma mais detalhada exposição da definição skinneriana de «comportamento verbal» e de suas implicações, (Cf. PALMER, David C. On Skinner's definition of verbal behavior. *International journal of psychology and psychological therapy*. 2008, 8, 3, p. 295-307).

maior probabilidade de se repetir com a mesma função. Quando, porém, o comportamento é seguido por uma *punição*, a *resposta* tem menor probabilidade de ocorrer no futuro. É precisamente isto que leva Skinner a admitir que é através destas contingências que se pode modificar o comportamento dos indivíduos e, por conseguinte, não só grandes cadeias de comportamentos podem ser construídas, como também a manipulação das recompensas é o que permitiria prever e controlar tais comportamentos.

O que de facto está sendo aqui alegado é a ideia segundo a qual a previsão e o controle dos comportamentos verbais seriam dados pela observação e manipulação do ambiente físico dos utentes da linguagem⁹. Supõe-se, então, que, encontrando a causa de cada *resposta*, poder-se-ia exercer, à partida, o seu controle e até a sua previsão. Assim descrito, o sucesso desse projeto deve ser avaliado pelo alcance de suas previsões, e pela extensão de sua capacidade de produzir ou controlar tais comportamentos¹⁰. Desta perspectiva, a análise pretendida consiste na identificação das variáveis de controlo dos comportamentos verbais e, neste caso, nenhuma suposição é feita acerca de qualquer característica exclusivamente verbal. O que no fundo se considera é o conjunto dos *estímulos* externos que causam tais comportamentos, bem como as *respostas* dadas pelos indivíduos envolvidos no “episódio verbal” que os caracterizam.

Isto implica dizer que, neste tipo de análise, estados mentais ou mesmo neurofisiológicos não são levados em conta. Ou seja, dado que o que realmente importa é a dimensão externa objetiva de tais comportamentos, tudo o que é interno ao organismo seria, deste ponto de vista, considerado irrelevante para fins explicativos e, por isso, nenhuma entidade mental ou neurofisiológica é invocada. Consideram-se, assim, apenas os *estímulos* externos e a *resposta* proferida pelos utentes da linguagem. Mais especificamente: um ouvinte responde aos estímulos verbais produzidos por um falante.

⁹ Cf. SKINNER, 1978, p. 27.

¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 17, 27.

Sob esta ótica, um utente da linguagem é falante quando se comporta verbalmente perante outro, e torna-se um ouvinte ao comportar-se funcionalmente diante de *estímulos* verbais produzidos por um falante.

As relações que se estabelecem entre falante e ouvinte nos episódios verbais que compõem os comportamentos verbais podem ser, para Skinner, bem diversificadas. Para ele, estas diferenças constituem e caracterizam os chamados operantes verbais. Tais operantes são, com efeito, aquilo que faz com que, numa dada comunidade verbal, certas *respostas* sejam caracteristicamente seguidas por certas conseqüências. A distinção entre os operantes verbais é estabelecida, assim, em termos da relação funcional com determinadas variáveis, isto é, em termos da relação entre uma dada *resposta* e seu *estímulo*, o *reforço* e a conseqüência. Tais conseqüências seriam, neste caso, fornecidas por um mediador (ouvinte) que, para responder adequadamente aos diferentes operantes verbais emitidos pelo falante, deve fazer parte da mesma comunidade linguística.

Um ponto importante a ser notado aqui é o de que, enquanto Skinner definiu o comportamento verbal enfatizando a importância da “análise funcional” para a descrição das variáveis de controlo deste tipo de comportamento, na sua apresentação dos operantes verbais ele se baseou na identificação da natureza do controlo de estímulos e a sua relação com as respostas por eles controladas. Deste modo, os operantes verbais podem ser compreendidos por meio de uma análise causal das contingências às quais são expostos os episódios verbais de uma dada comunidade linguística. Assim, a correcta compreensão de como se dão as práticas linguísticas depende da correcta compreensão destes operantes verbais. Em seu *Comportamento Verbal*, Skinner nos apresenta os seguintes operantes verbais primários, isto é, aqueles que são controlados por *estímulos* verbais antecedentes: *ecóico*, *textual*, *transcrição* e *intraverbal*. Embora sejam importantes, detalhá-los aqui

fugiria aos propósitos desta tese. Contudo, não será descabido passá-los em revista, ainda que resumidamente.

O primeiro deles, muito usado com crianças, é caracterizado por envolver um *estímulo* verbal auditivo antecedente, cuja *resposta* verbal, também sonora, reproduz a sonoridade do *estímulo*. Exemplos deste operante podem ser observados quando, ao ouvir um determinado som, alguém o repete; ou quando alguém imita os sons e as palavras de um interlocutor.

Um operante é *textual* quando o *estímulo* antecedente é um *estímulo* verbal – impresso ou escrito –, e a *resposta* é uma *resposta* vocal. Neste caso, há entre o *estímulo* e a *resposta* uma correspondência formal, arbitrariamente estabelecida (por exemplo, diante da palavra impressa “bola”, dizer: “bola”). Salienta-se que, aqui, a relação de controlo que caracteriza o comportamento textual é diferente da relação de controlo que caracteriza a leitura com compreensão.

Já a *transcrição* trata-se de um operante verbal no qual o *estímulo* antecedente é vocal ou escrito, e a *resposta* verbal é sempre escrita. Exemplos comuns de tal operante são as atividades de cópia e ditado realizadas por estudantes. Por fim, o «operante verbal» *intraverbal* é aquele no qual uma *resposta* verbal (vocal ou escrita) fica sob controlo do *estímulo* antecedente (vocal ou escrito), não havendo qualquer correspondência formal entre o *estímulo* e a *resposta* por ele produzida. É o caso de respondermos “2” ao estímulo verbal “1+1”, ou “Lisboa” ao estímulo “a capital de Portugal”. Os episódios verbais existentes nas traduções de uma língua para outra operam sob a funcionalidade de um operante *intraverbal*.

Entretanto, além destes operantes verbais primários, controlados por estímulos verbais antecedentes, Skinner define outros dois tipos de operantes verbais, que não estão “sob controlo de estímulos” verbais. São eles: o *mando* e o *tato*. O segundo deles reveste-

se de especial importância porque nos conduz à teoria da aprendizagem contida no paradigma behaviorista skinneriano.

Um operante verbal é chamado de *mando* quando a *resposta* verbal é emitida sob controlo de certas condições motivacionais. Quer isto dizer que, nele, diferentemente de todos os operantes acima apresentados, a *resposta* não tem relação específica com um *estímulo* antecedente, mas sim com uma dada condição motivacional do falante. Assim, este «operante verbal» teria a sua análise funcional vinculada a condições de privação ou presença de estimulação aversiva, e o seu estabelecimento dependeria de um “reforçador” específico. Com efeito, neste tipo de operante, a *resposta* verbal especifica o “reforçador” (um “obrigado”, por exemplo) ou o comportamento do ouvinte (“por favor, feche a porta”). Sendo assim, as várias *respostas* verbais dadas nos contextos em que uma ordem é obedecida, um pedido é atendido, um conselho é seguido, uma súplica é satisfeita, etc. podem ser considerados exemplos de *mandos*. Note-se, como bem salienta Skinner, que o repertório verbal de *mandos* opera, em geral, em benefício do falante, uma vez que produz como consequência um “reforçador” específico¹¹.

Já o *tato*, por sua vez, é caracterizado como um operante verbal cuja *resposta* verbal é emitida sob controlo de um *estímulo* antecedente não-verbal, isto é, um objeto particular ou um evento, ou propriedade de um objeto ou evento¹². É o que ocorre quando, por exemplo, olhamos para uma bola e dizemos: “bola”. Aqui, a nossa resposta está “sob o controlo” de um *estímulo* particular, que, neste caso, é um objeto específico: uma bola. Poderia também ser o caso que diante deste mesmo objeto alguém dissesse: “vermelha”. Nestas circunstâncias, a *resposta* dada estaria “sob o controlo” de uma propriedade do objeto, que seria a sua cor.

¹¹ Cf. SKINNER, 1978, p. 56.

¹² Cf. *Ibidem*, p. 108.

Em episódios verbais que contenham este tipo de operante, o *reforço* das *respostas* deve ser feito na presença dos *estímulos* que a provocaram, envolvendo, assim, o falante, o *estímulo*, e o reforçador. Nos exemplos apresentados acima, tal *reforço* pode ser dado por uma segunda pessoa que, (1) tendo acesso ao mesmo *estímulo* do indivíduo que pronunciou “bola” ou “vermelho”, e (2) tendo condições de julgar se a *resposta* dada por ele é ou não adequada diante do *estímulo* compartilhado, poderá, se a *resposta* for adequada, *reforçá-la*. É precisamente deste modo que Skinner acreditava ser possível prever e controlar o comportamento do indivíduo reforçado: criando os *estímulos* que serão, com grande probabilidade, seguidos por determinadas *respostas*. Convém notar que o pressuposto é o de que os *estímulos* são compartilhados, isto é, são públicos, e o *reforço* surge exata e imediatamente após a *resposta*.

Assim caracterizado, o *tato* é, para Skinner, o mais importante «operante verbal». Com efeito, é nele que a *resposta* está mais diretamente ligada ao *estímulo*; está, por assim dizer, mais “sob seu controlo”¹³. A explicação para isto está na natureza pública do *estímulo* aqui evocado. Quer dizer, por serem públicos (e, portanto, compartilháveis), uma *resposta* que seja produzida por esses tipos de *estímulos* poderá ser sempre *reforçada* por uma segunda pessoa. Uma vez *reforçada*, a *resposta* tem maior probabilidade de se repetir. O estabelecimento do repertório de *tatos* supõe, portanto, o enfraquecimento da relação de controlo dos estados de privação específicos ou de estimulação aversiva sobre a *resposta*, de tal forma que se estabelece uma relação especial de controlo com a estimulação antecedente. Isto é o que distingue, também, a diferença entre o *mando* e o *tato*. A *resposta* “água”, por exemplo, tanto pode ser um *mando*, quando emitida por um homem sedento, como pode também ser um *tato*, quando emitida por alguém que simplesmente vê a água. Skinner ainda sintetiza essas características do *tato* enfatizando que, em geral, este

¹³ Cf. SKINNER, 1978, p. 109.

operante opera em benefício do ouvinte, uma vez que permitiria ao ouvinte “acesso” a informações sobre o mundo ou mesmo a informação sobre o próprio falante.

1.1.1. A teoria behaviorista do aprendizado linguístico

Dito isto, não é difícil percebermos que as considerações sobre este último operante verbal nos conduzem àquilo que poderíamos chamar de teoria behaviorista da aprendizagem linguística. Aliás, o próprio Skinner chega a afirmar que o *tato* é o único operante estudado exclusivamente pelas teorias da linguagem e da significação¹⁴.

De acordo com o quadro geral do behaviorismo radical, pode-se dizer que a aprendizagem (seja ela do que for) é fruto do *condicionamento operante*¹⁵. É, portanto, um comportamento observável, descrito em termos da contingência de reforço. Enquadrada nestes termos, a aprendizagem da linguagem seria, por assim dizer, função da exposição ao meio, e decorrente de mecanismos comportamentais. Ou seja, aprender uma língua não seria diferente, em essência, da aquisição de outras habilidades e comportamentos, já que se trataria de um acúmulo de comportamentos verbais.

Conquanto seja verdade que Skinner não estava de todo interessado em elaborar uma teoria da aprendizagem linguística, as linhas fundamentais que subjazem a sua “análise funcional” do comportamento verbal implicam que o aprendizado linguístico se dê quando os utentes da linguagem adquirem tais comportamentos. Dá-se, portanto, quando suas vocalizações começam a ser *reforçadas* ao produzirem consequências numa dada comunidade verbal. Isto, no fundo, nada mais é do que outra maneira de dizer que o

¹⁴ Cf. SKINNER, 1978, p. 107.

¹⁵ Para maiores detalhes sobre o processo de aprendizagem linguística da perspectiva do behaviorismo radical, (Cf. BANDINI, Carmem Silva Motta; DE ROSE, Júlio César Coelho. Práticas educacionais no Behaviorismo Radical: uma análise da proposta skinneriana de uma educação voltada para a liberdade e a criatividade. In: SILVA, W. C. M. P. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**: reflexões teórico-conceituais e implicações para a pesquisa. Santo André: ESETEC, 2007, v. 20, p. 18-28).

aprendizado das primeiras palavras da linguagem por uma criança se dá em termos da contingência de mecanismos de reforço. Deste ponto de vista, o aprendizado linguístico começa com uma *resposta* que, casualmente, é dada a um certo *estímulo* no mundo, e depois é *reforçada* por uma segunda pessoa. Casos típicos deste cenário didático elementar são aquelas situações protagonizadas pelos bebês em seus primeiros anos de vida. Um exemplo claro destas situações comuns é o de uma criança que, diante de seus pais, olha para a sua mãe e diz: ‘mamã’, e, imediatamente, tanto o pai quanto a mãe aprovam, de alguma maneira, este balbuciar característico (ou com um sorriso, ou com palmas, ou com beijos, etc.).

Em outras palavras, e utilizando o vocabulário da perspectiva sob análise, o que de facto ocorre nesse episódio verbal acima descrito é que os pais *reforçam* a *resposta* da criança, após constatarem a sua adequação ao *estímulo* dado. É suposto que ocasiões similares acontecerão, e nelas os pais provocarão *respostas* adequadas da criança. Se forem dadas, tais *respostas* deverão ser mais uma vez *reforçadas* até a criança ser capaz de relacionar a *resposta* ao *estímulo*. Há que se notar que, neste caso, para que tal modelo de aprendizado seja sustentado, são necessárias várias ocasiões de *reforço*. De facto, o que na verdade suporta todo este processo didático é a convicção de que, após um determinado número destas ocasiões, uma relação causal é estabelecida entre a *resposta* e o *estímulo*. A ideia que subjaz a este processo é a de que, para que estas *respostas* dadas na infância sejam, provavelmente, dadas na idade adulta, basta serem adequadamente *reforçadas*. De contrário, elas podem até ser eliminadas do repertório verbal de uma dada comunidade linguística¹⁶.

Um ponto importante a ser destacado nesse modelo pedagógico de ensino da linguagem é o de que a aprendizagem do comportamento de falante teria como condição

¹⁶ Cf. SKINNER, 1978, p. 48.

necessária a aprendizagem prévia do comportamento de ouvinte. Esta última, por sua vez, seria possível em função da exposição do indivíduo a eventos ostensivos, dentro de sua comunidade verbal. Tais eventos se caracterizam pela associação de um *estímulo* verbal a um *estímulo* não-verbal, fazendo o primeiro referência ao segundo. Ao apontar para um barco de papel, uma mãe poderia dizer a seu filho: ‘isto é um barco’; ou, colocando o mesmo *estímulo* não-verbal em outra categoria, poderia dizer: ‘isto é um brinquedo’. Dada a exposição do indivíduo a *n* exemplares deste tipo de evento ostensivo, este ponto de vista assegura que se poderia responder adequadamente a *estímulos* idênticos ou similares àqueles aos quais já se foi exposto. Ora, se as primeiras palavras são, de facto, aprendidas desta forma, é possível acreditar, como Skinner, que se pode exercer previsão e controlo sobre as *respostas* dadas pelas crianças. Para isso, bastaria apenas encontrar a causa da *resposta*. Se a criança está diante de uma bola, posso prever que dirá: ‘bola’. Para fazer com que ela, provavelmente, diga ‘mamã’, bastaria colocá-la na presença da mãe; e assim por diante. Em síntese, pode-se dizer que, desta perspectiva, aprende-se a falar com base no *reforço* adequadamente dado a *respostas* produzidas a *estímulos* no mundo.

Entretanto, mesmo que se admita que o modelo proposto pela teoria behaviorista do aprendizado linguístico fosse verdadeiro para o aprendizado das primeiras palavras, restar-nos-ia saber se ele é capaz de dar contas da evolução do aprendizado linguístico. Ou seja, restar-nos-ia saber se ele é capaz de explicar satisfatoriamente a aquisição das estruturas mais complexas que compõem a nossa linguagem. Como é evidente, o que até aqui foi dito da proposta de Skinner não é capaz de explicar como isto acontece. Para lidar com respostas verbais mais complexas, sobretudo com aquelas que dizem respeito à produção de estruturas gramaticais e sintáticas¹⁷, Skinner recorre aos chamados operantes autoclíticos. Tais operantes têm a função de elucidar ou alterar *respostas* verbais primárias,

¹⁷ Quanto ao processo de surgimento de comportamentos verbais novos e originais, (Cf. SKINNER, B. F. The creative student. In: _____. **The technology of teaching**. Cambridge: B. F. Skinner Foundation, 2003. p. 169 – 184; e, também, _____. **Science and human behavior**. New York: Macmillan, 1965).

por meio da descrição, qualificação, quantificação ou mesmo do comentário de comportamentos verbais.

Os operantes autoclíticos apresentados por Skinner são quatro. Os *descritivos* são destinados a dar conta de situações autodescritivas. São utilizados, na verdade, em respostas dadas a perguntas do tipo: “o que é que você disse?”. Sentenças iniciadas com expressões do tipo: “eu afirmei que ...”, “possivelmente, ...”, e todas as atitudes proposicionais, são exemplos de sentenças complexas construídas pela inserção de um «autoclítico descritivo».

Os *qualificados* são caracterizados como aqueles autoclíticos que qualificam um *tato* de tal forma que a intensidade ou a direção do comportamento do ouvinte em relação ao *tato* elementar são modificadas. Entre este tipo de autoclítico encontram-se, por exemplo, a negação e alguns advérbios. O uso de um “não!” enfático para persuadir alguém a não tocar em determinado objeto é um claro exemplo deste tipo de autoclítico.

Os autoclíticos *quantificadores* afetam o ouvinte indicando, quer uma propriedade do comportamento do falante, quer as circunstâncias responsáveis por essa propriedade. Neste tipo de autoclíticos estão incluídos os artigos, adjetivos e advérbios de tempo ou quantidade. Por exemplo, as circunstâncias em que dizemos ‘bola’ são diferentes daquelas em que dizemos ‘a bola’, e ambas são diversas daquela em que dizemos ‘uma bola’.

Por fim, temos os autoclíticos *relacionais*. Estes são aqueles tipos de autoclíticos que são controlados por relações entre os operantes verbais básicos. As preposições, as conjunções, pontuação, as concordâncias, e as desinências modo-temporais dos verbos são, todos, exemplos deste tipo de operante autoclítico.

Exemplificando melhor esta caracterização skinneriana, uma sentença do tipo “a casa é verde” poderia ser analisada da seguinte forma: o artigo “a” seria um autoclítico *quantificador*, cuja função é a de indicar que o comentário refere-se a um objeto particular

(a casa); as palavras ‘casa’ e ‘verde’ seriam *tatos* elementares, apreendidos por meio de eventos ostensivos; e o ‘é’, a inflexão do verbo “ser” na terceira pessoa, seria um autoclítico *relacional*, cuja função seria a de especificar uma propriedade do objeto do qual se está falando. Importa notar, com isso, que a identificação dos operantes autoclíticos é feita na dependência da morfologia e da gramática.

Para Skinner, então, o papel desempenhado pelos autoclíticos é o de permitir que os comportamentos verbais sejam organizados em estruturas maiores do que aquelas possibilitadas pelos operantes verbais. Trata-se, com efeito, de uma amplificação destes comportamentos verbais primários, pelo acréscimo de autoclíticos. Isto implica dizer que é só depois de se estabelecer um episódio verbal primário, que o falante se vê sujeito às contingências adicionais que estabelecem o comportamento autoclítico.

A inserção dos operantes autoclíticos nestas estruturas primárias é feita, segundo Skinner, por um processo chamado de “composição”. O resultado de uma *composição* é, como se vê, uma sentença gramatical complexa que, neste caso, é concebida como sendo um conjunto de respostas-chave em uma dada “moldura esqueleto”. Em geral, este processo se dá com os substantivos (evocados por objetos no mundo) e os verbos (evocados por ações) sendo escolhidos primeiro, e sendo depois ordenados, qualificados, quantificados, relacionados etc., por *respostas* autoclíticas.

1.2. As críticas de Chomsky e o fracasso do projeto de Skinner

Do ponto de vista do behaviorismo skinneriano, portanto, tanto o aprendizado das primeiras palavras quanto a formação de *respostas* verbais complexas estão enquadrados nos mecanismos de contingências de reforço. Os detalhes de como isto ocorre, porém, não foram desenvolvidos por Skinner, pois, afinal de contas, o seu interesse era o de realizar

uma “análise funcional” do comportamento verbal. Essa tarefa ficou a cargo de outros behavioristas, como Davidson e Quine, por exemplo. Todavia, o resultado do empreendimento de Skinner não foi assim tão promissor como o esperado, e logo vieram as críticas à sua capacidade para manter o mesmo rigor científico do modelo das ciências naturais na análise do comportamento verbal.

A mais notável (e talvez a mais arrasadora) crítica dirigida à análise proposta por Skinner em *Comportamento Verbal* foi empreendida por Chomsky, dois anos depois da sua publicação¹⁸. Tal crítica foi considerada por muitos psicólogos e linguistas como uma das mais marcantes críticas ao behaviorismo radical e à ciência do comportamento. Nela, Chomsky se opõe claramente às ideias empiristas na linguagem e, por isso, ele mesmo a considerou não como uma crítica específica da teoria proposta por Skinner, mas das teorias empiristas e behavioristas a respeito dos processos mentais, de um modo geral¹⁹.

Tendo ampla aceitação e sendo muito difundida, a crítica de Chomsky à proposta de Skinner, bem como outros textos que se seguiram²⁰, não só foram utilizados como uma introdução ao estudo do behaviorismo radical para muitos estudantes que iniciavam pesquisas nas áreas de psicologia e linguística, como também contribuíram significativamente para a crescente consolidação do movimento antibehaviorista, que se associava à ainda incipiente e embrionária “revolução cognitiva”, na segunda metade do século XX.

Abrangendo grande parte dos principais aspectos expostos por Skinner em *Comportamento Verbal*, a crítica chomskyana está basicamente estruturada em dois níveis: (1) crítica direcionada ao carácter supostamente objetivo-observável dos conceitos basilares do behaviorismo radical; e (2) alegação da incapacidade explicativa do modelo

¹⁸ CHOMSKY, N. A review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. **Language**, v. 35, n. 1, p. 26-58, 1959.

¹⁹ Sobre isso, confira o prefácio feito por Chomsky à reimpressão de sua resenha In: JACOBOWITS; MIRON (Eds.) **Readings in the psychology of language**. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

²⁰ Sobretudo, CHOMSKY, N. The case against B. F. Skinner. **The New York review of books**, n. 30, 1971; e: _____. **Language and mind**. 3. ed. Cambridge: University Press, 2006. (Original de 1968).

científico adotado por Skinner. O primeiro conjunto de argumentos consiste, portanto, num ataque aos fundamentos dos principais conceitos utilizados por Skinner em sua análise. Critica-se, na verdade, o modo como ele aplica as noções de *estímulo*, *resposta* e *reforço* na análise dos “comportamentos da vida real”. Já o segundo grupo de argumentos parte da apresentação de alguns episódios linguísticos quase que quotidianamente experimentados pelos utentes da linguagem episódios verbais, para mostrar que a teoria de Skinner não é capaz de oferecer qualquer explicação satisfatória dos mesmos.

Ao salientar que a proposta de Skinner era a de usar os conceitos desenvolvidos pela psicologia empírica para analisar o comportamento verbal, Chomsky considerou que, se atacasse com sucesso esses conceitos basilares, introduziria sérios constrangimentos a sua análise do comportamento verbal. Para cumprir esta tarefa, ele recorre a vários exemplos dados em *Comportamento Verbal*, cuja pretensão é a de mostrar que, fora do contexto do laboratório, as noções de *estímulo*, *resposta* e *reforço* não possuem a objetividade que Skinner lhes atribui.

Para Chomsky, a suposta falta de objetividade no uso skinneriano destas noções pode ser claramente demonstrada quando, por exemplo, (1) consideramos o facto de que os *estímulos*, que inicialmente foram caracterizados como sendo públicos e objetivos – porque se encontravam no mundo e podiam ser plenamente compartilhados –, são posteriormente admitidos por Skinner como podendo ser privados e subjetivos, como é o caso de uma determinada sensação sentida por um indivíduo²¹; ou (2) quando se ressalta que o *reforço*, concebido como algo que ocorria imediatamente após a *resposta*, diante de um *estímulo*, e por parte de uma segunda pessoa, poderá não só ser um autorreforço (como no caso de uma criança que imita sons, como o de um carro e bombas), como também ser retardado por dias, semanas, ou até mesmo anos (como no caso de um escritor cujas obras só são

²¹ SKINNER, 1978, p. 120.

lidas no final de sua vida²²). Segundo Chomsky, neste sentido, nem sequer podemos afirmar, como inicialmente afirmou Skinner, que o “reforço cessa”²³, uma vez que ele pode ser posteriormente produzido pelo próprio falante, sem qualquer estímulo presente.

Ao chegar ao fim do percurso de sua análise, a conclusão chomskyana é a de que, ao serem utilizados para os mais variados papéis dentro da teoria skinneriana, os termos ‘estímulo’, ‘resposta’ e ‘reforço’ não passam de paráfrases para termos da linguagem natural, perdendo, com isso, a força explicativa que supostamente tinham ao serem utilizados. De facto, alega-se que, para dar conta de comportamentos complexos, Skinner passa a utilizar tais noções sem o rigor exigido pelo modelo empírico adotado por ele, isto é, as acepções científicas destes termos inicialmente estabelecidas não se mantêm em toda a obra. O ponto central da acusação é que, ao servir-se de “resultados experimentais como evidência do carácter científico de sua teoria”²⁴, Skinner cria a ilusão de que a sua teoria é uma teoria científica rigorosa, quando, na verdade, os termos usados na descrição da “vida real” e os usados na descrição dos experimentos de laboratório podem ser meros homónimos, sem qualquer similaridade de significado. Em outras palavras, Skinner é acusado de fundamentar a sua análise do comportamento verbal nos termos do behaviorismo radical em “suposições analógicas”, formuladas em termos de uma extensão metafórica do vocabulário do laboratório.

Quanto a isto, vale ressaltar que Chomsky até concorda que tais noções são bem definidas por Skinner, mas o seu campo de emprego está restrito aos experimentos laboratoriais. Ou seja, a sua crítica consiste em mostrar que tais conceitos tornam-se inúteis na discussão do “comportamento na vida real”. É neste tipo de comportamento que, para Chomsky, a estrutura básica da contingência dos mecanismos de estímulo-resposta-reforço perde, por completo, o seu aspecto de precisão e objetividade. Com estas constatações,

²² Cf. SKINNER, 1978, p, 247.

²³ *Ibidem*, p. 48.

²⁴ CHOMSKY, 1959, p. 51.

Chomsky decretou o fracasso da análise pretendida por Skinner. Ele acreditava, com efeito, que, ao se pôr em xeque a objetividade dos conceitos evocados por este tipo de behaviorismo para analisar as práticas linguísticas, o alvo pretendido por Skinner não poderia mais ser alcançado, isto é, nenhum controlo ou previsão fiável do comportamento verbal poderia ser feita por intermédio do uso de tais conceitos.

Para reiterar esta sua posição, Chomsky salienta ainda que, de acordo com a proposta de Skinner, um mesmo objeto no mundo pode produzir *estímulos* diferentes. Diante de tal objeto, portanto, diferentes *respostas* podem ser dadas. Na presença de uma “pequena bola vermelha”, por exemplo, um falante pode responder: ‘bola’, ‘vermelha’, ou ‘pequena’. Em todo o caso, do ponto de vista skinneriano, qualquer uma destas *respostas* dada diante desse objeto está sob controlo de um dos *estímulos*. Sendo assim, Chomsky argumenta que, desta forma, não se pode exercer nenhum controlo ou mesmo previsão do comportamento verbal, porque só saberemos qual dos *estímulos* controla a *resposta*, depois que esta for dada. A tentativa de querer que um falante diga ‘bola’ diante do objeto acima referido poderá ser frustrada se o *estímulo* que o afeta for uma propriedade do objeto, a sua cor, por exemplo. Em resumo, o ponto relevante desta argumentação é o de que em situações como estas não saberemos o que será dito, antes do falante dizer. Por isso, nenhum controle ou previsão pode ser efetuado.

E não somente isto. O alcance desta objeção também é estendido para os chamados operantes verbais, uma vez que estes dependem das relações estabelecidas pelas noções de *estímulo*, *resposta* e *reforço*. Com efeito, Chomsky não efetua uma análise pormenorizada de tais operantes. Porém, as suas poucas considerações sobre eles tentam evidenciar que, do modo como Skinner os define, nem sempre é possível determinar qual dos operantes está, de facto, operando numa dada situação. Como, em certos casos, não nos é possível identificar todas as variáveis envolvidas num episódio verbal, não temos

condições de explicar determinados comportamentos. Sem tal identificação, por exemplo, pode ocorrer que, diante de um copo com água, julguemos a *resposta* ‘água’ como sendo uma *resposta* operada por um *mando*, quando ela constitui, na verdade, uma *resposta* operada por um *tato*.

Convém notar que, a partir da alegação desta falta de precisão na determinação das variáveis envolvidas num episódio verbal, Chomsky empreende uma crítica à própria definição skinneriana de comportamento verbal. Para ele, conceber o comportamento verbal como aquele comportamento mediado por outras pessoas, tendo estas pessoas sido condicionadas precisamente para reforçar o comportamento do falante, não é, de modo algum, uma definição satisfatória. Em seu argumento, ele dá o exemplo de uma pessoa que, ao atravessar uma rua, ouve o grito ‘olhe o carro!’ e pula, desviando-se do mesmo. Mostra-se-nos então que, o comportamento de pular (no caso, a *resposta* mediadora) dificilmente teria sido condicionado precisamente para *reforçar* o comportamento do falante que, neste caso, é a pessoa que gritou: ‘olhe o carro!’.

Além destas considerações, que a nosso ver já seriam suficientes para pôr em xeque os fundamentos da proposta skinneriana, não é descabido ressaltar ainda outro conjunto de argumentos delineado por Chomsky em sua recensão a *Comportamento Verbal*. Já como que preparando o terreno para a apresentação de sua própria teoria sobre a linguagem humana, tais argumentos consistem na apresentação de alguns aspectos salientes envolvendo episódios verbais e na demonstração de que a teoria de Skinner não nos fornece qualquer explicação satisfatória para eles.

O primeiro deles consiste na consideração do chamado “período crítico” para a aquisição de uma língua. Como veremos, este ponto é, na verdade, um dos pilares da teoria chomskyana da linguagem. Para elucidar a sua objeção, Chomsky considera o exemplo típico de uma criança, filha de imigrantes, que aprende uma segunda língua nas ruas (em

seus contatos com outras crianças) de maneira muito mais rápida e fluente que seus pais, mesmo que estes estejam extremamente motivados (e necessitados) para aprender a nova língua.

O segundo aspecto apresentado por Chomsky, é o da capacidade de compreensão de novas sentenças. Consiste, portanto, na capacidade que um falante tem de compreender sentenças jamais ouvidas ou lidas. Quando lemos um texto qualquer, é sem dúvida frequente que encontremos inúmeras sentenças que nunca encontrámos anteriormente; mesmo assim, conseguimos compreendê-las.

Ao confrontar estes exemplos com a proposta criticada, a contenção chomskyana é a de que estes devem ser considerados como uma *reductio ad absurdum* da teoria de Skinner e de teorias similares. Com efeito, tais teorias não são capazes nem de explicar a rapidez da aquisição da língua pelas crianças, nem a capacidade de compreensão de sentenças novas do leitor ou ouvinte, no segundo caso. Nesta última situação, o que Chomsky está criticando especificamente é a incapacidade da teoria behaviorista do aprendizado em dar conta do aspecto criativo da linguagem. O ponto central deste seu argumento é o de que, se o comportamento verbal do ouvinte fosse, de facto, fruto da sua exposição anterior a um número de situações nas quais tivesse tido que *responder* adequada e eficazmente ao comportamento do falante, como então poderia ser possível que ele *respondesse* adequadamente ao comportamento do falante em situações novas, nas quais não existissem quaisquer condições previamente partilhadas? Quanto ao primeiro caso, note-se que a teoria de Skinner teria que explicar não só a rapidez e a facilidade da criança para aprender a língua, mas também a dificuldade dos pais para aprendê-la.

A estes exemplos extraídos da experiência linguística comum, Chomsky acrescenta uma situação imaginada, na qual considera a explicação que Skinner ofereceria à *resposta* emitida por uma pessoa a um “estímulo verbal”. Supõe ele que, numa caçada,

um dado ouvinte *B* ouve o falante *A* emitir a resposta verbal “leão!”, e reage (apropriadamente) olhando ao redor e preparando a sua espingarda. E pergunta: como pode explicar-se o comportamento de *B*? Chomsky argumenta que a resposta que Skinner daria, segundo a qual se *B* reagiu apropriadamente ao estímulo “leão” foi porque a sua “história de reforço” estabeleceu o *estímulo* “leão” como um *estímulo* discriminativo para o comportamento de olhar ao redor, não colhe, posto que o ouvinte pode nunca ter visto um leão e, mesmo assim, reagir apropriadamente ao *estímulo* “leão”.

A última crítica que Chomsky apresenta em sua recensão de *Comportamento Verbal* relaciona-se com o comportamento autoclítico e o tratamento da gramática e da sintaxe em termos skinnerianos. A objeção chomskyana é a de que as explicações dadas por este ponto de vista sobre as estruturas frásicas são inadequadas. Sua crítica consiste na alegação de que inserir palavras em “molduras” (como sugere Skinner), mesmo que ordenadamente, não garante a produção de sentenças válidas. Qualquer abordagem da linguagem que falhe em explicar como estas se geram não pode ter sucesso. De facto, sustenta Chomsky, há processos complexos envolvidos na geração das estruturas frásicas, e a abordagem skinneriana do processo de composição nada diz acerca desta complexidade.

As críticas chomskyanas põem sérias dificuldades à própria testabilidade da teoria de Skinner. Neste sentido, podemos dizer que seu objetivo de mostrar o fracasso e a limitação do projeto behaviorista de Skinner para prever e controlar o comportamento verbal foi realmente alcançado. Por outras palavras, o que de facto Chomsky pretendeu foi provar que tal comportamento não pode ser explicado nem reduzido ao jogo mecânico dos hábitos, imitações, associações e condicionamentos. Deste modo, ao mostrar a inconsistência presente no uso dos termos basilares do behaviorismo radical, a crítica de Chomsky revelou uma limitação de carácter metodológico de que este sofre, a saber: que

os resultados obtidos com animais não deveriam ser considerados como encontrando-se livres de restrição de espécie, ao contrário do que acreditava Skinner. O seu modelo explicativo não seria assim capaz de alcançar a complexidade presente no comportamento humano, mais especificamente, no comportamento verbal. Chomsky pretendeu assim mostrar que, ao estudar o fenómeno linguístico, as teorias behavioristas da linguagem não consideram uma das suas principais características (levada muito a sério por Chomsky): a sua exclusividade na espécie humana.

Por fim, pode-se destacar alguns dados curiosos relacionados com esta crítica de Chomsky a Skinner. O primeiro deles é o facto de que a crítica tornou-se tão ou mais conhecida do que a própria obra criticada. Quanto a isso, aliás, o próprio Skinner reconheceu²⁵, no início da década de 70, que, já a partir dos anos 60, a crítica chomskyana era mais popular do que o seu livro. Dentre os variados motivos que encontramos na literatura para justificar isto está o facto de os behavioristas terem demorado na elaboração de uma resposta a Chomsky. Para a grande maioria dos membros da comunidade científica da área na época, este silêncio consistiu numa clara manifestação da impossibilidade de se elaborar uma réplica convincente aos argumentos de Chomsky. O sentimento geral, portanto, era o de que Chomsky realmente havia sepultado as pretensões de explicar os comportamentos humanos por métodos behavioristas.

Este silêncio só foi quebrado mais de uma década depois, num texto que é ainda hoje uma leitura indispensável para o debate sobre este assunto. Trata-se do consagrado *On Chomsky's review of Skinner's Verbal Behavior*, de Kenneth MacCorquodale²⁶. Esta réplica gira em torno da acusação de que Chomsky não compreendeu correctamente os conceitos basilares do behaviorismo radical. Coincidentemente, esta foi a mesma acusação

²⁵ Cf. SKINNER, B. F. **Beyond freedom and dignity**. Cambridge: Hackett Publishing Company, 2002, p. 240.

²⁶ Cf. MACCORQUODALE, Kenneth. On Chomsky's review of Skinner's Verbal Behavior. **Journal of the experimental analysis of behavior**. v. 13, n. 1, p. 83 – 99, jan. 1970.

formulada pelo próprio Skinner ao falar sobre a recensão de Chomsky²⁷. Para Skinner, além do estilo desagradável e deselegante, Chomsky havia entendido a sua posição de modo equivocado, pois o considerava apenas como um teórico que tratava a espécie humana do mesmo modo que tratava pombos num laboratório.

Depois da publicação do texto de MacCorquodale, outras tentativas de resposta a Chomsky foram escritas²⁸. Porém, este esforço não foi suficiente para impedir ou mesmo amenizar os danos que a crítica de Chomsky trouxe para a imagem do behaviorismo diante da comunidade científica.

Posto isto, convém notar que, mais do que limitar-se a constatar a incapacidade das teorias behavioristas da linguagem em darem conta deste complexo fenômeno humano, a crítica chomskyana a *Comportamento Verbal* de Skinner abriu espaço para o surgimento de uma nova ciência da linguagem e do comportamento. Desnecessário será dizer que é precisamente no âmbito deste novo quadro científico que Chomsky constrói a sua teoria linguística.

²⁷ Cf. SKINNER, 2002, p. 240.

²⁸ Cf., por exemplo, CARRARA, 2005; ZURIFF, Gerald E. **Behaviorism**: a conceptual reconstruction. New York: Columbia university Press, 1985; RICHELLE, 2003; PALMER, David C. On Chomsky's appraisal of Skinner's *Verbal Behavior*: a half century of misunderstanding. **The Behavior Analyst**, v. 29, p. 253 – 267, 2006; JUSTI, Francis Ricardo dos Reis; ARAÚJO, Saulo Freitas. Uma avaliação das críticas de Chomsky ao *Verbal Behavior* à luz das réplicas behavioristas. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 267 – 274, 2004; VIRUÉS-ORTEGA, Javier. The case against B. F. Skinner 45 years latter: an encounter with N. Chomsky. **The Behavior Analyst**, v. 29, p. 243 – 251, 2006.

CAPÍTULO 2

O INATISMO LINGUÍSTICO DE CHOMSKY

2.1. O paradigma científico subjacente à linguística chomskyana

O capítulo anterior encerrou-se com a afirmação de que as críticas chomskyanas à obra *Comportamento Verbal* de Skinner fizeram com que a visão behaviorista da atividade linguística e da sua aquisição entrasse em colapso. Com efeito, o ambiente resultante da recensão feita por Chomsky fez reemergir várias questões relacionadas com o estudo da linguagem humana, que teriam sido completamente ignoradas pelo paradigma behaviorista. A estas novas questões, diferentes respostas têm sido dadas. Dentre elas, as que têm se mostrado mais promissoras são aquelas que, como a teoria chomskyana, se inserem no âmbito da chamada “revolução cognitivista”, que instaurou um novo paradigma no estudo da psicologia.

Tendo como base a combinação de ideias advindas de estudos experimentais realizados e desenvolvidos nos diversos ramos da antropologia, psicologia, linguística, neurociência, e ciência da computação, este novo paradigma de investigação parte da ideia de que nenhum comportamento humano – inclusive o linguístico – será correctamente entendido sem se levar em conta a organização e a estrutura mentais dos seres humanos. Na verdade, seu ponto de partida é a constituição de uma teoria da mente de carácter essencialmente naturalista, na qual a mente agora concebida não é a “mente fenomenológica”, mas é, por assim dizer, a “mente natural”. Esta é caracterizada pelos processos e estruturas bio-psicológicos que constituem o aparelho cognitivo humano. Trata-se, portanto, de investigar a linguagem e a mente por meio de uma metodologia naturalista.

Segundo o próprio Chomsky²⁹, o naturalismo enquanto metodologia difere, em muitos aspectos, das distintas formas de naturalismo metafísico (por exemplo, materialismo eliminativista ou epistemologia naturalizada de Quine) presentes no debate filosófico contemporâneo. A metodologia naturalista por ele reivindicada e utilizada nas suas investigações sobre a linguagem e a mente não é, em si mesma, uma doutrina sobre que coisas existem no mundo, ou mesmo sobre a sua natureza. De facto, como bem nos diz John Collins, o naturalismo metodológico chomskyano “não traz compromissos substanciais, como o que o mundo natural contém ou mesmo como ele é organizado; pelo contrário, constitui um conjunto de hipóteses de trabalho sobre a forma como devemos investigar fenómenos”³⁰.

Chomsky pretendeu apenas fornecer os fundamentos teóricos para a formação de uma ciência da linguagem. Este empreendimento teórico se revela assim como um programa de investigação empírica, o qual constituiu um dos fios condutores do desenvolvimento das chamadas “ciências cognitivas”. Todo este percurso foi delineado numa linha de investigação que ficaria conhecida como o programa da “gramática gerativa”. O seu objetivo central – segundo o próprio Chomsky – “consiste em determinar e caracterizar as capacidades linguísticas de indivíduos particulares”³¹. Deste ponto de vista, uma teoria da gramática gerativa deverá sempre ser uma teoria que se ocupa do estado da mente de um falante que conhece uma língua específica.

Por ser de facto um plano de pesquisa empírica, o passo que deverá ser dado inicialmente para tentar se compreender o programa proposto por Chomsky é o de identificar e caracterizar o seu objeto de estudo. Da perspectiva chomskyana, o estudo da

²⁹ CHOMSKY, Noam. **New horizons in the study of language and mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Versão portuguesa usada nessa tese, (Cf. _____. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Trad. de Marco Antônio Sant’Anna. São Paulo: Unesp, 2005, p. 79-85).

³⁰ COLLINS, J. **Chomsky: a guide for the perplexed**. London: Continuum, 2008, p.16

³¹ CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Massachusetts: MIT Press, 1995. Versão portuguesa usada na tese: (Cf. _____. **O programa minimalista**. Trad. de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1999, p. 52).

gramática gerativa não só provocou uma mudança radical no tratamento dos problemas linguísticos, como também representou uma mudança na definição do objeto a ser investigado: este deixou de ser visto a partir de uma perspectiva comportamentalista, e passou a ser visto a partir de uma perspectiva cognitivista³². Tal objeto seria uma estrutura mental, e não comportamentos, expressões linguísticas, ou mesmo palavras. Esta estrutura mental, por sua vez, seria parte da mente entendida como um objeto físico. Não obstante, a caracterização científico-cognitivista das estruturas subjacentes aos mecanismos que a compõem deveria ser feita num nível de razoável abstração. Dito por outras palavras, a teoria chomskyana da mente é uma teoria de cariz essencialmente computacional.

2.2. Língua-I e Língua-E

A fim de percebermos melhor esta mudança na definição do objeto de investigação é indispensável entendermos, primeiro, o que Chomsky entende por “língua”. Trata-se de compreendermos, na verdade, a distinção feita por ele entre o que ele chama língua-I e língua-E. Fundamentalmente, o propósito desta distinção é o de determinar a diferença fundamental entre, por um lado, a “noção intuitiva” de língua, e, por outro lado, as “abordagens científicas” desta noção, ou seja, aquelas que realmente são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma ciência da linguagem.

“Língua-E” é uma expressão que refere a noção pré-teórica, intuitiva, de língua. É, com efeito, uma formulação mais precisa da noção de língua que já existe no senso comum. Diz respeito, portanto, à noção que capta as línguas naturais, tipicamente encaradas como possuindo uma elevada dimensão política, histórica e social³³. Esta é a

³² Cf. CHOMSKY, N. **Knowledge of language: its nature, origin and use**. London: Praeger, 1986. Tradução portuguesa: (Cf. _____. **O conhecimento da Língua: sua natureza, origem e uso**. Lisboa: Caminho, 1994, p. 23).

³³ Cf. CHOMSKY, N. **Language and problems of knowledge**. Cambridge: The MIT Press, 1988.

noção de língua utilizada quando se fazem, por exemplo, distinções entre os vários idiomas existentes, ou quando se estabelecem fronteiras geográficas através da língua que se fala entre os moradores de uma circunscrição regional ou territorial.

A utilização da letra “E” na expressão “língua-E” serve para indicar que esta noção concebe uma língua de um ponto de vista *externalizado* e *extensional*. Por “externalizado”, quer-se evidenciar que a língua assim concebida é-o como um fenómeno externo ao cérebro do falante, e que, portanto, deverá ser compreendido independentemente das propriedades mentais do mesmo. Já por “extensional”, deseja-se ressaltar que este conceito de língua concebe o seu objeto como sendo um conjunto, no sentido do termo usado na teoria matemática dos conjuntos, ao qual pertencem elementos de um certo tipo, nomeadamente, elocuições passíveis de serem pronunciadas pelos membros de uma dada comunidade de utentes de uma determinada língua.

Assim caracterizada, uma “língua-E” pode ser definida como a totalidade de enunciados que um indivíduo é capaz de aprender numa dada comunidade linguística. Neste caso, tal totalidade é gerada por um sistema formal que constitui a própria gramática desta língua. Porém, porque esta totalidade de enunciados, definida extensionalmente, pode ser gerada por mais do que um sistema formal, a gramática de uma língua-E é caracterizada pelos seus teóricos como sendo arbitrária. Deste modo, ao assumir a noção caracterizada pelo termo “língua-E” como constituindo o objeto de estudo da linguística – como, segundo Chomsky, o fez toda a tradição estruturalista – o linguista é livre de escolher uma gramática de entre as várias possíveis para proceder à descrição estrutural dessa língua. Mas não é esta a noção de língua que Chomsky aceita como definindo o objeto de estudo da linguística.

Embora reconheça que, ao fazerem determinados inventários dos elementos linguísticos que compõem uma dada gramática, os variados modelos linguísticos que

concebem o seu objeto de estudo segundo o modelo da língua-E deram importantes contribuições para a compreensão das estruturas organizacional e fonética de algumas línguas estudadas, Chomsky assegura que é exatamente por ser *extensional*, *externalizada*, e atribuir um carácter arbitrário às gramáticas que desenvolve, que essa noção de língua não serve para os propósitos de uma investigação científica da linguagem. Um ponto importante de seu argumento é o de que a noção de língua-E exclui do seu âmbito todas as sentenças “mal-formadas” produzidas pelos seus falantes. Entretanto, na realidade, tais sentenças não podem ser excluídas da linguagem, pois é inegável que servem, do mesmo modo que as sentenças “bem-formadas”, a propósitos de comunicação. É o que se verifica, por exemplo, no caso das seguintes sentenças: “O elemento principal da pesquisa é os alunos” e “O elemento principal da pesquisa são os alunos”. Como pode ser conferido, a segunda sentença está gramaticalmente errada, de acordo com a gramática padrão da língua portuguesa. Apesar disto, porém, Chomsky defende que é inegável que ela serve aos propósitos da comunicação – tanto quanto a primeira – e, precisamente por isso, não tem qualquer cabimento dizer que ela não pertence à língua.

Além disso, em segundo lugar, Chomsky entende também que, por partirem da ideia de que a linguagem é um fenómeno eminentemente social, as teorias linguísticas que assumem a noção de língua-E como sendo o seu objeto de estudo não são capazes de fornecer a precisão exigida num estudo empírico da linguagem. Agora, sua alegação principal é a de que, ao enfatizarem as manifestações comportamentais deste fenómeno, tais teorias não são tão rigorosas nos critérios usados para, por exemplo, determinar se alguém fala ou não a nossa língua, ou mesmo na utilização de expressões como: “mesma língua”, “língua materna”, “língua regional”, etc., quando se efetuam comparações entre duas línguas-E. O seu argumento consiste em que as expressões acima descritas, bem como as suas variantes, são expressões tomadas dentro de um contexto específico e, por

isso, não podem ser tomadas de forma independente das funções que cumprem nestes contextos, como o exige o estudo científico.

Para tornar esta ideia mais clara, consideremos as seguintes situações. Afirmar que “os brasileiros não falam a ‘mesma língua’ que os portugueses” pode ser útil ou não, dependendo do contexto no qual a sentença é pronunciada. Se, numa dada conversa, se quer evidenciar as diferenças existentes entre eles, dizer que não falam a mesma língua pode ser proveitoso. Todavia, havendo uma mudança no contexto, a utilização da expressão “mesma língua” pode não ser tão proveitosa assim. Ora, se um termo científico deve ser formulado num vocabulário próprio, termos que não possam ser tomados independentemente das funções que desempenham nos seus usos quotidianos não podem ser utilizados no vocabulário científico, uma vez que o estudo empírico da linguagem exige uma precisão que tais termos não podem atingir. Além disso, dado que as línguas concebidas como língua-E possuem muitos dialetos bastante diferentes (é o caso do “chinês”, por exemplo), é muito improvável que tal precisão seja alcançada.

Com estas considerações, portanto, o que no fundo está sendo aqui defendido por Chomsky é o facto de que, assim caracterizadas, as línguas concebidas como língua-E não são objetos do mundo real, mas são, antes, objetos artificiais, arbitrariamente construídos³⁴. Isto implica dizer que tal conceito não é apropriado para servir de base à atividade teórica associada a uma investigação científica genuína e, por isso mesmo, não há lugar para ele no projeto chomskyano³⁵. No fundo, quer-se defender que esta noção de língua em nada nos ajuda na compreensão dos processos mentais/cerebrais que subjazem à efetivação de toda e qualquer atividade linguística.

Disto decorre que, para se fazer uma ciência da linguagem e dar uma abordagem teórica mais consistente e rigorosa ao estudo deste fenómeno, precisamos de uma noção

³⁴ Cf. CHOMSKY, N. Language and nature. *Mind*. v. 104, 413, Oxford, p. 1 – 61. 1995.

³⁵ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 55.

técnica de língua, que configure um objeto de estudo real e concreto. Precisamos, assim, de uma noção de língua que seja independente tanto dos contextos de usos como das intenções dos utentes da linguagem. A noção de língua que atende estas características foi denominada por Chomsky de língua-I. Tal noção concebe a língua como sendo o conhecimento linguístico internalizado de um falante, consistindo, assim, num repositório de conhecimentos que o falante possui sobre significados, sons e estruturas organizacionais da linguagem. Este conjunto de conhecimentos é o que lhe permite compreender e produzir um número potencialmente infinito de expressões linguísticas.

A utilização da letra “I” na referida expressão serve para indicar que a noção que ela refere concebe uma língua como sendo um objeto *internalizado, individual e intensional*.

Por *internalizado*, quer-se evidenciar que a língua aqui considerada constitui um sistema representado na mente/cérebro do falante. Desse modo, ela é um objeto mental, independente de outros elementos no mundo. Esta característica é, sem dúvida, o aspecto mais controverso da noção de língua admitida por Chomsky como sendo o objeto de estudo da linguística. Ela tem sido o ponto de discórdia em muitos debates entre Chomsky e os filósofos contemporâneos da linguagem. Alguns intérpretes da obra chomskyana argumentam que o aspecto internalizado da noção de língua por ele assumida decorre do seu compromisso com o naturalismo metodológico³⁶. Chomsky parece não concordar com esta conclusão, e chega mesmo a dizer explicitamente que naturalismo e internalismo são noções independentes³⁷. Porém, para ele, “embora o naturalismo não implique uma abordagem internalista, parece não deixar qualquer alternativa”³⁸.

³⁶ Cf. STAINTON, R. Meaning and reference: some chomskian themes. *In*: LEPORE, E.; SMITH, B. C. (eds.). **The Oxford handbook of philosophy of language**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 929 – 930.

³⁷ Cf. CHOMSKY, 2000, p. 134.

³⁸ CHOMSKY, *apud* EGAN, F. Naturalistic Inquiry: Where does Mental Representation Fit in? *In*: ANTONY, L. M.; HORNSTEIN, N. (eds.). **Chomsky and his critics**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 90.

A língua-I é, também, *individual*, isto é, é um fenómeno ligado a um falante particular. Dado que a língua-I está localizada na mente/cérebro de um indivíduo, ela é, evidentemente, individual.

Ela é ainda *intensional*. Em filosofia, este termo denota o sentido, o *Sinn*, de uma dada expressão, em contraste com a sua referência, o *Bedeutung*. Diferente disto, por “intensional” Chomsky quer significar que a língua-I é um “procedimento específico que gera infinitamente muitas expressões linguísticas”³⁹. Trata-se, de facto, de uma função que só adequadamente se deixa apreender por intermédio de sua definição qualitativa, e não por uma qualquer definição extensional sugerida a partir da consideração de seu *output*. A língua-I é assim um processo gerativo⁴⁰.

Tal objeto é constituído por estados da mente, fisicamente realizados, e não por conjuntos de palavras, sentenças, ou quaisquer outros produtos linguísticos. Há que notar que cada um desses aspectos mentais está no mesmo nível fisiológico que os aspectos mecânicos, químicos, óticos, etc., que também caracterizam o ser humano. Neste sentido, a linguística torna-se parte da psicologia cognitiva, e deve, como tal, ser tratada. O que significa que ela deve ser vista como um ramo da ciência natural, abordando o seu objeto de estudo de uma forma objetiva, sistemática, rigorosa e teoricamente enquadrada.

A investigação que Chomsky pretende realizar incide assim sobre a geração, a compreensão e o uso da linguagem por um falante. Ou seja, incide sobre um sistema de conhecimento interiorizado no seu cérebro. Este sistema constitui a gramática da língua deste falante. Esta gramática, conhecida como gramática-I, consistiria também num sistema de procedimentos mentais, fisicamente realizados no seu cérebro. Enquanto descrição do conhecimento linguístico de um utente da linguagem, ela não é uma mera

³⁹ Cf. CHOMSKY, 2000, p. 169.

⁴⁰ Sobre isso, (Cf. COLLINS, 2008, p. 140).

descrição da estrutura das sentenças que compõem a sua língua-E e que ele pode ou não pronunciar.

Assim concebida, a gramática-I consiste na descrição de estruturas da mente humana, formulada num certo nível de abstração. Com isto, Chomsky defende que a compreensão adequada dos aspectos criadores e abstratos do comportamento verbal está em íntima ligação com o estudo da psicologia humana, competindo à ciência da mente fornecer a contraparte física para esta abstração. É precisamente isto que faz com que a natureza da investigação chomskyana seja diferente da que é empreendida pelos teóricos da língua-E. Pois, conhecer uma dada língua é, agora, conhecer uma propriedade dos seus utentes, e não conhecer um objeto arbitrário, externo e fortemente marcado por uma dimensão social.

Neste sentido, a tarefa de um linguista que assume a língua-I como o seu objeto de estudo não está delimitada por nenhuma gramática acadêmica específica, mas é, antes, a de determinar aquela gramática que existe no cérebro de um utente da linguagem, e que é a responsável pela sua aquisição, uso e compreensão. A tarefa do linguista se resume, então, em saber qual é a natureza geral do conhecimento da língua. Dado que tal natureza é inseparável do problema de como este conhecimento é adquirido e de como ele é utilizado, a sua pretensão é, de facto, a de não só saber qual é a natureza da linguagem, mas também a de como se dá a sua origem, e como ela é usada⁴¹. Precisamente, saber: (1) o que constitui o conhecimento da língua, (2) como esse conhecimento é adquirido, e (3) como ele é usado. Essas são as três perguntas que Chomsky utiliza para definir todo o seu projeto de pesquisa.

Porém, tendo em conta o quadro paradigmático e científico por ele adotado, o que na verdade está por detrás de todas estas questões é uma outra que fundamentalmente as

⁴¹ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 23.

sedimentada, e que constitui, por assim dizer, a real base empírica de seu projeto. Trata-se de saber quais os sistemas físicos/mentais existentes no cérebro de um utente da linguagem que servem de base para o sistema de conhecimento linguístico e como é que esses mecanismos se realizam⁴². Reconhecendo que essas são questões basilares para a compreensão do fenómeno linguístico, Chomsky não só acredita que a sua teoria linguística explica adequadamente grande parte dos problemas por elas levantados – principalmente de como se dá o processo de aquisição e compreensão da linguagem –, como também tem a convicção que o progresso científico trará soluções no âmbito de sua teoria para outros problemas já postos, mas ainda não resolvidos.

Considerando, pois, o quadro teórico do programa chomskyano, e seguindo o seu próprio esboço, a primeira das questões acima referidas é respondida por uma caracterização daquilo que ficou conhecido como uma “gramática gerativa particular”. Basicamente, os pontos principais que marcam esta caracterização são: a maneira como o conhecimento linguístico é concebido, por um lado, e o que é suposto para que um falante produza novas e diferentes expressões jamais lidas ou ouvidas, por outro lado. Por sua vez, os problemas que envolvem a questão dois são tratados por uma especificação do que Chomsky chamou de *Gramática Universal*, e de como os *princípios* desta gramática dão origem a uma língua particular, através da interação com um ambiente linguístico. A última das perguntas apresentadas refere-se ao modo como o conhecimento (da língua) atingido interfere na expressão do pensamento e na comunicação e, portanto, é tratado a partir da distinção chomskyana entre *competência* e *performance*. A fim de se ter uma melhor compreensão desse quadro teórico, segue-se uma mais detalhada exposição da resposta chomskyana a cada uma dessas questões.

⁴² Cf. CHOMSKY, 1988, p. 133; e, ainda: CHOMSKY, 1999, p. 55.

2.3. A *Faculdade da Linguagem* e a natureza da linguagem

Tendo como ponto de referência a psicologia individual, a resposta dada por Chomsky à questão de o que constitui o conhecimento da língua é a de que este é um conhecimento gramatical interiorizado; uma língua é assim concebida como um sistema de princípios computacionais e um léxico, radicados na mente humana. Sendo o conhecimento da língua assim caracterizado, a pergunta nuclear que se impõe é a de saber como ele se implementa na mente dos seus utentes. No âmbito do programa chomskyano, esta questão é respondida com aquilo que ele denominou “gramática gerativa particular”.

Na economia geral de sua teoria, este conceito se ocupa do estado da mente/cérebro do indivíduo que conhece uma língua particular. Esta circunscrição dos aspectos a serem estudados pela gramática gerativa é o que realmente possibilita a alegada mudança na abordagem dos problemas que envolvem a linguagem, isto é, é o que faz com que o objeto de estudo da linguística consista, em última instância, em algo enraizado na mente humana, e não em propriedades ou comportamentos linguísticos, quaisquer que sejam eles. Não há, portanto, qualquer interesse pela análise das expressões linguísticas consideradas em si mesmas, separadas das propriedades mentais que estão envolvidas em sua produção e compreensão. Nem há qualquer interesse pelos aspectos sociais que envolvem as variadas comunidades linguísticas; o foco se restringe aos aspectos mentais dessas línguas.

Assim caracterizada, pode-se dizer que o estudo da gramática gerativa de uma língua particular se ocupa com os aspectos psicológicos da linguagem. O conjunto destes aspectos é determinado pelo que Chomsky denominou de “faculdade da linguagem”, que é concebida como sendo uma componente cognitiva *inata*, independente, e biologicamente determinada na espécie humana. Trata-se, no fundo, de um alegado dispositivo comum a

todos os seres pertencentes a essa espécie, e que se caracteriza como sendo o “estágio inicial” do sistema linguístico que lhe é peculiar. Como é evidente, a linguagem seria, deste ponto de vista, uma necessária consequência fisiológica do aparelho biológico humano.

Assim caracterizada, a *faculdade da linguagem* é concebida como um módulo independente na psicologia humana. O que na verdade suporta a concepção de uma tal faculdade é a pressuposição de que a mente humana está dividida em diversos compartimentos, e cada um destes é responsável por um dos aspectos da vida mental. A ideia aqui defendida é a de que, assim como possuímos regiões cerebrais distintas para a produção e controlo das emoções, ou mesmo para o uso da memória, também há regiões cerebrais autónomas que são responsáveis pela atividade linguística. Uma forte evidência para a hipótese de uma localização cerebral específica de um módulo mental que é responsável pela linguagem pode ser encontrada no modo como, empiricamente, se concebe algumas desordens no exercício da linguagem como a *afasia* e a *disfasia*.

Neste sentido, então, a *faculdade da linguagem* pode ser considerada como um “órgão linguístico” no mesmo sentido em que, na ciência, se fala em órgãos biológicos como: o coração, o rim, o baço etc. Assim compreendida, a linguagem é, com efeito, um subsistema de uma estrutura mais complexa, cuja compreensão depende não só da compreensão particular de cada um dos órgãos que compõem tal estrutura, mas também de como eles interagem entre si. Convém notar que, diferentemente desses outros órgãos biológicos, crê-se que a *faculdade da linguagem* está fisicamente presente no cérebro, mas a sua posição nele ainda nos é desconhecida.

Uma das consequências imediatas desta maneira de pensar a natureza da linguagem é a de que as línguas naturais são adquiridas e faladas *apenas* pelos membros da raça humana, porque apenas eles possuem o tipo de estrutura mental que as torna possíveis.

Ao tomar a linguagem como um atributo biológico, a perspectiva de Chomsky revela-se como uma concepção naturalista de linguagem. Porque ela tem como base a suposição de que a linguagem é uma faculdade mental específica, a preocupação básica de Chomsky é a de caracterizar os estados desta faculdade, isto é, os vários estágios de seu desenvolvimento. Cada um destes estágios corresponde a cada uma das etapas de desenvolvimento da língua-I de cada indivíduo. Cada um desses estágios é, assim, o conhecimento linguístico presente na *faculdade da linguagem* de um certo falante, num determinado momento.

Um dado que merece ser já aqui ressaltado é o de que, para Chomsky, é só quando confrontada com as experiências linguísticas vivenciadas por um utente da linguagem dentro da comunidade verbal em que ele está inserido que a *faculdade da linguagem* dá origem ao conhecimento da língua. Repare-se que, neste sentido, ainda que seja essencialmente fundamentada numa perspectiva individual, a posição aqui defendida admite e sustenta a ideia de que, de certa forma, as línguas humanas são um empreendimento de carácter necessariamente social e intersubjetivo. Mais concretamente, assegura-se que é só na interação com um ambiente linguístico que a *faculdade da linguagem* se desenvolve e passa a configurar os variados estágios da língua-I. Como os utentes da linguagem experienciam diferentemente estas interações e o desenvolvimento linguístico apresentado por cada um deles depende de como interagem singularmente com os seus respectivos ambientes linguísticos, é importante destacar que o conhecimento linguístico internalizado de cada um desses falantes lhe é peculiar. Quanto a isso, convém salientar que, diferentemente do que concluíram os empiristas, behavioristas e até pragmatistas, isto não implica dizer que os princípios organizadores da linguagem são resultado da experiência vivida. Pelo contrário, tais princípios são biologicamente inatos, e, sem eles, nenhuma experiência linguística seria possível.

Neste contexto, uma das tarefas do linguista consiste precisamente na explicitação destes princípios. Devido aos pressupostos inatistas, ao se procurar uma descrição da gramática desta língua, o linguista fará, então, uma ciência natural de um módulo da mente, a *faculdade da linguagem*. Entretanto, a ideia da existência de uma *faculdade da linguagem* concebida como uma componente da mente humana, que dá origem ao conhecimento da língua, dada a experiência vivida, é uma ideia que o próprio Chomsky reconhece ser não pouco controversa. Do seu ponto de vista, porém, a *faculdade da linguagem* existe, e a questão que resta saber é a de se ela é uma propriedade inerente à condição humana, distinguindo os homens dos outros animais, ou se é apenas um mecanismo de aprendizagem mais eficaz. A sua resposta é a primeira, e ele espera que os progressos científicos consigam demonstrar a sua veracidade.

2.4. A Gramática Universal e a Teoria dos Princípios e Parâmetros

Com a hipótese da *faculdade da linguagem*, Chomsky explica em que consiste, do seu ponto de vista, a natureza da linguagem. Contudo, nada do que até agora foi dito responde à questão de como é que este sistema de conhecimento se desenvolve na mente dos utentes da linguagem. Ou, como inicialmente apresentado na questão (2) acima: como esse conhecimento é adquirido?

No âmbito da teoria chomskyana, a resposta para esta questão é encontrada na especificação daquilo a que ele chamou “gramática universal”. Esta, por sua vez, consiste num sistema de princípios, condições, e regras, que são elementos e propriedades de todas as línguas⁴³. Trata-se de um mecanismo de aquisição da linguagem constituído pela soma dos princípios linguísticos determinados geneticamente, que precedem qualquer tipo de

⁴³ Cf. CHOMSKY, N. **Reflections on language**. London: Fontana Books, 1976, p. 29.

experiência linguística. Quer isto dizer que, porque a *gramática universal* é uma herança comum, todos os seres humanos compartilham parte de seus conhecimentos linguísticos, independentemente da língua que falem. Este estado inicial é então o primeiro estágio de qualquer língua-I. Mas, repare-se, que, embora se afirme que este estágio é biologicamente determinado, de que modos os genes o determinam é ainda uma questão não respondida.

Como muitas outras de suas noções, a teoria da *gramática universal* defendida por Chomsky passou por vários desenvolvimentos. Esses corresponderam, com efeito, aos progressos alcançados pelo seu programa de investigação. Na verdade, esses avanços foram necessários para atender a duas importantes condições que, do ponto de vista chomskyano, constroem uma qualquer tentativa de teorização linguística. Essas duas condições são: (1) a condição da adequação explicativa – cuja satisfação é obtida se a teoria proposta for capaz de mostrar como cada uma das línguas conhecidas pode ser derivada do estado inicial da *faculdade da linguagem*; e (2) a condição da adequação descritiva – que é satisfeita se essa mesma teoria conseguir explicitar o conhecimento linguístico dos falantes. Trata-se, portanto, de duas diferentes condições, e a distinção entre elas pode ser evidenciada da seguinte forma: enquanto a primeira trata da conexão entre uma dada *gramática-I* e a *gramática universal*, a segunda condição trata da conexão entre a experiência linguística de um utente da linguagem e a sua *gramática-I*.

Se correctamente entendidas, não demorará muito para se perceber que há uma considerável tensão entre a satisfação destas duas tarefas. O problema a ser enfrentado aqui, que, segundo Chomsky, é o problema central do estudo moderno da linguagem, é o de que a teoria da *gramática universal* deve ser suficientemente ampla para contemplar a diversidade das línguas, isto é, deve ser capaz de dar conta da diversidade das gramáticas existentes e possíveis, e, ao mesmo tempo, ser suficientemente restrita nas suas opções, de forma a que possa dar conta do facto de que cada uma dessas gramáticas se desenvolve na

mente do falante de uma língua com base em evidências bastante limitadas. Ou seja, deverá ser de tal maneira restrita, que seja capaz de explicar as propriedades específicas que caracterizam cada uma das gramáticas particulares.

Desta perspectiva, o que a teoria da *gramática universal* deve de facto assumir é um tipo de *gramática* que estaria subjacente a todas as línguas, e que traria consigo os meios que permitiriam o desenvolvimento, a partir dela, das gramáticas de todas essas línguas. Ela deve se apresentar, assim, como uma teoria que visa, por um lado, produzir as bases de qualquer gramática descritivamente adequada para cada língua humana possível; e, por outro lado, sugerir um determinado padrão de explicações para a existência da diversidade das línguas. Vista desse prisma, pode-se dizer que a tarefa do linguista seria a de estudar a capacidade humana de falar e de compreender enunciados linguísticos, e estabelecer a relação entre a *faculdade da linguagem* e as línguas que a atualizam.

Em suas primeiras abordagens, Chomsky atenuou a tensão aqui referida recorrendo aos chamados *universais linguísticos*. Estes foram concebidos como sendo propriedades comuns existentes em todas as línguas, sendo responsáveis por fixarem todas as combinações possíveis, por assim dizer, postas à disposição para formar e constituir as línguas particulares. Nesse caso, cada língua particular se constitui como uma seleção de possibilidades combinatórias estabelecidas: seja pelo que Chomsky chamou de “universais substantivos” – aqueles que dizem respeito aos elementos fonológicos, sintáticos e semânticos das línguas; seja pelo que ele chamou de “universais formais” – aqueles que dizem respeito aos princípios gerais que determinam a forma das regras e do modo de operar com elas, nas gramáticas das línguas particulares⁴⁴. Mais recentemente, Chomsky se referiu aos *universais linguísticos* como provedores de “*princípios e parâmetros*”, diante

⁴⁴ Cf. CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: The MIT Press, 1965, p. 110 – 113.

dos quais cada língua particular se constitui como uma seleção determinada no interior das possibilidades combinatórias postas à disposição⁴⁵.

É, pois, com a *Teoria dos Princípios e Parâmetros* (doravante, *TPP*) que Chomsky julgou ter atendido satisfatoriamente a essas duas condições impostas a qualquer tentativa de teorização linguística. Com ela, ele advoga, por um lado, a existência de *princípios*, que referem-se às propriedades gerais da linguagem humana, e, por outro lado, a existência de um conjunto de *parâmetros*, cujos valores são específicos para cada língua. Nesse sentido, os *parâmetros* podem ser vistos como uma variação específica da efetivação de *universais linguísticos* em uma língua particular. São, assim, aprendidos, e seus valores são fixados pela experiência, de acordo com os *inputs* linguísticos recebidos pelos utentes da linguagem, no momento de sua aquisição. Por sua vez, os *princípios* são fixos, inatos, universais, e estarão incorporados em qualquer gramática final que um falante tenha. Um exemplo disso é o que ficou conhecido como o “princípio da dependência estrutural”. Tal princípio estabelece que, em todas as línguas possíveis, a relação que os diferentes componentes de uma oração mantêm entre si depende de uma estrutura hierárquica, e não da simples sucessão em que eles aparecem na sentença.

É, então, a interação do conjunto de *princípios* com o conjunto de *parâmetros* que determina as possibilidades de variação gramatical das línguas, e as peculiaridades das gramáticas particulares são estabelecidas pela fixação dos *parâmetros* nelas envolvidos. Nesse caso, possuidora de uma *gramática universal*, qualquer criança, ao ouvir uma determinada sentença em uma língua à qual está exposta, é capaz de fixar *parâmetros*. É o que se verifica, por exemplo, quando se fixa o *parâmetro* da omissão ou não dos sujeitos das sentenças. Partindo da suposição de que as sentenças de todas as línguas devem ter sujeito e que este pode ou não ser omitido, caso a criança seja exposta à língua inglesa, o

⁴⁵ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 39 – 195.

parâmetro fixado será o de que o sujeito deve ser sempre preenchido, pois, nesta língua, toda a sentença pede um sujeito explícito. Em contraste com isso, caso a criança seja exposta à língua portuguesa, o valor do *parâmetro* a ser fixado será o de que o sujeito pode ser omitido.

Assim compreendida, a *TPP* pode ser descrita como um modelo teórico que procura investigar de forma adequada os *princípios* que constituem o estado inicial da *faculdade da linguagem*, bem como a sua interação para a constituição das gramáticas particulares. Em outras palavras, na *TPP*, o conhecimento linguístico é abordado, primeiramente, em seu estado inicial, e, a partir daí, busca-se explicar como é possível derivar, deste estado, a enorme variedade de línguas existentes. É escusado dizer que o transcorrer da experiência e as propriedades externas das línguas humanas estão à disposição para serem estudados, mas ainda há muitas questões em aberto sobre este alegado estado inicial da linguagem, nomeadamente, (1) de que modo ele é geneticamente determinado, (2) quais são os mecanismos cerebrais nele envolvidos, e (3) qual é a sua relação com outros sistemas mentais. Sendo assim, a perspectiva aqui defendida é a de que este estado inicial recebe como *inputs* dados da experiência linguística, e fornece como *output* a língua, que constitui um objeto internamente representado na mente.

Para tentar elucidar isto, Chomsky se utiliza de uma imagem bastante esclarecedora⁴⁶. Ele concebe o estado inicial da *faculdade da linguagem* como sendo uma rede fixa, conectada a um quadro elétrico de distribuição. A rede é constituída pelos *princípios* da linguagem, e os *parâmetros* são os interruptores dentro do quadro. A maneira como estes interruptores são acionados é que determina cada uma das línguas humanas possíveis. Quer dizer, elas (*outputs*) são determinadas por um conjunto específico de *parâmetros* que são fixados pela experiência linguística (*inputs*) vivida pelos falantes

⁴⁶ Cf. CHOMSKY, 2005, p. 37.

quando de aquisição da linguagem. Quando todos os *parâmetros* estão fixados, diz-se que a criança adquiriu uma “gramática nuclear”, isto é, um sistema complexo de valores, estabelecido por conexões específicas entre *princípios* e *parâmetros*, ao qual é acrescentada uma “periferia” com exceções marcadas com base na experiência linguística. Nesse caso, a gramática de uma dada língua *L* é a teoria de *L* elaborada pelo linguista, consistindo em uma gramática nuclear e uma descrição da periferia⁴⁷.

Desse modo, portanto, a aquisição da linguagem pode ser interpretada como sendo um processo de fixação dos *parâmetros* inscritos no estado inicial, num dos modos permitidos. Mais concretamente, se acionado, certo conjunto de interruptores poderá determinar, por exemplo, que o adjetivo segue-se ao substantivo, como ocorre na língua portuguesa, mas, se desligado, poderá determinar que o adjetivo vem antes do substantivo, como na língua grega. Dessa forma, cada língua é resultado da conjunção recíproca do estado inicial e do decurso da experiência linguística vivida pelo utente da língua. Quer dizer, cada uma delas tem uma quantidade de *parâmetros*, e pequenas alterações nas configurações de um conjunto deles poderá gerar uma enorme variedade de *outputs*.

Para melhor compreendermos os aspectos fundamentais desta formulação da *TPP* é importante ressaltar que, segundo o próprio Chomsky, um passo decisivo que permitiu esta formulação foi a constatação da existência de certas estruturas comuns em todas as línguas conhecidas; a presença destas estruturas comuns faz com que haja uma assinalável uniformidade entre elas. A ideia que subjaz a esta constatação é a de que, quando se comparam as línguas naturais, encontra-se nelas idêntica complexidade estrutural. Desse ponto de vista, as línguas humanas são formadas por determinadas estruturas sintáticas que variam apenas em sua ordem, isto é, na maneira como estão dispostas nas sentenças. Estes elementos essenciais são, na terminologia chomskyana, o “núcleo”, o “argumento” e

⁴⁷ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 217.

o “adjunto”. De maneira simples e resumida, o “núcleo” da sentença é aquilo acerca de que se fala; o “argumento” é um complemento para o “núcleo”; e o “adjunto” é concebido como aquele elemento que acrescenta informações que permitem identificar o referente. A esta tríade, ainda pode-se acrescentar um quarto elemento. Trata-se do sujeito das sentenças em que há um agente.

Para exemplificar cada uma dessas partes constituintes essenciais, consideremos a seguinte sentença: “Carlos comprou um sofá no IKEA de Loures”. O “núcleo”, aquilo de que se fala, é a “compra”. O ato de “comprar” é acompanhado pelo “argumento”: “um sofá”. O “adjunto” é a informação adicional “no IKEA de Loures”. E o agente causal desse ato, o sujeito, é “Carlos”. O ponto para o qual Chomsky chama a nossa atenção com a sua alegação acima descrita é o de que há uma ordem para que a sentença seja considerada “bem-formada”. Não consideraríamos “bem-formada” a sentença: “Carlos um sofá de Loures no IKEA comprou”. A sequência estabelecida é a de que o “núcleo” deve sempre vir antes do “argumento”, e este antes do “adjunto”.

Esta é precisamente a estrutura frásica que constitui grande parte das línguas humanas existentes. As línguas que não compartilham dessa estrutura, como a língua japonesa, por exemplo, possuem uma estrutura inversa, e nelas, a única diferença é a de que o “núcleo” vem depois do “argumento”. Isto implica dizer que, em todas as sentenças “bem-formadas” em qualquer língua possível, o “núcleo” ou vem antes ou vem depois do “argumento”, mas os elementos que a compõem são os mesmos. Além dessa, não encontramos nenhuma outra variação. É precisamente isso que leva Chomsky a afirmar que as línguas existentes e possíveis são ajustadas no mesmo molde. Numa imagem sugerida por ele, se um cientista marciano viesse à Terra, ele provavelmente concluiria que

todos os homens falariam a mesma língua, com apenas pequenas variações periféricas e superficiais⁴⁸.

Em termos da *TPP*, o que de facto está aqui a ser defendido é a ideia de que as línguas humanas possíveis possuem como *princípio* o facto de que toda a estrutura frásica será formada por um “núcleo”, um “argumento”, e um “adjunto”, e estes, por sua vez, serão articulados com o *parâmetro* “núcleo inicial” ou “núcleo final”. O que determinará a seleção de um desses *parâmetros* é, como já dito, a experiência linguística vivida no contexto da aquisição da linguagem. Todavia, devido aos pressupostos que subjazem à *TPP*, o instante exato de tal seleção é uma determinação bio-genética. A razão para se pensar assim é porque, como a *faculdade da linguagem* é um “órgão biológico” como qualquer outro existente em nosso corpo, em algum momento de seu desenvolvimento ela torna-se capaz de operar esta seleção. Uma das mais importantes conclusões que decorre dessa caracterização da *TPP* é a de que, se isto de facto for assim, então é-nos possível determinar uma língua simplesmente pela identificação da configuração dos *parâmetros* que a especificam.

2.5. O inatismo e o processo de aquisição da linguagem

Do modo como foi acima caracterizada, a evolução no sentido da *TPP* significou não só uma adequação do conceito da *gramática universal* frente aos questionamentos surgidos em torno da definição da mesma, mas também diante das novas descobertas na área da aquisição da linguagem. Por isso, é de posse dessas considerações gerais sobre a *TPP* que estaremos em melhores condições de compreender aquilo que se pode chamar de objetivo principal do programa de investigação de toda *gramática gerativa*: resolver o

⁴⁸ Cf. CHOMSKY, 2005, p. 7.

problema de saber como é que a gramática se desenvolve na mente do utente da linguagem. Trata-se, assim, de saber como a linguagem é adquirida, e seu objetivo central é o de entender a função específica da mente humana neste processo.

Um ponto digno de nota é o de que este tipo de objetivo só é perseguido por aqueles que assumem a língua-I como o seu objeto de estudo, pois, como já foi dito, do ponto de vista dos que assumem a língua-E como objeto de estudo, a descrição da estrutura da mente não assume nenhum papel na descrição da aquisição da linguagem. Isto, porém, não implica não reconhecer a necessidade de estimulação apropriada por *inputs* linguísticos. Quer dizer, se, por um lado, é verdade que *inputs* externos são necessários para ativar e estimular o funcionamento dos *princípios* inatos, por outro lado, esses *inputs* não determinam eles próprios a forma do que é adquirido. A ideia que subjaz a esse ponto de vista é a de que a estrutura de uma língua é determinada por aspectos não possíveis de serem controlados pelos indivíduos⁴⁹.

Todo esse processo de aquisição da linguagem gira em torno de três factores intrinsecamente ligados: os *princípios* da *faculdade da linguagem*, os mecanismos gerais de aprendizado geneticamente determinados, e a experiência linguística da criança numa dada comunidade verbal. Dado que o conhecimento da língua adquirida que é utilizado pela criança na fala e compreensão é fornecido pela interação daquilo que é biologicamente determinado com o ambiente linguístico no qual ela vive, o papel da mente neste processo parece ser o de fornecer uma maneira específica de identificar e extrair informações relevantes do ambiente linguístico circundante, através de certos mecanismos biologicamente determinados. Tais mecanismos tanto podem ser específicos da *faculdade da linguagem*, como podem pertencer a mecanismos mais gerais de aprendizagem.

⁴⁹ Cf. CHOMSKY, 1965, p. 143.

As propriedades fundamentais da linguagem são assim determinadas por estruturas cerebrais. Quer dizer, o modo como a linguagem é adquirida resulta do desencadear de um *dispositivo* inato, inscrito na mente. Chamado de “dispositivo de aquisição da linguagem” (doravante, *DAL*), este dispositivo é o mecanismo por meio do qual uma criança é capaz de atingir uma gramática-I específica e final, quando inserida numa comunidade linguística. O pressuposto, então, é o de que tal dispositivo faz desabrochar, de modo relativamente fácil e de maneira muito rápida, o que já está biologicamente inserido na mente da criança. Neste caso, o seu conhecimento linguístico inato é projetado para fora, e a interação com o ambiente linguístico externo é o que proporciona o desenvolvimento de sua língua-I.

Importa ressaltar aqui que, devido aos pressupostos assumidos pela tese inatista, a gramática desta língua-I constitui um sistema autónomo. Isto nos remete para a ideia de que o aprendizado da linguagem independe de qualquer outro componente cognitivo existente na mente humana e de outras formas de aprendizado. Ou seja, a ideia de que a *faculdade da linguagem* é um módulo independente do cérebro implica que o conhecimento linguístico seja independente do conhecimento produzido por outros módulos da mente, e que o desenvolvimento da linguagem independe do desenvolvimento de outras faculdades cognitivas. Quer isto dizer que os *princípios* linguísticos da *gramática universal* não operam em outros módulos da mente, e que o *DAL* difere dos outros mecanismos, como o do aprendizado das operações matemáticas, por exemplo. É por isso que, segundo alega o inatismo, há casos em que a criança apresenta certa deficiência no desenvolvimento intelectual, mas a sua capacidade de aquisição da linguagem permanece intacta. Há, por exemplo, casos de pessoas com atraso ou outros problemas mentais, mas que não apresentam problemas linguísticos, enquanto outras possuem diversos problemas linguísticos, mas apresentam outras capacidades cognitivas normais.

2.5.1. Evidências empíricas a favor da tese inatista sobre o aprendizado linguístico

Com a introdução da hipótese da existência do “dispositivo de aquisição da linguagem”, Chomsky pretende dar uma resposta satisfatória ao que ficou conhecido como o “problema lógico da aquisição da linguagem”. Tal problema gira em torno de uma pergunta nuclear que consiste em saber como é possível que as crianças adquiram uma língua, dado que elas não têm informações suficientes para efetuarem tal tarefa. Trata-se, portanto, de saber como a linguagem é adquirida de maneira regular e num período de tempo relativamente breve, apesar das insuficiências do conjunto de *inputs* recebidos.

Para tratar deste tema, Chomsky recorre a vários argumentos. O mais conhecido destes é o chamado “argumento da pobreza dos estímulos” (doravante, *APE*)⁵⁰. Segundo Chomsky, o *APE* pretende responder à seguinte questão: como é que os seres humanos podem saber tanto diante de evidências tão escassas e fragmentadas?⁵¹. Esta pergunta é, na verdade, uma versão simplificada do que ele chamou de “problema de Platão”. Originalmente, esse problema foi caracterizado como sendo um problema referente à aquisição de conhecimento, e consiste em saber como é que os seres humanos, cujos contatos com o mundo são tão breves e limitados, são capazes de conhecer tanto como realmente conhecem.

O ponto de partida do referido argumento é a constatação de quão insuficientes são os *inputs* recebidos pela criança, quando comparados à riqueza, especificidade e relativa uniformidade do conhecimento linguístico por ela adquirido. Defende-se, assim, que desde os primeiros estágios do desenvolvimento de sua língua-I, a criança sabe muito mais do que lhe foi fornecido pelas experiências linguísticas que, muitas vezes, são

⁵⁰ Para uma caracterização mais completa deste argumento, (Cf. LAURENCE, Stephen; MARGOLIS, Eric. The poverty of the stimulus argument. **British Journal for the philosophy of science**. Oxford, v. 52, n. 2, p. 217 – 276. June. 2001).

⁵¹ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 15.

extremamente limitadas e até ambíguas. A justificativa para tal ideia é a de que o conhecimento linguístico é muito maior do que a sua manifestação, ou seja, admite-se que há um grande abismo entre os dados linguísticos primários – aqueles a que as crianças têm acesso –, e o conhecimento da linguagem que elas manifestam.

Esses dados linguísticos primários são, com efeito, aquelas expressões simples, do tipo: ‘mamã’, ‘papá’, ‘mesa’ etc., nas quais não são dadas quaisquer informações para a formação de sentenças, nem dados acerca do que é sintacticamente correcto na língua falada. Contudo, as crianças que estão no processo de aquisição da linguagem, mesmo sem terem acesso a qualquer regra de formação de sentenças da língua aprendida, não só são capazes de identificar sentenças “mal-formadas”, como também são capazes de produzir espontaneamente expressões linguísticas regulares. Essa espontaneidade é tanta que chegam a produzir, inclusive, expressões “hiper-correctas” no processo de aprendizado, mas inexistentes na língua oficial, tais como “*eu sabo*”, ao invés de “eu sei”.

Depois de se constatar que bebês ou crianças que se encontram num estado pré-linguístico não têm muitas evidências para produzirem o que produzem em termos linguísticos, a pergunta crucial que se impõe é: de onde, então, vem esse conhecimento para que eles possam proceder desta maneira? A resposta gerativista é, como já visto, a de que há *princípios* linguísticos inatos que guiam a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, e é por meio deles que podemos explicar como é-se capaz de manifestar um conhecimento elevado da língua, mesmo com uma evidente escassez de *inputs* linguísticos.

Convém notar, quanto a isso, que da alegada constatação de que os dados linguísticos primários são insuficientes para explicar o conhecimento que a criança manifesta não se pode concluir a correção do inatismo, nem considerá-lo como conclusivamente verdadeiro. Na verdade, e se bem entendido, não será difícil de se constatar que o *APE* não é empregado em defesa direta da teoria da *gramática universal*.

Na realidade, esta é suportada por um argumento para a melhor explicação, de acordo com a qual ela é a melhor teoria para a explicação dos dados empíricos. Isso chama a nossa atenção para o facto de que o modo correcto de análise e compreensão do *APE* é o de concebê-lo como um argumento que serve para refutar as teorias do aprendizado linguístico defendidas pelos empiristas/behavioristas. Com ele, quer-se mostrar, com efeito, que os variados mecanismos de aprendizagem que subjazem a essas teorias (associações, generalizações, analogias, etc.) não são capazes de dar conta do modo como novas estruturas linguísticas são aprendidas e compreendidas. O argumento é utilizado, então, para nos mostrar que, diante de um *input* insuficiente, os processos indutivos sugeridos por essas teorias não só não garantem um aprendizado eficaz da linguagem, como não permitem entender o que leva o aprendiz a produzir sentenças “mal-formadas” “hiper-correctas”.

É o que pode ser verificado na língua inglesa, quando consideramos o *input* que uma criança utilizaria para criar uma hipótese sobre a formulação de perguntas simples, que exigem como respostas *sim* ou *não*. Sabe-se que para a afirmativa ‘John is bald’, a interrogativa correspondente seria: ‘Is John bald?’. Nessa situação, a regra descritiva mais simples seria provavelmente a seguinte: encontrar a ocorrência do verbo, e invertê-la, colocando-a antes da palavra que a antecede na sentença. Contudo, a formulação desta regra esbarraria nos casos onde tivéssemos sentenças do tipo: ‘The ball is small’. Seguindo tal regra, a interrogativa deveria ser: ‘The is ball small?’, e não a sua correcta formulação: ‘Is the ball small?’.

Más formulações também ocorreriam se aplicássemos o princípio da analogia no aprendizado da linguagem, tão defendido pelos empiristas. O ponto sustentado por eles é o de que a criança seria capaz de produzir novas sentenças por meio da substituição analógica de elementos adquiridos em aprendizado anterior. Porém, de acordo com tal

regra, não haveria nada que permitisse distinguir sentenças sintacticamente análogas, mas semanticamente distintas, como no caso em que se substitui o pronome reflexo ‘se’ pelo sujeito na sentença: ‘os brasileiros gabam-se’. Mas ‘os brasileiros gabam os brasileiros’ não é equivalente a ‘os brasileiros gabam-se’.

Chomsky reconhece que, ao demonstrar que as teorias empiristas falham em explicar o aprendizado linguístico, o *APE* não implica necessariamente o inatismo; ele constitui apenas uma forte evidência a seu favor. Essa evidência torna-se ainda mais forte quando se verifica que este argumento faz parte de um conjunto de outros argumentos que são reclamados por Chomsky para darem mais suporte à teoria inatista contra os empiristas e os behavioristas, especialmente no que diz respeito à produção da linguagem. Um deles diz respeito ao facto de que qualquer criança é capaz de adquirir qualquer língua humana a que estiver exposta durante os seus primeiros anos de vida, excetuando, é claro, os casos de lesões cerebrais que comprometam o funcionamento normal da *faculdade da linguagem*. Em outros termos, dado que a *faculdade da linguagem* é um património da espécie humana, qualquer criança é, em condições normais, e sendo submetida a um ensino explícito da língua (como no nosso caso) ou não (como no caso dos Kaluli, que não falam com as crianças até que elas comecem a dizer algo), capaz de adquirir a língua da comunidade verbal em que vive, de forma natural.

Uma maneira de clarificar isso é contrastando o aprendizado da linguagem com o aprendizado de outras atividades. Se assim o fizermos, verificaremos que, enquanto muitas atividades por nós aprendidas são, em alguns casos, impossíveis de serem realizadas por algumas crianças (como, por exemplo, tocar algum instrumento), todas elas, sem exceção, adquirem as línguas naturais de suas respectivas comunidades, apesar de toda a complexidade que envolve tais línguas. Sendo assim, a existência de uma *faculdade da linguagem* não é uma suposição apenas assente na constatação da universalidade dos

processos cognitivos e do facto de que todos os homens falam, mas ela assenta também no modo como se processa a aquisição da linguagem. Esse é um processo comum a todas as crianças, qualquer que seja o estímulo linguístico a que são expostas, e qualquer que seja a língua pertencente à comunidade em que elas estão inseridas.

Por sua vez, ao sustentar o carácter universal do aprendizado da linguagem, a tese inatista destaca imediatamente a relativa *naturalidade* da aquisição da linguagem. Isso nada mais é do que outra maneira de apontar para o carácter biológico do conhecimento linguístico, admitindo, com isso, que a aquisição da linguagem é bem semelhante ao crescimento de quaisquer órgãos. Dessa perspectiva, portanto, a aquisição da linguagem é algo que *acontece* com a criança, e não uma coisa que ela *faz*. Quer dizer, adquire-se uma linguagem sem qualquer instrução específica: não se ensina como se deve falar, nem o que se deve dizer.

A consequência imediata desta maneira de pensar é a suposição de que não só todas as crianças aprendem a língua de sua comunidade verbal, como também todas elas apresentam um desenvolvimento linguístico ordenado e regular, aquando da aquisição da linguagem. Assume-se que esse desenvolvimento é caracterizado por períodos distintos, que vão desde aquele em que as palavras são aprendidas uma por uma, até aquele em que a criança já possui sua gramática-I, em seu “estado final”, com a qual ela já consegue produzir e compreender sentenças gramaticais complexas. Admite-se, também que, embora haja diferença entre crianças quanto ao tempo em que decorrem esses estágios, a ordem de desenvolvimento é sempre cumprida. Nenhuma delas, por exemplo, começa a falar por junções de palavras.

Quanto a isto, e mais especificamente, importa destacar que, do ponto de vista inatista aqui apresentado, há, nesta ordem de desenvolvimento, um “período crítico” (nos primeiros anos de vida) em que a criança adquire itens do léxico e formas gramaticais,

muito rapidamente. Presume-se que há evidências de que, se, neste período, a criança não for exposta a uma língua, ela não será capaz de desenvolver uma gramática-I. Quer dizer, não será capaz de falar normalmente⁵².

Em total harmonia com este desenvolvimento regular, assume-se que serve também de evidência para a tese inatista o facto de os erros linguísticos cometidos pelas crianças no aprendizado de sua linguagem serem, além de poucos, regulares. O ponto a ser destacado agora é a suposição de que há uma grande quantidade de hipóteses de formação sintáctica com os dados linguísticos primários recebidos pelas crianças, mas, mesmo assim, elas conseguem produzir, sem grandes dificuldades, sentenças “bem-formadas”. Chega-se mesmo a defender que, por volta dos cinco anos, a língua-I das crianças já alcançou um grau de maturação correspondente à de um adulto, e é exatamente por isso que elas são capazes de identificar as “estruturas profundas” de sua língua, a partir das “estruturas superficiais” a que têm acesso. O que dá suporte a tal afirmação é a ideia de que as crianças só ouvem um número finito de sentenças, e mesmo assim aprendem a falar e compreender sentenças retiradas de uma linguagem que pode conter um número infinito de sentenças. Segundo o inatismo, isso só é possível se elas possuírem um conhecimento linguístico inato, que inclua conhecimento sintáctico, fonético e semântico. Se este conhecimento resultasse de hábitos adquiridos, imitações, ou mesmo analogias, nenhuma criança teria condições de manifestar os comportamentos verbais que elas quotidianamente manifestam.

Contudo, apesar da constatação correcta de que nenhuma teoria empirista do aprendizado linguístico é capaz de dar conta destes casos, ratificamos, mais uma vez, que nenhum destes argumentos é decisivo para a demonstração de que o inatismo seja

⁵² A evidência mais popular disto é o “caso Genie”. Este nome é o pseudônimo dado à menina que passou quase todos os primeiros treze anos de sua vida trancada dentro de um quarto, amarrada à uma cadeira. Um documentário introdutório ao “caso Genie” se encontra disponível na internet no seguinte endereço eletrónico: http://www.youtube.com/watch?v=qFh10w3UX_s (acesso em 17/06/2016, às 01h20m).

verdadeiro. A questão envolvida no debate entre empiristas e gerativistas quanto à aquisição da linguagem é, no fundo, um problema empírico, e, como tal, compete à investigação empírica determinar se uma ou outra das posições é verdadeira ou não. Neste sentido, tais argumentos são, indubitavelmente, fortes evidências em favor da veracidade da tese inatista, que se apresenta como sendo uma hipótese mais satisfatória do que a das teorias do aprendizado linguístico que assumem a língua-E como o seu objeto de estudo. A teoria inatista tem grande vantagem em relação a estas alternativas porque ela explica muitos dos fenómenos observados no desenvolvimento da linguagem de que as teorias rivais não conseguem dar conta.

2.6. *Competência, Performance* e o aspecto criativo do uso da linguagem

Em síntese, da perspectiva inatista, a criança possui um dispositivo de aquisição da linguagem e, em condições normais e exposta aos *inputs* linguísticos dados nas diversas vivências dentro de uma comunidade verbal, a sua faculdade da linguagem se desenvolve, passando do estado inicial para um estado final, relativamente estável, caracterizado por uma gramática-I muito semelhante à de outro falante desta comunidade. Essa língua-I final corresponde ao conhecimento internalizado alcançado por ela, e é o que lhe permite compreender e produzir, potencialmente, um número infinito de expressões. Neste sentido, fica claro que há uma diferença entre o estado inicial, que é comum a todos os membros da espécie humana, e o estado final, que é a gramática-I particular, alcançada por cada um desses membros em particular. Tal diferença nos conduz a que consideremos a importante questão de como é que o conhecimento da língua é usado. Para isso, teremos que tratar da distinção chomskyana entre *competência* e *performance*.

Segundo Chomsky, a *competência* é o conhecimento implícito que um falante tem de sua própria língua. É esse conhecimento que lhe permite formar e entender expressões desta língua. Trata-se, assim, da gramática interiorizada que ele possui. Já por *performance*, por outro lado, ele designa o uso real da linguagem em situações concretas. Ou seja, é o que o falante faz com o seu conhecimento interiorizado da língua. Diz respeito, portanto, ao desempenho da sua *competência* linguística.

Diante disso, fica evidente que o conhecimento que um falante possui da língua deve ser caracterizado como uma *capacidade* para falar e compreender as suas expressões. Mas o uso dessa capacidade pode variar de tal maneira entre os falantes que dois deles podem possuir o mesmo conhecimento linguístico – no que diz respeito, por exemplo, à pronúncia das palavras e à estrutura das sentenças –, mas diferirem substancialmente na forma de o pôr em uso. Isto é, eles podem dizer coisas bastante diferentes sobre uma mesma situação, pois as suas *performances* não são diretamente determinadas pelas suas respectivas *competências*. Na verdade, é somente em condições ideais que a *performance* é um reflexo perfeito da *competência*. O motivo para assim pensar é o de que a *performance* está condicionada por um número indeterminado de factores, não necessariamente linguísticos: por exemplo, a atenção, a memória, diferentes tipos de ruído, etc. Todos eles afetam o processo de produção e compreensão de expressões linguísticas.

Uma consequência da distinção entre *competência* e *performance* é a de que somente o estudo da *competência* é passível de um tratamento científico. É por isso que o programa de investigação chomskyano se ocupa apenas com a especificação do conhecimento linguístico efetivo de um falante, e não com a manifestação deste conhecimento. E a acessibilidade deste conhecimento à consciência não constitui um critério do conhecimento da língua.

De facto, a *competência* é um saber inconsciente de uma língua, enquanto a *performance* é o desempenho consciente dessa mesma língua, manifestado nas diversas situações de uso real. Quanto a isso, porém, importa dizer que, apesar de ser inacessível à consciência do seu utente, este conhecimento implícito da língua tem, para Chomsky, a mesma estrutura e carácter do conhecimento consciente. Trata-se, assim, de um tipo de conhecimento que os falantes realmente possuem, mas que não é acessível diretamente, mas só indiretamente. Quer dizer, é só a partir dos dados manifestados através da *performance* que podemos determinar os traços gerais que caracterizam tal conhecimento. De alguma maneira, nós “conhecemos” o esquema inato que constitui a nossa faculdade da linguagem⁵³, mas não nos é possível fornecer uma descrição explícita daquilo que sabemos efetivamente. Para designar este tipo de conhecimento, Chomsky forja o verbo ‘*to cognize*’.

Quando se distingue *competência* e *performance* está sendo proposta uma clara diferenciação entre *conhecer* uma língua e *usar* uma língua. Esta proposta encontra a sua justificação em diferentes observações empíricas. Por exemplo, parece ser claramente o caso que o *uso* da língua pode ser aperfeiçoado ou diminuído, sem que nenhuma mudança ocorra no que diz respeito ao seu conhecimento. Pode ser aperfeiçoado, por exemplo, por uma pessoa que faz um curso de oratória; e pode ser diminuído por uma pessoa que passe a sofrer de *afasia*⁵⁴.

Quanto à questão do *uso*, Chomsky salienta que há dois aspectos que devem ser considerados: o aspecto da percepção e o aspecto da produção. Tais aspectos revelam-nos como os falantes usam o conhecimento de uma língua para entenderem o que ouvem e para expressarem seus pensamentos. Resumidamente, o aspecto da percepção diz respeito à relação entre o conhecimento, a audição e a expressão de pensamentos. Assim concebido,

⁵³ Cf. CHOMSKY, N. **Rules and representations**. New York: Columbia University Press, 1980, p. 70.

⁵⁴ Cf. CHOMSKY, 1988, p. 10.

esse aspecto está em estreita ligação com o já descrito “problema de Platão”, de modo geral, e com os “sistemas de performance” que compõem a faculdade da linguagem, de modo particular. Já o aspecto da produção trata do aspecto criativo da linguagem. No fundo, ele diz respeito ao carácter inovador associado ao seu *uso*.

O aspecto da percepção será mais detalhadamente considerado no capítulo 3 desta tese. Já quanto ao aspecto da produção, ele está relacionado com o chamado “problema de Descartes”. Da perspectiva inatista, a questão da criatividade no uso da linguagem é uma parte crucial do estudo e compreensão deste fenómeno humano. Ela diz respeito à mobilização do conhecimento da língua, e o seu principal ponto de interesse é o de saber por que é que num dado momento t usamos um certo fragmento do conhecimento linguístico l , e não outro qualquer igualmente possível de ser mobilizado sob aquela mesma circunstância. Sob esse prisma, o *problema de Descartes* é colocado a partir da observação de que os falantes usam a língua de maneira criativa, sendo capazes de entender e produzir sentenças novas, que nunca foram ouvidas nem lidas.

Do ponto de vista behaviorista, o *problema de Descartes* equivale à tarefa de achar uma explicação para o uso do nosso conhecimento linguístico. Procura-se saber, com efeito, o que é que causa o uso das expressões linguísticas, isto é, o que é que nos faz dizer o que dizemos no momento e circunstâncias em que o dizemos. Para Chomsky, este problema é, olhado deste ângulo, não só insuscetível de tratamento científico, como também insolúvel. Diferentemente do que pensava Skinner e os behavioristas de um modo geral, o comportamento verbal parece não ter para ele qualquer causa. Tal comportamento não é assimilável a uma habilidade que, ao longo do tempo, poderia ser reduzida a um sistema de hábitos e disposições. Como foi definido acima, de acordo com o gerativismo, a criatividade expressa pelos falantes no uso da linguagem é, na verdade, o resultado da

capacidade inata e exclusiva dos seres humanos de produzir pensamentos e linguagem. Trata-se, assim, de uma capacidade biológica, altamente estruturada, própria da espécie.

Ao assumir que tal poder gerativo faz parte da constituição humana, Chomsky não só ratifica mais uma vez a sua inserção na tradição racionalista moderna, como também, e tal como Descartes, mantém que a linguagem é uma das coisas que distingue os homens dos animais e de qualquer máquina que possa ser construída. Mais especificamente, ele defende que o “aspecto criador do uso da linguagem” depende de um tipo único de organização intelectual, próprio da arquitetura mental dos homens. Não se trata, portanto, de diferenças fisiológicas periféricas, nem de uma falta de órgãos que impeça a sua expressão, pois as pegas e os papagaios são capazes de proferir palavras, tal como os homens, mas não podem falar.

Este aspecto criador do uso da linguagem possui, da perspectiva chomskyana, a propriedade de ser, ao mesmo tempo, ilimitado em extensão e adequado para responder a qualquer novo contexto⁵⁵. O carácter ilimitado da criatividade linguística é central, e trata especificamente da possibilidade, partilhada por todas as línguas naturais, de produzir infinitas expressões linguísticas. Tal produtividade se estende tanto a processos sintácticos como semânticos, uma vez que é sempre possível construir uma sentença mais complexa, com uma forma e um sentido definidos. Por outro lado, porém, os falantes manifestam sua criatividade no uso da linguagem na forma como proferem seus enunciados em função do contexto em que estão a produzi-los. No quadro geral da tese inatista, isto implica ainda dizer que os enunciados linguísticos não são determinados por qualquer associação fixa com *estímulos*, sejam eles externos ou internos. Os eufemismos são um bom exemplo disto.

⁵⁵ Cf. CHOMSKY, N. **Cartesian linguistics**. New York: Harper & Row, 1966, p. 3 – 6.

Em síntese, do ponto vista do inatismo, o comportamento verbal é ilimitadamente criador. Neste sentido, uma das tarefas que compete a uma teoria linguística é a de fazer a descrição do que se passa com os seus falantes no que diz respeito ao trabalho criativo da língua.

2.7. O inatismo e as regras da linguagem

Tendo em conta a caracterização geral feita acima, pode-se dizer que, em síntese, a tese de Chomsky é a de que os falantes de uma determinada língua possuem um corpo de conhecimento linguístico inato ao qual recorrem para produzir e compreender as mais variadas expressões da linguagem. Pelo que foi dito, percebe-se que este corpo de conhecimento linguístico é muito rico e multifacetado. Porém, um dado que ainda não foi ressaltado é o de que este corpo, além de conhecimento lexical, sintáctico e fonológico, inclui também conhecimento de «regras» para a geração de novas expressões.

No estudo da linguística, a ideia de que os falantes estão equipados com um conjunto limitado de regras com o qual são capazes de produzir um número infinito de expressões linguísticas não é uma novidade chomskyana. Ele próprio reconheceu que esta ideia já tinha sido expressa na tese humboldtiana segundo a qual “uma língua faz um uso infinito de meios finitos”⁵⁶. Porém, o que o estudo da gramática gerativa trouxe de inovador foi uma compreensão mais adequada de como isto acontece. Nomeadamente, esse facto se deveu aos avanços nos diversos ramos das ciências cognitivas e formais, os quais forneceram conceitos apropriados e bem mais precisos para explicar os princípios computacionais que podem gerar as expressões de uma língua. Todavia, se acompanharmos (ainda que em traços gerais) os resultados alcançados por Chomsky

⁵⁶ CHOMSKY, 1965, p. 79.

durante o desenvolvimento de sua investigação, verificaremos que houve não só um progresso na compreensão do que de facto sejam estas regras, como também no modo como elas interagem entre si, e também com as outras componentes teóricas da tese inatista.

Reconhecendo a importância deste assunto para uma melhor compreensão da proposta chomskyana, faremos uma exposição de como as regras linguísticas foram concebidas durante o desenvolvimento do programa da *gramática gerativa*, sobretudo na maneira como ela é concebida em sua versão mais bem elaborada, isto é, no modelo de *princípios e parâmetros*. O objetivo é delinear os aspectos mais relevantes das considerações inatistas sobre o papel das regras linguísticas no processo gerativo.

2.7.1. Das regras gramaticais aos princípios da linguagem

Ao examinarmos as suas primeiras formulações, não teremos dificuldade em perceber que a proposta teórica da gramática gerativa para dar conta da geração de sentenças de uma dada língua particular e da criação linguística em geral sempre esteve amparada pela utilização de *regras gramaticais específicas*, as quais se deixavam definir fundamentalmente como funções recursivas. A hipótese geral era a de que cada falante possuiria, por um lado, uma gramática interiorizada, composta por um dicionário mental das formas da língua conhecida, e, por outro lado, um sistema de regras que permitiriam combinar essas formas por meio de processamentos computacionais. Ou seja, a sua conjectura empírica inicial foi a de “considerar a «língua-I» como um sistema de regras de um certo tipo; uma realização específica, fixada pela experiência, de opções permitidas pela *gramática universal*”⁵⁷.

⁵⁷ CHOMSKY, 1999, p. 62.

A ideia central subjacente a esta perspectiva computacional era a de que a utilização de mecanismos de recursividade permitiria que a aplicação de um conjunto finito de regras sobre um conjunto finito de constituintes básicos de uma dada gramática gerasse o número potencialmente infinito de sentenças gramaticais que constituiriam uma dada língua, e somente elas. Uma implicação imediata desta maneira de propor o processo gerativo era a de que a língua seria assim concebida como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, construídas a partir de um certo número de elementos. Seria, então, um sistema recursivamente engendrado, no qual as regras de geração seriam fixas e invariáveis, sem qualquer determinação do alcance e da maneira de aplicá-las. Nesta perspectiva, à gramática da língua competiria apenas descrever os processos que tornariam isto possível⁵⁸. Deste modo, a proposta teórica da gramática gerativa consistia, de facto, em traçar um modelo de gramática cuja função essencial fosse não só a de descrever o conhecimento interiorizado do falante, como também a de ser capaz de engendrar novas sentenças a partir de determinadas regras.

Para dar conta desta função essencialmente descritivista, tal modelo supunha um sistema de regras que, de um modo explícito e bem definido, fosse capaz de atribuir a cada expressão da língua uma determinada estrutura linguística, que não só determinasse o modo como tais expressões são produzidas, usadas e compreendidas, como também fornecesse, ao utente que conhece a língua, toda a informação disponível acerca destas expressões⁵⁹. O pressuposto era, nomeadamente, o de que *regras sintagmáticas* determinavam os constituintes sintácticos das sentenças, e estes itens sintagmáticos, que seriam aqueles elementos mínimos necessários para a formação das *descrições estruturais*, se tornariam o *input* dos mecanismos de transformação sobre os quais seriam aplicadas as *regras transformacionais*. Tais *descrições* tratavam-se, na verdade, de estruturas

⁵⁸ Cf. CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. Paris: Mouton, 1972, p. 15.

⁵⁹ Cf. CHOMSKY, 1965, p. 89.

compostas por um conjunto de representações que constituiriam cada um dos níveis linguísticos (sintático, semântico e fonético). Sendo assim, as relações entre estes níveis de representações seriam também determinadas por esse sistema de regras.

Numa formulação não muito posterior a esta, apresentada na década de 60 e conhecida como o modelo da *Teoria Padrão*, Chomsky muda o foco de sua atenção, passando a conceber a própria teoria da *gramática universal* como sendo uma teoria de regras gramaticais. Neste novo expediente, as *regras sintagmáticas*, também chamadas de *regras de reescrita categorial*, gerariam a «estrutura profunda» das sentenças, isto é, uma estrutura abstrata subjacente, na qual estaria a componente semântica que determinaria a interpretação da sentença. Por outro lado, sobre estas «estruturas profundas» – cuja representação era feita por meio de um conjunto de símbolos combinados com *regras de reescrita* desenvolvidas por Chomsky – aplicar-se-iam as *regras transformacionais*, que seriam responsáveis pela determinação da «estrutura de superfície» das sentenças. Diferentemente da «profunda», esta estrutura seria exteriorizada pelo indicador sintagmático, isto é, pelo modo como as componentes fonológicas e sintáticas se organizariam perceptivelmente.

De modo mais objetivo, as *regras de reescrita* determinariam, por exemplo, que uma sentença consistiria em um sintagma nominal seguido de um verbo, ou que um verbo, num sintagma verbal, deveria ser seguido por um objeto, direto ou indireto. Já as *regras transformacionais*, por sua vez, produziriam, por exemplo, sentenças na voz passiva, as interrogativas, as imperativas, etc. Há que notar que, dado que a organização subjacente de uma sentença não é necessariamente revelada pelo arranjo real de seus constituintes perceptíveis, as estruturas «profunda» e «de superfície» poderiam não ser idênticas. É o que se verifica, por exemplo, quando consideramos uma sentença escrita na voz ativa e passiva. As sentenças: “eu comprei o carro” e “o carro foi comprado por mim” possuiriam

a mesma «estrutura profunda», mas a «estrutura de superfície», gerada pelas regras que a transformariam na voz passiva, seria completamente diferente.

Todavia, se, por um lado, este poder acentuadamente descritivista que caracteriza a *Teoria Padrão* permitiu a sua aceitação entre os gerativistas, por outro lado, esta mesma característica trouxe consigo uma série de problemas que motivaram o seu abandono. O principal deles é o de que, quando confrontada com a complexidade das línguas humanas existentes, tal teoria foi julgada incapaz de dar uma resposta satisfatória. Trata-se, no fundo, de um problema que comprometeria não só a teoria em apreço, mas todo o projeto gerativista, e consiste na admissão de uma tensão existente entre o estado inicial da *gramática universal* e o estado final da língua-I. Mais especificamente, o problema seria o seguinte. Dado que, para que a *Teoria Padrão* fosse capaz de descrever esta complexidade era necessário enriquecer o formato dos sistemas de regras que viabilizariam as «descrições estruturais» das sentenças (isto é, era necessário não só termos uma quantidade enorme de regras gramaticais, como também admitir uma grande variedade dessas regras em cada uma das línguas particulares), a questão central que se impunha e a que a teoria sob análise não conseguiria responder era a de saber como seria possível derivar, de uma mesma base, sistemas de regras tão variados e complexos.

Para que fique ainda mais claro o que está aqui sendo posto em causa, é possível enxergar o cerne deste problema a partir da perspectiva das já salientadas condições de descrição e explicação que constroem, segundo Chomsky, toda e qualquer teoria linguística. Nestes termos, a *Teoria Padrão* seria capaz de explicitar as regras que constituiriam o conhecimento linguístico do falante, mas não teria a capacidade de satisfazer a condição de explicação, uma vez que seus pressupostos não dariam conta de

como seria possível derivar todos estes distintos sistemas complexos de regras de um mesmo tronco comum⁶⁰.

Ao tomarem consciência destas limitações, os gerativistas não hesitaram em reconhecer que o que, de facto, estava na origem do problema aqui evocado era os tipos de sistemas de regras que subjaziam à *Teoria Padrão*. E, uma vez identificada a raiz, ficou evidente que o caminho a ser percorrido para aliviar a tensão entre a condição de adequação e a condição de explicação seria, por um lado, reduzir a capacidade descritiva da teoria, e, por outro lado, aumentar a sua capacidade explicativa. O passo inicial para alcançar este objetivo foi, então, o de procurar retirar, das regras, princípios globais que governassem, de uma maneira geral, a sua aplicação. Procurar-se-ia, assim, retirar das regras aqueles aspetos que poderiam ser convertidos em princípios gerais da linguagem humana, passando a entendê-los como princípios da gramática universal. O resultado disto foi, então, o subsequente desenvolvimento de um modelo teórico alternativo, conhecido como a *Teoria Padrão Alargada (TPA)*.

Se comparada com a teoria anterior, não demorará muito para se perceber que, com a *TPA*, Chomsky não só caracteriza melhor as regras gramaticais, mas também apresenta um melhor detalhamento de como elas são aplicadas no processo de construção das expressões linguísticas. De acordo com a *TPA*, o sistema de regras gramaticais da linguagem consiste em três partes: uma lexical, uma sintáctica, e uma semântica. Trata-se, em síntese, de um intrincado sistema de regras, que envolve operações mentais de natureza abstrata. Apesar de cada uma destas componentes ser autónoma, isto é, possuir uma organização interna particular constituída por regras específicas, todas elas estão submetidas ao sistema computacional e ao léxico que compõem uma qualquer língua-*I*⁶¹.

⁶⁰ Quanto a isto, (Cf. SINGLETON, Jane. The explanatory power of Chomsky's transformational generative grammar. *Mind*. Oxford, v. 83, n. 331, p. 429 – 431, 1974).

⁶¹ Sobre isto, (Cf. CHOMSKY, N. **Some concepts and consequences of the theory of government and binding**. Cambridge: the MIT Press, 1982. p. 4 – 17. (Linguistic inquiry monographs, 6)).

Deste ponto de vista, as *regras lexicais* especificariam as propriedades inerentes dos itens lexicais das sentenças, isto é, aqueles elementos que servem como “núcleo” das construções frásicas. Uma vez especificados estes elementos, as *regras sintáticas* agiriam sobre eles, e gerariam os dois níveis de estrutura da linguagem. Tais níveis seriam, agora, gerados pelas duas, e únicas, componentes das *regras sintáticas*: a componente de base (*regras de reescrita*) e a componente transformacional, que determinariam, respectivamente, as estruturas «profunda» e «de superfície» das sentenças. Já as *regras semânticas*, por sua vez, estariam relacionadas com o nível sintático-interpretativo da linguagem, e seriam, portanto, responsáveis pela significação das sentenças. Estas últimas regras seriam, por assim dizer, regras de interpretação, aquelas que seriam diretamente aplicadas sobre os sistemas de performance que compõem a faculdade da linguagem, bem como sobre os seus níveis de interface com as formas *lógica e fonética*.

Todavia, ao se analisar o âmbito da redução das regras descritivas inicialmente proposta pela *Teoria Padrão*, verifica-se que, na verdade, tal redução só contemplou as chamadas regras *sintáticas*, tanto na sua componente de base, como na componente transformacional. A simplificação das *regras de reescrita* foi efetuada por Chomsky através da *Teoria X-barras*. Com tal teoria, o seu objetivo principal foi o de generalizar os mecanismos de formação de sintagmas para definir a formação de sentenças. Por outro lado, a simplificação das *regras transformacionais* se iniciou quando Chomsky impôs uma série de condições sobre elas, delimitando consideravelmente o seu campo de atuação⁶². O conjunto resultante destas restrições foi a obtenção de um número muito pequeno de opções para a construção das sentenças, como por exemplo, o facto de, em qualquer língua natural, apenas quatro categorias gramaticais poderem servir de núcleo a sintagmas, a saber, o *nome*, o *adjetivo*, o *verbo*, e a *preposição*.

⁶² Cf. Chomsky, N. Conditions on transformations. In: ANDERSON, S.; KIPARSKY, P. (Eds.). *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973, p. 232 – 286.

Considerando, pois, que o ponto central da redução destes processos de geração e transformação de sentenças foi o de abstrair das regras aqueles aspetos que poderiam ser convertidos em princípios gerais da linguagem e entendê-los como princípios da gramática universal, é possível caracterizar a *Teoria Padrão Alargada* como sendo um modelo de *regras* e *princípios*, e não só de *regras*, como o era a teoria anteriormente defendida. Deste ponto de vista, a gramática de uma qualquer língua é caracterizada por conter um certo número de componentes (lexical, transformacional, semântico, etc.), responsáveis por domínios diferentes da linguagem, e que se distinguem por possuírem uma organização interna particular constituída por um grupo de regras, cuja aplicação seria governada por *princípios* existentes na gramática universal⁶³. Enquanto tais *princípios* seriam universais, as *regras* seriam próprias de cada uma das diversas línguas particulares.

Após a formulação da *TPA*, a tendência da teoria linguística chomskyana foi a de reduzir ainda mais o número de regras pressupostas para a efetivação dos mecanismos de aquisição, geração e compreensão da linguagem. Isto foi alcançado, com êxito, na elaboração do seu modelo de *princípios* e *parâmetros*. Pelo que dele já considerámos, não é difícil constatar que a *TPP* incorporou grande parte dos avanços teóricos dados pela *TPA*. Ao que tudo indica, a ideia motora que conduziu esta nova formulação era a de passar de um modelo constituído por regras e princípios para um modelo exclusivamente constituído por princípios. Para que isto tivesse lugar, assumiu-se uma nova concepção da natureza da gramática universal, passando a considerá-la não mais como uma teoria de “regras gramaticais”, mas como sendo essencialmente constituída de *princípios* e *parâmetros*, sendo estes concebidos como *princípios abertos*, que ganham valores específicos quando confrontados com a experiência linguística.

⁶³ Cf. CHOMSKY, 1980, p. 90 – 91.

Segundo o próprio Chomsky, a hipótese a ser defendida é a de que, uma vez que os *princípios* são atribuídos à gramática universal e a variação linguística se restringe a determinadas opções sobre o modo como os *parâmetros* são ligados, o papel desempenhado pelos já apresentados sistemas de regras gramaticais seria mínimo ou mesmo inexistente. Aliás, admitindo claramente que o seu intuito era o de eliminar por inteiro as *regras gramaticais*⁶⁴, Chomsky assume, no fundo, que tais regras são mesmo decompostas em *princípios* gerais da faculdade da linguagem⁶⁵, não sendo preciso, portanto, evocar especificamente nenhuma delas para a “construção” de uma estrutura sintáctica⁶⁶. É o caso, por exemplo, do *princípio de projeção*, que, entre outras coisas, estipula que as estruturas sintácticas são projetadas a partir da estrutura lexical.

Contudo, há que notar que, ao assegurar isto, Chomsky não aboliu o conceito de «regras» da sua teoria linguística. Ao assumir um modelo essencialmente de *princípios*, o que de facto ele rejeita é a ideia de que deva existir um sistema de regras capaz de, por si só, operar as construções gramaticais de uma língua⁶⁷. Aliás, a própria ideia da existência de *princípios* está inserida dentro do paradigma computacional associado à faculdade da linguagem e, por isso mesmo, não é possível conceber tal ideia como encontrando-se totalmente isenta de operações de regras. Quanto a isto, o que na verdade pode ser verificado e dito é que, no gradual desenvolvimento conceptual de um modelo de regras para um modelo de *princípios*, houve, de facto, uma mudança de foco. Houve, por assim dizer, uma queda no estatuto das regras: elas, que antes constituíam um sistema independente e capaz de construir toda e qualquer descrição estrutural das sentenças de uma dada língua, passaram a ser concebidas como sendo artefactos das interações entre *princípios* e *parâmetros*, referindo-se, sobretudo, a processos de parametrização das

⁶⁴ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 64 – 65.

⁶⁵ Cf. CHOMSKY, 2005, p. 8.

⁶⁶ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 97 ss.

⁶⁷ Cf. CHOMSKY, N. **On nature and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 92 – 104.

gramáticas particulares⁶⁸. Nesse sentido, elas passam a poder ser concebidas como “fenómenos idiossincráticos” que especificam determinados aspetos de uma língua⁶⁹.

Uma das mais importantes implicações desta maneira de pensar é a de que, mesmo assumindo um modelo de *princípios* e *parâmetros*, a gramaticalidade da língua continua a ser considerada, ainda, em termos de regras. Com efeito, o entendimento do que sejam estas regras é que mudou. Note-se, porém, que, ao se considerar a linguagem não mais como um sistema de regras, mas, antes, como um conjunto de especificações de *parâmetros* no sistema invariável dos *princípios* da *gramática universal*, as tais construções gramaticais específicas de cada língua, que eram determinadas pelos mais variados e distintos sistemas de regras, desaparecem efetivamente. Isto talvez justifique a postura chomskyana de, na *TPP*, não falar mais de regras *gramaticais*, mas sim de regras *linguísticas*. Dito de outra forma, dado que todas as interações entre *princípios* e *parâmetros* estão submetidas ao sistema computacional da faculdade da linguagem, a tese chomskyana prescreve um tipo de modelização discreta para a aplicação destas regras. Quer isto dizer que as regras aqui consideradas são regras do mesmo tipo das que encontramos em teorias computacionais gerais, isto é, são algoritmos. Deste ponto de vista, tais regras geram representações mentais de vários tipos, que, em virtude dos pressupostos naturalistas assumidos por Chomsky, são caracterizadas como consistindo em descrições abstratas das propriedades de certos mecanismos físicos da mente humana.

Desta forma, ao falar de regras no interior de sua *TPP*, Chomsky está, de facto, falando de processos e ocorrências físicos na mente do falante. Assim concebidas, tais regras são, no fundo, “epifenómenos”, isto é, são “regras aparentes”, deduzidas a partir dos *princípios* gerais da *gramática universal*⁷⁰. Quanto a isto, convém salientar que, da

⁶⁸ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 238.

⁶⁹ Sobre isso, (Cf. COOK, Vivian; NEWSON, Mark. **Chomsky's universal grammar**: an introduction. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1996, p. 33 – 39).

⁷⁰ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 64.

perspectiva chomskyana, pouco interessa perguntar se podemos atribuir o termo “regra” a estas deduções. Pois, embora reconheça que este uso do termo possa ser considerado demasiadamente vago, ele categoricamente assegura que é somente neste sentido que podemos falar de regras no quadro da *TPP*. Ao que tudo indica, a sua finalidade em usar a expressão “regra” nesta sua teoria é apenas a de melhor explicitar a caracterização computacional da mente que subjaz a esta teoria. Escusado será dizer que a legitimidade ou não desta noção de “regra” para descrever os processos físicos na mente torna-se uma questão nuclear na fundamentação conceptual do programa gerativista.

Parte II

O Confronto entre a Semântica Internalista e a Semântica Externalista

CAPÍTULO 3

CHOMSKY E A SEMÂNTICA

3.1. As componentes da língua-I e da *Faculdade da linguagem* e as suas interfaces no processo semântico

Falar de seguir regras linguísticas é, de certa forma, falar da questão de como usamos a língua. Quando, no capítulo 2, tratámos a questão do uso do conhecimento da língua na perspectiva inatista, destacámos que há dois aspectos que devem ser considerados no tratamento deste problema: um é o aspecto da percepção, e o outro é o aspecto da produção. O aspecto da produção já foi considerado no capítulo anterior e, resumidamente, diz respeito àquele carácter inovador atribuído ao uso da linguagem, ou seja, trata do aspecto criativo da linguagem. Agora, trataremos do aspecto da percepção. No inatismo, este aspecto está em estreita ligação com os alegados “sistemas de performance” que compõem a faculdade da linguagem, e diz respeito à relação entre o conhecimento, a audição e a expressão de pensamentos por parte de um utente da língua.

Qualquer análise ou mesmo uma exposição de uma qualquer teoria da linguagem não será completa se não for abordada a teoria semântica que dela decorre. O que caracteriza uma teoria semântica é a maneira como ela descreve o modo como as palavras e sentenças adquirem seus respectivos significados. Este processo recebeu considerável atenção por parte de muitos filósofos. O resultado disso foi uma grande variedade de teorias da significação, que às vezes diferem radicalmente umas das outras. Ao longo do desenvolvimento de seu programa de investigação, Chomsky também tentou delinear uma teoria semântica que se harmonizasse com as principais ideias do seu inatismo. Seu ponto de partida é o de que todo o processo semântico se dá precisamente no âmbito do módulo

mental da linguagem na mente humana, a faculdade da linguagem. Deste modo, a teoria por ele proposta se enquadra no grupo das teorias semânticas internalistas.

O internalismo semântico contrasta com o externalismo semântico. Em tese, o externalismo se caracteriza por defender a ideia segundo a qual processos ou factos semânticos podem ser explicados e entendidos de forma completamente satisfatória levando-se em conta apenas as interações da linguagem com o mundo externo, sobretudo com certas práticas sociais das comunidades de falantes de uma determinada língua. Neste caso, não é necessário, em qualquer momento ou etapa desse processo, fazer menção, recorrer a, ou mesmo apelar para, qualquer conexão entre o uso da linguagem e estados mentais de seus utentes. A este modo de compreensão se opõe o da semântica internalista, para a qual os aspectos semânticos essenciais à compreensão da linguagem são todos determinados por estados mentais específicos, e alguém que queira explicar o fenómeno da linguagem precisa explicar, primeiro, em que consistem tais estados. De acordo com os seus pressupostos simultaneamente naturalista e inatista, o tratamento chomskyano deste tópico funda tais estados, seu desenvolvimento e variedade, na herança biológica inata a todos os seres humanos.

Para tratarmos da semântica inatista chomskyana, devemos começar por uma apresentação mais detalhada daquilo que caracteristicamente compõe tanto a língua-I como a faculdade da linguagem. Ao concebê-la como um mecanismo que gera um número infinito de expressões, Chomsky alega que a língua-I é formada por duas componentes que, embora distintas, mantêm uma interface interna. Estamos falando de um *léxico*, por um lado, e um *sistema computacional*, por outro. A componente lexical dessa interface se caracteriza por especificar um “*léxico*” ou os elementos que integrarão as operações efetuadas pelo sistema computacional, aqui concebido como uma parte constitutiva da planta arquitetônica mental dos seres humanos e, portanto, biologicamente determinado.

Tudo o que compõem este *léxico* é inato, e as operações efetuadas pelo sistema computacional constituem um engenhoso processo gerativo, cujo resultado é a produção da forma de inúmeras expressões, que podem ser articuladas em vários níveis de representação linguística. Ao longo do desenvolvimento teórico do inatismo chomskyano, essas expressões foram denominadas de *descrições estruturais*.

De igual modo, a caracterização que Chomsky faz da faculdade da linguagem supõe que tal faculdade possua também, pelo menos, duas componentes. Do seu ponto de vista, temos, por um lado, o chamado “sistema cognitivo”, e, por outro lado, os denominados “sistemas de desempenho”. Aquele é caracterizado por guardar informações; e estes são caracterizados não só por terem acesso às informações armazenadas pelo sistema cognitivo, como também por poderem utilizá-las de forma bastante variada⁷¹. Tais sistemas de desempenho fazem, portanto, uso dessas informações para articulação, percepção, falar sobre o mundo etc. Nos termos do inatismo, o sistema cognitivo é responsável pelo nosso conhecimento da linguagem, isto é, é responsável pela nossa *competência* linguística. Já os sistemas de desempenho, por seu turno, são responsáveis pelo uso que fazemos da linguagem, ou seja, pela nossa *performance* linguística. Assume-se que todas as propriedades desses sistemas, ou a existência deles, são questões de facto empírico.

Além de operar sobre os itens especificados pela componente lexical supostamente existente na língua-I, o também suposto sistema computacional que a compõe é responsável por conferir aos elementos formadores das *descrições estruturais* uma *forma fonética* e uma *forma lógica*. A *forma lógica* corresponde às propriedades de significação e, por isso mesmo, é conferida com base nas propriedades semânticas gerais dos elementos lexicais inatos. Por sua vez, a *forma fonética* corresponde ao conjunto das

⁷¹ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 40; e, também, CHOMSKY, 2000, p. 117.

propriedades fonéticas de cada uma das expressões geradas, referindo-se, assim, às estruturas silábicas e prosódicas que a compõem. O resultado desta conjunção operacional faz com que as *descrições estruturais* possam ser definidas como sendo representações mentais/cerebrais constituídas pelo “par som-significado”⁷², sendo elas mesmas responsáveis por fornecerem e manifestarem informações sobre as propriedades fonéticas e semânticas que as compõem. Convém lembrar que, aqui, os significados dos termos ‘forma lógica’ e ‘representações’ não podem ser confundidos com as suas conotações técnicas adquiridas no contexto da filosofia contemporânea.

Essas duas *formas*, conferidas por partes especializadas do sistema computacional, estão em interface com os “sistemas de desempenho” que compõem a faculdade da linguagem. Quer isto dizer que cada uma das expressões geradas pela língua-I necessariamente inclui instruções para a interação com estes sistemas, que são agrupados em dois tipos. Cada um destes tipos se caracteriza pelos diferentes níveis de interface que realizam. Nomeadamente, temos, por um lado, o sistema “articulatório-perceptual” (A-P), também chamado de “sistema sensório-motor”, que é responsável pela leitura dos aspectos fonéticos das expressões; por outro lado, temos o sistema “conceitual-intencional” (C-I), também conhecido como “sistema de pensamentos”, que está envolvido na tarefa de ler os aspectos semânticos existentes nas expressões.

Apesar de admitir uma interação entre tais sistemas, Chomsky nos adverte que, mesmo quando os sistemas de desempenho são danificados (por exemplo, em virtude de um acidente), o sistema cognitivo pode permanecer íntegro. A troca de informações entre o sistema cognitivo e o conjunto dos sistemas de desempenho é constante. Esse constante fornecimento e recebimento de *inputs* e *outputs* entre esses sistemas é o que permite à faculdade da linguagem gerar uma língua-I.

⁷² Cf. CHOMSKY, 2000, p. 125.

Toda a caracterização das interfaces existente entre as formas lógica e fonética conferidas pelo sistema computacional e os sistemas de desempenho que compõem a faculdade da linguagem só é possível se assumirmos a ideia de que a faculdade da linguagem interage com outros sistemas, os quais impõem certas condições que a linguagem precisa satisfazer para que seja de todo usável. Tais condições são chamadas por Chomsky de “condições de legibilidade”. Elas são assim chamadas porque os outros sistemas que interagem com a faculdade da linguagem precisam, de algum modo, de ser capazes de “ler” as expressões da linguagem como instruções para usá-la correctamente.

Tanto o sistema articulatório-perceptual como o sistema conceitual-intencional impõem condições de legibilidade aos processos gerativos da faculdade da linguagem. Da perspectiva do inatismo, portanto, as expressões da linguagem fornecem informações tanto para o sistema articulatório-perceptual quanto para o conceitual-intencional. Quanto ao primeiro, a informação fornecida é uma representação fonética em interface com a *forma fonética*. No segundo, a informação fornecida tem uma natureza um tanto mais controversa e passível de grandes discussões. Chomsky prefere chamar a essas informações “traços” ou “propriedades semânticas”, em interface com a *forma lógica*.

Nesses dois níveis de interface, os sistemas sensório-motores, por exemplo, deverão ser capazes de *ler* as informações e instruções que têm a ver com as representações fonéticas geradas pela língua, ou seja, tais sistemas impõem condições de legibilidade aos processos gerativos da faculdade da linguagem, que devem ser caracterizados por formas fonéticas apropriadas. O mesmo ocorre com o sistema conceitual-intencional, que se utiliza do conjunto das propriedades semânticas dos itens lexicais das expressões geradas para interpretação da linguagem e das consequentes prolações. Em outras palavras, uma expressão linguística qualquer gerada por uma dada língua-I contém, necessariamente, uma representação fonética, que é *lida* pelo sistema

articulatório-perceptual, e uma representação semântica, que é lida pelo sistema conceitual-intencional.

O que dá suporte a tal caracterização é, sobretudo, a ideia chomskyana de que a faculdade da linguagem é um sistema “exteriorizante”, de natureza sensorial e motora, e é responsável por fornecer, a cada uma das expressões geradas, um nível de representação tal que seja capaz de entrar em interface com cada um dos sistemas de desempenho. Esta interface dupla é exatamente o que faz com que a visão chomskyana considere cada expressão de uma língua qualquer possível como sendo algo composto por um conjunto de pares pertencentes a cada um destes dois níveis. O resultado das computações operadas no âmbito da faculdade da linguagem é a geração de representações mentais constituídas por combinações das variadas categorias gramaticais dessas *formas* linguísticas. Ou seja, as propriedades sintáticas são dadas pela própria componente lexical inata, e são essas representações que determinam as propriedades fonéticas e semânticas das expressões utilizadas pelos utentes da língua.

As propriedades aqui indicadas são internamente determinadas e podem ser bem abrangentes, mesmo se consideradas em casos muito simples, como no exemplo dado por Chomsky da sentença: “*John is painting the house brown*”. Esta sentença contém um conjunto de propriedades estruturais, fonéticas e semânticas. Uma evidente propriedade estrutural dessa expressão é que ela consiste de seis palavras. Neste caso, é possível dizermos que se trata da mesma expressão para dois utentes da língua inglesa, apenas no sentido em que pode-se assumir que os seus respectivos sistemas circulatorio e visual são os mesmos. Outras propriedades estruturais distinguem-na da sentença: “*John is painting the brown house*”, onde a ordem das duas palavras finais faz com que essa segunda expressão tenha outras condições de uso. Uma de suas propriedades fonéticas é que *house* e *brown* compartilham a mesma parte vocálica, partilhando, assim, uma relação formal de

assonância. Uma de suas propriedades semânticas é que uma das duas últimas palavras pode ser usada para referir certos tipos de coisas, enquanto a outra expressa uma propriedade dessas coisas.

Além disso, Chomsky admite que algumas dessas propriedades são universais, e outras são particulares da linguagem. Para ele, o facto de a vogal de *house* ser mais breve do que a vogal de *brown* é uma propriedade fonética universal. Já o facto de *house* ser distinta de *home* é uma característica particular da língua-I de um falante do idioma inglês. Em inglês, voltamos para o *lar*, depois de um dia de trabalho. Em hebraico, por exemplo, voltamos para *casa*. Pode-se viver numa *casa* marrom, mas não num *lar* marrom.

É deste modo que componentes sintácticos, semânticos e fonéticos aparecem no inatismo chomskyano. A condição necessária para que isso ocorra é, portanto, a de que a gramática mental interiorizada consista num sistema de *princípios* que, de modo computacional, atuem sobre as *formas* da língua. Trata-se, específica e nomeadamente, de uma estrutura computacional algorítmica, desenvolvida a partir destes *princípios*.

Em suas mais recentes reflexões sobre o assunto, Chomsky defende categoricamente que a linguagem envolve três tipos de elementos: (1) as propriedades de som e significado, chamadas por ele de *características*; (2) os itens formados a partir dessas propriedades, chamados de *itens lexicais*; e (3), as expressões complexas construídas a partir dessas unidades atômicas. Admite-se, então, que o sistema computacional inato geraria as expressões da língua por meio de duas operações básicas: a de reunir o conjunto das *características* em subconjuntos de *itens lexicais*; e a de formar objetos sintácticos maiores, a partir de tais *itens*. Cada uma das expressões geradas conteria uma componente sintáctica, outra semântica, e outra fonética, dadas exclusivamente por processos internos às interfaces desses sistemas inatos. Sendo assim, a língua-I seria não só responsável por especificar a forma e o significado de elementos lexicais simples, tais

como *caneta, caderno, copo, sofá* etc., como também deveria ser capaz de explicar propriedades de expressões mais complexas como, por exemplo, o facto de que “Rui partiu deselegantemente” poder significar tanto que ele tenha partido de modo deselegante como que tenha sido deselegante de sua parte ter partido. Trata-se, no fundo, de uma naturalização do processo semântico, dado que grande parte dessa estrutura parece derivar de nossa natureza psicológica.

Como o próprio Chomsky reconhece, esses pressupostos sobre a arquitetura interna da faculdade da linguagem, bem como os níveis de interface aqui descritos, não são, de modo algum, óbvios⁷³. Contudo, isso não minimiza nem impede que a sua hipótese fundamental seja a de que os níveis de interface, os elementos que os constituem, e as operações computacionais através das quais estes níveis são construídos, seriam todos determinados biologicamente e caracterizariam a *gramática universal* por ele suposta. A natureza desses sistemas seria, portanto, uma questão empírica, competindo assim à investigação científica determiná-la. Quanto a isso, convém ainda notar que, no quadro teórico de Chomsky, estes dois níveis de interface são os *únicos* níveis de representação cuja compreensão é conceitualmente necessária para o entendimento da estrutura da linguagem. Inclusive, esse é o pressuposto que dá respaldo a que o seu programa de investigação tenha sido qualificado como “minimalista”⁷⁴. O programa minimalista é, assim, um esforço para explorar a questão de saber se existe uma base empírica reduzida subjacente às propriedades que são conceitualmente necessárias para se admitir que algo é uma linguagem humana. Trata-se, assim, de um programa de pesquisa, e não de um plano teórico já definido e concluído.

⁷³ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 41.

⁷⁴ Cf. *Ibidem*, p. 245. Sobre o programa minimalista chomskyano, (Cf. HINZEN, Wolfran. Minimalism. In: KEMPSON; FERNANDO; ASHER, 2012, p. 93 – 141).

3.2. As questões da referência e do sentido vistas do ponto de vista inatista

De acordo com o exposto acima, a teoria semântica proposta por Chomsky repousa sobre a ideia de que todos os itens necessários para a significação das palavras são inatos. Dado que cada utente tem uma gramática-I particular, e possui um modo individual de processar tais itens, nada fora de sua mente é necessário nesse processo, pois o sistema computacional instalado na mente é dotado de algoritmos capazes de efetuar o processamento semântico das palavras. As palavras de Chomsky corroboram isso quando ele acentua que “as propriedades semânticas das palavras são usadas para pensar e falar sobre o mundo em termos das perspectivas disponibilizadas pelos recursos da mente”⁷⁵. Essas perspectivas disponibilizadas pela mente estão em total sintonia com as *formas lógica e fonética* que permitem a execução do par “som-significado” das *descrições estruturais*.

A constatação de que as propriedades semânticas das palavras usadas para pensar e falar sobre o mundo procedem da estrutura mental humana nos conduz a um tema importante na semântica chomskyana, a saber, o lugar da *referência* nesse processo de significação. Para muitos, a relação referencial é a relação mais básica para uma semântica. Porém, o tipo de internalismo assumido por Chomsky o leva a rejeitar o modo como as mais importantes teses semânticas defendidas na história da filosofia da linguagem conceberam algum tipo de referência no processo de significação. De modo geral, há pelo menos três grandes tipos ou grupos de abordagem teórica que podem ser identificados como possíveis explicações deste problema semântico. O que fundamentalmente caracteriza as diferenças entre eles é a maneira como entendem a relação referencial. Em primeiro lugar, destacamos as chamadas (a) teorias *mentalistas* ou *representacionais*, que,

⁷⁵ CHOMSKY, 2000, p. 16.

admitindo a mente como uma instância não física, admitem que a relação de referência se dá internamente, na mente do sujeito linguístico, entre expressões linguísticas e imagens dadas à consciência; em segundo lugar, apontamos as (b) teorias *referenciais* ou *denotacionais*, que assumem que a relação de referência se dá diretamente entre expressões linguísticas e objetos no mundo; e, por fim, em terceiro lugar, encontramos as (c) teorias *pragmático-sociais*, segundo as quais esta relação semântica só se estabelece por intermédio de um certo tipo de práticas sociais.

Chomsky rejeita (a) porque o tipo de mentalismo por ele assumido é de carácter essencialmente naturalista e, portanto, não se harmoniza com nenhum dos pressupostos destas teorias representacionais, que configuram um tipo de mentalismo fenomenológico no qual as imagens ou estados associados a expressões da linguagem são conteúdos de consciência.

Ele rejeita (b) porque, segundo o inatismo, todo o processo de significação linguística é gerado no sistema computacional mental em interface com os já descritos sistemas de desempenho que compõem a faculdade da linguagem. Neste caso, nenhuma referência mundana toma parte, ainda que minimamente, em qualquer etapa do processo semântico. Para Chomsky, “em geral, uma palavra, mesmo a mais simples, não identifica uma entidade do mundo, ou de nosso ‘espaço de crenças’”⁷⁶. Do seu ponto de vista, as palavras têm a função básica de apenas fornecer *inputs* para sistemas da mente e, sendo assim, a elas não compete a função de referir.

E também rejeita (c) porque todas as teorias que compõem esse grupo assumem uma língua-E como seu objeto de estudo. Dado que este conceito não é – segundo Chomsky – apropriado para servir de base à atividade teórica de uma investigação científica genuína, tal conceito não será capaz de fundamentar uma teoria semântica

⁷⁶ CHOMSKY, 2000, p. 17.

satisfatória. Sobre isso, convém destacar a esclarecedora reflexão que Smith⁷⁷ faz no prefácio ao livro de Chomsky. Diz ele:

Boa parte da tradição filosófica tem focado a linguagem como um construto público do qual os indivíduos têm conhecimento parcial. Esta visão se preocupa com a relação entre linguagem e realidade externa: a relação palavra-mundo que sustenta as teorias padrão de semântica referencial. Em oposição a esta tradição, Chomsky defende em detalhe, e com uma série de análises linguísticas imaginativas, a noção de que o conhecimento da linguagem é individual, interno à mente/cérebro. Segue que o próprio estudo da linguagem deve tratar desse construto mental, uma entidade teórica que ele refere com o neologismo “linguagem-I”, uma propriedade interna de um indivíduo.

Assim, o tipo de teoria semântica proposta pelo inatismo chomskyano parece prescindir da referência. Trata-se, de facto, de uma teoria de carácter semântico-sintáctico, estabelecida unicamente a partir da interação entre as *formas fonética e lógica* que compõem as *descrições estruturais*. A pergunta que se impõe é então a de saber se é possível desenvolver uma teoria do significado sem de algum modo associar ou ligar a linguagem a algo de real (seja este algo de que natureza for).

Rigorosamente falando, talvez não seja possível uma teoria semântica que prescindia totalmente da referência. E Chomsky sabia disso. Por isso, ele não prescindiu de uma espécie de relação de referência em seu programa de investigação. Mas, como era de se esperar, dados os seus pressupostos, a relação de referência que ele introduz é de uma natureza em nada parecida com aquela que se assume quando se aceita o conceito técnico de referência, tal qual é admitido pela maioria das teorias filosóficas da significação.

Para Chomsky, é necessário distinguir entre os conceitos técnico e não técnico de referência. O conceito técnico de referência é um conceito de referência que não se distancia do admitido pela linguagem ordinária. Exemplo deste tipo é o conceito de *Referência* admitido por Frege, em seu clássico contraste com o conceito de *Sentido*. No sentido não técnico, a referência é apenas um dos usos possíveis da linguagem e, neste

⁷⁷ CHOMSKY, 2000, p. vii.

caso, não descreve qualquer relação sistemática entre a linguagem e algo que não seja linguagem.

Para Chomsky, as palavras em si mesmas não referem nada. Como já destacámos, para ele, “em geral, uma palavra, mesmo a mais simples, não identifica uma entidade do mundo, ou de nosso ‘espaço de crenças’”⁷⁸. Do seu ponto de vista, portanto, não existe nenhuma ligação *essencialista* ou de qualquer outra natureza metafísica entre as palavras e o mundo. Pelo contrário, dado que o uso das palavras está associado à língua-I de cada utente, o modo como eles as usam também é particular e pessoal. Ou seja, o uso de qualquer palavra está unicamente fundamentado na gramática-I do utente da língua e, portanto, independe de quaisquer aspectos externos à sua língua-I.

Para manter, por um lado, a sua certeza de que não é possível uma teoria semântica que prescindia de uma referência e, por outro lado, assegurar que tal teoria não deve descrever qualquer relação essencial, metafísica ou mesmo sistemática entre a linguagem e algo externo (que não seja linguagem), Chomsky é levado a admitir duas espécies, ou tipos, ou modalidades, de relação de referência linguística em seu programa de investigação. Em primeiro lugar, ele define uma estratégia metodológica para tentar inserir uma modalidade especial de referência em seu panorama teórico⁷⁹. O que ele propõe inicialmente é uma referência, digamos, ímpar, que consiste numa relação entre expressões linguísticas e certo domínio *D*. Segundo sua própria definição, este domínio nada mais é do que um aparato técnico, um construto teórico desprovido de quaisquer elementos psicológicos ou mesmo metafísicos. Desse modo, tanto *D* quanto a relação aqui proposta devem necessariamente ser concebidos como sendo noções puramente teóricas, ou seja, não dizem respeito a uma qualquer entidade, seja de natureza mental, interacional ou mesmo real no mundo. Nas palavras de Chomsky:

⁷⁸ CHOMSKY, 2000, p. 17.

⁷⁹ Cf. *Ibidem*, p. 85 – 96.

Na semântica internalista, há teorias explicativas de considerável interesse que são desenvolvidas em termos de uma relação R (leia-se “referência”) que, segundo se postula, é estabelecida entre expressões linguísticas e alguma outra coisa, entidades extraídas de algum domínio D estipulado (talvez valores semânticos).⁸⁰

Por estes termos, D é indiscutivelmente postulado para assegurar a relação referencial. Como tal relação se efetiva nos é explicado por Chomsky da seguinte forma: “A relação R , por exemplo, é estabelecida entre a expressão *Londres (casa, etc.)* e entidades de D assumidas como tendo alguma relação com aquilo a que as pessoas se referem quando usam a palavra *Londres (casa, etc.)*”⁸¹. Deste modo, a relação R é admitida como sendo entre expressões linguísticas e entidades extraídas de D (a relação que, por sua vez, as entidades de D têm com as palavras ainda permanece totalmente obscura). Dado o modo como tudo isso supostamente ocorre, todo esse processo semântico está radicado na sintaxe gerativa, e, exatamente por isso, se trata de uma relação meramente formal entre entidades teóricas de dois domínios estipulados. Assim sendo, os aspectos relevantes de R e D estão no mesmo nível das representações fonéticas ou da estrutura da sentença, ou seja, são as partes constituintes das representações das expressões linguísticas geradas pela língua-I, que são legíveis pelo sistema conceitual-intencional.

Assim concebidas, as noções técnicas R e D aqui supostas “devem ser justificadas sobre o mesmo tipo de fundamento que justifica outras noções sintáticas técnicas”. Isso implica dizer que R não será justificada por alguma relação entre entidades em D e coisas no mundo. Tais noções são, para Chomsky, “o que nós especificarmos que elas sejam, dentro de um quadro de explicação teórica”⁸².

O que está suposto neste tipo de procedimento admitido pelo inatismo chomskyano é a crença de que modelos teóricos possam construir “linguagens técnicas”

⁸⁰ Cf. CHOMSKY, 2000, p. 38.

⁸¹ *Ibidem*, p. 39.

⁸² Cf. *Ibidem*, p. 40.

particulares que estejam totalmente desvinculadas da linguagem ordinária. Isto está em perfeita concordância com as suas reivindicações de estatuto científico, uma vez que tal procedimento se constitui de facto como sendo um dos mais comuns efetuados no âmbito do trabalho científico.

Além da relação R , uma outra relação de referência é admitida por Chomsky. Essa outra relação ele chama de R' , e consiste numa relação em que as expressões linguísticas realmente “referem” objetos no mundo. Entretanto, o tipo de relação existente entre linguagem e objeto prescrito em R' não é a mesma que ocorre, por exemplo, na teoria referencial clássica, ou na teoria referencial causal. Chomsky rejeita tanto a teoria referencial clássica, sobretudo a versão de Frege⁸³, quanto teorias referenciais mais recentes, que entendem que a relação de referência no processo semântico se dá de modo direto, como em Kripke⁸⁴ e Putnam⁸⁵. Ele não somente acusa todas elas de serem teorias fortemente marcadas pelo convencionalismo, como também denuncia que elas menosprezam a complexidade semântica das línguas naturais.

Diferentemente do que encontramos nessas teorias, a relação R' suposta por Chomsky é uma relação que depende das intenções do falante e das diversas perspectivas que ele pode adotar para falar do mundo. Neste caso, a relação R' é concebida como sendo um uso possível da linguagem e, sendo assim, não é passível de qualquer sistematização. Por possuir este carácter assistemático, tal relação é completamente excluída do campo e da metodologia admitidos pelo naturalismo, posto que ela estaria ligada, assim, à *performance* linguística de um utente, e não à sua *competência* linguística, o único desses âmbitos que pode ser estudado cientificamente.

⁸³ Cf. FREGE, G. **Sobre o sentido e referência**. São Paulo: Cultrix, 1978.

⁸⁴ Cf. KRIPKE, S. Naming and necessity. In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (orgs.). **Semantics of natural language**. Dordrecht: Reidel, 1972.

⁸⁵ Cf. PUTNAM, Hillary. **Philosophical papers II: mind, language and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

Para deixar claro o que Chomsky entende por esse tipo de relação, consideremos as suas seguintes palavras:

os termos em si mesmos não referem, pelo menos se *referir* é usado no sentido da linguagem natural; mas pessoas podem usá-los para referir coisas, visualizando-as a partir de um ponto de vista particular - os quais estão afastados do ponto de vista das ciências naturais⁸⁶.

Não há, portanto, no inatismo chomskyano, nenhum espaço para uma verdadeira teoria da significação referencial. Pois, sendo um dos usos da linguagem, a relação *R'* não é usada para *representar* o mundo. A linguagem natural consiste em computações internas e sistemas de desempenho que as acessam juntamente com muitas outras informações e crenças, executando suas instruções de modos particulares para nos capacitar a falar e comunicar⁸⁷. Nesse sentido, a linguagem nos permite tanto expressar nossas representações internas como interpretar as representações das outras pessoas.

Aqui, o que a expressão ‘representações internas’ quer denotar é a simples certeza que este ponto de vista sobre a linguagem tem de que o modo como as coisas são concebidas “depende das configurações específicas de interesses humanos, intenções, fins, e ações”⁸⁸. Nesse caso, uma coisa, sob um certo ponto de vista, pode se tornar uma coisa diferente, sob um ponto de vista diferente. Isso implica dizer que a relação de referência *R'* admitida pelo inatismo chomskyano envolve pelo menos quatro elementos: o falante, a linguagem, o mundo, e as circunstâncias sob as quais tais pronunciamentos são efetuados. Nas próprias palavras de Chomsky:

A pessoa X usa a expressão E com suas propriedades semânticas intrínsecas para falar do mundo a partir de certas perspectivas intrincadas, focando a atenção sobre aspectos particulares dele, sob circunstâncias C, com a ‘localidade de conteúdo’ que elas induzem.⁸⁹

⁸⁶ CHOMSKY, 2000, p. 36.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 132.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 137.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 150.

Deste modo, ao usarmos um termo qualquer para falar do mundo, não podemos esperar que haja, de facto, coisas no mundo que tenham, de modo intrínseco, as propriedades dos intrincados modos de referência que o nome encerra.

Para tornar essa ideia mais clara, Chomsky dá-nos um exemplo com o termo “Londres”. De facto, termos como ‘Londres’ são usados para falar sobre o mundo. Porém, para ele, não existe realmente *Londres*, independentemente das perspectivas que adotamos quando usamos o termo ‘Londres’. Sua convicção é a de que na verdade existem várias *Londres*, porque há várias perspectivas individuais sobre ela. Assim, *Londres* pode ser um simples ponto de um mapa; pode ser um conjunto de construções; pode ser um exemplo de um povo educado, etc., e isso vai depender unicamente da perspectiva adotada pelo falante.

O que dá suporte para que a relação R' prescrita pelo inatismo chomskyano possua toda essa complexidade semântica é a ideia segundo a qual o léxico inato é capaz de fornecer o pano de fundo sobre o qual este processo de falar sobre o mundo é estabelecido. De acordo com Chomsky,

Um item lexical nos fornece um domínio de perspectivas para ver o que nós consideramos as coisas no mundo, ou o que nós concebemos de outros modos; estes itens são como filtros ou lentes, provendo modos de ver as coisas e pensar sobre os produtos de nossas mentes.⁹⁰

Repare-se que, sendo assim, os termos usados para falar sobre o mundo realmente não referem nada, se, claro, tomarmos *referir* no sentido da linguagem natural. Todavia, como afirmou Chomsky, afirmar que tais termos não referem não implica dizer que não podemos utilizá-los como lentes para ver e falar sobre as coisas. E vê-las e falar sobre elas de nossos próprios pontos de vista. O pressuposto aqui assumido é o da plena convicção de que a faculdade da linguagem de alguma maneira influencia nossa representação do mundo, e que o *léxico* inato determina nosso modo de ver as coisas. A questão que se

⁹⁰ CHOMSKY, 2000, p. 36.

impõe para a pesquisa naturalista internalista é a de saber, de modo detalhado, como tudo isso se processa.

A convicção chomskyana de que o *léxico* inato tem propriedades semânticas e que só pode ser usado se essas propriedades forem interpretadas pelos falantes é tão forte que ele a estende até mesmo para os elementos referenciais mais simples, como os demonstrativos e os nomes próprios. Quanto a estes, ele chega a dizer que “têm ricas propriedades semântico-conceituais derivadas em grande parte de nossa natureza, com alguma contribuição da experiência”⁹¹. Assim, todo o processo de denominação, seja o de uma pessoa, de um rio, ou mesmo de uma cidade, não se efetuará sem a intervenção dessas complexas propriedades inatas, que se dão graças à nossa natureza mental.

3.3. Considerações finais

Toda a proposta semântica de Chomsky se fundamenta na relação entre mente e significado. O significado, para ele, pode ser estudado psicologicamente, igualmente a outros aspectos da linguagem, como a representação fonética. Com isso, constata-se que a teoria semântica defendida pelo inatismo chomskyano é uma consequência direta de sua teoria da *Gramática Universal*. Ou seja, ele sustenta a ideia segundo a qual os processos semânticos decorrem dos princípios linguísticos inatos existentes na estrutura mental dos seres humanos.

Em tese, a questão da semântica e da referência no inatismo chomskyano pode ser resumida em basicamente dois pontos: (1) para Chomsky, quando um falante *A* compreende uma determinada palavra *X*, ele só é capaz de compreendê-la pela mediação dos usos de propriedades inatas; (2) tais propriedades incluem som (“traços fonéticos”), e

⁹¹ CHOMSKY, 2000, p. 181.

significado (“traços semânticos”), e são exatamente estas últimas que têm um papel determinante no que *A* refere quando usa a palavra *X*. Espera-se que as investigações naturalistas da mente humana sejam capazes de esclarecer como esses recursos são aplicados, e, conseqüentemente, esclareçam também como o nosso módulo mental da linguagem nos possibilita executar atos semânticos de significação, com os quais podemos falar sobre a realidade.

CAPÍTULO 4

CARACTERIZAÇÃO DA SEMÂNTICA EXTERNALISTA

4.1. Os pressupostos da semântica externalista

A teoria semântica defendida pelo inatismo chomskyano é internalista. Em tese, no internalismo semântico, todos os aspectos semânticos são determinados por estados mentais específicos. Assim, os valores semânticos das expressões linguísticas independem das relações que o utente da língua possa ter com factores externos, como o seu ambiente natural e social. Deste modo, proferimentos de utentes distintos que sejam qualitativamente idênticos em todos os aspectos físicos e funcionais relevantes possuiriam a mesma referência ou conteúdo, desde que tais utentes se encontrassem nos mesmos estados mentais.

O internalismo semântico contrasta com o externalismo semântico. No âmbito da filosofia da linguagem, dá-se o nome de externalismo semântico ao ponto de vista segundo o qual o significado de um termo linguístico é, em sua totalidade ou, pelo menos, em grande medida, constituído por factores externos ao utente da língua. Este ponto de vista se caracteriza por defender a tese segundo a qual processos ou factos semânticos podem ser explicados e entendidos de forma completamente satisfatória levando-se em conta apenas as interações do utente da linguagem com o mundo externo e/ou com certas práticas sociais da comunidade de falantes à qual ele pertence.

O externalismo semântico defende, portanto, que não é necessário, em qualquer momento ou etapa da descrição do processo de significação, fazer menção, recorrer ou mesmo apelar para qualquer conexão entre o uso da linguagem e estados mentais de seus utentes. Isto implica dizer que, de acordo com o externalismo semântico, é

metafisicamente possível que proferimentos de utentes distintos que sejam qualitativamente idênticos em todos os aspectos físicos e funcionais relevantes (nomeadamente, se seus estados mentais forem qualitativamente idênticos) possuam referência ou conteúdo distintos, caso os utentes se encontrem em ambientes naturais e sociais diferentes.

Ao sustentar que a referência ou o conteúdo semântico das expressões linguísticas é, ao menos em parte, constituído pelas relações do utente da língua com o seu ambiente natural e social, o externalismo semântico supõe que tem que haver uma recondução a uma realidade fora do âmbito da linguagem e da mente, para que as expressões linguísticas tenham sentido. Neste caso, a semântica não se esgota na linguagem e na mente, mas depende de uma realidade exterior a elas. Desta forma, o externalismo semântico se compromete com algum tipo de ontologia mundana. Esta manifesta-se tanto como conjunto das coisas e suas características que compõem o mundo exterior, como conjunto das práticas sociais e vivenciais em que estão inseridos os utentes de uma língua.

4.2. Exposição de diferentes teorias semânticas externalistas

O externalismo semântico aqui caracterizado apareceu no âmbito da filosofia no início dos anos 70 do séc. XX. Ele surge como uma alternativa teórica ao modelo semântico descritivista, que durante muitos anos se impôs como predominante na filosofia da linguagem.

O modelo descritivista padece de muitos problemas, que não serão aqui apresentados. Tendo-os reconhecido, Saul Kripke e Hilary Putnam, talvez os dois mais expressivos proponentes do externalismo semântico, propuseram um conjunto de argumentos contra este tipo de teorias. Eles foram os responsáveis pela introdução do

modelo explicativo externalista associado às chamadas “teorias causais do significado”. Em tese, a teoria causal do significado propõe que a referência de um nome seja determinada através de uma cadeia causal externa específica. Especificar o modo como Putnam e Kripke entendem esse processo causal é o objetivo da parte restante deste capítulo.

4.2.1. O externalismo de Putnam

Não foi sem razão que, em 2011, a Academia Real de Ciências da Suécia concedeu a Hilary Putnam o Prêmio Rolf Schock, em lógica e filosofia, “pela sua contribuição à compreensão da semântica, [...] e pelas implicações dessa semântica para a filosofia da linguagem, teoria do conhecimento, filosofia da ciência e metafísica”⁹².

De facto, Hilary Putnam é indiscutivelmente um dos maiores filósofos da linguagem na contemporaneidade. Durante o seu percurso acadêmico, Putnam sempre esteve envolvido com questões semânticas. Seu primeiro grande trabalho neste âmbito foi o artigo “*The analytic and the synthetic*”, publicado em 1962. Já neste artigo, ele traça, ainda que embrionariamente, as linhas gerais que caracterizarão o seu externalismo semântico. O cerne deste artigo é, precisamente, a sua rejeição da ideia segundo a qual as definições estabelecem a referência. Do seu ponto de vista, a referência de um termo linguístico não é dada por uma definição, mas por uma combinação de teorias e experimentos. Como as teorias e experimentos aqui reivindicados dependem do ambiente externo no qual são desenvolvidas, a referência também depende desse ambiente. Com este artigo, portanto, Putnam já começa a rejeitar aquilo a que o externalismo semântico se opõe: a ideia segundo a qual o significado de um termo linguístico seria dado por um

⁹² PUTNAM, Hilary. The development of externalism semantics. *Theoria*, 2013, p. 192.

conjunto de regras semânticas internalizadas pelo falante. Sua conclusão é a de que nada do que “esteja na cabeça” de um utente da língua é suficiente para determinar o que um termo linguístico refere.

O externalismo de Putnam é bem melhor expresso no seu “*The meaning of ‘meaning’*”⁹³, que talvez seja o mais representativo dos seus trabalhos sobre o assunto. O texto começa com uma apresentação geral dos fundamentos das teorias descritivistas. O objetivo de Putnam é o de mostrar a fragilidade conceitual desses fundamentos. Do seu ponto de vista, o que caracteriza as teorias descritivistas, consideradas por ele como sendo a doutrina semântica tradicional, é a conjunção das seguintes duas teses:

(1) a de que conhecer o significado de um termo consiste apenas em estar num determinado estado psicológico, isto é, consiste em apreender a *intensão* do termo;

(2) a de que a *intensão* de um termo determina a sua *extensão*, ou seja, se dois termos possuem a mesma *intensão* (ou sentido), então têm a mesma *extensão* (ou referência).

Para melhor entendermos esta caracterização é necessário esclarecer as noções de “intensão”, “extensão” e “estados psicológicos” aqui usadas. Estas três noções estão associadas ao que a doutrina tradicional entende por *significado* de um termo geral. A “extensão” tem a ver com aquilo a que o termo geral se refere. No exemplo de Putnam, a palavra ‘coelho’ refere os animais a que chamamos ‘coelhos’. Portanto, tal palavra tem como extensão o conjunto de todos os coelhos. De modo mais técnico e formal, “A extensão de um termo é o conjunto das coisas das quais o termo é verdadeiro”⁹⁴. Sendo assim, a extensão do termo “água” é o conjunto de todas as coisas das quais é verdade dizer “isto é água”. Se uma palavra tem vários sentidos, é natural pensarmos que cada

⁹³ PUTNAM, Hillary. The meaning of 'meaning'. **Philosophical papers II: mind, language and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 215 – 271.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 216.

sentido deverá ser tratado como sendo uma palavra diferente, pois cada um deles tem a sua extensão própria.

Putnam reconhece que a determinação exata de se algo pertence ou não à extensão de um termo pode se revelar uma tarefa complicada e difícil, especialmente nos casos limítrofes como, por exemplo, no caso de saber se deve ou não incluir na extensão do termo “água” o líquido impuro que corre no rio Tejo. Por isso, para evitar maiores problemas, ele admite que quando falarmos de extensão devemos falar no âmbito de uma idealização. Nas suas próprias palavras, “a idealização envolvida na noção de extensão - a idealização de supor que existe algo como o conjunto de coisas das quais o termo “árvore” seja verdadeiro - é, de facto, bastante severa”⁹⁵.

Ainda que envolva uma idealização, é um facto que, para Putnam, o significado do termo ‘extensão’ é, pelo menos, razoavelmente claro, se comparado ao significado do termo ‘intensão’. No fundo, pode-se dizer que esse termo foi forjado para dar conta de uma situação específica. Segundo ele, o conceito de intensão serve para dar conta dos casos de termos que, aparentemente, possuem a mesma extensão, mas têm significados distintos, como, por exemplo, os termos ‘cordato’ (ser que possui coração) e ‘renato’ (ser que possui rim). Os significados, nesses casos, são normalmente concebidos como condições necessárias e suficientes para que um objeto pertença à extensão do termo; para que o termo se aplique verdadeiramente a um objeto.

Putnam alega que a tradição da teoria semântica admite que em um sentido o termo “significado” significa extensão, isto é, que em certo sentido aquilo a que se refere um termo é o próprio significado do termo. Do seu ponto de vista, porém, isso implica vários problemas. Um deles é claramente percebido quando consideramos os termos compostos “criatura dotada de coração” e “criatura dotada de rim”. Pressupondo que todos

⁹⁵ PUTNAM, 1975, p. 217.

os seres dotados de coração são também dotados de rim e vice-versa, pode-se inferir que a extensão desses dois termos é indiscutivelmente a mesma. Contudo, segundo Putnam, eles claramente diferem em significado. Ou seja, é possível dois termos possuírem a mesma extensão e diferirem completamente em intensão. Deve estar claro que o reverso seria impossível, pois dois termos não poderiam diferir em extensão e não diferir em intensão.

Neste sentido, e confirmando a sua alegação acima, dizer que a palavra ‘significado’ significa extensão é insuficiente para dar conta do que o termo ‘significado’ significa. Por isso, de sua perspectiva, a solução oferecida pelos teóricos da doutrina tradicional é a de postular um segundo sentido para o termo ‘significado’. Tal solução admite, assim, que deve existir outro sentido de “significado”, em que o significado de um termo não é sua extensão, mas alguma outra coisa. Esta outra coisa é, para Putnam, a intensão, ou seja, o “conceito” associado ao termo. Desta forma, as *intensões* dos termos são, simplesmente, aqueles conceitos que os utentes da língua associam aos termos e que determinam a sua extensão. Sendo assim, a intensão (conceito) do termo composto “criatura dotada de coração” é nitidamente um conceito diferente do conceito associado ao termo composto “criatura dotada de rins”. De facto, os dois termos compostos têm *intensões* diferentes.

Convém notar aqui que não podemos negar que esta definição de intensão é algo bem menos claro do que a de extensão, particularmente quando se tenta explicar a definição de “intensão” recorrendo à associação desse termo com o termo ‘conceito’. Tendo esse carácter de imprecisão, esta noção gera problemas para qualquer teoria semântica que a utilize. Putnam reconhece essa fragilidade conceitual da doutrina tradicional e a expressa da seguinte forma:

A explicação canônica das noções de “intensão” e “extensão” é algo da forma: em certo sentido, “significado” significa extensão e, em outro sentido, “significado” significa *significado*. O facto é que, enquanto a noção de extensão se torna bastante precisa, relativamente à noção lógica fundamental de verdade (e sob a severa idealização mencionada acima), a

noção de intensão se torna não mais precisa do que a vaga (e, como veremos, enganadora) noção de “conceito”⁹⁶.

O que está em jogo aqui para Putnam e, portanto, nos interessa, é a sua constatação de que, mesmo sendo obscura, a assimilação das definições dos termos: ‘significado’, ‘intensão’ e ‘conceito’ acaba tendo o efeito de trazer os *significados*, no sentido de intensão, para a categoria daquilo que faz parte do alegado reino mental. De facto, para ele, ao se admitir o significado de um termo (isto é, o significado “no sentido de intensão”) como um conceito, temos como consequência imediata a ideia de que os significados são entidades mentais⁹⁷.

Quem isto defende, acredita que “entender uma palavra (conhecer sua intensão) é apenas questão de estar em certo estado psicológico”. Do seu ponto de vista, dizer que “entender o significado de um termo é o mesmo que estar em determinado estado psicológico”, significa dizer que compreender o significado de um termo é a mesma coisa que ter em mente uma dada configuração, que corresponda a essa compreensão. Para quem acredita que a mente é o mesmo que o cérebro, a configuração acima referida pode ser, por exemplo, uma determinada configuração neuronal. Ora, os estados psicológicos são estados intencionais, isto é, são acerca de algo. Um estado psicológico é algo do tipo, “ x teme (sabe, deseja, tenciona etc.) que p ”, em que x é um indivíduo e p uma proposição. Ou seja, a proposição exprime o conteúdo intencional do estado psicológico, aquilo que é temido, desejado, tencionado, conhecido etc.

De acordo com Putnam, é possível fazermos uma distinção entre dois tipos de estados psicológicos: os de *sentido restrito* e os de *sentido lato*. Os estados psicológicos em *sentido restrito* são aqueles que são pensados de um ponto de vista solipsista, isto é, que não requerem a existência de nada a não ser a mente na qual esse estado ocorre. Os

⁹⁶ PUTNAM, 1975, p. 218.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 218.

estados psicológicos em *sentido lato*, por sua vez, são aqueles cujo conteúdo depende de algo externo à mente dos agentes. Como fica evidente, a noção de estados psicológicos que é assumida pelos descritivistas é a de estados psicológicos em *sentido estrito*. Assim, os semanticistas tradicionais assumem aquilo a que Putnam chama “solipsismo metodológico”. O que caracteriza este tipo de solipsismo é a ideia segundo a qual todo e qualquer conteúdo intencional dos estados psicológicos de um agente é radicalmente independente do mundo exterior. Esta é, precisamente, a posição dos descritivistas: a de que é em função de algum estado mental na cabeça dos falantes (aquele estado que corresponde à apreensão da intensão de um termo) que a referência de um termo é determinada, independentemente da sua relação com qualquer coisa exterior à sua mente. Eles são, portanto, internalistas.

Diante disso, podemos retomar as teses atribuídas por Putnam à semântica tradicional e reescrevê-las da seguinte maneira: (1) apreender a intensão ou o sentido de um termo consiste apenas em estar num certo estado psicológico em *sentido restrito*; e (2) a intensão de um termo determina a sua extensão. Se levarmos a sério a conjunção dessas duas teses, constataremos que delas se segue que são realmente os nossos estados mentais em *sentido estrito* que determinam a extensão de um termo. Desta forma, se, num determinado momento, dois falantes (F e F') de uma mesma língua associarem exatamente a mesma intensão I ao termo A e ao termo B , isto deverá indicar sem qualquer margem de dúvidas que A e B são sinónimos, que eles têm a mesma extensão, isto é, aplicam-se precisamente ao mesmo conjunto de objetos.

Após fazer essa caracterização geral das teses fundamentais da semântica descritivista, Putnam nos fornece dois argumentos contra elas. O primeiro deles ficou conhecido como o *Argumento da Terra Gémea*; e o segundo como o *Argumento da Divisão do Trabalho Linguístico*. Em tese, o Argumento da Terra Gémea, que é

certamente o mais popular, tem o propósito de revelar que dois falantes F e F' exatamente idênticos, podem (1) estar exatamente no mesmo estado psicológico (podem assim associar a mesma intensão a uma certa palavra) e (2) ter o mesmo comportamento linguístico com relação a um determinado termo e, no entanto, usarem esse termo com significados distintos, ou seja, o termo usado por um e o termo usado pelo outro podem ter diferentes extensões. Já o Argumento da Divisão do Trabalho Linguístico, por sua vez, tem o objetivo de mostrar que a extensão dos termos não é (e nem pode ser) determinada individualmente, como creem os descritivistas, mas é determinada socialmente. Consideremos cada um desses argumentos.

4.2.1.1 O argumento da Terra Gémea

O *Argumento da Terra Gémea* é um experimento de pensamento. Putnam pede que imaginemos a existência de um planeta, a Terra Gémea, exatamente igual ao nosso molécula a molécula, mas com uma pequena exceção: o facto de o líquido a que nós chamamos 'água' ter uma estrutura química diferente na Terra Gémea. Enquanto aquilo a que chamamos 'água' é constituído por H_2O , nesse planeta imaginário, o que chamam 'água' é constituído por XYZ . XYZ é, portanto, a abreviatura de uma dada fórmula química. É suposto ainda que a água gémea possua as mesmas propriedades fenomenológicas que a nossa água. Ela é, portanto, idêntica à nossa água em condições normais de temperatura e pressão, é incolor, insípida, inodora, serve para saciar a sede, corre nos oceanos e mares etc. Se algum habitante da nossa Terra viajasse até a Terra Gémea, provavelmente também chamaria a XYZ 'água'. Algo análogo, mas simétrico, ocorreria se algum terráqueo gémeo visitasse a Terra.

O ponto crucial do argumento descrito no experimento de Putnam, dá-se quando ele pede que consideremos o encontro de um dos habitantes do nosso planeta, Óscar₁, com a sua contraparte na Terra Gémea, Óscar₂. Suponha que não haja qualquer crença que Óscar₁ tenha sobre a água que Óscar₂ não tenha sobre XYZ. Suponha que eles seriam, de facto, duplicados exatos em aparência, sentimentos, desejos, pensamentos etc. Considere-se também que estávamos em 1750, ano em que a química ainda não tinha se desenvolvido nem na Terra nem na Terra Gémea e, portanto, não se sabia qual a fórmula química da água. Tanto Óscar₁ como o seu gémeo têm constante contacto com o líquido a que chamam ‘água’, e inclusive associam as mesmas crenças à água.

A questão inicial que deve ser ressaltada com este experimento do pensamento é a de saber o que é que de facto Óscar₁ e o seu gémeo referem quando usam a palavra ‘água’. De acordo com a semântica descritivista, dado que os gémeos associam exatamente os mesmos conceitos ou descrições ao termo ‘água’, é óbvio que eles referem o que quer que seja que satisfaça essas descrições. Uma vez que as descrições associadas por eles ao termo ‘água’ são construídas em cima das propriedades fenomenológicas da água (propriedades essas que, como já dito, são comuns na Terra e na Terra Gémea), então tanto a água gémea como a nossa satisfaz perfeitamente tais descrições. Deste modo, o termo ‘água’ quando usado por Óscar₁ refere o mesmo líquido que a palavra ‘água’ quando usada por Óscar₂. Ora, tendo em conta os alegados pressupostos do descritivismo, para que isto ocorresse, ou seja, para que os gémeos aqui considerados referissem a mesma coisa, eles teriam que estar no mesmo estado psicológico em *sentido restrito*, uma vez que seria tal estado que determinaria completamente a intensão e, claro, a consequente extensão do termo ‘água’.

Realmente, se Óscar₁ visitasse a Terra Gémea, a primeira suposição seria a de que ‘água’ teria o mesmo significado na Terra e na Terra Gémea. Contudo, para Putnam, esse não é o caso. Ao utilizar o termo ‘água’, Óscar₁ refere algo cuja composição química é

H₂O. Ou seja, na Terra, a palavra ‘água’ significa H₂O. Já quando Oscar₂ utiliza o termo ‘água’, refere algo cuja composição química é, como já dito, XYZ. Na Terra Gémea, a palavra ‘água’ significa XYZ. Assim, o termo ‘água’ simplesmente tem dois significados e, por isso, no sentido admitido pelos falantes da Terra Gémea, o que nós chamamos ‘água’ não é água; enquanto que no sentido que é usado na Terra, o que os terráqueos gémeos chamam ‘água’ simplesmente não é água. Na Terra, a extensão de ‘água’ é o conjunto de todas as porções consistindo de moléculas H₂O; na Terra Gémea, a extensão de ‘água’ é o conjunto de todas as porções consistindo de moléculas XYZ. Portanto, a extensão do termo ‘água’ no vocabulário de um e de outro Óscar é totalmente diferente, por causa da diferença na estrutura molecular do líquido. Essa constatação necessariamente implica uma contradição que obrigaria à rejeição das duas teses descritivistas sob consideração.

Convém reparar que, rigorosamente falando, o problema aqui destacado não se encontra na extensão do termo ‘água’, pois esse termo simplesmente possui dois significados. O problema está nos próprios pressupostos do descritivismo. Segundo os pressupostos descritivistas, para que os gémeos referissem o mesmo objeto com o termo ‘água’, eles deveriam estar no mesmo estado psicológico em *sentido restrito*. Ter o mesmo estado psicológico na situação sob análise não seria assim tão difícil, pois, dado que Óscar₁ e Óscar₂ compartilhariam os mesmos estados neurofísicos (por serem radicalmente iguais), então eles compartilhariam também estados psicológicos iguais. É precisamente aqui que surge o problema. Pois, para os descritivistas, estados psicológicos iguais devem gerar intensão e, conseqüentemente, extensão, iguais. Porém, como Putnam salienta, isso não procede no caso analisado, porque Óscar₁ e seu gémeo compreenderiam de facto o termo ‘água’ de modo diferente, mesmo possuindo estados psicológicos iguais. Se assim for, a teoria descritivista se mostra absurda, pois, embora os gémeos se encontrem no mesmo estado psicológico quando usam o termo ‘água’, tal termo referiria coisas diferentes. Isso

contradiz nitidamente a tese (1) acima e, conseqüentemente, implica dizer, como conclui Putnam, que a extensão do termo ‘água’ não é em si mesma uma função do estado psicológico do falante.

Para fortalecer essa sua ideia, Putnam apresenta mais dois argumentos que, de certo modo, seguem na esteira do da água na Terra Gémea.

No primeiro, ele pede que idealizemos uma diferença entre o alumínio e o molibdênio. A suposição inicial é a de que o molibdênio é tão comum na Terra Gémea quanto o alumínio é comum na nossa Terra e, assim, nos casos em que se usa ‘alumínio’ na Terra, seria usado ‘molibdênio’ na Terra Gémea. Considere-se ainda que, na Terra, o nome ‘alumínio’ se aplique ao metal que na Terra Gémea é chamado ‘molibdênio’ e vice-versa. Considerando ainda que “caçarolas e panelas de molibdênio só podem ser distinguidas de caçarolas e panelas de alumínio por um especialista”⁹⁸, podemos claramente repetir o raciocínio do argumento da água na Terra Gémea e extrair a mesma conclusão. Ou seja, considerando que Óscar₁ e Óscar₂ não são especialistas químicos, quando eles dizem ‘alumínio’ a extensão deste termo é diferente na boca de um e de outro, ainda que eles estejam no mesmo estado psicológico em *sentido restrito*.

No seu segundo argumento, Putnam deixa de lado o recurso à Terra Gémea e destaca a sua própria experiência pessoal concernente à diferenciação entre dois tipos de árvores: o olmo e a faia. Olmos e faias são tipos de árvores encontradas em regiões temperadas da América do Norte, Inglaterra e parte da Europa. O ponto salientado por Putnam é o de que as duas árvores são parecidíssimas e, por isso mesmo, não são facilmente diferenciadas. Neste caso, para quem - como Putnam - não tem condições de distingui-las, o conceito de um olmo é exatamente o mesmo que o conceito de uma faia. A ideia por ele defendida é a de que, pressupondo a semântica tradicional, quando ele pensa

⁹⁸ PUTNAM, 1975, p. 225.

em olmos e quando ele pensa em faias, o estado psicológico em *sentido restrito* no qual ele se encontra é idêntico. Contudo, e como já evidenciado, a extensão dos dois termos não é a mesma⁹⁹.

Como tentaremos evidenciar, este conjunto de exemplos dado por Putnam baseia-se numa intuição linguística que pode ser disputada. Todavia, o que ele disse é de tal forma razoável que não há muito espaço para uma réplica possível. No dia-a-dia, nos deparamos com várias situações que também poderiam servir de exemplo para corroborar a ideia de Putnam contra as teses descritivistas. Os físicos e astrofísicos têm, há muito tempo, procurado água nos demais planetas do nosso Sistema Solar. Quando fazem isso, eles claramente não procuram algo que tenha apenas as mesmas propriedades fenomenológicas da água. Eles procuram, de facto, aquela coisa que tenha as mesmas propriedades químicas da nossa água, H₂O. Mas, como se sabe, eles - por muitas vezes - já assumiram o equívoco por classificarem algo como sendo água por apenas parecer água, mas que, no fundo, se descobriu posteriormente que não era H₂O, e que, por isso mesmo, não era água.

Se essas considerações de Putnam estiverem correctas – e é plausível pensar que sim – é razoável pensar que de facto ele refutou as teses fundamentais das teorias descritivistas. Convém notar que, embora o conjunto de argumentos aqui descritos se destine a refutar apenas as teorias descritivistas em relação a termos para tipos naturais como ‘água’, julgamos ser possível aplicar argumentos semelhantes (resguardando, claro, as devidas diferenças) para refutar as teorias descritivistas para nomes próprios. Segundo se define, termos para tipos naturais são tais que designam um conjunto de indivíduos que

⁹⁹ John Searle levanta uma objeção a Putnam dizendo que, neste caso, o estado psicológico restrito não seria exatamente o mesmo, dado que Putnam tem conhecimento de que os termos “olmo” e “faia” referem árvores diferentes (Cf. SEARLE, J. **Intentionality: an essay in the philosophy of mind**. Cambridge: CUP, 1983, p. 202). Putnam não vê nada de especial na objeção e sugere que ela pode ser refutada apenas construindo um exemplo semelhante ao do “alumínio” e do “molibdênio” para as duas árvores. Neste caso, as faias são chamadas de olmos e os olmos de faias. Quando o nosso terráqueo e o gêmeo dizem: “que bonito olmo”, ambos encontram-se no mesmo estado psicológico em *sentido restrito*, mas a extensão do termo olmo na boca de um e de outro não é a mesma (Cf. PUTNAM, 1975, p. 227).

pertencem a uma categoria natural. Designam, assim, classes de coisas encontradas na natureza. São termos usados para designar espécies, géneros, substâncias químicas etc. Pode-se perguntar se os termos naturais podem referir coisas que possuam certa “natureza essencial” comum. Essa é, por exemplo, a maneira como Guttenplan define tais termos. Para ele, a importância filosófica dos tipos naturais vem do facto de que as alegadas propriedades comuns partilhadas por membros de um tipo têm independência de qualquer modo particular em que os membros do tipo sejam concebidos pelo homem. Ele chega mesmo a falar da existência de uma “essência real”, oculta, que seria aquele conjunto de propriedades responsável por fazer com que algo pertença ao rol de membros de um certo tipo natural¹⁰⁰.

Putnam define termos naturais de modo muito semelhante a Guttenplan. Ele caracteriza os tipos naturais como recolhendo certas características comuns das coisas e que a presença dessas características nas coisas é provavelmente explicável por alguma “natureza essencial”. Para ele, porém, a determinação de o que seja essa natureza essencial não é em absoluto uma questão de análise linguística, mas é um caso de construção de teorias científicas. Tal natureza não é, portanto, “oculta”, mas natural¹⁰¹. Para ele, nenhum membro da extensão de um termo natural qualquer tem uma estrutura oculta. Do seu ponto de vista, seria claramente possível que os líquidos que denominamos ‘água’ não tivessem nenhuma característica física comum importante, exceto as características superficiais¹⁰².

A reivindicação de que os tipos naturais são determinados por um conjunto de características essenciais (que, inclusive, podem ainda ser-nos desconhecidas) é fundamental para a coerência dos exemplos de Putnam. Ele admite isso porque pensa que a

¹⁰⁰ Cf. GUTTENPLAN, S. **A companion to the philosophy of mind**. Oxford: Blackwell, 1994, p. 450.

¹⁰¹ Cf. PUTNAM, H. Is Semantics possible? *In*: _____. **Philosophical papers II: mind, language and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 140 – 141.

¹⁰² Cf. *Ibidem*, p. 241.

natureza tem, de facto, um papel preponderante na determinação da extensão dos termos naturais.

De modo resumido, o *Argumento da Terra Gémea* pode ser reescrito da seguinte forma:

(I) Se dois termos *A* e *B* possuem a mesma intensão (sentido), então possuem a mesma referência (extensão). (Considerando a tese (2));

(II) *A* e *B* têm a mesma intensão, uma vez que dois falantes qualitativamente idênticos (*Óscar*₁ e *Óscar*₂) associam exatamente o mesmo conceito a *A* e a *B*;

(III) Logo, *A* e *B* têm a mesma extensão (Considerando a tese (1));

(IV) Contudo, *A* e *B* têm diferentes extensões (nomeadamente, uma refere H₂O e a outra refere XYZ);

(V) Daí, decorre que (1) é falsa (considerando por III, IV), e a conclusão extraída é a de que os estados psicológicos dos falantes, ou seja, os conceitos que eles associam aos termos, as suas intensões, não são suficientes para determinar a extensão de uma palavra.

4.2.1.2 O Argumento da Divisão do Trabalho Linguístico

Ao mostrar que as intensões dos termos para tipos naturais, concebidas como sendo aqueles estados psicológicos que correspondem à apreensão do sentido de um termo, não determinam a extensão desse termo, Putnam só resolve metade do problema que se propõe resolver. Sendo isso verdade, os significados de facto não estão mesmo na cabeça, como defendem os descritivistas e, também, os inatistas. Mas, não estando na cabeça, onde poderemos encontrar o significado de termos para tipos naturais como ‘alumínio’, por exemplo?

Uma resposta possível seria a de pensar que a mera descrição das características típicas do alumínio responderia à questão. É suposto que estas características seriam capazes de fornecer as condições necessárias para que pudéssemos identificar (quando diante de um metal qualquer) se estamos ou não perante um exemplar de alumínio. Contudo, é razoável pensar que tais características poderiam não ser suficientes para nos levar a julgar e decidir se estaríamos ou não perante um exemplar de alumínio. Pois, como no já considerado caso das faias e dos olmos, ou mesmo do alumínio e do molibdênio, alguém poderia se confundir e facilmente trocar o significado de um pelo outro. Diante disso, portanto, Putnam reconhece que não é só o meio ambiente que possui um papel na determinação das extensões dos termos naturais. Ele admite outro factor, igualmente importante. Este factor está delineado no argumento da *Divisão do Trabalho Linguístico*.

Para Putnam, há uma clara diferença entre a descrição de um dado tipo natural feita por um falante comum da língua, e uma descrição feita por um falante especialista, cujo ramo de estudo esteja ligado a esse tipo natural. Um especialista em botânica poderia ser capaz de mais facilmente distinguir entre as faias e os olmos. De igual modo, um metalúrgico poderia muito facilmente fazer a distinção entre o alumínio e o molibdênio. Nestes e em outros casos semelhantes, ocorre um fenómeno que Putnam batiza de “divisão do trabalho linguístico”¹⁰³. Para ele, dificilmente poderíamos utilizar termos como ‘olmo’ ou mesmo ‘alumínio’ se ninguém fosse capaz de reconhecer olmos e alumínio. Porém, como se sabe, nem todos, inclusive aqueles para quem a distinção se mostra importante, têm a capacidade de fazer a distinção.

Na tentativa de melhor expor suas ideias acerca do que de facto seja essa Divisão do Trabalho Linguístico, Putnam sugere o exemplo do *ouro*. Sabe-se que na nossa sociedade o ouro é importante por razões diversas. Ele é um metal precioso, que tem um

¹⁰³ Cf. PUTNAM, 1975, p. 227 – 229.

significativo valor monetário, possui certo valor simbólico (como no caso de pessoas que fazem questão que suas alianças e anéis sejam de facto de ouro, etc.). Ao considerarmos a nossa comunidade linguística como uma “fábrica”, poderemos pensar que há trabalhadores nesta fábrica que têm o “trabalho” de, por exemplo, garimpar o ouro, lapidar o ouro, dar formas específicas ao ouro, vender anéis de ouro, ou mesmo dizer se algo é ou não ouro. Mas, repare-se que, neste caso, não é necessário que todos os trabalhadores que tenham uma aliança, ou um anel, ou qualquer objeto de ouro, conheçam o “padrão ouro”, ou se ocupem em comprar e vender ouro. Também não é necessário que todos os que comprem e vendem ouro ou mesmo aqueles que o usam sejam capazes de dizer se algo é ou não realmente ouro.

O que esta descrição vem salientar é a divisão de trabalho dentro de uma fábrica. Putnam a expõe para melhor explicitar aquilo que ele chama de divisão do trabalho linguístico. Para ele, a divisão do trabalho linguístico não apenas se fundamenta na divisão do trabalho *não* linguístico como a pressupõe. No caso em consideração, o seu argumento é o de que todos para os quais ouro é importante por alguma razão têm que *adquirir* a palavra ‘ouro’; porém, eles não têm que adquirir o *método de reconhecer* se algo é ouro ou não. Esta tarefa é destinada a apenas alguns membros da comunidade linguística, os especialistas. Quer dizer, as características que são geralmente pensadas como estando conectadas com um termo, ou seja, as condições necessárias e suficientes (os “*critérios*”) para fazer com que algo pertença a uma determinada extensão, estão presentes na comunidade linguística “considerada como um corpo coletivo”; mas este corpo divide o “trabalho” de conhecer e usar estas várias partes do “significado” de ‘ouro’ entre os seus membros.

A ideia aqui evidenciada é a de que falantes de uma língua que conhecem o significado de um termo, não necessariamente têm capacidade para dizer exatamente o que

subjaz à extensão deste termo. Mas, ainda que nem todos os membros de uma dada comunidade linguística possuam os meios técnicos e científicos que lhes permitam decidir se algo cai ou não sob uma determinada designação, podem existir alguns membros dessa comunidade munidos desse conhecimento. Estes são os chamados especialistas. Daí que, quando se quer determinar exatamente a extensão do termo, essas pessoas geralmente recorram a especialistas. No caso de dúvida, outros falantes confiariam nos julgamentos destes falantes “especialistas”. Deste modo, podemos dizer que são os especialistas que fornecem as condições que nos permitirão identificar quando algo cai ou não sob a extensão de um certo termo. E são precisamente essas condições que fixarão a referência de um termo. Como estes “especialistas” são apenas parte do todo da comunidade linguística, o que eles reconhecem que cai sob uma dada extensão torna-se património do corpo coletivo linguístico, mesmo que esse não seja o modo efetivo de reconhecimento de cada membro do corpo. Podemos dizer que, num determinado sentido, já tínhamos conhecimento do que era água, antes de existirem os especialistas em química moderna. O que não sabíamos é como decidir, nos casos limítrofes, o que de facto cai ou não sobre a extensão do termo ‘água’. Foi isso que os especialistas vieram possibilitar.

Importa notar que Putnam reconhece que algumas palavras não exibem qualquer divisão de trabalho linguístico. É o caso de ‘cadeira’, por exemplo. Entretanto, do seu ponto de vista, com o crescimento da divisão de trabalho na nossa sociedade e o promissor desenvolvimento da ciência, cada vez mais as palavras começam a exibir este tipo de dependência da divisão do trabalho linguístico.

Todas as vezes que um termo está submetido à divisão do trabalho linguístico, o falante não especialista não tem que adquirir qualquer coisa que fixe a extensão do termo. Seu estado psicológico individual não fixa essa extensão, pois é somente o contexto social da sua comunidade linguística que fixa a extensão do termo. Com isso, Putnam claramente

destaca o aspecto sociolinguístico do seu externalismo semântico. O significado, portanto, não é fixado de modo individual, mas sim coletivamente, pois a determinação da extensão de um termo depende da colaboração mútua entre os diversos membros da comunidade linguística. Neste caso, dado que a extensão a ser determinada é socialmente determinada, os significados não podem estar na cabeça de um falante da língua.

Posto isto, consideremos o modo como os termos naturais adquirem significado no modelo semântico proposto por Putnam. Para ele, os termos que designam tipos naturais têm um componente indexical escondido, que só é evidenciado em virtude do modo como a sua referência é fixada. Indexicais são palavras como ‘agora’, ‘isto’, ‘aqui’. São caracterizadas como palavras que têm uma extensão que varia de contexto para contexto. A reivindicação de existência de um componente indexical no processo semântico faz com que Putnam admita que há duas maneiras óbvias de explicar o que se quer significar com um dado termo natural: ou por meio de uma definição ostensiva, como no caso de: “isto é água”, “isto é tigre” etc.; ou pode-se dar uma *descrição*, que tipicamente consiste na apresentação das características centrais daquilo que é descrito. Deve-se descrever, portanto, os *critérios*, aquelas características que, em situações normais, constituem modos de reconhecer se a coisa pertence ao conjunto ou, pelo menos, condições necessárias (ou condições probabilísticas necessárias) para pertencer ao conjunto.

Putnam nos dá um exemplo de como funciona a definição ostensiva no caso de fixação de referência. Ele pede para supormos que Óscar_I fornece uma definição ostensiva de ‘água’ apontando para um recipiente com água e diz: “isto é água”. Ao fixar a referência deste modo temos, imediatamente, duas hipóteses:

(1) a de que o termo ‘água’ aqui utilizado designa o que quer que seja que satisfaça a definição ostensiva “este líquido aqui” no mundo em que a definição está a ser

usada. Trata-se, assim, de uma designação relativa ao mundo. De acordo com essa hipótese, ‘água’ *significa o mesmo* tanto aqui como na Terra Gémea; aqui, ela é H₂O, e lá, ela é XYZ. Trata-se, de facto, do caso em que temos diferentes extensões, mas o mesmo significado;

(2) a de que o termo ‘água’ designa em todos os mundos possíveis o que quer que seja que satisfaça a definição ostensiva “este líquido aqui” no mundo atual.

Em outras palavras, o que se quer dizer com isso é que, em (1) o termo ‘água’ designaria a água gémea quando usado por Óscar₂ e designaria a nossa água quando usado por Óscar₁. Já o que está sendo dito em (2) é que o termo ‘água’ designa o que quer que seja que satisfaça a relação de ser o mesmo líquido que a nossa água. Nos termos de Putnam, em (1) estaríamos defendendo a primeira das teses fundamentais da semântica descritivista, isto é, a de que compreender o significado de um termo consiste em apreender a sua intensão, mas estaríamos abandonando a segunda dessas teses, pois aqui a intensão não determinou a extensão, dado que o termo ‘água’ tem a mesma intensão e diferentes extensões. Putnam rejeita peremptoriamente a hipótese (1) acima descrita. O motivo disto é que, para ele, quando dizemos: “este líquido é água”, queremos dizer que a água é o que quer que seja que se encontre na relação de semelhança com, ou, mesmo, na relação de ser a mesma substância que, a nossa água. Do seu ponto de vista, é precisamente essa razão que justifica as nossas intuições linguísticas quando se conclui que a água na Terra Gémea não é a nossa água, porque ela não é H₂O. Ou que o ouro-dos-tolos não é ouro, porque ele não é um elemento químico de número atômico 79. Ou seja, tais elementos não partilham a propriedade de serem a mesma substância que aquelas que servem de forma de comparação.

Deste modo, termos para tipos naturais têm um componente indexical, uma vez que referem o que quer que seja que satisfaça a relação de ter as mesmas propriedades

essenciais no mundo atual. Essa inflexão nos conduz à ilação de que os termos naturais referem rigidamente, ou seja, no caso da água, ‘água’ refere o que quer que seja que tenha a propriedade essencial de ser água, isto é, aquelas propriedades sem as quais uma substância não poderia ser água. Quer isto dizer que o termo ‘água’ designa a mesma coisa em todos os mundos possíveis em que esse líquido existe. Portanto, para Putnam, termos para tipos naturais têm um componente indexical escondido, algo que podemos ver pelo modo como a sua referência é fixada, por meio de uma definição ostensiva, e tais termos são concebidos como sendo designadores rígidos.

Mais uma vez, pode-se destacar que, dado que, quando se diz “isto é água”, o ‘isto’ é, por assim dizer, um ‘isto’ *de re*, isto é, que o termo ‘água’ refere tudo o que preenche uma determinada relação de mesmidade com a porção de líquido referida por ‘isto’ *no mundo real*, os estados psicológicos dos falantes não só não determinam a extensão dos termos para tipos naturais como também não determinam os objetos intencionais; não determinam aquilo acerca do que estamos a pensar quando pensamos em água. Portanto, os significados não estão na cabeça, mas dependem da natureza das coisas, a qual é externa tanto aos termos linguísticos utilizados quanto à mente dos falantes.

Essas considerações de Putnam trazem implicações não só para a semântica, mas também para a metafísica e para a epistemologia. Uma das consequências imediatas dessa maneira de pensar para a metafísica é a de que, se a propriedade essencial da água é H_2O (entenda-se propriedade essencial como aquela propriedade que algo que é água tem e não pode não ter), então não há nada que possa ser classificado como ‘água’ e que não seja de facto H_2O . Nestes termos, é uma verdade necessária (metafísica) que a água seja H_2O . Mesmo sendo uma tal verdade, essa proposição é epistemicamente contingente, pois é totalmente independente das crenças dos falantes. Putnam defende assim, tanto que a intuição humana não tem acesso privilegiado à necessidade metafísica, como que existem

verdades necessárias *a posteriori* e verdades necessárias que não são analíticas, ao contrário do que se julgou durante séculos.

Em síntese, a teoria semântica apresentada por Putnam considera que termos como ‘água’ têm um componente indexical escondido, que exige a presença de dois componentes, digamos, “externos”, necessários à fixação dos seus significados: o meio ambiente natural e o ambiente social no qual o falante se insere. Com isso, rejeita-se nitidamente a ideia segundo a qual estados psicológicos em *sentido restrito* seriam capazes de determinar extensões, ou seja, nega-se as duas teses fundamentais do descritivismo. Porém, de acordo com o próprio Putnam, isso não é o fim. Em suas palavras, é possível ainda salvar nem que seja uma das teses da semântica tradicional: “ou desistindo da ideia de que estados psicológicos (em sentido restrito) determinam intensões, ou desistindo da ideia de que intensões determinam extensões”¹⁰⁴. Em seu “*The Meaning of ‘Meaning’*”, ele opta pela primeira opção. Sua posição externalista preserva a ideia de que intensões determinam extensões, mas agora intensão é uma função do meio ambiente e do ambiente social em que o falante está inserido. Sua conclusão é a de que, se a teoria tradicional não pode ser verdadeira para o significado de termos de tipos naturais, pela mesma razão não pode ser verdadeira para o significado de outras palavras, especialmente para o de termos indexicais como ‘Eu’, ‘Isto’, ‘Agora’ etc.

4.2.2. O externalismo de Kripke

A posição de Putnam acerca de como um termo adquire significado está, de certa forma, alinhada com a teoria semântica defendida por outro externalista, Saul Kripke. Um resumo da teoria semântica defendido por Kripke é o seguinte¹⁰⁵:

¹⁰⁴ Cf. PUTNAM, 1975, p. 222.

¹⁰⁵ KRIPKE, 1980, p. 91.

Alguém, digamos, um bebê, nasce; seus pais o chamam por um certo nome. Eles falam a respeito do bebê a seus amigos. Outras pessoas o encontram. Por meio de várias espécies de fala o nome se difunde de elo a elo como em uma corrente. Um falante que se encontra no final da corrente, que ouviu a respeito de, digamos, Richard Feynman, no mercado ou em algum outro lugar, pode estar se referindo a Richard Feynman mesmo que ele não consiga se lembrar de quem ele ouviu falar pela primeira vez de Feynman, ou de quem ele alguma vez ouviu falar de Feynman. Ele sabe que Feynman é um físico famoso. Certa passagem de comunicação alcançando ultimamente o próprio homem chega até o falante. Ele então está se referindo a Feynman mesmo que ele não possa identificá-lo unicamente.

Em tese, a posição kripkeana é a de que os termos singulares adquirem significado através de uma cerimônia batismal inicial e de uma cadeia de comunicação que conecta o termo ao falante que o entende. Ou seja, ele defende que o que garante a um utente da língua o sucesso em referir através de um nome é a existência de uma cadeia causal apropriada entre ele e o objeto referido. Dessa forma, sou capaz de referir Kant através do nome ‘Kant’, por exemplo, porque há uma corrente causal de elos de um certo tipo entre ele e eu. A existência dessa cadeia é uma condição suficiente para o êxito do processo de referenciação.

Segundo Michael Devitt¹⁰⁶, que é também um dos proponentes dessa teoria, ao tratarmos desta teoria semântica devemos ter em mente que há pelo menos dois fenômenos que uma tal teoria precisa explicar: (1) o de como ocorre a fixação do referente; (2) e o do empréstimo da referência ou da chamada referência parasitária. No primeiro fenômeno exige-se a explicação de como um dado nome próprio pode ser atribuído a um objeto. No caso do segundo fenômeno, exige-se a explicação de como a referência pode passar de elo para elo, ou seja, de falante para falante, ou, dito em outras palavras, exige-se a explicação para a questão de como eu, ao ouvir alguém proferir um nome para referir um objeto, posso usar o nome proferido para referir este objeto.

¹⁰⁶ DEVITT, **Designation**. New York: Columbia University Press, 1981, p. 26-32; e, também: _____. **Coming to our senses: a naturalistic program for semantic localism**. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 66.

A explicação para o fenómeno (1) é a cerimónia de batismo. Numa situação de batismo, um sujeito qualquer *S* percebe um objeto *x* e, devido a uma relação causal que lhe permite perceber *x*, tal sujeito pode atribuir um nome *N* a *x*. Supõe-se que, ao proceder assim, *S* adquire a capacidade de utilizar o nome *N* para referir *x*. A explicação para o fenómeno (2) é a de que a cadeia de comunicação alegada por esta teoria exige que, para que conheça a extensão de um nome próprio, o utente da língua tenha que ser, de alguma forma, apresentado ao indivíduo referido pelo nome ou algo a que o nome foi dado. De modo mais objetivo, alguém que presenciou o batismo de um indivíduo ou de algo apresenta este indivíduo ou este algo batizado a outras pessoas e essa apresentação se estende a todas as outras pessoas que aprendem a usar o nome. Assim, de alguma forma, qualquer utente que conhece a quem se refere um nome próprio estará localizado em algum momento da cadeia de comunicação que o une e o liga à cerimônia de batismo. Em *Naming and Necessity*, Kripke identifica essa cadeia de comunicação com uma cadeia causal. Por isso, essa teoria de como os nomes próprios ganham significado ficou conhecida como a “teoria causal da referência”¹⁰⁷.

Retomando a citação acima, a ideia por trás desse conjunto de procedimentos é, então, a de que uma elocução recente do nome ‘Feynman’ é apenas o elo mais próximo nessa cadeia de comunicação, sendo o primeiro elo o batismo da criança Richard Feynman, quando recebeu seu nome. Adquirir o nome de alguém ou de alguma coisa é sempre recuar até chegar à cerimónia de atribuição do nome. Convém salientar que esta cadeia de comunicação foi estabelecida em virtude da participação do utente em uma comunidade que passou o nome de elo a elo e não em virtude de um empreendimento particular, pessoal e subjetivo¹⁰⁸, ou mesmo de se estar num determinado estado cognitivo singular.

¹⁰⁷ KRIPKE, 1980, p. 93.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 90 – 91.

Ela é, então, estabelecida mesmo que não se tenha qualquer crença verdadeira interessante sobre Feynman, ou sobre como esse nome foi adquirido.

Porém, segundo este ponto de vista, quando um utente apreende pela primeira vez o significado de um nome de um precursor na cadeia histórica, é possível admitir que isso ocorre porque ambos partilham, de certa forma, uma base, psicologicamente saliente, de descrições identificadoras. Todavia, para Kripke, não há nenhuma razão para sustentar que essa base particular de descrições seja capaz de fixar o sentido do nome. O que é preciso para tal é que a referência seja fixada, pois, uma vez tendo ocorrido uma fixação identificadora no referente indicado pelo seu precursor (uma pessoa, por exemplo), o utente aprendiz pode usar o nome para referir essa pessoa. Sendo assim, as duas únicas condições para que esse batismo se realize são: a) a determinação (que pode ser ostensiva ou descritiva) inequívoca de *O* (objeto qualquer a ser nomeado); e b) a atribuição específica de um nome *N* a *O*.

Importa destacarmos que uma das implicações imediatas decorrentes desse ponto de vista é a de que nomes próprios não devem ser confundidos com uma mera abreviação de um conjunto de descrições. Neste sentido, o termo ‘Messi’ não deve ser pensado como uma abreviação de “jogador do Barcelona que foi o melhor jogador de futebol do mundo no ano de 2012”. Mas deve ser pensado como se referindo diretamente ao indivíduo a quem o termo foi dado, em algum tipo cerimonial de batismo. Com esta ideia, Kripke manifesta-se contra qualquer teoria semântica que associe significados a descrições presentes na mente do falante que conhece o significado do termo usado. Um dos exemplos usados por ele para ilustrar o problema em que incorrem essas supostas associações é o seguinte. Suponha-se que Richard Nixon é uma abreviação ou sinónimo da descrição “o homem que ganhou a eleição presidencial norte-americana em 1968”¹⁰⁹. O

¹⁰⁹ KRIPKE, 1972, p. 40.

argumento de Kripke é o de que, se a extensão do termo (nome) ‘Nixon’ realmente fosse determinada pela aplicação desta descrição, se outro candidato qualquer tivesse ganho a eleição em 1968, então, o nome ‘Nixon’ não se referiria mais a Nixon, mas sim a esse outro candidato que teria ganho a eleição, considerando a condição contrafactual.

Segundo Kripke, o que de facto determina quem é Nixon é uma definição ostensiva. Do seu ponto de vista, “‘Nixon’ é apenas o nome deste homem”¹¹⁰, dado numa determinada cerimónia batismal. Quanto ao batismo aqui mencionado, Kripke reconhece que há casos em que a cerimônia de batismo pode não ter o indivíduo ou mesmo o objeto a ser batizado presente. Nesses casos, é admitido que aquilo a que o nome se refere é fixado por meio de uma descrição. Contudo, a descrição dada não se torna sinónima do nome, mas apenas fixa aquilo a que o nome se refere. Uma vez estabelecida a fixação da referência, o nome se comporta como um nome atribuído ostensivamente.

Na tentativa de explicitar essa sua ideia, Kripke utiliza o seguinte exemplo. Ele pede que consideremos o nome atribuído ao planeta Neptuno. O seu argumento é o de que o nome do planeta Neptuno lhe foi dado antes que o planeta fosse observado. Partiu-se da presunção de que ele era o planeta que causava alguma discrepância nas órbitas de certos outros planetas e, depois disso, Leverrier, fixou a referência de “Neptuno” por meio desta descrição¹¹¹. Uma vez realizado o batismo, o nome “Neptuno” ficou associado definitivamente ao planeta. Se o mesmo não tivesse (considerando uma situação contrafactual) as características assumidas e pressupostas na descrição mencionada, mesmo assim ele seria Neptuno.

Um caso que poderá levantar problemas à perspectiva semântica de Kripke é o dos nomes ambíguos, mais especificamente nomes que mais do que uma pessoa têm. Para tratar da questão, Kripke considera o caso da personagem bíblica Jonas, o profeta que foi

¹¹⁰ KRIPKE, 1972, p. 41.

¹¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 79. (nota 33).

engolido por um grande peixe. Este exemplo é semelhante ao exemplo de “Nixon”. Inicialmente, ao considerá-lo, Kripke nota que devemos fazer a distinção entre as histórias que são apenas mitos e aquelas que são, ao invés disso, simples relatos essencialmente falsos de pessoas reais. Sua análise parte da suposição de que, mesmo se os historiadores descobrissem que de facto nenhum profeta chamado Jonas foi engolido por um grande peixe, nem fez qualquer uma das outras coisas que a Bíblia atribui a Jonas, ainda assim permaneceria a questão de saber se a personagem de Jonas e as histórias associadas a ela foram simplesmente inventadas desde o início, ou se tais relatos se baseiam em última análise numa pessoa real. Deste ponto de vista, Jonas poderia ter vivido como um ser humano real e alguém poderia ter inventado e espalhado uma quantidade de histórias falsas sobre ele imediatamente após a sua morte; ou, devido à consideração que tinham por Jonas, várias pessoas relataram alguns episódios ocorridos na vida de Jonas, mas poderia ter ocorrido uma perda muito significativa de informação correcta, etc. Em todo o caso, diz Kripke, hoje os registros bíblicos sobre a personagem Jonas afirmariam coisas falsas sobre a pessoa real. Quando, então, dizemos ‘Jonas’, a quem nos referimos?

Rigorosamente falando, o caso de Jonas não constitui um problema para as teorias descritivistas. A razão disso é que, nelas, se ambíguos, os nomes abreviam descrições diferentes. Mas esse caso também não impõe problemas para a teoria causal da referência. Pois, para ela, se tivermos uma situação de ambiguidade, o que desambiguará um uso particular de um nome do seu outro uso é a base histórico-causal desse uso. É, portanto, o portador particular cuja cerimónia de denominação deu início à etiologia do referido nome.

O que Kripke pensa acerca da semântica dos nomes próprios se aplica da mesma forma aos termos para tipos naturais. Assim, sustenta-se que alguém, em algum momento da história, apontou para uma amostra de água e a batizou ‘água’. A partir desse ato ostensivo, a palavra ‘água’ passou a referir líquidos que são da mesma natureza que aquele

que foi apontado originalmente. Isto ainda que os utentes da língua que usam o termo não tenham conhecimento da real natureza da amostra inicial. Caberá, assim, aos especialistas descobrirem essa natureza. Esse processo permitirá uma identificação mais precisa de se algo com as características fenoménicas da água realmente seja água.

A ideia de Kripke sobre a semântica dos tipos naturais é resumida nos seguintes excertos do seu *Naming and Necessity*¹¹²:

Poderíamos descobrir que o ouro não é, de facto, amarelo? [...] Talvez um demônio tivesse corrompido a visão de todos aqueles que entravam nas minas de ouro (obviamente suas almas já estavam corrompidas), e fizesse com que acreditassem que essa substância fosse amarela, embora não o fosse. Será que, com base nessa descoberta, seria anunciado nos jornais que o ouro não existe? O que tomávamos por ouro não era, de facto, ouro? [...]

Parece-me que não haveria tal anúncio. Ao contrário, seria anunciado que embora tivesse parecido que o ouro seria amarelo, de facto, se descobriu que o ouro não é amarelo, mas azul. Acredito que a razão para isso é que usamos o termo “ouro” para certo tipo de coisa. Outros descobriram esse tipo de coisa e nós ouvimos falar sobre ela. Como participantes de uma comunidade de sujeitos que falam, temos certa conexão com aquele certo tipo de coisa. Aquele certo tipo de coisa é pensado como tendo certas marcas identificadoras. Algumas dessas marcas podem não ser verdadeiras do ouro. Podemos descobrir que estamos errados a respeito delas. Mais ainda, pode ser que exista uma substância que tenha todas as marcas normalmente atribuídas ao ouro e que são usadas para identificá-lo, mas que não seja o mesmo tipo de coisa, que não seja o mesmo tipo de substância. Tal coisa é, por exemplo, como sabemos, pirite de ferro ou ouro-dos-tolos. Isso não é outro tipo de ouro. É algo totalmente diferente que, para o leigo, parece exatamente como a substância que descobrimos e chamamos “ouro”.

Considerando estas informações, parece ser clara a ideia de Kripke de que, em qualquer situação, factual ou contrafactual, ouro é *necessariamente* aquilo a que chamamos ‘ouro’ no mundo atual. Na terminologia modal, isto implica dizer que aquilo a que chamamos ‘ouro’ no mundo real é ouro “em todos os mundos possíveis”. Aos nomes que referem tanto numa situação real, como em todas as situações contrafactuais em que possam ser usados com sentido referencial, Kripke chama *designadores rígidos*. A

¹¹² KRIPKE, 1972, p. 118 – 119.

identidade consigo própria das coisas que os *designadores rígidos* referem é uma *necessidade metafísica*. Quer isto dizer que, no caso dos nomes próprios, o indivíduo a quem o nome é dado (no caso de uma definição ostensiva da pessoa) é *este* indivíduo, em todos os mundos possíveis em que ele exista. O mesmo ocorre com um tipo natural. Um tipo natural será necessariamente o mesmo tipo natural, em todos os mundos possíveis em que ele exista.

4.2.2.1. Kripkenstein

Além da tese dos designadores rígidos, há um forte elemento social na teoria semântica de Kripke. Esse aspecto está, sobretudo, descrito em seu polêmico livro *Wittgenstein on rules and private language*. Nele, Kripke faz uma análise exegética muito particular da questão das regras e da linguagem privada, tal como esta questão nos é apresentada nas *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein. De modo muito resumido, Kripke defende que a estrutura geral do argumento de Wittgenstein contra a linguagem privada é a estrutura de um argumento cético. Esta argumentação tem como base o “paradoxo cético”, cuja formulação é encontrada, segundo ele, no § 201 das *Investigações Filosóficas*.

De facto, neste parágrafo, Wittgenstein refere-se ao paradoxo gerado por se admitir a ideia de que uma regra pode determinar uma forma de ação, dado que é sempre possível conciliar qualquer forma de ação com uma regra, que supostamente a deveria determinar de modo inequívoco. A maneira como Kripke o interpreta é como uma nova e radical forma de ceticismo filosófico.

O seu ponto principal incide em questionar se a nossa linguagem (que é concebida como sendo uma atividade normativa, na qual os usos das palavras são determinados por

regras que nos permitem distinguir os usos correctos dos incorrectos) possui, realmente, significado, ou se ela não passa simplesmente de barulhos sem qualquer sentido. Sua questão, portanto, é a seguinte: dado que a linguagem só possui significado quando podemos distinguir entre os usos correctos e incorrectos das palavras, e dado que (segundo a interpretação cética por ele descrita) não possuímos quaisquer critérios para traçar tal distinção, como podemos saber se a linguagem é ou não desprovida de significado?

Para solucionar este paradoxo, Kripke defende que a linguagem só pode possuir significado se for possível recorrer ao uso público das expressões que a constituem, porque é somente nesta instância que podemos traçar a distinção entre usos correctos e incorrectos das palavras e sentenças que a compõem. Sendo assim, qualquer falante de uma língua deve ser admitido, não como um indivíduo isolado, mas como alguém que pertence a uma determinada comunidade linguística. Esta pertença a uma comunidade é o que faz com que o indivíduo seja capaz de partilhar com os outros membros da comunidade uma *forma de vida* comum e, conseqüentemente, as regras dos usos das palavras que constituem a língua por eles falada. Esta relevância na inserção de um indivíduo numa comunidade linguística é precisamente a razão que fez com que esta polémica solução ficasse conhecida como *a visão comunitarista*, ou seja, aquela visão segundo a qual a semântica de uma língua falada está essencialmente estruturada em função de uma comunidade de utentes, cujos conhecimentos linguísticos são socialmente adquiridos.

Assim sendo, no processo de atribuição de significado a um termo há o envolvimento necessário da referência a uma comunidade linguística. Nesse caso, a condição de asserção que nos permite saber se algum utente da língua está de facto usando correctamente termos desta língua seria a confrontação de seu uso com o uso geral dos demais membros dessa comunidade. Nenhum indivíduo isolado poderia significar com um termo, qualquer que ele fosse.

4.2.3. O essencialismo subjacente ao externalismo semântico de Kripke e Putnam

Dito isto, percebe-se que a perspectiva semântica sustentada por Kripke é muito próxima da que encontramos no externalismo de Putnam. Na verdade, Putnam utilizou o trabalho de Kripke para explicitar a sua posição; mas, segundo ele próprio afirma, “as conclusões foram obtidas independentemente”¹¹³. Putnam chega mesmo a utilizar formulações que envolvem mundos possíveis, e discute expressões centrais na posição de Kripke como *designador rígido* e *necessidade metafísica*. Sua discussão visa esclarecer que, para ser água, um tipo natural tem necessariamente que possuir a relação *mesmo_L* (mesmo líquido) com “o líquido que chamamos de água no mundo real”¹¹⁴. Do seu ponto de vista, a relação *mesmo_L* com esse líquido a que chamamos ‘água’ é metafisicamente necessária para que algo faça parte da extensão do termo “água”. Nesse sentido, o termo ‘água’, enquanto usado para referir o tipo natural água, é claramente um *designador rígido*, tal qual Kripke o define, conforme Putnam aponta nas seguintes palavras¹¹⁵:

Kripke chama um designador de ‘rígido’ (em uma dada sentença) se (nessa sentença) esse designador se refere ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que se refere a algo. Se estendermos essa noção de rigidez aos nomes das substâncias, então podemos expressar a teoria de Kripke e a minha como dizendo que o termo ‘água’ é rígido.

Essa íntima proximidade entre as posições de Kripke e Putnam quanto ao entendimento dos designadores rígidos nos leva a pensarmos sobre a questão do carácter essencialista subjacente à consideração de que os termos naturais possuem um componente indexical. Como visto, termos indexicais são termos cuja extensão é variável, dependendo do contexto em que eles são usados. Para Putnam:

[...] se tenho um *Doppelgänger* na Terra Gémea, então quando penso “eu estou com dor de cabeça”, ele pensa “eu estou com dor de cabeça”. Mas a

¹¹³ PUTNAM, 1975, p. 230.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 232.

¹¹⁵ *Ibidem*, 1975, p. 231.

extensão da ocorrência específica do termo ‘eu’ nesse pensamento verbalizado do meu gêmeo é ele mesmo (ou, para ser preciso, o conjunto unitário que o contém), enquanto a extensão da ocorrência específica do termo ‘eu’ no meu pensamento verbalizado sou eu mesmo (ou, para ser preciso, o conjunto unitário que me contém)¹¹⁶.

De facto, da perspectiva de Putnam, os termos naturais são (pelo menos em parte) indexicais. Porém, tal indexicalidade muitas das vezes nos passa despercebida. Em suas palavras: “[...] ‘água’ é aquilo que possui certa relação de similaridade com a água *por aqui*. Água em outra época, ou em outro lugar, ou, mesmo, em outro mundo possível tem que possuir a relação *mesmo_L* com a *nossa* água para que seja água”¹¹⁷.

A reivindicação desse elemento indexical dos termos naturais nos conduz a que pensemos sobre o que o elemento indexical incide realmente. Ou seja, sobre o que incide a relação “mesmoX (onde X pode ser substituído por líquido, elemento, espécie, etc.) que este tipo natural *aqui*”. É possível pensar que ter a relação *mesmo_L* com a nossa água incida simplesmente sobre o facto de, por exemplo, ela ser transparente, inodora e insípida. Isso claramente faria com que o líquido chamado ‘água’ na Terra Gémea satisfizesse a relação *mesmo_L* com a água da Terra, pois, como vimos, elas são fenomenologicamente iguais. Para Kripke, o aspecto sobre o qual incide o elemento indexical dos termos naturais não está associado a nenhum aspecto fenomenológico. Pelo contrário, como ele nos indica, esse aspecto, que deve ser levado em consideração na determinação da completa identidade entre dois tipos naturais, deve ser pensado como sendo uma *essência*. Esta essência é tratada por Kripke a partir do conceito modal de verdade contingente e necessária, e ele recorre às descobertas científicas para fundamentar essa sua ideia.

Do seu ponto de vista, as proposições que apontam descobertas científicas sobre o que determinada coisa é não são verdades contingentes, mas são verdades necessárias, no sentido estrito do termo. Quer isto dizer que são verdades em todos os mundos possíveis.

¹¹⁶ PUTNAM, 1975, p. 234.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 234.

Assim, se uma substância *A* é descrita cientificamente como tendo certas propriedades, um qualquer mundo que possamos imaginar em que o que parece ser *A* é uma substância que não tenha essas propriedades, é claramente um mundo em que a substância *A* não existe. Para melhor explicitar sua ideia, Kripke cita o exemplo do *ouro*. Para ele, “a teoria científica atual é tal que é parte da natureza do ouro ser o elemento cujo número atômico é 79. Portanto, é necessário e não contingente que ouro seja o elemento cujo número atômico é 79”¹¹⁸. Assim, a essência do ouro é possuir número atômico 79, e é essa essência que deve determinar aquilo que cabe na extensão do termo ‘ouro’.

Quanto a isso, convém destacar que Putnam já tinha apresentado uma posição semelhante à de Kripke, não com o *ouro*, mas com *limão*. Do seu ponto de vista, a identidade de limões é dada pela sua “estrutura cromossômica”¹¹⁹. Neste caso, algo seria limão se possuísse uma tal estrutura, em todo e qualquer mundo. O mesmo se pode pensar da água. Admitindo-se que a água é necessariamente um composto químico constituído de H₂O, então, a essência da água é ser H₂O e é essa essência que deve determinar aquilo que cabe na extensão do termo ‘água’. O que se quer evidenciar com isso é a ideia de que os termos naturais são designadores rígidos e que os tipos naturais possuem algum tipo de essência metafisicamente necessária e independente de qualquer conceituação a que eles estejam submetidos.

No caso de Putnam, já sabemos que, em qualquer mundo possível, só podemos considerar como água aquilo que satisfaz a relação *mesmo_L* com a água que temos *aqui*. Assim, mesmo que os critérios científicos utilizados para definir o que é essa água na nossa Terra mudem, a relação de identificação *mesmo_L* mantém-se, mas agora sob novos critérios teóricos. Ou seja, admitindo que o critério para saber se algo pertence à extensão do termo natural, como no exemplo do ‘limão’, é dado pela estrutura cromossômica desse algo, fica

¹¹⁸ KRIPKE, 1972, p. 125.

¹¹⁹ PUTNAM, 1970, p. 141.

evidente que o facto de que para a ciência esse possa vir a deixar de ser o caso não afeta a validade da posição indexical.

Isso, porém, é uma ideia disputável. Hacking, por exemplo, opôs-se a essa ideia, ao afirmar que “a explicação indexical para os nomes de espécies biológicas parece funcionar muito bem, considerando-as ou não tipos naturais”¹²⁰. Se verdadeiro, este enunciado parece indicar que o externalismo semântico não está necessariamente ligado ao essencialismo, tal qual estamos aqui considerando. Todavia, não é esse o caminho assumido por Putnam que, mesmo tendo dito que “Poderia ter sido o caso que as porções de líquido que chamamos ‘água’ não tivessem qualquer característica física importante em comum, exceto as superficiais”, insiste que, de facto, há uma necessidade metafísica de que água seja H₂O. Em suas palavras,

Incidentalmente, essa última afirmação não implica que água pudesse não ter a microestrutura (ou que água pudesse ser outra coisa que não H₂O). Quando dizemos que poderia ter sido o caso que água não tivesse a microestrutura, o que queremos dizer é que um líquido sem microestrutura (isto é, uma mistura de vários líquidos diferentes, sem nada em comum além de características superficiais) poderia ter o mesmo aspecto que a água, ter o mesmo gosto que a água e ser o líquido que encontramos nos lagos e assemelhados, que são, de facto, cheios de água. Em suma, nossa situação epistemológica com respeito a um líquido sem microestrutura, poderia ser a mesma que aquela que de facto ocorre com respeito à água em determinado momento.¹²¹

O que se deduz dessas palavras de Putnam é que, no contexto desta discussão, não se pode confundir necessidade epistemológica com necessidade metafísica. Como ele mesmo disse: “[...] nunca afirmei que é inconcebível que água não seja H₂O, mas somente que é impossível que água não seja H₂O”¹²². É metafisicamente necessário que água seja H₂O. Corrobora isso o facto de que, para ele, aquilo que faz com que a relação *mesmo*_L entre dois líquidos qualquer seja satisfeita depende unicamente da identidade dos dois

¹²⁰ HACKING, 2007, p. 14.

¹²¹ PUTNAM, 1975, p. 241.

¹²² PUTNAM, 1990, p. 54.

líquidos em relação ao que ele chamou de “propriedades físicas importantes”¹²³. Todavia, como é que ou o que deve determinar quais seriam essas tais propriedades físicas importantes? Sua resposta é a de que normalmente se admite que propriedades “importantes” de um líquido, sólido, etc., são aquelas propriedades que são estruturalmente importantes. Ou seja, são propriedades que especificam e caracterizam a composição última do líquido ou sólido, bem como qual a configuração ou combinação interna dessa composição que produz as suas respectivas características superficiais. Desta perspectiva, é inegável que a característica típica de uma dada porção de água é consistir em H₂O.

Mesmo admitindo esta identidade essencial entre substâncias naturais que recebem o mesmo nome, Putnam também destaca outro aspecto da significação de tais termos que está intimamente ligado à Divisão do Trabalho Linguístico. Está claro que Putnam e Kripke defendem, por exemplo, que o termo “água” refere a água, e que essa referência é parte integrante do significado desse termo. Ou seja, ambos concordam que o significado dos termos para tipos naturais inclui aquilo que eles referem: o objeto que está no mundo. Contudo, é possível percebermos que, enquanto Kripke considera a identidade dos tipos naturais como dependendo exclusivamente das essências, Putnam pensa em um outro aspecto: o de que essa identidade depende também dos interesses da comunidade linguística em que o utente da língua esteja inserido.

Considerando que o critério para a identificação seja a identificação de uma essência, Kripke admite que, no caso de uma pessoa, tal essência seria dada pela árvore genealógica do indivíduo, ou, sendo mais rigoroso, seria dado, em última instância, pelo óvulo e espermatozoide que o geraram. Kripke confirma e esclarece isso ao falar sobre a identificação de uma rainha. Diz ele¹²⁴:

Como poderia uma pessoa originada de pais diferentes, de um espermatozoide e óvulo totalmente diferentes, ser esta mesma mulher?

¹²³ PUTNAM, 1975, p. 239.

¹²⁴ KRIPKE, 1972, p. 113.

Pode-se imaginar, dada a mulher, que várias coisas na vida dela tivessem sido diferentes: que ela pudesse ter ficado pobre, que sua ascendência real fosse desconhecida e assim por diante. [...] Mas o que é difícil de imaginar é que ela tivesse nascido de pais diferentes. Parece-me que qualquer coisa que tenha uma origem diferente não poderia ser esse objeto.

Deste ponto de vista, que Platão tenha sido filósofo, tenha nascido em Atenas e tenha sido aluno de Sócrates são factos e ocorrências meramente acidentais. Em situações contrafactuais, este mesmo homem poderia ter sido um agricultor, ter nascido em Estagira, ou mesmo nunca ter conhecido Sócrates. Contudo, dada a ideia de identificação genética (mesmo espermatozoide e óvulo), seria impossível que Platão tivesse sido português, pois, nas palavras de Putnam, “seres humanos são rios de matéria dotados de certa continuidade causal”¹²⁵. Do mesmo modo, não seria possível que Aristóteles fosse brasileiro, pois, para isso, deveríamos supor que a genealogia de Aristóteles fosse totalmente diferente da que realmente foi. Em outras palavras, para Kripke, o que determina a identidade de Aristóteles é um estado de coisas no mundo, que, em si mesmo, está para além de toda e qualquer consideração relativa aos interesses humanos. Putnam resume essa posição de Kripke nos seguintes termos:

Kripke pensa que existe um facto independente [da conceituação humana] que decide se Aristóteles – “Aristóteles, ele mesmo”, como Kripke gosta de dizer – poderia ter nascido de outro óvulo. [Para Kripke,] não podemos legislar sobre uma resposta a essa questão, muito menos dizer “podemos fazer isso de um jeito em um contexto e de outro jeito em outro contexto, dependendo do propósito com o qual a condição contrafactual foi proposta”¹²⁶.

Quanto a isso, porém, Putnam tem uma posição diferente da de Kripke. Para ele, o que Kripke descreveu acima não é necessariamente o caso. Do seu ponto de vista, numa dada comunidade (mesmo que seja uma comunidade cientificamente avançada e plenamente ciente dos detalhes que caracterizam a teoria genética) constituída por pessoas

¹²⁵ PUTNAM, 1988, p. 65.

¹²⁶ PUTNAM, 1990, p. 64 – 65.

que “acreditam na alma, não há nada estranho em dizer ‘Aristóteles poderia ter sido chinês’, pois, aquela mesma alma poderia ter estado em um corpo chinês”¹²⁷. Nesse sentido, e contra Kripke, Putnam quer destacar que não é só o mundo que determina as condições de identidade de uma pessoa, mas é também o interesse da comunidade, ou seja, o modo como ela enxerga o mundo.

O mesmo raciocínio pode ser repetido e aplicado nas considerações sobre a semântica dos elementos químicos. Por exemplo, para Putnam, a característica típica de uma porção de água é consistir em H₂O. Mas, dado o interesse da comunidade, pode ou não ser importante que haja impurezas na água. Neste contexto, ‘água’ pode significar água quimicamente pura, enquanto em outro contexto pode significar o líquido do rio Tejo. Num determinado momento, pode ser importante que água esteja em estado líquido, mas às vezes isso não tem importância alguma. Pode ainda alguém se referir a uma única molécula de H₂O como água, ou mesmo a vapor de água como água, no caso de “água no ar”¹²⁸, etc. O que Putnam deseja destacar com isso é a ideia segundo a qual há uma diferenciação entre questões vulgares e questões científicas sobre substâncias. Para ele, a linguagem vulgar e a linguagem científica são interdependentes. Mas, como é possível verificar, a água dos leigos não é a água quimicamente pura do cientista¹²⁹.

Para esclarecer essa sua opinião, Putnam nos fornece um outro exemplo. As massas de ferro encontradas na natureza são compostas de diversos isótopos de ferro; se fosse possível conseguir ao menos uma amostra monoisotópica de ferro, sem qualquer dúvida seria provável que tal amostra produzisse efeitos diferentes em experimentos, pelo menos em relação aos efeitos que seriam produzidos pelo ferro encontrado na natureza. Neste caso, deveríamos então afirmar que ambas as amostras - a de ferro composta de um único isótopo e a de ferro natural (composta de vários isótopos em suas proporções

¹²⁷ PUTNAM, 1988, p. 65.

¹²⁸ Cf. PUTNAM, 1975, p. 239.

¹²⁹ Cf. PUTNAM, 1990, p. 69.

normais) são coisas diferentes ou iguais? A resposta de Putnam é que isso dependerá de nossos interesses¹³⁰.

Em síntese, pode-se dizer que tanto Kripke quanto Putnam dizem que as referências são partes do significado do nome. Ambos concordariam que o significado dos nomes dos tipos naturais inclui aquilo a que eles referem. Contudo, enquanto Kripke pensa a identidade dos tipos naturais como dependendo exclusivamente das essências, Putnam pensa essa identidade como dependendo também dos interesses da comunidade. Isso nos leva a pensarmos mais pontualmente como, nesse paradigma semântico, se estabelece a relação entre linguagem e mundo.

Na realidade, na tradição analítica, os filósofos sempre ambicionaram explicar a relação entre linguagem e mundo sem a necessidade de postular qualquer mediação efetuada pelos estados e processos mentais dos falantes. A proposta de Frege de distinguir as noções de *Sinn* e *Bedeutung* pretendia fundamentar uma explicação desse tipo. Sua pretensão era mesmo a de desenvolver uma semântica livre dos germes do mentalismo e do psicologismo. Pode-se dizer efetivamente que, nos primeiros tempos da filosofia analítica, todos os filósofos que procuravam explicar as propriedades semânticas da linguagem estavam interessados numa semântica externalista. É este tipo de semântica que é o alvo da crítica de Chomsky.

¹³⁰ Cf. PUTNAM, 1990, p. 68.

CAPÍTULO 5

O EXTERNALISMO DE DAVID LEWIS E DONALD DAVIDSON

5.1. O externalismo de David Lewis

Além de Putnam e Kripke, outro modelo de semântica externalista pode ser encontrado na filosofia da linguagem contemporânea em David Lewis e Donald Davidson. Este é talvez o mais proeminente de todos os filósofos contemporâneos da linguagem e, por isso mesmo, a atenção dada a ele será maior. A razão de discorrermos sobre ambos estes filósofos num mesmo capítulo é a de ambos apresentam uma caracterização muito semelhante de o que é uma linguagem. Davidson, inclusive, reconhece que a sua proposta é, essencialmente, a de D. Lewis¹³¹.

Para Lewis, uma língua seria um conjunto infinito. Os seus elementos seriam pares ordenados de comportamentos verbais, isto é, prolações de sentenças, e interpretações dos mesmos. Desta perspectiva, a aquisição da língua seria dada por meio de um contínuo e progressivo processo de adestramento, no qual todos os falantes da língua aprenderiam comportamentos prolativos adequados. O adestramento aqui reivindicado consistiria em transmitir ao aprendiz o conjunto de competências por meio das quais ser-lhe-ia possível inserir-se recursivamente no conjunto de cardinalidade infinita acima definido. No processo de ensino, o aprendiz teria que obter (de alguma forma) algum léxico primitivo e tornar-se capaz de efetuar operações com um certo número de regras recursivas. A aplicação dessas regras a esse *léxico* primitivo seria precisamente o que tornaria possível a um falante a produção de um qualquer elemento do conjunto infinito de

¹³¹ Cf. DAVIDSON, D. **Subjective, intersubjective, objective**. New York: Oxford University Press, 2001, p. 108.

prolações de sentenças que determinariam a linguagem e também a interpretação de um qualquer elemento desse mesmo conjunto nas situações de uso apropriadas.

Desta forma, qualquer objeto referido pelos termos ‘língua’ ou ‘linguagem’ seria regido pelo princípio da extensionalidade, ou seja, aquele princípio segundo o qual a identidade entre conjuntos é determinada pela identidade dos seus elementos. Em termos práticos, duas entidades linguísticas seriam consideradas iguais se, e somente se, os conjuntos por elas determinados contivessem os mesmos pares ordenados. Semanticamente, isto implica dizer que, para que duas línguas fossem, na realidade, a mesma, os mesmos comportamentos verbais teriam que ser emparelhados com as mesmas interpretações nas condições de uso respectivas.

O modelo subjacente a esta concepção é o das linguagens formais, cuja característica principal consiste na definição de procedimentos para a obtenção de um conjunto pré-definido de fórmulas bem formadas. Ora, se a produção de tais fórmulas bem formadas for possível por meio de mais do que um sistema de regras, então não se podem estabelecer quaisquer critérios objetivos para optar por um em detrimento dos outros. A escolha é meramente arbitrária.

No mesmo sentido, de acordo com esta concepção de linguagem, se for o caso que tanto a construção dos comportamentos verbais como a interpretação dos mesmos puderem ser descritos por meio de mais do que um sistema de léxico primitivo e de regras recursivas, então, a escolha do sistema de regras por meio do qual seria possível produzir o conjunto de pares ordenados que constituiriam uma determinada língua seria igualmente uma questão arbitrária ou de conveniência.

Concebida desta maneira, uma língua seria assim um objeto essencialmente exterior ao falante. Para usá-la e entendê-la este deveria aprender e dominar o sistema de regras que a caracterizaria. Dada a estrutura formal subjacente à língua, esse aprendizado e

domínio se assemelharia ao modo como se apreende e domina outros sistemas complexos de comportamentos ou até mesmo outros objetos abstratos, como os encontrados na lógica e na matemática¹³².

5.2. O externalismo de Donald Davidson

Tal como Lewis, Davidson propõe uma concepção de linguagem baseada também no princípio da extensionalidade. Repetir o modo como ele o faz é desnecessário. Importante será destacar a teoria semântica subjacente ao seu modelo. O seu ponto de partida é a ideia de que uma reflexão filosófica sobre o fenómeno do significado deve se basear no conhecimento de teorias do significado particulares para línguas naturais. O seu intuito é o de determinar a forma que uma tal teoria do significado deveria possuir para ser uma teoria semântica adequada para uma linguagem específica. Deste modo, antes do significado, o que de facto Davidson pretende investigar é a natureza geral do que poderia ser chamado “teoria do significado”¹³³.

A concepção proposta por Davidson não diz o que é o significado. Antes, o que ele pretende é que uma tal teoria seja capaz de gerar, para cada sentença *F* de uma língua específica, um teorema que dê, não só o significado de *F*, mas mostre também como esse significado depende do significado dos seus componentes. Sua pergunta central não é a de saber o que é, para uma expressão, significar algo, mas antes a de saber o que um falante significou em uma ocasião particular de uso linguístico. Neste sentido, pode-se dizer que uma teoria davidsoniana do significado é menos uma teoria do significado que uma teoria

¹³² ZILHÃO, António J. T. Linguagem e pensamento. In: FALGUERA, José L. *et al* (eds.) **Palabras y pensamientos: una mirada analítica/Palavras e pensamentos: uma perspectiva analítica**: I jornadas hispano-portuguesas de filosofia analítica. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela publicaci3ns, 2003, p. 91 – 92.

¹³³ Sobre isso, Cf. Glock, H. J. **Quine and Davidson on language, thought and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 142.

da comunicação linguística. Se o objetivo que ele pretende atingir for alcançado, qualquer pessoa que conheça uma tal teoria estará em condições de entender toda e qualquer sentença da língua particular acerca da qual ela é.

Segundo Davidson, para que uma teoria deste tipo seja estabelecida, ela deve satisfazer um conjunto de requisitos. Nomeadamente, a teoria deve possuir adequação extensional, verificabilidade empírica, não circularidade e axiomatização finita. Uma teoria do significado com extensão adequada é aquela que é capaz de gerar, para cada sentença F de uma dada língua, um teorema que especifica o significado de F . Quanto ao requisito da verificabilidade empírica, a teoria em questão deve agir de tal modo que não exija qualquer conhecimento prévio a respeito do que os falantes da língua querem dizer com as suas respectivas expressões. Também não deve ser circular quanto à evidência na qual ela se baseia, pois essa evidência não deve implicar conceitos interdefiníveis com o conceito de significado, que é precisamente o que ela pretende explicar. Por último, a teoria deve ter teoremas que dão os significados como gerados por um número finito de regras de inferência e axiomas.

No intuito de satisfazer tais condições, Davidson adota três ideias fundamentais da filosofia da linguagem contemporânea, presentes pelo menos desde Frege. São elas: (1) composicionalidade, (2) contextualismo e (3) condicionalidade.

Tal como Frege e o primeiro Wittgenstein, Davidson defende uma teoria verofuncional do significado, ou seja, defende uma teoria de acordo com a qual o significado de uma sentença é dado pelas suas condições de verdade. Na obra de Frege, especificamente, a referida teoria assenta sobre um princípio que se tornou basilar. Trata-se do conhecido princípio da composicionalidade: o princípio de acordo com o qual o significado de uma sentença é determinado unicamente pelos significados das suas partes constituintes e pelo modo pelo qual eles se combinam na sentença.

O contextualismo defende a ideia segundo a qual as sentenças têm prioridade semântica sobre as palavras que as compõem. Convém reparar que, se rigorosamente aceite, este princípio seria incompatível com a ideia de composicionalidade anteriormente descrita. Contudo, em Davidson, a ideia de contextualismo deve ser lida sob a ótica de uma compreensão holística das palavras e das sentenças. Quer isto dizer que uma sentença singular só poderá ser entendida pela compreensão de todas as palavras que a compõem e todas as sentenças com elas relacionadas. Deste modo, é impossível entender uma sentença sem entender outras sentenças nas quais os componentes da primeira também estão presentes. O princípio se estende para todas as novas sentenças e, assim, os novos componentes das novas sentenças só serão entendidos quando percebidos em outras novas sentenças e assim por diante.

Por fim, consideremos a ideia da condicionalidade. Por condicionalidade, Davidson quer dizer condicionalidade à verdade. Deste modo, os teoremas de uma teoria semântica dão o significado de uma sentença *F* ao especificarem as condições de verdade de *F*. Deste ponto de vista, compreender um nome é totalmente diferente de compreender uma sentença. Os nomes remetem para o que é apontado, aquilo que o nome fixa; já no caso das sentenças, o que é necessário é saber sob que condições elas são verdadeiras.

É, pois, a partir destas ideias basilares que Davidson estabelece a forma que devem ter todos os teoremas que constituirão uma teoria do significado adequada. Ele mostra-nos os passos que o levaram a estabelecer esta forma¹³⁴. No fundo, toda a sua análise conduz à legitimação da abordagem verocondicional. Para Davidson, ao tratarmos da forma dos teoremas de uma teoria do significado podemos considerar quatro possibilidades:

(1) *F* significa *s*;

¹³⁴ Sobre isso, (Cf. DAVIDSON, D. **Inquiries into truth and interpretation**. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 141 – 151).

- (2) F significa que p ;
- (3) F se e somente se p ;
- (4) F é V (em L) se e somente se p .

Davidson claramente rejeita a primeira possibilidade, pois, de acordo com ele, para explicar o significado de uma sentença F qualquer, tal forma postularia significados enquanto entidades autónomas. O que está por trás dessa possibilidade, que está presente nas teorias referenciais do significado, é a ideia de que, ao assumir que “ F ” denota uma sentença de uma língua e “ s ” é seu significado, assume-se também que o significado é uma *entidade* que corresponde ao enunciado ou um *estado de coisas*. É evidente que uma tal abordagem não permite explicar o aspecto composicional dos significados.

Indo além da formulação da teoria referencial, Davidson considera a forma que nega F e s como entidades. A forma analisada agora é F significa que p . Neste caso, “ F ” é uma sentença de uma língua L e “ p ” é uma sentença em uma metalinguagem de L (metalinguagem no sentido em que contém sentenças acerca de L). Aqui, diferentemente de (1), a linguagem não é reificada; ou seja, qualquer ligação da linguagem com entidades foi eliminada. Mas, por outro lado, tal forma tem um problema. Ela não evita o termo ‘significa’, e esse facto claramente a faz colidir com uma importante pré-condição, a saber, a da não circularidade. Ou seja, a forma sugerida atribui ao conceito ‘significa’ uma função nuclear numa teoria que tem precisamente como objetivo explicá-lo.

Para Davidson, na forma (3) ainda não temos um bom teorema, uma vez que “ F ” não é uma sentença, mas é, antes, o nome de uma sentença de L . Ora, para que se tenha uma sentença no lado esquerdo que equivalha a p , deve-se ter um predicado para F . Tal equivalência deve ocorrer, por exemplo, sob uma estrutura semelhante à da forma:

“‘Carlos é homem’ se e somente se Carlos é homem”. Com isso, fica evidente que o predicado que é aqui reivindicado para F é o predicado “é verdadeiro”.

Com isso, chega-se, segundo Davidson, a uma boa forma para os teoremas de uma teoria do significado. Manifestando uma clara inspiração tarskiana, ele defende que uma teoria do significado deverá ter a forma de sentenças do tipo “ F é verdadeira se e somente se p ”. Ou seja, uma dada sentença é verdadeira em uma determinada língua se e somente se ocorre o facto que ela refere. Sendo assim, uma teoria do significado deverá, então, gerar sentenças do tipo: “‘Snow is white’ é verdadeira em inglês se e somente se a neve é branca”.

Vemos, nessa solução de Davidson, uma influência decisiva da teoria semântica da verdade de Tarski. Como se sabe, o objetivo de Tarski ao propor essa teoria era o de fornecer uma definição de verdade tal que pudesse servir como um crivo para toda e qualquer teoria da verdade. O seu ponto de partida é o mesmo de Aristóteles, que afirmou que “dizer do que é que é, ou dizer do que não é que não é, é a verdade”. Uma das teses da semântica tarskiana, decorrente da sua concepção semântica de verdade, é a de que a semântica é uma disciplina que trata de determinadas relações que se dão entre expressões de uma linguagem e objetos (estados de coisas).

Deste ponto de vista, deveriam ser consideradas noções semânticas fundamentais: a *designação*, a *satisfação* e a *definição*. Um termo singular *designa* um determinado objeto; os termos singulares, por sua vez, *satisfazem* funções proposicionais (tais como “ x é alto” ou “ x é menor do que y ”), se, ao substituírem as variáveis, transformarem a função proposicional numa sentença verdadeira; e uma equação pode definir (determinar de forma

única) um determinado número¹³⁵ (por exemplo, a equação “ $2.x = 1$ ” define [determina unicamente] o número $\frac{1}{2}$).

Tarski ensina, assim, que as palavras ‘designa’, ‘satisfaz’ e ‘define’ expressam relações, isto é, relações entre expressões e objetos. Assim, porque a verdade de uma sentença depende das relações existentes entre, por um lado, as expressões e, por outro lado, os objetos correspondentes, a noção de verdade é uma noção semântica. Ele mostra então que é possível definir a verdade a partir da noção de satisfação¹³⁶, pois, “uma sentença é verdadeira se é satisfeita por todos os objetos e falsa de outro modo”. Convém notar que a palavra ‘verdadeiro’ é de uma natureza lógica diferente da de tais expressões: ela expressa uma propriedade (ou denota uma classe) dessas expressões.

A partir daqui, as condições que, segundo Davidson, uma teoria do significado deve reunir ficam mais claras. A primeira destas condições é a de conseguir explicar como os falantes de uma língua são capazes de produzir um conjunto infinito de elocuições a partir de um conjunto finito de vocábulos e regras sintáticas¹³⁷. Deve, assim, explicar o significado de qualquer sentença a partir das partes que a constituem, atendendo, deste modo, ao princípio da composicionalidade.

Outra condição a ser preenchida seria, em segundo lugar, a de que uma teoria do significado deveria ser capaz de fornecer “um método para decidir, dada uma sentença arbitrária, qual é o seu significado”¹³⁸.

Em terceiro lugar, uma teoria do significado não deveria pressupor a própria noção que pretende explicar e, por isso mesmo, deveria recorrer a um outro conceito que lhe serviria de base. Como é assumido que as condições de verdade de uma sentença

¹³⁵ Sobre isto, (Cf. TARSKI, Alfred. The semantic conception of truth and the foundations of semantics. **Philosophy and Phenomenological Research**, 4, 1944, p. 341 – 376; _____. **Logic, semantics, meta-mathematics**. Indiana: Hackett, 1983, p. 401).

¹³⁶ Cf. TARSKI, 1944, p. 366.

¹³⁷ Cf. DAVIDSON, 1984, p. 17, 56.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 56.

fornecem o seu significado, o conceito base é, para Davidson, o conceito de verdade. Ao contrário de Tarski, Davidson defende, porém, que o conceito de verdade não é definível. Convém notar, também, que Davidson não reduz em nenhum momento a noção de significado à noção de verdade. Para ele, há, de facto, “relações essenciais” entre esses conceitos, mas eles não podem ser interdefiníveis. Em suas palavras, “cada um desses conceitos requer os outros, mas nenhum está subordinado aos outros, muito menos é definível nos termos dos outros”¹³⁹. O ponto crucial a ser destacado por Davidson é o de que é impossível explicar a noção de significado sem recorrer à noção de verdade.

Davidson distingue duas abordagens da teoria do significado: uma que começa com o simples e constrói a partir daí (“*método dos tijolos*”), e a outra que começa com o complexo (sentenças) e abstrai daí as partes (“*método holístico*”)¹⁴⁰. A primeira abordagem possui, segundo ele, uma perspectiva atomística que concebe a referência como uma noção semântica fundamental. Por isso, ela deverá ser abandonada, porque uma teoria da referência só poderá ser testada se estiver baseada nas sentenças proferidas pelo falante¹⁴¹. Ao defender isso, Davidson destaca que a noção de verdade é mais fundamental do que a de referência; esta apenas é postulada para implementar uma teoria da verdade¹⁴².

5.2.1. A teoria davidsoniana do significado e a questão da comunicação

Dito isto, é possível verificarmos que, se, por um lado, Davidson não chega a uma teoria do significado propriamente dita, por outro lado, sua proposta é a de algo muito mais abrangente. De facto, ele se preocupa com as condições para uma boa teoria do

¹³⁹ DAVIDSON, 2001, p. 156; Cf., ainda, DAVIDSON, 1984, p. 56 (nota).

¹⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 221.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 236 – 237.

¹⁴² *Ibidem*, p. 220 – 225.

significado; e, uma tal teoria deve gerar sentenças ou teoremas da forma “*S* é verdadeiro se e somente se *p*”.

Contudo, para melhor compreendermos o aspecto amplo da teoria semântica proposta por Davidson, além dos teoremas de forma acima, devemos considerar três noções-chave e uma estratégia propostas dentro do seu arcabouço teórico. Aplicadas em conjunto, cada uma dessas noções permite que a abordagem davidsoniana do significado se apresente como algo muito maior do que uma mera teoria do significado, passando a ser concebida como sendo uma teoria da comunicação humana. As noções que devem ser tomadas em conjunto e acopladas aos teoremas da forma acima descrita são as de *interpretação radical*, *princípio de caridade* e *holismo*; e a estratégia ou âmbito onde tais noções serão utilizadas é a da *triangulação*.

Em tese, a *interpretação radical* é aquilo com o qual toda a filosofia de Davidson inicia o processo de entendimento de uma linguagem. Para Davidson, “toda a compreensão do discurso de outrem envolve interpretação radical”¹⁴³. Sob sua ótica, a questão central que caracteriza a noção de *interpretação radical* é a questão de como nós somos capazes de vir a entender outras pessoas sem pressupor qualquer conhecimento detalhado de seus pensamentos ou qualquer conhecimento prévio dos significados de suas palavras. O problema, então, gira em torno de questões que visam um esclarecimento conceitual, mostrando como conceitos centrais de uma teoria da interpretação podem ser empiricamente aplicados com base em evidência que não pressupõe nada sobre sua aplicação¹⁴⁴.

Compete ao intérprete radical, portanto, perceber como outras pessoas chegaram a pensar as coisas que elas dizem com base na evidência que elas possuem. Neste sentido, o intérprete radical será alguém que busca estabelecer uma relação entre o que é dito por seu

¹⁴³ DAVIDSON, 2001, p. 125.

¹⁴⁴ Quanto a isso, (Cf. LEPORE, Ernest; LUDWIG, Kirk. **Donald Davidson**: meaning, truth, language and reality. New York: Oxford University Press, 2005).

interlocutor e as coisas e os eventos que existem e acontecem no mundo objetivo (e que causam suas crenças). Evidencia-se, com isso, que a noção de *interpretação radical* assume que a linguagem é algo social, dependendo assim das interações intersubjetivas dos seus utentes, que compartilham um ambiente comum¹⁴⁵. É em virtude desse aspecto social da linguagem que Davidson admite que os significados são decifráveis; não é uma questão de sorte, dado que a “disponibilidade pública é um aspecto constitutivo da linguagem”¹⁴⁶.

Assim, a chave para nos entendermos como utentes de uma língua é compreendermo-nos como parte de uma comunidade linguística que partilha um ambiente comum. O aspecto do ambiente comum partilhado pelos utentes da linguagem é de extrema importância para o entendimento das consequências da admissão da noção de *interpretação radical*. Deste modo, assume-se que tanto a comunicação entre pessoas como a ideia de que é possível mediar uma grande parte das diferenças entre as cosmovisões que caracterizam culturas distintas, só é possível porque uma parte considerável do que partilhamos nos é comum. Assim, o intérprete radical é aquele que percebe e observa a correlação entre o que o falante está preparado para proferir e todas as mudanças no ambiente comum que o intérprete julga estarem acontecendo em relação ao falante. Sob esta ótica, não há qualquer palavra ou conceito que não seja compreendido ou interpretado sem ser a partir destas relações intersubjetivas e com o mundo.

Outra consequência imediata da noção de *interpretação radical* é a de que, com ela, Davidson deflagra um golpe no privilégio ontológico e epistemológico da primeira pessoa, que agora passa a ser vista como sendo um pólo em relação com o mundo e com as outras pessoas. Neste caso, a objetividade não é mais concebida como sendo uma representação subjetiva correcta de um mundo externo à mente (como defende a posição cartesiana, dominante em boa parte da história da filosofia moderna), mas é o resultado da

¹⁴⁵ DAVIDSON, 2001, p. 125.

¹⁴⁶ DAVIDSON, D. The structure and content of truth. **Journal of Philosophy**, 87/6, 1990, p. 314.

interpretação efetuada pelas pessoas na sua relação umas com as outras e com o mundo. Pois, o homem está inserido em um mundo social e natural, interagindo com ele¹⁴⁷. Pela proposta de Davidson, então, ao partilharem o mundo, duas mentes compartilham uma verdade objetiva. E é a linguagem que garante a dimensão ativa e social desses sujeitos no mundo, uma vez que é ela que faz a relação entre os enunciados, os pensamentos e os falantes, por meio de um processo intersubjetivo. A noção de *interpretação radical*, portanto, tem como consequência a ideia de que todos os factos relativos ao significado são acessíveis a partir daquilo que ficou conhecido em filosofia como sendo a “perspectiva da terceira pessoa”.

Todavia, a possibilidade da noção de *interpretação radical* se alicerça em outra noção igualmente importante dentro da filosofia da linguagem de Davidson. Para ele, os dados relevantes no contexto da interpretação são estabelecidos pelas sentenças que o falante considera verdadeiras e pelas circunstâncias da sua elocução. Neste caso, o intérprete radical “interpreta sentenças tidas como verdadeiras de acordo com os acontecimentos e objetos no mundo exterior que são a causa de a sentença ser tida como verdadeira”¹⁴⁸. Para construir sentenças verdadeiras que liguem o que o falante diz e o que o intérprete entende, faz-se necessário aplicar aquilo que Davidson chamou de *princípio de caridade*¹⁴⁹. Tal noção se caracteriza pelo pressuposto de que o intérprete considera a maioria das crenças do falante como verdadeiras ou, ao menos, como estando de acordo com as suas próprias crenças. Para Davidson, se não houver tal pressuposição, a interpretação será impossível. Dado que no cenário da *interpretação radical* desconhece-se por completo a língua do falante, só teremos sucesso nesse processo de interpretação se, de alguma forma, tivermos acesso às crenças do falante.

¹⁴⁷ Cf. SMITH, P. J. Davidson para Além do Ceticismo. In: SMITH, P. J.; SILVA FILHO, W. J. (Orgs.). **Significado, verdade, interpretação:** Davidson e a filosofia. São Paulo: Loyola, 2005, p. 8.

¹⁴⁸ DAVIDSON, 2001, p. 150.

¹⁴⁹ Sobre o *Princípio da Caridade*, (Cf. DAVIDSON, 2001, 123 – 140; RAMBERG, B. **Donald Davidson’s philosophy of language:** an introduction. Nova York: Basil Blackwell, 1989, p. 64 – 83).

Convém notar que, dada a abordagem verocondicional assumida por Davidson, esta presunção da verdade e da existência de crenças verdadeiras é inegável. Caso as circunstâncias sob as quais o falante dá o seu assentimento às sentenças de sua elocução não fossem as mesmas circunstâncias sob as quais essas sentenças tornam-se verdadeiras, seria impossível ao intérprete determinar o seu significado, uma vez que ele não teria como atribuir condições de verdade às elocuições do falante. Neste caso, o ambiente que envolve falante e intérprete é uma condição necessária para a formação das crenças. Com isto, está claro que Davidson adota uma perspectiva externalista sobre a formação de crenças. Ou seja, ele admite que conteúdos mentais são determinados pelo ambiente, que há alguma relação causal entre itens do mundo externo e itens psicológicos.

Assim caracterizado, o *princípio da caridade* se depara com o problema da interdependência entre significados e crenças, pois, ao supor que as atitudes proposicionais do falante são, em geral, verdadeiras, o intérprete determina o pólo das crenças do falante, permitindo com isso o surgimento de uma plataforma de referência a partir da qual se pode determinar o significado das suas expressões linguísticas.

Quer isto dizer, então, que a noção do *princípio da caridade* revela-nos que a *interpretação radical* não é um projeto meramente semântico. Pois, para se interpretar uma língua é requerida concomitantemente a interpretação da racionalidade do falante, isto é, de suas atitudes proposicionais¹⁵⁰. Portanto, o *princípio de caridade* supõe a ideia de que a existência de pensamento racional em uma pessoa repousa na sua capacidade de entender outras pessoas como sendo razoavelmente racionais. Supõe, assim, que as crenças de um falante de uma língua estrangeira estejam amparadas sobre a mesma base evidencial que as nossas crenças, pelo menos no momento em que as interpretamos. Sendo assim, é correcto entendermos o *princípio de caridade* como sendo uma regra metodológica à qual toda a

¹⁵⁰ Sobre este ponto específico, (Cf. MARTINS, Paula. Como superar o dualismo sem reducionismo: Davidson e a crítica hermenêutica na filosofia da mente. *In*: SMITH; SILVA FILHO, 2005).

interpretação está submetida. É por ele que encontramos racionalidade nos outros e identificamos os conteúdos de suas palavras.

Para compreendermos de modo satisfatório o *princípio da caridade* é fundamental termos em mente também a noção davidsoniana de *holismo*. Aplicada à semântica, esta noção pressupõe que o significado das nossas palavras depende de tudo em que nós acreditamos. O *holismo* semântico consiste, assim, na ideia segundo a qual as atribuições de significação não são efetuadas sentença a sentença, pois uma sentença só é entendida a partir de todo o conjunto de sentenças que os falantes têm por verdadeiras na linguagem. Desta perspectiva, a determinação das propriedades semânticas de uma expressão envolve todas as expressões significativas da linguagem de que ela faz parte. A determinação do valor de verdade de uma sentença depende da determinação do valor de verdade de todas as demais sentenças.

Talvez a imagem que melhor expresse a ideia holística de Davidson seja a de uma rede. Uma rede intencional de crenças e desejos. Dado que dentro dessa rede o significado de sentenças e palavras é estabelecido por suas relações com outras sentenças e palavras, qualquer modificação de um dos itens da rede modifica imediatamente o significado desses itens. Repare-se que, neste caso, contrariamente ao que é defendido por uma visão atomista do significado, a qual compreende a significação da sentença a partir das partes que a compõem, a visão holista da semântica defendida por Davidson defende que, para entender o significado das partes de uma sentença, precisamos igualmente de toda a sentença. E não só. A significação de uma sentença depende do contexto das outras sentenças da linguagem e das expressões no contexto das sentenças onde ela se expressa¹⁵¹.

Tendo considerado essas três importantes noções do arcabouço teórico do externalismo semântico de Davidson, convém destacar que tais noções operam sempre em

¹⁵¹ Cf. SPARANO, Maria Cristina. **Linguagem e significado**: o projeto filosófico de Donald Davidson. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 58.

conjunto. O âmbito das operações onde essas noções atuam é o que Davidson chama de “triangulação”.

Triangulação é o resultado de uma interação de três pontos. Os três elementos ligados pelos vértices do triângulo são o *falante*, o *intérprete* e o *meio* que falante e intérprete compartilham. Basicamente, o processo se dá da seguinte maneira. Há uma interação entre falante e intérprete, e entre estes e as coisas do mundo. Ou seja, uma interação na qual o falante e o intérprete estão interagindo concomitantemente com o mundo e um com o outro.

Obviamente, Davidson sabia que numa situação como esta existe uma clara diferença entre o que o falante e o intérprete conhecem sobre o mundo. Por isso, defendia que a objetividade da interpretação está baseada na comunicação acerca do mundo físico que ambos compartilham. O mundo compartilhado será, portanto, a medida de todas as coisas.

De facto, para Davidson, o espaço linguístico é comum aos falantes e intérpretes. Do seu ponto de vista, existe uma conexão causal entre o mundo, o falante e o intérprete. Seu pressuposto é o de que as condições de verdade suportam essa relação, constituindo assim o significado. A relação entre o falante, o intérprete e o mundo, num espaço comum e público, é, segundo ele, determinante e necessária para a interpretação. Quer isto dizer que qualquer significado depende de uma rede causal que engloba mundo e falante, pois o significado das sentenças de uma linguagem depende das circunstâncias sob as quais a sentença é sustentada como verdadeira. É esta rede que fornece ao intérprete um meio para interpretar o que uma sentença significa ou o que o falante tencionou dizer.

5.3. Considerações finais

As duas versões do externalismo semântico consideradas no capítulo anterior e a versão que acabámos de expor, embora diferentes em seus traços superficiais, coincidem em seus traços essenciais. Em cada uma delas é possível verificar que o significado de um item linguístico é, de facto, constituído por factores externos ao utente da língua. Por isso, elas unanimemente se caracterizam por defenderem a ideia segundo a qual os processos semânticos só podem ser satisfatoriamente explicados se levarem em conta as relações da linguagem com o mundo externo, e com determinadas práticas sociais das comunidades de falantes de uma dada língua. Elas defendem, assim, que em nenhum momento do processo semântico, é necessário recorrer essencialmente a qualquer instância mental dos utentes da língua. Admitem, portanto, que a realidade exterior ao âmbito da linguagem, é indispensável à constituição do sentido das expressões linguísticas. Estas teses principais do externalismo serão veementemente criticadas por Chomsky, como nós veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6

INTERNALISMO E EXTERNALISMO: O CONFRONTO

6.1. A conexão entre o behaviorismo linguístico e o externalismo semântico

Após considerarmos nos dois capítulos anteriores as principais ideias que caracterizam o externalismo semântico, consideraremos agora as críticas de Chomsky às mesmas. O cerne da crítica chomskyana é direcionado ao facto de o externalismo semântico acreditar que o conhecimento semântico não se esgota na mente, mas depende de uma realidade exterior a ela, necessária para o estabelecimento de algum tipo de ligação entre a linguagem e o mundo. Por outro lado, e totalmente diferente disso, Chomsky sustenta que para o estudo do significado das palavras não é preciso estabelecer nenhuma conexão entre nossas palavras e o mundo.

Antes, porém, de pontuarmos alguns elementos específicos da crítica chomskyana ao externalismo, convém notar que ela é, de certa forma, uma extensão da sua crítica inicial direcionada a Skinner. O que justifica esse pensamento é o facto de constatararmos que há uma estreita conexão entre as teses gerais do behaviorismo defendido por Skinner e postulados fundamentais admitidos pelo externalismo semântico. Constata-se, portanto, que o que caracteriza mais especificamente o externalismo semântico pode ser concebido como uma reformulação e ampliação sofisticada das ideias fundamentais do behaviorismo linguístico.

Afirmar que a semântica externalista reformula e amplia as ideias fundamentais do behaviorismo não implica dizer que não haja diferenças entre essas duas tentativas de entendimento do fenómeno linguístico. De facto, não há como negar que existem grandes diferenças entre a teoria linguística apresentada por Skinner em seu *Comportamento*

Verbal e as teorias semânticas anteriormente apresentadas. Uma delas é a de que a maior parte dos graves erros cometidos por Skinner e denunciados pelos seus opositores (sobretudo Chomsky) estão ausentes das teses principais do externalismo semântico. Esse facto faz com que as críticas específicas feitas a esses erros não atinjam estas últimas. É o caso, por exemplo, da acusação da ausência de força explicativa nas noções de “estímulo” e “reforço”. Estas noções são centrais no projeto skinneriano por serem as noções à custa das quais se obtém o condicionamento proposto por esse tipo de behaviorismo. Este tipo de problema não se encontra em nenhuma das vertentes do externalismo linguístico aqui apresentado. Na verdade, os defensores do externalismo semântico não manifestam qualquer interesse ou intenção em prever e controlar os comportamentos linguísticos. Como visto no primeiro capítulo desta tese, de acordo com a concepção do trabalho científico assumida por Skinner, a ciência (no seu caso específico a psicologia) não teria como função apenas trazer uma explicação para a evidência, mas se destinaria a controlar e prever os fenómenos por ela investigados. Para isto, o objetivo da ciência seria o de buscar explicações em termos de causas manipuláveis, pois só podemos controlar os fenómenos se pudermos manipular aquilo que os causa. Apesar dos proponentes do externalismo linguístico reivindicarem um certo grau de cientificidade para as suas propostas teóricas, essas tentativas de explicação do fenómeno linguístico não se caracterizam por tentar prever ou mesmo controlar tais fenómenos.

Contudo, se, por um lado, é possível constatar essas diferenças, por outro lado, é possível verificarmos que as principais vertentes do externalismo linguístico contemporâneo se baseiam em princípios que claramente são compartilhados por esse tipo de behaviorismo. O principal deles talvez seja o facto de que tanto o behaviorismo skinneriano como as teorias semânticas externalistas aqui apresentadas buscam justificar seus respectivos paradigmas teóricos admitindo que o paradigma explicativo anterior, o

mentalismo, foi um fracasso explicativo em toda a linha. Quer isto dizer que ambas as teorias linguísticas rejeitam uma das premissas fundamentais do mentalismo, nomeadamente a ideia segundo a qual factores internos aos falantes de uma língua devem ser reivindicados na explicação de todo e qualquer fenómeno semântico.

A rejeição de tal paradigma, tanto pelo behaviorismo como pelo externalismo semântico, vem assim associada à condição de que a explicação dos aspectos mais fundamentais da linguagem se dá unicamente pelo apelo a factores externos, publicamente acessíveis. Assim, ao conceber a linguagem como uma prática essencialmente social, o externalismo linguístico se assemelha muito ao behaviorismo de Skinner; ambos defendem uma concepção de semântica ancorada na observação do comportamento verbal dos seres humanos em sua vivência comum e nas suas relações com o mundo.

No caso do behaviorismo, a fixação do significado se dá através do processo condicionante de estímulo, resposta e recompensa. Dá-se, com efeito, pelos comportamentos gerados pelas respostas aos estímulos sensoriais a que os falantes estão submetidos. Já no caso do externalismo linguístico, tal processo se desenvolve a partir dos comportamentos verbais dos membros de uma comunidade de falantes que intersubjetivamente se articulam em muitas e diversas circunstâncias linguísticas. Neste caso, o significado decorre do facto de a linguagem ser uma atividade pública, que está alicerçada na partilha do mundo pelos utentes da linguagem. Trata-se, portanto, de um processo dado pelas disposições comportamentais associadas ao discurso; seja numa comunidade restrita e específica, como pensava Kripke; seja num ambiente onde se realize um processo de divisão do trabalho linguístico, como sugeriu Putnam; seja no processo de triangulação, tal qual este foi proposto por Davidson.

Mais especificamente, por exemplo, encontramos uma grande similaridade no processo de aprendizagem da linguagem no modelo behaviorista skinneriano e no processo

de aprendizado linguístico defendido por Davidson a partir do seu conceito de triangulação. Como visto, a triangulação é o resultado de uma interação de três pontos. No caso de um ambiente em que ocorra uma relação de ensino-aprendizagem de uma língua, os três elementos ligados pelos vértices do triângulo são o professor, o aluno e o meio que professor e aluno compartilham. Basicamente, o processo se dá da seguinte maneira. O aluno, em meio ao seu balbúcio, diz ‘bola’, diante do professor e em frente a uma bola. Sua resposta é compensada por um aplauso ou por um sorriso do professor. Nos termos do behaviorismo, claramente diríamos que, neste caso, a resposta foi recompensada. Após um determinado número de situações semelhantes, o aluno passa a dizer intencionalmente ‘bola’ diante de bolas. Na triangulação, o aluno pouco a pouco “aprende” que suas respostas são causadas pelo mundo e se referem ao mundo. Ele é capaz de compreender que suas sentenças são verdadeiras quando correspondem ao mundo, e falsas quando do contrário. Há, portanto, uma interação entre professor e aluno, e entre estes e as coisas do mundo. Ou seja, uma interação na qual o professor e o aluno estão interagindo concomitantemente com o mundo e um com o outro. Isto, em nada de essencial, difere do que foi defendido por Skinner.

Diante de todas essas semelhanças e afinidades, pode-se afirmar que os comportamentos linguísticos observáveis nos processos linguísticos cujo estudo caracteriza o externalismo linguístico podem ser vistos como uma extensão e ampliação dos comportamentos objeto de estudo pelo behaviorismo de Skinner. Isso também implica dizer que, apesar de não utilizar o termo “externalismo”, Skinner era um externalista. É, pois, na absorção das teses principais do modelo teórico desse tipo de behaviorismo que os externalistas se voltam contra o inatismo chomskyano. As respostas de Chomsky a essas críticas serão apresentadas a seguir.

6.2. As críticas chomskyanas à semântica externalista

Inicialmente, convém notar que, para Chomsky, a disputa internalismo-externalismo com relação à linguagem é uma disputa limitada, pois trata apenas de questões sobre o significado, e não trata, por exemplo, de questões relacionadas com a fonética ou com a formação de palavras. Do seu ponto de vista, o internalismo por ele defendido tem vantagens sobre o externalismo porque propõe explicações sobre esses outros aspectos linguísticos não considerados por nenhuma vertente do externalismo semântico.

Em tese, a resposta externalista à questão semântica é a de que os significados não estão “na cabeça”, mas são determinados por circunstâncias externas, subordinadas a dois factores principais. O primeiro deles se concentra nas supostas características essenciais do mundo externo. O segundo factor é designado pelas normas das comunidades linguísticas. O conjunto de argumentos apresentado por Chomsky contra o externalismo semântico possui, por isso, duas vertentes: uma que ataca as cadeias causais supostamente existentes entre os termos e os objetos denominados; e a outra que critica a existência de supostas regras linguísticas comunitárias capazes de estabelecer o significado das palavras.

6.2.1. Crítica às ideias que fundamentam a suposta existência de cadeias causais entre os termos e os objetos denominados

O problema inicial apresentado e discutido por Chomsky ao tratar da primeira vertente diz respeito ao problema da extensão de um termo - da sua *referência*. O seu intuito é o de mostrar que não há qualquer essência das coisas sobre as quais falamos que seja utilizada no processo de significação do termo que utilizamos para falar delas. Neste

ponto, sua crítica é, sobretudo e mais diretamente, dirigida às propostas semânticas essencialistas de Putnam e de Kripke.

Em um de seus argumentos, Chomsky analisa o caso do termo ‘água’. Mais especificamente, ele explora nossas intuições sobre a referência desse termo, tal como ele é utilizado no Argumento da Terra Gémea, onde falantes idênticos a nós usam-no para referir o líquido descrito por XYZ, que não é H₂O. O seu ponto central é o de que, no contexto deste argumento, não podemos ter quaisquer intuições sobre a referência de ‘água’, porque, do seu ponto de vista, a noção de referência adotada pelo externalismo e assumida no argumento é uma inovação técnica, que significa exata e simplesmente aquilo que seus inventores tencionam que signifique. Ora, essa noção técnica difere significativamente do modo como usamos a palavra ‘referência’ na linguagem comum.

Ao argumentar deste modo, Chomsky chama a nossa atenção para o facto de que o que caracteriza a argumentação dos externalistas é a ideia segundo a qual a constituição química das coisas no mundo é um critério indispensável para que os termos gerais da nossa linguagem denotem. Do ponto de vista de Chomsky, a argumentação de Putnam é deficiente mesmo que concordemos em aceitar a hipótese externalista de que os termos gerais da nossa linguagem denotam. Para ele, a constituição química não é (e nem poderá ser) um critério que leva alguém a chamar um líquido ‘água’. Para mostrar isso, Chomsky sugere que usemos o termo ‘água’ do modo como ele é usado na linguagem comum, e pede que suponhamos a seguinte situação: que o Terráqueo da Terra Gémea, Óscar₂, venha à Terra e, com sede, peça por *aquilo*, apontando tanto (a) para um copo qualquer contendo refrigerante como (b) para o que sai da torneira (alguma mistura esquisita de H₂O e todas as impurezas ali contidas, a ponto de diferir de modo significativo de lugar para lugar, mas ainda assim ser chamado ‘água’). Aqui, a questão posta por Chomsky é a de saber o que

ocorre neste caso. Estaria Óscar₂ incorrendo num equívoco por chamar ‘água’ a líquidos diferentes?

Ainda sugerindo outro exemplo, Chomsky pede que suponhamos ainda que, por *aquilo*, o Terráqueo Gémeo se refira àquilo (a) que sai da torneira, mas que este líquido venha de um reservatório de água que contém um filtro de chá em sua saída (e, portanto, o líquido aqui referido será, para Óscar₁, que é o gémeo de Óscar₂ na Terra, ‘água’), e a (b) um líquido idêntico em sua composição química, localizado dentro de um recipiente que tinha um saquinho deste mesmo chá mergulhado nele (neste caso, para o seu gémeo da Terra, esse líquido não será mais água, e sim chá). Diante disso, Chomsky põe a questão: em qual dos casos apresentados Óscar₂ está equivocado? O líquido que vem da torneira tipicamente é chamado de ‘água’; o que teve um saquinho de chá mergulhado nele tipicamente é chamado de chá. Contudo, apesar de ambos os líquidos terem teoricamente a mesma constituição química, pode ser que alguém chame um ‘água’ e o outro ‘chá’. O ponto, portanto, é o de que as crenças podem diferir mesmo quando a composição química é a mesma, na medida em que os contextos e as circunstâncias variam; e isto mesmo que se tenha um completo e preciso conhecimento de que os objetos alvo de diferentes crenças têm exatamente a mesma constituição substancial.

A conclusão chomskyana dessas considerações é a de que o uso científico da palavra ‘água’ não é mais legítimo do que o uso desse termo no senso comum. Do seu ponto de vista, pessoas diferentes podem ter critérios diferentes para chamar algum líquido de ‘água’ e nenhum desses critérios é melhor ou mais correcto do que outro. Ou seja, da sua perspectiva:

Se, por exemplo, Maria acredita que há água em Marte, e lá é descoberto algo que ela vê como água embora tenha uma constituição interna de água pesada ou XYZ, não há nenhuma resposta geral para a questão se a crença dela é correcta ou errada¹⁵².

¹⁵² CHOMSKY, 2000, p. 190.

Quanto a isso, ainda, convém notar que, para Chomsky, não está claro a que tipo de linguagem pertence o enunciado “água é H₂O”: se ele pertence à linguagem ordinária ou à linguagem da ciência. O que apenas está claro é o facto de que o termo ‘água’ é um termo usado na linguagem ordinária, e o termo ‘H₂O’ é um termo utilizado no âmbito da ciência química. Para Chomsky, se não há clareza sobre a linguagem à qual o enunciado pertence, não é possível fazer nenhuma afirmação sobre o seu *status*, no que diz respeito a pertencer a um ou a outro âmbito.

O que está por detrás dessas considerações chomskyanas é a sua crítica à defesa pelos externalistas de que as palavras referem algo no mundo. Ele acusa os externalistas de aceitarem a posição pierceana de que “referência [no sentido de ‘verdade de’] constitui uma relação tríplice (pessoa X refere-se ao objeto Y pelo signo S)”, onde os Y’s são, de facto, “objetos reais no mundo”¹⁵³. É baseado nessa alegação pierceana que Putnam infere, por exemplo, que “o facto de haver uma relação entre nossas palavras e as coisas no mundo é fundamental para a nossa existência; o pensamento sem uma relação a coisas no mundo é vazio”¹⁵⁴. Deste modo, uma palavra refere um objeto real no mundo quando as pessoas a usam para o referir.

Em sua análise, porém, Chomsky defende que esta posição de Putnam implica uma série de problemas. O mais evidente deles é o de que, aceitando que há uma relação entre as palavras e as coisas no mundo, deve admitir-se como objetos reais no mundo um conjunto de coisas que, de facto, não são objetos reais no mundo. Por exemplo, assumindo os pressupostos semânticos externalistas, já que as pessoas usam a palavra ‘português’ para referir uma língua falada em Lisboa, ‘português’ deve ser admitido como um “objeto real no mundo”. Contudo, não há nada no mundo que seja este objeto; não há nele nada que seja uma coisa chamada ‘língua portuguesa’. Neste caso, usa-se a palavra ‘português’ sem

¹⁵³ PUTNAM, 1992, p. 382.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 384.

estabelecer qualquer conexão entre ela e algo no mundo. Segundo Chomsky, parece que o mesmo deveria ser aplicado a palavras como ‘livre comércio’, ‘mercado’, ‘globalização’, ‘saúde’, ‘família média’, etc., e também a adjetivos e outras expressões relacionadas.

Ao considerarmos essa constatação chomskyana, percebemos que o que ele deseja defender é que a existência de coisas correspondentes no mundo não é condição necessária para a existência de significado nas palavras com as quais falamos sobre o mundo.

Para além disso, e em segundo lugar, ao admitir a tese pierceana quanto à referência, os externalistas conseqüentemente admitem também uma noção técnica inventada de referência. Nesta noção há como vimos uma tríplice relação: uma pessoa X refere Y por meio de uma expressão S. Para Chomsky, porém, tal relação falha em seu propósito, uma vez que não dá conta de todas as dimensões envolvidas no processo de referenciação e significação por ela pretendido. Da perspectiva chomskyana, se é para haver alguma relação, essa deve ser pelo menos uma relação quádrupla e não tríplice, pois, além de uma pessoa X referir Y por meio de uma expressão S, deve-se também considerar e destacar as circunstâncias C sob as quais isso ocorre. Ao afirmar isso, Chomsky deseja chamar a nossa atenção para o facto de que quando uma pessoa X usa um termo S para falar sobre o mundo, ela o faz usando S com todas as suas propriedades semânticas intrínsecas, e o usa a partir de certas perspectivas, tendo como foco aspectos particulares do mundo, sob determinadas circunstâncias C. Do seu ponto de vista, nada disso é considerado na noção técnica de referência, tal qual nos é apresentada pelo externalismo.

Isto leva Chomsky a defender que não podemos extrair dos conceitos de referência admitidos pela linguagem natural e pelo senso comum nenhuma relação relevante entre as nossas palavras e as coisas no mundo. Desse modo, se considerarmos o uso normal das palavras, os pressupostos e as conclusões externalistas sobre a referência não se sustentam. É claro que isto não implica dizer que, em circunstâncias especiais de

comparação, não podemos entender um termo qualquer como ‘água’, por exemplo, no sentido de “mesmo líquido” – como na argumentação externalista anteriormente apresentada –, mas, neste caso, os termos ‘mesmo’ e ‘líquido’ aqui utilizados são tipos de noções que se pressupõem para satisfazer as pretensões externalistas.

Neste mesmo âmbito, um dos pontos que Chomsky considera para fortalecer o seu argumento é a acusação de que as conclusões externalistas são, pelo menos parcialmente, motivadas pelo problema da inteligibilidade no discurso científico. Segundo ele, isto é o que ocorre no caso das considerações externalistas sobre a relação entre ‘água’ e a fórmula química ‘H₂O’. Ao considerar a maneira como os externalistas tratam dessa relação e a utilizam em seus argumentos, Chomsky manifesta a sua crítica ao argumento da Divisão do Trabalho Linguístico e, conseqüentemente, a todo o argumento que reivindique que a comunidade linguística é capaz de estabelecer o significado das palavras. Em sua análise, ele pondera o caso discutido por Putnam do uso do termo ‘electrão’ na época da teoria pré-quântica. Putnam reconhece que, quando o físico Niels Bohr propôs seu modelo atômico e usou o termo ‘electrão’ ele não estava falando de coisas sem sentido, ou dando declarações falsas. Para ele, Bohr estava mesmo referindo electrões *reais*, a respeito dos quais os especialistas nesta área de estudo podem nos trazer informações.

Com a descrição deste caso, Chomsky julga ter tocado naquilo que podemos chamar de o coração do argumento da divisão do trabalho linguístico. Putnam reconhece que, em determinadas situações, como nos casos do *ouro* e do *alumínio*, apresentados no capítulo anterior, nem todos os membros de uma dada comunidade linguística reúnem as condições técnicas que lhes permitam decidir se algo cai ou não sob uma determinada designação. Para isso, precisamos dos especialistas, que passam a ser os responsáveis por essa decisão. Contudo, Chomsky constata e denuncia que esse processo não parece ser tão evidente e indisputável como o querem e defendem os externalistas. Para corroborar isso,

ele utiliza uma série de situações que atestam a sua denúncia. Por exemplo, como o linguista Jay Atlas¹⁵⁵ apontou, engenheiros nucleares distinguem ‘água leve’ de ‘água pesada’, considerando apenas a primeira como sendo H₂O. Ora, dado que, de acordo com o argumento da divisão do trabalho linguístico, tais engenheiros são especialistas e, portanto, capazes de estabelecerem os significados de determinadas palavras, será que não temos usado equivocadamente o termo ‘água’ durante todo o tempo, porque com ele nunca tencionámos dizer ‘água leve’?

Outro exemplo apontado por Chomsky é o de que, antes do físico italiano Amedeo Avogadro, os químicos usavam intercambiavelmente os termos ‘molécula’ e ‘átomo’. Neste caso, será que, na tentativa de entendermos o que tais químicos de facto estavam dizendo, devemos assumir que eles estavam referindo aquilo que agora chamamos de ‘átomos’ ou aquilo a que agora chamamos ‘moléculas’ ou, talvez, aquilo que tais coisas realmente são (o que ninguém hoje talvez saiba)? Algo semelhante acontece também quando consideramos o modelo de átomos de Bohr. Depois que este modelo se tornou disponível, foi proposto que os ácidos e bases passassem a ser entendidos como receptores potenciais ou doadores potenciais de electrões. Neste novo âmbito teórico, algumas substâncias, tais como boro, ácidos clorídricos de alumínio e ácido sulfúrico, se portariam de modo semelhante, o que até então não era admitido. Ora, sendo assim, a pergunta que se impõe é: estariam os cientistas anteriores ao modelo de átomo de Bohr se referindo ao boro como um ácido, ou só o estariam fazendo agora, depois desta nova proposta?

O aspecto para o qual Chomsky deseja direccionar a nossa atenção ao descrever todos estes exemplos é o de que eles apontam para o facto de que não há nenhum princípio externo que determine o modo como uma palavra deva significar e ser usada: nem a decisão de um grupo específico e seletivo de utentes numa dada comunidade linguística – os

¹⁵⁵ Cf. ATLAS, J. *Philosophy without ambiguity*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

especialistas; nem o facto dos utentes da língua partilharem um mesmo ambiente, nem o facto de terem eles uma dada “similaridade de crença” sobre o que estão falando. O que os especialistas fazem é apenas determinar significados que lhes possibilitem pesquisar um campo particular sob um dado referencial teórico. Mas fazer isso é apenas determinar um significado técnico de algumas palavras, que, no geral, não tem nada a ver com o significado que essas palavras têm no ambiente não científico. É o que ocorre, por exemplo, com as palavras ‘trabalho’, ‘força’, ‘massa’ etc., que são usadas no âmbito da pesquisa física, mas cujos significados não traduzem os seus respectivos usos na linguagem ordinária.

Considerando o problema da inteligibilidade no discurso científico, a conclusão de Chomsky, portanto, é a de que exemplos do tipo Terra-Gêmea, a deferência a autoridades e especialistas, e o recurso a normas da comunidade linguística servem como argumentos para a afirmação de que os significados não estão “na cabeça” apenas na medida em que tais significados são fixados a partir de um certo tipo de conceito do significado do termo ‘significado’, digamos, um tipo técnico do conceito desse significado, que tem como base uma noção técnica de referência. Porém, se perguntarmos a que se liga o conceito de significado sob investigação, a resposta será certamente a de que ele se liga a nenhuma parte de alguma pesquisa científica sobre a linguagem e seu uso, ou mesmo nenhuma entrada do léxico para o termo ‘significação’, em qualquer língua natural.

6.2.2. Críticas à noção externalista de “linguagem pública comum”

A discussão chomskyana sobre a linguagem e seu uso remete-nos para a questão de saber se há uma língua pública que seja comum a uma dada comunidade linguística. Para Chomsky, boa parte da proposta externalista se fundamenta de modo decisivo na

noção de “linguagem pública comum”. Sua posição é a de que é um facto surpreendente que, apesar do recurso constante dos externalistas a essa noção, não haja praticamente nenhuma tentativa séria da parte deles para explicar o que ela poderia ser¹⁵⁶. Este é um dos factores que levam Chomsky a conceber tal noção como sendo inútil para qualquer forma de explicação teórica, dado que ela é confusa, mal definida e, por isso mesmo, não possui qualquer interesse científico.

Muitos externalistas reconhecem a complexidade dessa noção e recorrem a outras noções para sustentá-la. Putnam, por exemplo, recorre ao conceito de *cultura*, e toma como implícito o facto de que, a menos que as “culturas possam ser definidas de maneira essencial”¹⁵⁷, não podemos ter uma compreensão correcta sobre o que se quer dizer por “linguagem pública compartilhada”. Do seu ponto de vista, “as línguas e seus significados são”, de facto, “realidades culturais”¹⁵⁸, e isso é a razão pela qual é possível descrever o modo como os termos linguísticos são entendidos nas culturas cuja estrutura geral mais ou menos compartilhamos.

Conceber as línguas e os seus significados como sendo realidades culturais é, assim, concebê-los como artefactos, algo produzido pelos homens. E não só. É também dar a estas supostas realidades o carácter de convenção, próprio da atividade humana dentro de uma cultura. Porém, para Chomsky, a evocação da “cultura” ou de “realidades culturais” não supera as dificuldades do entendimento do que a noção de “linguagem pública comum” denota. Definir língua como sendo uma realidade cultural em nada contribui para o entendimento de como ela é adquirida, usada, ou compreendida; ou como ela é constituída e como muda ao longo do tempo; ou, mesmo, como ela está relacionada a outras faculdades da mente e à ação humana em termos gerais.

¹⁵⁶ CHOMSKY, N. Mental constructions and social reality. *In*: REULAND, E.; ABRAHAM, W. (eds.). **Knowledge and language: from Orwell’s problem to Plato’s problem**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993, p. 38.

¹⁵⁷ PUTNAM, 1992, p. 385.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 385.

Da perspectiva chomskyana, o que geralmente os externalistas querem dizer por “linguagem pública comum” é algo do tipo “chinês”, “português”, “italiano” etc. Deste ponto de vista, a expressão refere, portanto, as chamadas línguas naturais. Contudo, de acordo com o estudo empírico da linguagem, há muito se sabe que não há nada no mundo que corresponda a tais termos, e que, conseqüentemente, possa ser analisado ou investigado cientificamente. Sendo um cientista, Chomsky só se interessaria pela linguagem pública tal como ela é referida pelos externalistas se ela fosse um “objeto real do mundo real” em vez de um “artefacto” ou de uma mera “convenção”. Pois, sendo um artefacto ou uma convenção, a noção de linguagem pública não passa de uma “noção arbitrária”¹⁵⁹ e, portanto, inútil para qualquer pesquisa científica.

A noção de linguagem pública comum é o que fundamenta a concepção da linguagem como sendo uma prática social. Tal concepção implica utilizar a noção de língua-E nas pesquisas filosóficas sobre a linguagem. Como já vimos, língua-E refere todo e qualquer modelo que qualifique a língua como extensional e externalizada. Porém, ao confrontar essa concepção com a prática empírica, Chomsky constata a total incapacidade dessa noção de servir de ponto de partida para a atividade teórica e pesquisa de uma ciência natural sobre esse fenómeno humano. Como exemplo disto, podemos destacar a sua discussão com Michael Dummett. Nessa discussão, Dummett¹⁶⁰ defende que o “caso fundamental” a partir do qual devemos entender o conceito de linguagem é que holandês e alemão, por exemplo, são línguas diferentes, e que cada uma delas é uma prática social particular, na qual pessoas se engajam. Segundo Dummett, tal prática é aprendida de outros e constituída por regras que são partes de um costume social a ser seguido. O ponto do seu argumento é o de que essas línguas existem nesse “caso fundamental” e, por isso mesmo,

¹⁵⁹ CHOMSKY, 1986, p. 26.

¹⁶⁰ O texto de Dummett considerado por Chomsky é: DUMMETT, Michael. A nice derangement of epitaphs: some comments on Davidson and Hacking. *In*: LEPORE, E (ed.). **Truth and interpretation**. Oxford: Blackwell, 1986, p. 457 – 476.

independem de quaisquer falantes particulares. Desta forma, podemos considerar cada falante individual como sendo possuidor de uma língua, mas no sentido de que ele tem apenas um “entendimento parcial, e parcialmente errôneo, da língua”. Segundo Chomsky, esta é a noção de língua que, para Dummett, é essencial para os propósitos filosóficos, sobretudo para a elaboração de uma teoria do significado.

Em suas considerações, porém, Chomsky tece severas críticas a esse modo de conceber a linguagem humana. Para ele, há um claro conflito entre essa proposta e a prática empírica. Do seu ponto de vista, não há nenhum sentido geral útil no qual possamos caracterizar as “línguas”, de modo que o holandês e o alemão sejam concebidas como sendo duas “línguas” distintas, que utentes saibam apenas parcial e erroneamente. Um dos casos empíricos apresentados por Chomsky é o das pessoas holandesas que vivem perto da fronteira e que podem comunicar muito bem com as pessoas que vivem do lado alemão, mesmo falando diferentes “línguas”. Neste mesmo contexto, outro caso apresentado é o das pessoas que estão do lado alemão e que, mesmo possuindo apenas um “conhecimento parcial” da “língua alemã”, podem não entender absolutamente nada do que é falado por outras pessoas que moram em alguma outra região da Alemanha, mas que tenham um “conhecimento parcial” diferente da mesma “língua alemã”.

Diante disso, a conclusão de Chomsky é a de que tal noção de língua não é útil para a pesquisa empírica e, portanto, não desempenha qualquer papel científico. A sua conclusão é a de que o mero estabelecimento de distinções entre as línguas naturais não implica que elas existam como coisas no mundo. É só no senso comum que afirmamos que o *norueguês* é um idioma diferente do *sueco*, mas isso tem a ver com factores arbitrários, convencionais, não-linguísticos, tais como as fronteiras nacionais, questões históricas, políticas etc. Ou seja, nesse conceito externalista de língua, o envolvimento de elementos sociopolíticos, históricos, geográficos, culturais etc. é essencial. Não que Chomsky

desconsidere esses elementos; ele admite que eles podem ter alguma relevância para estudos de cultura, sociologia, história. Mas, o seu ponto é o de que tais elementos não contribuem em nada para uma pesquisa séria sobre a natureza e o desenvolvimento da linguagem ou mesmo sobre a psicologia dos utentes da língua.

Quanto a isso, rigorosamente falando, e diferentemente das conclusões externalistas, se realizarmos um estudo cauteloso dos idiomas existentes e de suas características mais fundamentais, não demorará muito para percebermos que eles são muito semelhantes entre si¹⁶¹.

A questão analisada aqui por Chomsky nos conduz a que consideremos a própria falta de critérios usados por aqueles que assumem a língua-E como sendo seu objeto de estudo na determinação de se alguém fala ou não uma “mesma língua”. Quando dizemos que dois utentes falam a “mesma língua” não se está querendo dizer que fora deles há algo chamado de “língua” e que eles partilham de uma plataforma comum desse algo. É somente de modo informal, não científico, que dizemos que Pedro e João falam a “mesma língua”, mas Tiago fala uma “língua diferente”. Não há algo como uma “língua” no sentido admitido pelos externalistas. Tais comparações devem ser entendidas no mesmo nível que aquela em que dizemos que Braga está perto do Porto, mas não de Lisboa; ou que Pedro e João se parecem um com o outro, mas nenhum deles se parece com Tiago. Neste sentido, “falar a mesma língua” é muito semelhante a “viver perto” ou “parecer” porque não há para essas expressões qualquer categoria a ser fixada.

Tendo isto em conta, Chomsky defende que expressões como “mesma língua” devem ser entendidas dentro de um contexto específico e, por isso, não podem ser tomadas de forma independente das funções que cumprem nestes contextos. Por exemplo, a afirmação de que “os brasileiros não falam a ‘mesma língua’ que os portugueses” pode ser

¹⁶¹ Sobre isso, (Cf. STANTON, 2008, p. 913 – 940).

útil ou não, dependendo do contexto no qual a sentença é pronunciada. Se, numa dada conversa, se quer evidenciar as diferenças existentes entre eles, dizer que não falam a “mesma língua” pode ser proveitoso. Todavia, havendo uma mudança no contexto, a utilização da expressão “mesma língua” pode não ser tão proveitosa assim. Fora do uso informal, não se poderá nunca falar de “mesma língua”. Além disso, para Chomsky, quando é apresentada, nenhuma noção de “língua comum” é formulada de maneira útil ou mesmo coerente e, por isso, qualquer abordagem linguística que confie nessa noção é muito suspeita e pouco promissora.

Ligado à questão do conceito de língua pública comum, outro aspecto que Chomsky analisa é o de que a noção de “mesma língua” implica a ideia de que há uma comunidade linguística, na qual seja admitida uma “linguagem pública” ou “significado público”. Com efeito, argumenta-se, com frequência, que noções como “linguagem pública” ou “significado público” são exigidas para explicar a possibilidade de comunicação. Esta foi uma das alegações feita por Ruth Garrett Millikan¹⁶², um dos interlocutores de Chomsky em *Chomsky and his critics*. A questão aqui é: se dois utentes quaisquer que pertencem a uma mesma comunidade linguística não possuem uma “linguagem compartilhada”, com “significados compartilhados” ou mesmo “referência compartilhada”, como eles são capazes de se entenderem um ao outro? Repare-se que a questão aqui apresentada gira em torno da crença na ideia segunda a qual a possibilidade de comunicação repousa sobre a existência de uma plataforma linguística comum.

Em resposta a esta questão, Chomsky começa por chamar a nossa atenção para o facto de ser interessante que, assim como Millikan, muitos admitam que há significados comuns, linguagens comuns, referências comuns, mas que ninguém faça a reivindicação análoga de que deveria existir uma “pronúncia pública”. Neste caso, a questão agora é: se

¹⁶² Cf. MILLIKAN, R. G. In defense of public language. *In*: ANTONY; HORNSTEIN, 2003, p. 215 – 237.

dois utentes quaisquer que pertencem a uma mesma comunidade linguística não possuem uma “pronúncia pública”, como eles são capazes de se entender? Chomsky salienta o facto de que a pesquisa filosófica sobre a linguagem é constituída também por outros aspectos importantes, que não são de modo algum considerados pelos externalistas. Da perspectiva naturalista, cada palavra é constituída por um conjunto de propriedades fonéticas, semânticas e formais, que são acessadas por vários sistemas de desempenho para percepção, para articulação, para falar sobre o mundo etc. Do seu ponto de vista, porém, os pressupostos admitidos pelo externalismo semântico não são capazes de dar conta desse conjunto de propriedades, pelo menos de modo adequado.

Uma outra questão que deveria pôr-se aos externalistas é a de que, se negarmos que o significado está na “cabeça”, e admitirmos que ele é constituído por elementos externos ao utente, por que também não admitimos que os aspectos fonéticos nas palavras, ou mesmo seus aspectos formais, não estão na “cabeça”, mas devem também a sua existência a factores externos? Ou, mais especificamente, por que é que ninguém - nem mesmo nenhum dos defensores do externalismo semântico - propõe e defende a ideia de que o conteúdo fonético do termo ‘água’ seja determinado por propriedades externas? Segundo Chomsky, quando estes tópicos são discutidos, estas questões são, na maioria das vezes, consideradas irrelevantes pelos proponentes do externalismo semântico. Se são assim consideradas, por que é que também não o são quando abordamos a questão do significado?

Da perspectiva do naturalismo chomskyano, a comunicação bem-sucedida entre dois utentes de uma dada língua natural não implica a existência de significados, referências ou mesmo pronúncias comuns, mas é a semelhança física e mental entre os utentes que gera a existência de uma forma pública que eles partilham. A direção é de dentro para fora e não de fora para dentro. Neste caso, a única estrutura compartilhada por

esses utentes é o estado inicial da faculdade da linguagem; e não devemos esperar encontrar nada além disso para que dois utentes de uma dada língua sejam capazes de se entenderem. Ou seja, o que na língua é “público” deve-se aos aspectos estruturais comuns às nossas mentes que todos os seres humanos partilham.

Em resumo, ao discutir o papel desempenhado pela comunidade linguística no processo de comunicação entre os utentes de uma determinada língua natural, a explicação internalista chomskyana é a de que a nossa faculdade da linguagem é a responsável por tudo o que ocorre no uso da linguagem no âmbito das relações interpessoais. Quer dizer, nada externo aos utentes de uma língua determina o modo como a linguagem é usada. Para corroborar essa sua ideia, Chomsky recorre a exemplos práticos cujo objetivo é o de nos deixar atentos a esses factos. Segundo ele, podemos observar isso claramente quando consideramos as sentenças: (1) *Mary expects to feed herself*; (2) *I wonder who Mary expects to feed herself*. Na sentença (1) a expressão ‘*feed herself*’ é considerada predicado de Mary, mas na sentença (2) a expressão já é predicado de alguma pessoa distinta de Mary e, por isso, segue-se que passamos a imaginar qual é a pessoa do sexo feminino que Mary espera que se alimente. Este exemplo de Chomsky suscita muitas questões pertinentes, entre as quais pode-se destacar a de: “Como ficamos sabendo deste facto?”. Uma resposta plausível parece ser a de que o estado inicial da faculdade da linguagem incorpora certos princípios concernentes à dependência referencial. Os aspectos sociais, reivindicados pelos externalistas, parecem não ter nenhuma relação com o problema.

Importa notar que isto ataca frontalmente o que a teoria semântica proposta por Davidson exige para que as condições que envolvem o *princípio da caridade* sejam satisfeitas. Ao propor esse princípio, ele se depara com o problema da interdependência entre significados e crenças. No processo de triangulação, ao supor que as atitudes proposicionais do falante são, em sua maioria, verdadeiras, o intérprete determina o âmbito

das crenças do falante, o que permite o surgimento de uma plataforma, uma base referencial, a partir da qual se pode determinar o significado das expressões linguísticas do discurso. Para Chomsky, porém, não há qualquer plataforma de referência. Se houver alguma relação referencial, essa se deve unicamente aos princípios universais da linguagem, à própria estrutura da faculdade da linguagem na mente humana.

Deste ponto de vista, não há qualquer resposta significativa à questão se um utente da língua portuguesa deveria usar a palavra ‘artrite’ para referir “a dor que sente em sua perna”; ou se deveria usar a palavra ‘peremptório’ como sinónimo de ‘taxativo’, como o dicionário informa, ou ‘decisivo’, como muitos falantes da língua portuguesa a usam; ou se deveria pronunciar a palavra ‘porta’, como em Recife, ou alongando a vogal “o”, como em São Paulo. Diante disso, a conclusão de Chomsky é a de que, se partirmos de uma perspectiva externalista, não há nenhum meio de dar sentido a essas questões.

6.2.3. Críticas à concepção externalista de regras linguísticas

A proposta de que a comunidade linguística seria a base de sustentação do uso da linguagem traz consigo a questão das regras linguísticas. Chomsky trata mais diretamente desta questão em seu livro *O conhecimento da Língua*. A sua crítica ao tratamento externalista desta questão incide, sobretudo, no pragmatismo linguístico proveniente da análise exegética que Kripke faz das *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein, conforme esboçámos resumidamente no capítulo anterior. Ao conceber a linguagem como uma atividade normativa, Kripke admite que os usos das palavras são determinados por regras que nos permitem distinguir os usos correctos dos incorrectos. Do ponto de vista da leitura kripkeana de Wittgenstein, a linguagem só possui significado se houver um *uso* público das expressões que a constituem, porque é somente nesta instância que podemos traçar a

distinção entre usos correctos e incorrectos das mesmas. Neste caso, o papel desempenhado pela comunidade linguística é preponderante. Nenhum indivíduo isolado poderá dar significado a um termo, qualquer que ele seja.

As críticas de Chomsky à visão comunitarista de Kripke têm como pano de fundo a questão de saber em que circunstância é que faz sentido atribuir, correcta e justificadamente, a um falante a obediência a uma regra. Para alcançar seu objetivo, Chomsky segue um caminho que é, por assim dizer, o mais natural. Ele analisa alguns conceitos cruciais utilizados pela resposta pragmática dada por Kripke, e tenta demonstrar a total incapacidade de ela dar conta de um conjunto de casos que, do seu ponto de vista, são intuitivos e que nos são apresentados quase que cotidianamente.

Como já sabemos, a abordagem kripkeana gira em torno do paradoxo céptico que se instaura por, por um lado, se se admitir a ideia de que uma regra pode determinar uma forma de ação, e, por outro lado, se se admitir a ideia de que é sempre possível conciliar qualquer forma de ação com a regra que supostamente a deveria determinar de modo inequívoco. Chomsky aceita o paradoxo, e defende que, de facto, dada uma regra R , não há nenhum facto relativamente à minha experiência passada que inequivocamente determine se eu estou seguindo R ou uma outra regra R' , que coincida com R em situações no passado, mas não em situações no futuro. Disto, ele extrai (curiosamente) a mesma conclusão que Wittgenstein manifesta nas *Investigações Filosóficas* por meio da seguinte ideia: cada aplicação de uma regra é, com efeito, “um salto no escuro”, ou seja, é algo injustificado. Para Chomsky, as regras são seguidas sem quaisquer razões. Do seu ponto de vista, dizer que se segue R sem qualquer razão é dizer que não há qualquer fundamento que justifique a obediência a esta regra. Ou seja, não existe nada sobre o que podemos fundamentar o seguimento de regras.

Chomsky está convicto de que afirmar que seguimos regras sem quaisquer razões não impõe qualquer desafio à sua teoria inatista da linguagem. Pois, tendo em conta o quadro conceptual de sua teoria, as regras linguísticas são realmente seguidas sem quaisquer fundamentos. Em suas palavras, “se sigo R é porque o estado inicial da faculdade da linguagem projeta os dados apresentados em um determinado estágio de desenvolvimento da língua-I, que incorpora R ”¹⁶³. Desta perspectiva, portanto, segue-se uma dada regra R porque tanto ela como as suas possíveis aplicações já são partes constitutivas e integrantes do próprio processo de desenvolvimento da língua-I do falante, não necessitando, assim, de qualquer razão que justifique este processo. Sendo este o caso, pode-se dizer que realmente não há nenhuma impossibilidade de se seguir regras linguísticas privadamente, dado que cada falante possui sua própria língua-I.

O que dá suporte a esta compreensão de Chomsky é o modo como ele caracteriza aquilo que é, da sua perspectiva, o fundamento que justifica o seguir regras linguísticas. De acordo com o inatismo, este único factor básico é a constituição bio-psicológica que qualifica e distingue a espécie humana. Assim, diante da pergunta: “por que, então, seguimos R ?”, a única resposta cabível é, deste ponto de vista, simplesmente a de que “limitamo-nos a fazê-lo”; e o fazemos devido a nossa constituição.

A consequência imediata desta maneira de pensar é a de que, na medida em que a base para o facto de *agirmos* em função de regras está na nossa organização biológica, se os seres humanos fossem diferentes e tivessem uma estrutura mental diferente da que agora possuem (por exemplo, ao invés do suposto *estado inicial* que os caracteriza tivessem um alegado *estado inicial*), eles certamente conheceriam e seguiriam outras regras, construindo assim, outras experiências linguísticas diferentes da que hoje experienciamos.

¹⁶³ CHOMSKY, 1999, p. 221.

Contudo, ainda nestas condições, as regras linguísticas seriam seguidas sem qualquer justificação, tal como Chomsky convictamente defende.

Segundo Chomsky, não se pode considerar a ideia de uma comunidade linguística sem assumir as condições em que podemos dizer que alguém segue uma regra. Aliás, para ele, é nesse ponto que se manifestam mais veementemente os problemas impostos pela posição pragmática ao inatismo. Mas esses problemas são apenas aparentes. Ao falar de regras, Chomsky se preocupa unicamente com o uso do termo no âmbito da linguagem. Por isso, a extensão da sua concepção de regra e de em que consiste segui-la refere-se, exclusivamente, às regras da linguagem. Por fazerem parte do alegado sistema computacional que compõe uma qualquer língua-I, estas regras consistem em processos físicos realizados na mente dos utentes da língua.

Porque as considerações de Chomsky se referem exclusivamente a regras linguísticas, ao buscar as condições sob as quais podemos dizer que alguém segue uma regra, ele está interessado, especificamente, em identificar o que é que justifica a atribuição de regras linguísticas aos falantes de uma língua. Ao defender que a linguagem tem um aspecto social, Kripke entende a compreensão de uma regra em função do comportamento externo e comunitariamente contextualizado do seguidor da regra. Neste caso, a justificação da atribuição do seguimento de uma dada regra R a um falante F depende das seguintes condições: (a) que F já esteja inserido numa dada comunidade linguística, cujas práticas sejam a referência por meio da qual podemos julgar se F seguiu ou não R ; (b) e que F se comporte do modo esperado (pelos membros da comunidade) ao se seguir R . Ou seja, para Chomsky, o que Kripke defende é que estamos autorizados a dizer que F segue R se, interagindo correctamente com a nossa comunidade, F der as respostas que qualquer outro membro da comunidade está inclinado a dar quando segue R .

Assim, é a comunidade que determina a atribuição do seguimento de uma regra a um indivíduo. E ela só o atribui quando ele age em conformidade com o comportamento dos outros membros que a constituem, quando ele concorda com a *forma de vida* da mesma. É por isso que, neste caso, a possibilidade de uma linguagem privada estaria totalmente excluída. Pois, no suposto caso de *F* seguir alguma regra privada, não existiria qualquer comunidade tal que comportamentos dos seus membros coincidiriam com os comportamentos de *F*. Por outro lado, a inserção dele em qualquer comunidade implicaria que sua linguagem deixasse de ser privada.

Segundo Chomsky, Kripke contrasta o uso de regras no seio de uma comunidade com o uso de regras num contexto de total isolamento individual. Este último é precisamente o ponto que, do ponto de vista de Kripke, desafia diretamente os pressupostos do inatismo. Tendo em conta a visão comunitarista, se uma pessoa for considerada no estado de isolamento, alheio a uma comunidade linguística, as asserções da teoria inatista da linguagem que dizem respeito às regras parecem não ter qualquer conteúdo significativo. A resposta de Chomsky a este desafio parte da alegação de que, na vida real, a atribuição do seguimento de uma regra linguística a um falante não se ajusta ao que está prescrito pela pragmática da linguagem proposta por Kripke. Chomsky considera essa posição como sendo descritivamente inadequada. O que a torna assim é a noção de normatividade inerente a ela. Desta forma, a resposta de Chomsky é, certamente, uma crítica a esta noção de normatividade.

Trata-se de criticar o que ele chamou de “normatividade forte”, caracterizada sobretudo por não só determinar o que está ou não em conformidade com a regra, como também fazer com que a não conformidade com ela seja, indiscutivelmente, considerada como uma transgressão ou como um “erro”¹⁶⁴. Do seu ponto de vista, ao assumir esta

¹⁶⁴ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 98.

noção de normatividade, o modo como Kripke concebe a atribuição do conceito de seguir a regra é incapaz de dar conta de muitas situações que marcam as atividades linguísticas efetivas e, por isso, não deve ser assumida como sendo a maneira correcta de se atribuir o seguimento de regras.

O que, no fundo, Chomsky quer salientar com a sua crítica é que as regras da linguagem não podem ser normativas no sentido proposto por Kripke. Para fundamentar esta sua posição, ele parte da ideia de que, se considerarmos algumas situações da “vida real”¹⁶⁵, nas quais a prática da linguagem é efetivamente realizada, observaremos que as atribuições do conceito de ‘seguir a regra’ efetuadas em alguns “casos-padrão” não são feitas com o rigor normativo suposto e prescrito pela posição kripkeana. Chomsky defende que, na vida cotidiana, o conceito de ‘seguir a regra’ é ampla e legitimamente aplicado a vários casos em que, para Kripke, teríamos uma clara situação de “erro” na aplicação da regra, ou seja, teríamos uma não conformidade com a regra. Em contraposição a Kripke, Chomsky defende a ideia de que, mesmo nestes “erros”, alguma regra está, inegavelmente, sendo seguida.

Para tornar isto mais claro, ele dá como exemplo algumas situações que ocorrem durante o processo de aquisição da linguagem. Em sua análise, ele afirma que num certo nível de desenvolvimento da aquisição de uma língua não é incomum haver casos de hipergeneralização por parte das crianças. Tais casos compreendem todos aqueles “erros sistemáticos” cometidos durante o aprendizado da língua materna, como por exemplo, o famoso “eu *sabo*” ao invés de “eu *sei*” – no contexto do aprendizado da língua portuguesa. O seu ponto é o de que, mesmo nestes casos, não há uma razão para não se atribuírem regras de formação da primeira pessoa do presente do indicativo na voz ativa aos aprendizes, regras essas que, obviamente, não são as “nossas”, isto é, aquelas que estão

¹⁶⁵ Cf. CHOMSKY, 1999, p. 221 ss.

consagradas na gramática oficial da língua portuguesa. Nos termos utilizados pelo inatismo, a criança estaria, com efeito, a seguir uma regra constitutiva daquele que seria, nesta altura, o estágio de desenvolvimento da sua língua-I.

Em sua análise, Chomsky argumenta que só se pode classificar estes tipos de comportamento linguístico como “erro”, se os considerarmos como desvios à gramática de uma dada língua-E, social e arbitrariamente estabelecida. Desta perspectiva, se, por uma fatalidade qualquer, todos os falantes que tivessem o domínio desta gramática convencional morressem, a língua certamente mudaria e estas “irregularidades” desapareceriam, uma vez que a regra da criança seria, assim, a regra correcta na nova língua.

Este é precisamente o ponto para o qual Chomsky dirige a sua crítica. Para ele, admitir que tais “erros” são comportamentos linguísticos irregulares porque não estão de acordo com uma dada convenção não é, de modo algum, uma condição suficiente para que, nestes casos, não se possa atribuir o conceito de ‘seguir a regra’. Não há, do seu ponto de vista, nenhuma razão legítima para se negar que tais “comportamentos desviantes” obedecem, de facto, a uma determinada regularidade, que, inclusive, é admitida pelos inatistas como sendo própria do processo de fixação dos *parâmetros* de uma língua particular. E mais do que isto. Tendo em conta o pano de fundo teórico defendido por eles, tais “comportamentos desviantes” dizem respeito a um facto natural na vida humana, a uma “irregularidade regular”, por assim dizer, e jamais serão eliminados simplesmente por se manter em vigor uma convenção gramatical arbitrária. É por isso que, para Chomsky, uma linguagem nunca pode ser definida pela lista infinita de prolações de sentenças e de interpretação das mesmas nas suas condições de uso.

No âmbito de uma pesquisa naturalista, quando falamos de gramática de uma língua não podemos referir algo de arbitrário como o é o conceito de gramática admitido

pelos defensores da linguagem-E. Neste âmbito, a gramática de uma língua deve ser concebida como um sistema de procedimentos mentais, fisicamente realizados no cérebro de qualquer falante de uma língua. É exatamente a posse deste sistema de procedimentos que faz com que o utente de uma linguagem seja capaz de, por exemplo, produzir e processar os aspectos fonéticos e semânticos da atividade linguística. Neste caso, competiria a uma teoria da linguagem descrever os mecanismos operativos desse sistema biologicamente determinado e realizado, e não descrever os conjuntos dos seus resultados. Desta perspectiva, os comportamentos linguísticos externos seriam evidências de um mecanismo interno e, por isso mesmo, não poderiam ser os próprios elementos que constituiriam o objeto de estudo da teoria da linguagem, como defendem os externalistas. Para Chomsky, é então simplesmente falso não podermos atribuir o conceito de seguir regras a indivíduos que não se comportam da mesma maneira que nós nos comportamos. Ele reconhece que, mesmo nestes casos, uma regra está realmente sendo seguida, embora se trate de uma regra especial, privada até, e que apenas por uma razão não importante e irrelevante não coincide com a nossa.

Além desta, outra alegação chomskyana contra a visão de normatividade defendida por Kripke é a de que, sob uma dada perspectiva, as regras de uma comunidade linguística são tão diversas e complexas que ultrapassam os limites estabelecidos pela alegada “concordância”, exigida pela visão comunitarista, entre os comportamentos dos seguidores de regras para que lhes seja correctamente atribuído o conceito de seguir uma regra. O ponto aqui é o de que, se, de facto, a posição adotada por Kripke estivesse certa, não seríamos capazes de, sequer, entender qualquer variação linguística que estivesse fora do conjunto das expressões que compõem a nossa *forma de vida*, mesmo que esta variação fosse mínima e ocorresse em nossa própria língua materna. Porém, destaca Chomsky, não é isto que se verifica cotidianamente nas nossas práticas efetivas da linguagem, pois, nelas,

constantemente, não só compreendemos várias expressões desconhecidas (lembremo-nos aqui do aspecto criativo da linguagem), como também somos capazes de avaliar e admitir inúmeras regras linguísticas diferentes daquelas que caracterizam a nossa *forma de vida*, no sentido admitido por Kripke. É o que podemos constatar, por exemplo, quando conversamos com uma criança que está aprendendo a sua língua materna, ou quando conversamos com um estrangeiro que não fala bem a nossa língua.

Chomsky estende aliás esta sua posição e afirma que podemos dizer o mesmo para a aplicação de conceitos. Para ratificar esta sua ideia, ele recorre ao seu próprio processo de aprendizagem do conceito associado à palavra '*livid*'. Segundo ele, tal processo se deu a partir do uso da expressão '*livid with rage*'; nesta altura do seu aprendizado, a palavra significava qualquer coisa como 'ruborizado' ou 'vermelho'. Mais tarde, porém, dado o desenvolvimento do seu conhecimento linguístico, sua prática linguística mudou e o termo passou a significar qualquer coisa como 'pálido'. Sendo assim, e de acordo com a sua interpretação, estamos aqui diante de duas regras distintas: no começo da sua aprendizagem linguística seguiu uma dada regra, que depois foi alterada por outra. Baseado nisto, Chomsky sustenta a ideia de que não há qualquer dificuldade em atribuímos uma regra (ainda que diferente da nossa) a alguém que, ao ser perguntado o que significa *livid*, responda no sentido que o termo tinha para Chomsky no momento em que este o aprendeu e não no sentido que posteriormente ele adquiriu.

O seu ponto, portanto, é o de que, tanto num caso como noutro, a atribuição do conceito de seguir a regra está justificada, não obstante violar as condições impostas pela concepção de Kripke, a saber, que não podemos atribuir obediência a regras a um indivíduo cujos comportamentos não coincidem com os nossos. Neste caso, diz Chomsky, "pode levantar-se uma questão sobre o modo *como* o fazemos, mas não parece ser

duvidoso que o façamos”¹⁶⁶. Sua conclusão, então, é a de que a determinação de quando é que a regra está ou não a ser seguida é um problema empírico difícil, mas parece muito duvidoso que tal determinação seja estabelecida do modo como as considerações da visão comunitarista de Kripke a descrevem.

6.2.4. Críticas aos fundamentos da teoria semântica proposta por Donald Davidson

As críticas chomskyanas ao modo como os externalistas entendem a relação referencial entre um termo linguístico e o objeto que supostamente ele refere e à reivindicação de que a comunidade linguística desempenharia um indispensável papel normativo no estabelecimento do significado são estendidas também à proposta semântica de Davidson. Vimos que a *triangulação* proposta por este é um processo no qual há uma interação entre falante e intérprete, e entre estes e as coisas do mundo. Seus pressupostos são (1) o de que o espaço linguístico é comum aos falantes e intérpretes, e (2) o de que existe uma conexão causal entre o mundo, o falante e o intérprete. Segundo Davidson, a relação entre o falante, o intérprete e o mundo num espaço comum e público é determinante e necessária para a interpretação. Ou seja, a interpretação das sentenças de uma linguagem depende das circunstâncias sob as quais a sentença é sustentada como verdadeira, as quais fornecem ao intérprete um meio para penetrar no que a sentença significa.

O que ainda importa notar nessa proposta, e Chomsky percebeu bem isso, é o facto de que ela não é, como vimos, apenas uma proposta de teorização semântica, mas é uma proposta de teoria da comunicação em geral. Davidson sabia que numa situação de triangulação existe uma clara diferença entre o que o falante e intérprete conhecem sobre o

¹⁶⁶ CHOMSKY, 1999, p. 224.

mundo. Por isso, ele defendia que a objetividade da interpretação se baseia no mundo físico compartilhado. Neste caso, o mundo compartilhado é a medida de todas as coisas. Esse aspecto da comunicação é amplamente exposto por Davidson em seu artigo *A Nice Derangement of Epitaphs*¹⁶⁷.

Ao considerar o aspecto comunicacional da teoria davidsoniana, o ponto para o qual Chomsky chama a nossa atenção é o de que a pretensão de Davidson é demonstrar que o processo de comunicação concebido a partir da perspectiva da triangulação mina qualquer explicação da competência linguística. Nos moldes chomskyanos, isto atingiria diretamente a possibilidade de existência de uma língua-I, na mente de cada falante. Davidson chega mesmo a afirmar que “não existe algo como uma língua [...] não há algo a ser aprendido, dominado ou com o qual se nasce”¹⁶⁸.

Essa concepção de língua que Davidson acredita ter refutado fundamenta-se em três pressupostos básicos, os quais estão subjacentes ao que na teoria chomskyana se denomina de Língua-I ou “primeira língua”. Estes pressupostos são os seguintes:

- a) o de que essa teoria seria “sistemática”, no sentido de que o *intérprete* utilizaria um sistema, e que, por meio dele, seria capaz de interpretar declarações com base nas propriedades do sistema e nas da própria declaração;
- b) o de que esse método de interpretação seria compartilhado; e
- c) o de que os elementos componentes do sistema seriam governados pelas convenções aprendidas ou pelas regularidades.

¹⁶⁷ DAVIDSON, D. A nice derangement of epitaphs. In: LEPORE, E. (Ed.). **Truth and interpretation**. Oxford: Blackwell, 1986.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 446. Sobre uma discussão mais detalhada desse confronto Davidson-Chomsky, (Cf. KNOWLES, Jonathan. Davidson versus Chomsky: the case of shared languages. In: ZACKARIASSON, Ulf (Ed.). **Action, belief and inquiry: pragmatist perspectives on science, society and religion**. Helsinki: Nordic Pragmatism Network, 2015, p. 300 – 319. ISBN 978-952-67497-2-3).

Davidson entende que os elementos do sistema que compõem a teoria chomskyana – considerados como sendo convenções ou regras – são fixados e estão disponíveis “antes das ocasiões de interpretação”. Sua refutação, portanto, é a de que não há como determinar esses elementos porque, em situações comuns de comunicação, o intérprete faz uso de todo o tipo de conjecturas sobre o que o falante possa ter tencionado ao fazer o seu pronunciamento, alicerçado em algumas características da própria situação, na suposição do que o falante tinha em mente e assim por diante. Do seu ponto de vista, toda a interpretação nada mais é do que um ajuste constante dos elementos do sistema, de tal modo que o que temos é, de facto, uma “teoria transitória”, construída para atender à ocasião. Para ele, a “língua” desse período transitório não é capaz de corresponder à competência linguística do intérprete e, por isso mesmo, não pode ser considerada como sendo uma “língua” propriamente dita, nem mesmo uma língua natural, dado que o seu domínio seria inútil, já que ela teria sido estabelecida apenas para interpretar uma declaração particular numa ocasião particular¹⁶⁹.

Um dos pressupostos admitidos por Davidson para discorrer sobre isto é o de que, dado o processo de triangulação, a comunicação pode muito bem ser estabelecida sem que haja uma “primeira língua”, já que esta se trataria de uma particularidade psicológica, específica do falante-ouvinte, com características que não são compartilhadas pela comunidade linguística. Ele assume que, numa situação de comunicação, o intérprete tenha alguma “estratégia” durante o processo de comunicação. Tal estratégia se dá no interior de um “processo misterioso pelo qual um falante ou ouvinte usa o que sabe antecipadamente mais os dados presentes para produzir uma teoria transitória”, isto é, produz uma situação de fala na qual ocorre o entendimento pelo ouvinte do que o falante diz. Deste modo, o que dois utentes da língua precisam para comunicarem é “a capacidade de convergirem numa

¹⁶⁹ DAVIDSON, 1986, p. 443.

teoria transitória declaração a declaração”¹⁷⁰, momento a momento, etapa a etapa, dessa situação de fala. Em outras palavras, para cada etapa do processo de comunicação há que ter um ajuste dos elementos do sistema linguístico utilizado pelo falante e pelo ouvinte.

De acordo com a análise chomskyana da argumentação de Davidson, ao se admitirem esses supostos factos, não há mais nenhuma utilidade para o conceito de língua, ou mesmo para conceber algo como gramática compartilhada ou regras. Do seu ponto de vista, ao defender que o que de facto precisamos é apenas de, de vez em quando, utilizar essa tal “capacidade” no processo de comunicação, Davidson rejeita não só a noção ordinária de língua, mas também qualquer possibilidade de se saber ou conhecer uma língua. É precisamente daí que decorre a sua conclusão de que “em comunicação linguística nada corresponde a uma competência linguística” (uma língua-I, nas palavras de Chomsky) porque, com base nos três princípios acima mencionados, “não há regras para se chegar a teorias transitórias”¹⁷¹.

Da perspectiva inatista, porém, as coisas não acontecem como Davidson proclama. Inicialmente, é curioso o facto de ele mesmo reconhecer que, embora assuma que não há regras para se chegar a teorias transitórias, uma teoria transitória tal, como ele a propõe, é derivada de alguma maneira “de um vocábulo e de uma gramática particular”, isto é, de uma primeira língua. Ou seja, ele não duvida que haja determinados métodos “para se chegar a uma teoria transitória, queiramos ou não chamar esses métodos de regras”¹⁷². Outro ponto que deve ser destacado é o de que não foram apresentadas razões para se duvidar de que há, de facto, uma primeira língua, no sentido de que há um processo gerativo específico incorporado a uma faculdade da linguagem. Chomsky reconhece que Davidson acerta quando diz que essa “língua”, que é a língua-I, não tem nada a ver com o que chamamos de “língua” no uso comum (dado que o conceito de língua admitido no uso

¹⁷⁰ DAVIDSON, 1986, p. 445.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 446.

¹⁷² *Ibidem*, p. 446.

comum não desempenha qualquer papel na pesquisa empírica sobre a linguagem), mas isso não justifica dizer que uma primeira língua não exista, e que ela não seja uma das bases utilizadas pelo falante e pelo ouvinte numa situação de fala num contexto de comunicação.

Para Chomsky, há, de facto, uma faculdade da linguagem, fixa e invariável, que mapeia a evidência apresentada num sistema de regras e princípios que indica interpretações para as declarações feitas numa comunicação. O procedimento desse sistema é chamado por Chomsky de “procedimento gerativo”. Saber uma língua é assim ter uma representação interna deste processo que, como vimos, se expressa em vários níveis de abstração nos mecanismos que compõem a mente humana. Deste modo, a comunicação entre falante e ouvinte só é estabelecida porque há uma correspondência entre as suas competências linguísticas. Isto contraria radicalmente o que Davidson afirma. O sistema gerativo proposto por Chomsky é um sistema atribuído à mente/cérebro que incorpora o procedimento gerativo associado a outras estruturas e propriedades específicas, e que é responsável por mapear as declarações apresentadas em descrições estruturais que são interpretadas por outros componentes da mente. Diferente da de Davidson, essa sua proposta tem a vantagem de ser passível de submissão à pesquisa empírica.

Além disso, Chomsky considera que há algo que é central no modo como Davidson trata a questão da comunicação: a atribuição de um peso explicativo muito grande ao que ele chama de “intérprete”. Do ponto de vista de Davidson, o estudo da comunicação no mundo real da experiência é, de facto, o estudo do intérprete. Todavia, este não pode ser um tópico para a pesquisa empírica. De facto, o intérprete – como Davidson admite – tem à sua disposição tudo aquilo que está disponível à inteligência humana, e inclui tudo o que os seres humanos são capazes de fazer. Dado que não há espaço para um tópico na pesquisa científica que constitua o estudo de todas as coisas tomadas em conjunto, o intérprete proposto por Davidson não pode ser um objeto de

investigação empírica, e nada de cientificamente relevante pode ser dito sobre ele. O máximo que podemos fazer é aprender algo sobre vários elementos que constituem esse processo, como, por exemplo, elementos do vocabulário e da gramática particular da língua alcançada e elementos da mente que estão em atividade durante a interpretação. Contudo, se iniciarmos o trabalho com a exigência de alcançar uma teoria de todas as coisas, é certo que não iremos a lugar algum.

Uma das conclusões extraídas desta crítica de Chomsky a Davidson é que, embora os limites e o rigor necessários à prática da investigação empírica ainda não sejam capazes de lidar com o todo complexo e obscuro que é o processo de comunicação, não é salutar nem preciso abandonar ou negar conceitos de linguagem só porque ainda não podem ser estudados satisfatoriamente. Do seu ponto de vista, definitivamente, não é preciso negar uma primeira língua, nem o processo gerativo que a caracteriza, só porque não há ainda um estudo cabal sobre este assunto. Contudo, devemos lembrar que, da perspectiva da investigação empírica, o estudo do processo gerativo da linguagem defendido pelo inatismo tem demonstrado ser bastante promissor.

Continuando sua análise, Chomsky considera ainda a concepção davidsoniana de uma “teoria transitória”. Para ele, tal noção não é útil, como o próprio Davidson reconhece. Para Chomsky, dado que o intérprete, tal como Davidson o concebe, tem à sua disposição tudo aquilo que está disponível à inteligência humana, não faz qualquer sentido chamar de “teorias” ou mesmo tratar como um assunto de pesquisa os estados transitórios resultantes de mudanças momento a momento, declaração a declaração, feitas pelo intérprete no processo de comunicação. De facto, nada no argumento de Davidson proporciona uma razão convincente para negar que permaneça um elemento fixo e invariável no intérprete (em linguagem chomskyana, uma língua-I), que entre como elemento indispensável no processo da comunicação.

Para tentar esclarecer o seu ponto de vista, Chomsky analisa as considerações de Davidson sobre os chamados “usos equivocados da linguagem”. O que na verdade é criticado é o modo como Davidson atribui o conceito de “mau uso da língua” a situações específicas do uso da linguagem. Por “usos equivocados da linguagem” quer-se dizer, por exemplo, aqueles casos em que um utente de uma língua usa uma palavra para significar outra coisa que não a que ela significa de acordo com o dicionário. O exemplo dado por Chomsky é extraído da língua inglesa, onde um utente usa a palavra *disinterested* (ininteressado) para significar *uninterested* (desinteressado)¹⁷³. Seu ponto é o de que, como tantos outros filósofos externalistas, Davidson acusaria este caso de erro ou equívoco, por ele não estar de acordo com as regras da gramática da língua inglesa, aceite por uma comunidade específica de utentes desta língua.

Na concepção de Chomsky, erros dessa natureza ocorrem de modo sistemático, sobretudo durante o aprendizado da língua materna. Em sua análise, ele argumenta que só se pode classificar estes tipos de comportamento linguísticos como erros, se forem considerados como sendo desvios da gramática de uma dada língua-E, social e arbitrariamente estabelecida. Ou seja, é só sob a égide de uma gramática-E, estabelecida convencionalmente, que se pode tomar esse tipo de comportamento linguístico como desviante por causa de determinadas normas, socialmente convencionadas, e se pode classificá-lo como sendo um uso equivocado da língua.

Este é precisamente o ponto para o qual Chomsky dirige a sua crítica: não é salutar nem cientificamente viável admitir que tais usos equivocados são comportamentos linguísticos “equivocados” só porque não estão de acordo com uma dada convenção. Repare-se que o que está em jogo nesta crítica é, mais uma vez, o conceito de *língua* adotado na análise do caso em questão. No fundo, o utente que cometeu este alegado

¹⁷³ CHOMSKY, 2000, p. 139.

“equivoco” é um falante de uma variedade daquilo a que informalmente se chama ‘inglês’ (diz-se informalmente porque sabemos que o “inglês” não existe). Ele não só possui um procedimento gerativo, uma língua-I, que produz descrições estruturais de declarações que compreendem propriedades fonéticas e semânticas, mas também tem outras capacidades mentais que lhe permitem produzir e interpretar expressões linguísticas fazendo uso destas descrições em situações de fala num contexto de comunicação. Chomsky chega a admitir que é mesmo possível a esse utente falar de maneira que não esteja de acordo com sua língua-I, ou até mesmo oferecer julgamentos inconsistentes e equivocados sobre si mesmo ou sobre os outros. Mas isso não configuraria um “mau uso da língua”, tal como Davidson assevera. Como dito acima, de sua perspectiva, o “mau uso da língua” está ligado às regras de uma dada comunidade linguística e, neste caso, não é uma língua que está sendo mal usada. Mais uma vez: fora do sentido informal, aquilo que chamamos “inglês” não é uma língua, no sentido admitido pela ciência da linguagem.

Para Chomsky, olhado do ponto de vista da comunidade, como quer Davidson, o conceito de “mau uso da língua” pode até ter algum interesse, mas este está confinado a estudos específicos da sociologia, cultura, política, etc., e, por isso mesmo, não tem qualquer relevância para o estudo científico da língua. Sem o critério científico, afirmar que uma determinada variedade do *inglês* é “correcta” e outra “errada” faz tanto sentido como dizer que o *alemão* é “correcto” e o *holandês* é “errado”. Ou seja, não faz qualquer sentido. Assim, concebido a partir da língua-E, a referência ao conceito de “mau uso da língua” é um conceito obscuro sem qualquer utilidade para a pesquisa séria acerca da linguagem humana.

6.3. Uma alternativa externalista ao externalismo semântico

Diante do que até aqui considerámos, a conclusão das críticas de Chomsky ao externalismo é a de que um utente de uma dada língua fala e entende o que é dito da maneira como o faz somente na base da língua-I que adquiriu no decurso do seu processo de desenvolvimento. Isto é, quer esse utente siga ou não o que, por questões sociais, políticas ou mesmo culturais, se chama de “normas da comunidade” ou “regras da gramática”, ele fá-lo com base em sua língua individual e internalizada. Um utente do que informalmente chamamos ‘grego’ possui uma língua-I diferente da do utente do ‘inglês’ e, também, segue “normas linguísticas” diferentes. Mas, nem por isso dizemos que um está equivocado em relação ao outro. O que Chomsky quer com toda essa discussão é, no fundo, mostrar que o facto de dois falantes comunicarem entre si linguisticamente não é um tópico de pesquisa empírica. E essa parece ser a melhor maneira de tratar a questão. Do seu ponto de vista, apesar de todos os esforços dos externalistas, nenhum argumento satisfatório foi apresentado por eles para demonstrar a ausência na mente humana de uma estrutura semântica e conceptual intrínseca baseada em propriedades fixas. Sua conclusão, portanto, é a de que a semântica está determinada pela estrutura bio-psicológica da espécie humana.

Contudo, há outro ponto de vista externalista que pode ser considerado uma alternativa externalista ao externalismo semântico. Este externalismo atípico difere do externalismo semântico aqui exposto porque se caracteriza por não ser referencial, como o de Putnam, nem comunitarista, como o de Kripke, nem behaviorista, como o de Davidson. Trata-se do tipo de externalismo defendido nos escritos de Wittgenstein.

O externalismo wittgensteiniano propõe um modelo de compreensão do funcionamento da linguagem que se distancia das teses principais do externalismo

semântico. Esse distanciamento tem uma consequência muito curiosa: guardadas algumas ressalvas, algumas das conclusões de Wittgenstein se aproximam muito de algumas das teses fundamentais do inatismo linguístico chomskyano. Mostrar como essa aproximação se processa é o objetivo seguinte desta tese. Para tanto, devemos iniciar o próximo capítulo fazendo uma caracterização geral dos pressupostos do externalismo de Wittgenstein.

Parte III

O Pragmatismo Wittgensteiniano e a Hipótese de sua Conciliação com o Inatismo Chomskyano

CAPÍTULO 7

CARACTERIZAÇÃO DE UMA PRAGMÁTICA LINGUÍSTICA A PARTIR DE WITTGENSTEIN

7.1. O que é a pragmática linguística?

Se comparada a outros ramos do estudo da linguagem, a pragmática é bastante recente. De facto, ela se desenvolveu consideravelmente a partir de meados do século XX, tornando-se uma disciplina do interesse tanto da Linguística como da Filosofia da Linguagem.

A pragmática nasceu do reconhecimento de que as abordagens linguísticas e filosóficas que enfatizam apenas os elementos sintácticos e semânticos não são capazes de explicar, pelo menos completa e satisfatoriamente, os problemas que envolvem o fenómeno da linguagem¹⁷⁴. Ela pressupõe que há outros aspectos, associados ao uso linguístico efetivo, que são indispensáveis para a compreensão deste fenómeno humano. Seu objetivo, portanto, é o de dar conta deles.

A mais antiga definição de pragmática no âmbito da Linguística é a apresentada por Charles W. Morris¹⁷⁵. Tal definição foi dada no contexto de sua proposta teórica de fundamentar a semiótica, por ele caracterizada como a ciência geral dos signos. Sendo herdeiro dos aspectos centrais do pragmatismo de Charles Pierce¹⁷⁶, o seu ponto de partida foi o de considerar três dimensões distintas no estudo dos signos:

(1) a *sintaxe*, concebida como o estudo da “relação formal dos signos entre si”;

¹⁷⁴ Cf., ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 12.

¹⁷⁵ MORRIS, C. W. Foundations of the theory of signs. In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C. (Orgs.). **International Encyclopedia of Unified Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1938, p. 77 – 138. Esta mesma definição é partilhada por Rudolf Carnap, que trabalhou com Morris em Chicago. (Cf. CARNAP, R. Foundations of logic and mathematics. In: *Ibidem*, p. 139 – 244).

¹⁷⁶ Sobre isto, Cf. LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Trad. de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 1 – 6.

(2) a *semântica*, definida como o estudo “das relações dos signos com os objetos aos quais os signos são aplicáveis”; e

(3) a *pragmática*, considerada como o estudo “da relação entre os signos e os seus intérpretes”.

As especificidades de cada uma destas três dimensões ainda são mantidas nos atuais estudos acerca da linguagem. Concebida como a relação formal entre os signos linguísticos, a sintaxe lida com as relações morfossintáticas dos termos que compõem as sentenças. Ocupa-se, assim, da estrutura das sentenças e das relações formais que interligam os seus componentes. A semântica tem o objetivo de resolver os problemas que envolvem a significação linguística, sobretudo aquelas questões ligadas a como um termo adquire seu significado, como ele deve ser interpretado, e a sua relação com os objetos que designa. Trata, portanto, dos problemas da significação e da referenciação.

Definida como a relação entre os signos e seus intérpretes, a pragmática, por sua vez, trata de questões relacionadas ao uso da linguagem. Todavia, tal relação não deve ser entendida como uma relação simples. De facto, ela foi posteriormente melhor caracterizada e de tal forma ampliada que o termo ‘pragmática’ passou a englobar todos os estudos da linguagem relacionados a seu uso na comunicação em geral¹⁷⁷. Passou, assim, a ser caracterizada como a parte da Linguística destinada ao estudo do uso da linguagem em situações concretas de fala.

No âmbito da Filosofia da Linguagem, a pragmática aparece no contexto da ‘virada linguística’, ocorrida na filosofia no início do século XX. Neste contexto, a linguagem passou a ocupar um lugar central no tratamento de questões filosóficas. Na verdade, ela deixou de ser apenas um segmento dos estudos da filosofia, e passou a ser o seu campo privilegiado. No âmbito da própria ‘virada linguística’ ocorreu uma ‘virada

¹⁷⁷ Cf. VIDAL, M. V. E. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Anthropos, 1993, p. 16.

pragmática'¹⁷⁸. Esta é caracterizada não só por se opor à semântica tradicional, que foi defendida por vários protagonistas da 'virada linguística' na filosofia¹⁷⁹, mas também por propor uma nova maneira de investigar alguns aspectos do fenómeno linguístico.

O ponto de partida desta perspectiva é o de conceber a linguagem como inserida em uma prática social. Assim, ela enfatiza a linguagem corrente e o seu uso quotidiano. O seu objetivo último é entender aspectos importantes do fenómeno linguístico a partir da interação dos falantes em práticas linguísticas concretas, levando em consideração o contexto de uso da linguagem e dos elementos socioculturais pressupostos por ele. Neste novo expediente, a noção de *jogos de linguagem*, de Wittgenstein, e a teoria dos *atos de fala*, de Austin e Searle, desempenharam papéis fundamentais.

Uma das ideias que caracterizam esta nova perspectiva é a de que o uso que fazemos da linguagem é muito variado e amplo. Tal variedade deve-se ao facto de que, ao usarem a linguagem, os falantes servem-se de um conjunto de elementos e recursos linguísticos e não linguísticos que fazem com que tais usos envolvam vários aspectos do contexto no qual eles são realizados. Fazem parte deste contexto aspectos sociais, situacionais e culturais que, de um modo geral, contribuem para definir a significação das expressões utilizadas. Deste modo, a pragmática se caracteriza por estudar os elementos extralinguísticos que determinam os diferentes modos como as expressões linguísticas são usadas por um falante.

Ao considerar estes aspectos extralinguísticos, o tratamento dado pela pragmática às questões relacionadas à significação linguística ultrapassa os campos da sintaxe e da semântica. Dizer que a pragmática aborda aspectos diferentes dos da sintaxe ou semântica não significa necessariamente dizer que a pragmática pretende invalidar estes outros

¹⁷⁸ Cf. MARCONDES, D. **Textos básicos de linguagem**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, p. 11.

¹⁷⁹ Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

campos de estudo da linguagem. Aliás, ela os pressupõe. Seu propósito é constituir um campo de investigação complementar e bastante promissor no estudo do fenómeno linguístico.

Uma segunda característica importante da pragmática é a ideia de que, quando se usa a linguagem, há muito mais coisas sendo *ditas* por meio das expressões linguísticas utilizadas do que aquilo que está *dito* de acordo com sua gramática. Ou seja, uma coisa é o que é *dito* gramaticalmente (levando em conta a sequência e o significado *standard* das palavras pronunciadas), outra coisa, muito distinta, é o que, de facto, se quer dizer por meio de uma expressão gramaticalmente correcta. Isto ocorre porque, numa situação de fala, o falante tem sempre uma intenção determinada (*intenção comunicacional*) cujo significado depende, também, das circunstâncias sob as quais tal ato é realizado.

Uma das consequências imediatas desta ideia é a reconsideração dos elementos que compõem uma situação de fala. Neste caso, os elementos constitutivos de uma situação de fala não são apenas: o *emissor*, que é o falante que produz intencionalmente uma expressão linguística (falada ou escrita); o *enunciado*, que é a expressão linguística produzida pelo emissor; e o(s) *destinatário(s)*, falante(s) a quem o emissor dirige seu enunciado. Do ponto de vista da pragmática, deve ser considerado também um quarto elemento: o *contexto* ou a *situação*, que é o conjunto de circunstâncias não linguísticas sob o qual o enunciado é expresso.

Convém notar que a ênfase aqui dada ao *contexto* não deve ser confundida com os elementos físicos e naturais externos aos falantes, que muitas vezes são reivindicados pelos externalistas linguísticos como necessários à significação linguística. Da perspectiva pragmática, *contexto* refere a totalidade dos elementos não linguísticos sob os quais a sentença é pronunciada e, portanto, os seus limites são muito mais amplos do que o do conjunto dos elementos físicos e naturais do ambiente. Ao designar toda a *situação* na qual

ocorre o ato concreto de fala, o *contexto* inclui, como já destacado, elementos sociais, culturais, econômicos, políticos, etc. Em segundo lugar, o *contexto* ao qual a pragmática linguística se refere não tem nada a ver com os elementos externos que, segundo os externalistas semânticos, dão significação às palavras porque, diferentemente destes, a pragmática não admite qualquer tipo de relação essencial ou necessária entre o *contexto* e a significação. A pragmática linguística rejeita qualquer conexão causal entre as palavras e o mundo.

O abismo que muitas vezes se configura entre o que está expresso gramaticalmente e o que realmente se tenciona dizer é um fenómeno que escapa a uma caracterização precisa em termos estritamente sintácticos e semânticos. Deste modo, discorrer sobre tal fenómeno é buscar saber como é que se dá a adequação das sequências gramaticais de uma expressão ao contexto e à situação na qual ela é pronunciada. Nesta busca, várias questões se colocam. As principais são as seguintes: (1) como pode não coincidir o que de facto dizemos e o que queremos dizer?; (2) como, apesar disto, é possível que consigamos dizer algo com significado ou mesmo nos entendermos?; (3) que parte do que compreendemos depende da estrutura gramatical da expressão linguística e do significado das palavras que a compõem, e que parte depende dos aspectos extralinguísticos envolvidos? Todas estas indagações constituem objetos de investigação da pragmática linguística.

Para esclarecer e especificar este âmbito de interesse da pragmática, basta considerar o seguinte exemplo. Imaginemos o contexto de um jantar, no qual alguém se dirige a uma das pessoas sentada à mesa e pronuncia a sentença: “o sal, por favor!”. Ao fazer isto, a pessoa que emite a sentença certamente quer significar algo mais do que o que está gramaticalmente expresso nela. O que de facto ela quer significar não é senão uma maneira cortês de pedir à pessoa a quem é dirigida a sentença que faça um favor: o de lhe

passar o recipiente que contém sal. Mas, como se vê, isto não está expresso gramaticalmente! Somente levando em consideração o contexto poderemos saber de facto o que está sendo *dito*.

O mesmo acontece quando consideramos uma situação de ironia. É o que ocorre, por exemplo, quando, diante de uma piada mal contada, alguém pronuncia a sentença: “Puxa! Nunca ouvi nada mais engraçado!” e, ao mesmo tempo, não manifesta quaisquer sinais de satisfação, alegria ou riso. Certamente, com esta sentença não se quis afirmar que a piada foi a coisa mais engraçada já ouvida. Na verdade, com ela quer-se realmente dizer que a piada não teve graça alguma. Mas isso não é o que está expresso na gramática standard da sentença. Assim, tanto neste caso como no anterior, não é difícil perceber que é somente quando consideramos os elementos extralinguísticos do contexto no qual ocorre uma determinada situação de fala que podemos compreender o que de facto se quer dizer.

Isto nos remete a outra característica fundamental da pragmática linguística. Trata-se de saber como é que um falante compreende situações de fala do tipo acima apresentado ou outros semelhantes. Nos termos da pragmática atual, tal capacidade é definida pela sua *competência pragmática*. Tal *competência* caracteriza-se não só pela posse do conhecimento e domínio do código linguístico, mas também pelo conhecimento das circunstâncias da realidade sob as quais algo é dito. A *competência pragmática*, portanto, é um processo que pode ser definido como “um complexo mecanismo de inferência que entra em funcionamento automaticamente para fazer-nos recuperar o que os nossos interlocutores quiseram dizer a partir do que realmente disseram”¹⁸⁰, levando em conta as circunstâncias de suas falas.

Convém notar que, mesmo possuindo esta capacidade, nem sempre é possível compreender plenamente o que alguém quis dizer. É o que se pode constatar com o

¹⁸⁰ VIDAL, 1993, p. 20.

seguinte exemplo. Suponha que precisamos dos serviços de xerox de uma copiadora. Ao chegarmos ao local para realizarmos o serviço, nos deparamos com uma placa pendurada na porta de entrada na qual está escrito: “retorno em uma hora”. Embora saibamos o significado literal e gramatical desta sentença, não conseguimos compreendê-la plenamente por não sabermos por quem nem o momento exato em que ela foi escrita. Não sabemos, por exemplo, quanto tempo mais devemos esperar até a pessoa que a escreveu voltar. Se dez, quinze, quarenta minutos, ou mesmo uma hora. Simplesmente não sabemos. Ou seja, ainda que sejamos capazes de compreender o enunciado da placa, não somos capazes de interpretá-lo plenamente porque nos falta a referência da pessoa e do tempo em que ela foi escrita. Neste caso, tal limitação não se deve tanto à *competência pragmática* do intérprete, mas se encontra na falta de informações disponibilizadas pelo contexto no qual a situação de fala ocorre.

Por fim, a pragmática linguística também se caracteriza por defender que a função da linguagem não é só, e nem mesmo primeiramente, representar o mundo. De facto, do seu ponto de vista, a linguagem possui outras importantes funções. Uma destas funções, que por sinal torna-se a marca distintiva da pragmática, é a de que realizamos ações específicas por meio do uso da linguagem. Neste sentido, há uma mudança radical na concepção do que seja falar. Deste ponto de vista, falar é, fundamentalmente, agir; é, de facto, fazer coisas com palavras, como nos indica o paradigmático título da obra de Austin sobre o assunto¹⁸¹.

O conteúdo desta obra considera os efeitos e as consequências dos usos linguísticos em situações concretas de fala. Sendo inspirado pela pragmática wittgensteiniana da linguagem, Austin pretendeu com ela aprofundar a ideia segundo a qual a significação das expressões linguísticas consiste no seu *uso*. De facto, o seu objetivo

¹⁸¹ Cf. AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962. Uma das traduções portuguesas desta obra é: _____. **Quando dizer é fazer: palavras e ações**. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

era o de responder à seguinte pergunta: o que é que se pode fazer com uma expressão linguística? É nisto que consiste a sua teoria dos *atos de fala*.

Em tese, ‘ato de fala’ é o termo usado para denotar o conjunto de ações realizado através do dizer, do uso da linguagem. Austin admite que um *ato de fala* é uma realidade complexa e pluridimensional. Do seu ponto de vista, ao dizermos algo realizamos um ato complexo, ou melhor, realizamos um complexo de atos que envolve, pelo menos, três aspectos básicos do uso da linguagem:

(1) o aspecto *locucionário*, que consiste no próprio ato de falar;

(2) o aspecto *ilocucionário*, que diz respeito àquilo que é realizado na medida em que se diz algo; e

(3) o aspecto *perlocucionário*, que ocorre quando há a intenção de provocar, por meio das expressões linguísticas proferidas, certos efeitos nos ouvintes.

Embora distintas, estas três instâncias não compõem atos diversos; mas constituem como que três aspectos ou dimensões de um único e mesmo *ato de fala*. É possível notar que nem todas as expressões linguísticas proferidas numa situação concreta de fala são dotadas destas três dimensões. O que faz uma expressão linguística ser ou não dotada destas dimensões é a *força ilocucionária* do *ato de fala* no qual tal expressão está inserida. A *força ilocucionária* é uma função daquilo que se pode fazer com uma expressão linguística e, portanto, está inteiramente associada às relações intersubjetivas e às interações sociais que se instituem entre os falantes numa situação concreta de fala.

Para exemplificar cada um dessas dimensões, consideremos a seguinte situação. Imaginemos que ocorre uma colisão de um veículo com um poste de energia elétrica, de modo que os cabos de condução de eletricidade conectados ao poste fiquem todos no chão. Ao perceber o perigo iminente de alguém receber uma descarga elétrica proveniente destes cabos, João grita para todos os que estão próximo do incidente: “Cuidado!”. A força

ilocucionária desta expressão linguística usada por João é evidente. O simples pronunciar da sentença denota a dimensão *locucionária* deste ato de fala; o uso da sentença para fazer a advertência de um perigo iminente, aponta para a dimensão *ilocucionária*; e, por fim, se, por meio da sentença, João conseguir o seu objetivo de afastar as pessoas que por ali passam dos fios expostos, o aspecto *perlocucionário* do ato foi satisfatoriamente realizado.

Embora centrais, as características aqui apresentadas não compreendem todos os aspectos existentes na pluralidade de correntes pragmáticas que, atualmente, estão em pleno desenvolvimento. De facto, quando olhamos para o quadro atual da Linguística e da Filosofia da Linguagem é impossível não reconhecer que há várias correntes de pragmática linguística, caracterizadas por terem origens historicamente diversas e por possuírem algumas diferenças teóricas. Porém, o que nos interessa aqui destacar são as implicações para a Filosofia da Linguagem trazidas pela pragmática. Especificamente, aquelas que dizem respeito: (1) ao modo como usamos a linguagem, (2) à questão de saber como é que, do ponto de vista pragmático, as palavras adquirem significados e, conseqüentemente, (3) como se dá a relação entre a linguagem e o mundo.

De facto, a constatação da existência de múltiplos e variados usos da linguagem, amplamente enfatizada pela pragmática linguística, implicou admitir que a linguagem possui, de facto, várias funções, e não somente a função denotativa. A consequência filosófica imediata disto é a de que alguns dos principais pressupostos teóricos das inúmeras vertentes da teoria referencial do significado foram postos em xeque, sobretudo o de que falar é sempre falar de alguma coisa, é apontar para algo. Do ponto de vista pragmático, a referenciação não é a única resposta quando se pergunta sobre o que é que pode ser feito utilizando palavras. A pragmática rejeita, portanto, a ideia segundo a qual a denotação – marca distintiva da teoria referencial da significação – seria a única função da linguagem.

Outra implicação filosófica relevante é a de que, ao conceber a linguagem como uma forma de ação, o ponto de vista pragmático provoca também uma mudança radical na compreensão do modo como as palavras adquirem significado. Desta perspectiva, a significação linguística é concebida como função da ação ou ações que com elas se pode praticar. No âmbito da Filosofia da Linguagem, tal ideia é importante porque fragiliza quaisquer tipos de teoria da significação que apelem para algum intermediário obscuro entre as palavras e as coisas por elas designadas.

Um dos filósofos que não só salientou mas também discutiu amplamente estes tópicos sob uma perspectiva pragmática foi Wittgenstein. De facto, a sua abordagem se tornou central na discussão destes temas, não só por causa do modo original com que ele tratou tais questões, mas também por causa da forte influência que as suas ideias ainda exercem no desenvolvimento teórico do estudo da pragmática, tanto no âmbito da Linguística como no da Filosofia da Linguagem.

Uma das ideias centrais da presente tese é a de que muitos desdobramentos teóricos da pragmática linguística podem ser postos em harmonia com importantes resultados teóricos apresentados pelo inatismo chomskyano. Para melhor perceber isto e, assim, alcançar os propósitos da presente tese, o restante deste capítulo será dedicado à exposição de alguns elementos fundamentais da pragmática wittgensteiniana da linguagem.

7.2. Wittgenstein e o intercâmbio linguístico visto como um jogo

De acordo com a concepção pragmática da linguagem assumida por Wittgenstein em sua *Spätphilosophie*, a linguagem constituiria uma *praxis*, isto é, uma atividade humana intrinsecamente ligada à forma comum de agir da humanidade, à sua *forma de vida*. Para a caracterizar, discorreremos sobre o que julgamos serem, deste ponto de vista, os aspectos

mais relevantes da *praxis* linguística, nomeadamente, a sua conexão com as outras ações humanas, a sua heterogeneidade, as suas diversas funções, e a sua normatividade.

Na sua *Spätphilosophie*, Wittgenstein compara a linguagem com os jogos. Na realidade, o interesse de Wittgenstein pelo conceito de jogo vem desde o início dos anos 30, do chamado *período de transição*. Todavia, nesse período, o conceito de “jogo” não foi aplicado diretamente à linguagem. Wittgenstein empregou-o em diversas discussões em Filosofia da Matemática, sobretudo para comparar os sistemas axiomáticos do formalismo com o xadrez e suas regras¹⁸². A intenção envolvida na utilização dessa noção e na sua subsequente comparação com o xadrez (que inclusive já tinha sido antecipada por Frege na sua polémica contra os formalistas¹⁸³) era simplesmente a de descrever a concepção formalista de aritmética, segundo a qual a aritmética era entendida apenas como um jogo praticado com símbolos matemáticos¹⁸⁴.

É muito provável que o emprego do termo ‘jogo’ às controvérsias matemáticas tenha sido o que estimulou Wittgenstein a estender tal analogia para a linguagem, pois, foi depois de ter concebido a linguagem como um cálculo matemático, que a analogia do *jogo* foi por ele aplicada à linguagem como um todo. A ideia fundamental que subjaz à concepção da linguagem como um *cálculo* é a de que em nosso pensamento opera um complexo sistema de regras exatas, e a linguagem é um sistema de sinais regido por esse

¹⁸² Cf., por exemplo, as repetidas vezes que essa comparação é feita na compilação de uma conversa que Wittgenstein teve com Schlick, em 19 de Junho de 1930. (WAISMANN, Friedrich. **Wittgenstein y el círculo de Viena**. Traducción de Manuel Aeboli. México: Fondo de Cultura Económica, 1973, p. 90 – 93).

¹⁸³ Cf. FREGE, Gottlob. **Grundgesetze der Arithmetik**. vol. 2, § 88.

¹⁸⁴ Wittgenstein explora essa analogia na sua *Gramática Filosófica*, dedicando um capítulo inteiro à questão. (Cf. WITTGENSTEIN, L. Philosophische Grammatik. In: RHEES, Rush (ed.). **Werkausgabe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984, v. 4. [_____. **Philosophical grammar**. Trad. de Anthony Kenny. Oxford: Blackwell, 1980]. Na versão portuguesa da obra, a localização da citação é: _____. **Gramática filosófica**. Trad. de Luis Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 227 – 231). Curiosamente, nas suas *Observações Filosóficas* (Cf. WITTGENSTEIN, L. Philosophische Bemerkungen. In: RHEES, Rush (ed.). **Werkausgabe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984, v. 2. [_____. **Philosophical remarks**. Trad. de R. Hargreaves e R. White. Oxford: Blackwell, 1975; _____. **Observações filosóficas**. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 299 p. ISBN 85-15-03063-2]), Wittgenstein nada diz sobre os *jogos de linguagem*. Doravante, a referência das citações destas obras será feita pelas abreviaturas *GF* e *OF*, respectivamente, seguidas do número da página de onde as citações foram extraídas.

conjunto de regras rígidas e estritas¹⁸⁵. Deste ponto de vista, falar ou compreender uma linguagem tornam-se ações reconduzíveis ao mesmo tipo de operações que são executadas dentro de um tal sistema¹⁸⁶.

Em sua tentativa de explicitar a ideia segundo a qual sucede com as palavras o mesmo que sucede com os elementos de um cálculo, Wittgenstein recorre aos procedimentos de um jogo – sobretudo o de xadrez – e fomenta a seguinte comparação: assim como, num jogo de xadrez, as peças são movidas sobre a superfície do tabuleiro segundo certas regras, do mesmo modo, na linguagem, os *usos* das palavras (nessa altura já comparadas a peças de xadrez), e os seus respectivos significados, são determinados pelas regras que gerem todo o funcionamento do sistema simbólico. Esta determinação faz com que tais *usos* também designem os papéis que as palavras assumem e desempenham no *cálculo* da linguagem, de tal modo que os seus significados sejam dados pelo lugar que elas ocupam nesse simbolismo.

O recurso à analogia do jogo para descrever o modo como a linguagem/cálculo funciona foi, nesse período, abundantemente utilizado por Wittgenstein. Uma das consequências mais relevantes da aplicação de tal analogia à linguagem como um todo foi a do surgimento da expressão “jogo de linguagem”, que aparece exatamente nessa ocasião. A partir de então, as expressões “cálculo” e “jogo de linguagem” passaram a ser usadas intercambiavelmente¹⁸⁷, uma vez que a distinção entre ambas ainda não tinha sido claramente delimitada por Wittgenstein¹⁸⁸. Todavia, é precisamente no traçar desta

¹⁸⁵ Sobre uma breve apresentação dessa concepção de linguagem em Wittgenstein, (Cf.: LE DU, Michael. Wittgenstein e o uso da linguagem como cálculo. **Dois pontos**. Curitiba, v. 6, n. 1, p.167 – 179, Abril. 2009; e: GARGANI, Aldo G. **Introduzione a Wittgenstein**. 11. ed. Roma: Editori Laterza, 2005, p. 55 – 73.

¹⁸⁶ Cf. *GF*, p. 28, 35, 41, 44 – 45, 48.

¹⁸⁷ Cf., por exemplo, *GF*, p. 40 – 41, 44.

¹⁸⁸ O § 81 da obra *Investigações Filosóficas* elucida o contraste que Wittgenstein posteriormente estabeleceu entre essas expressões. (Cf. WITTGENSTEIN, L. **Philosophische Untersuchungen/Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell, 1953). Há três versões em língua portuguesa desta obra: _____. **Investigações filosóficas**. 2. ed. Trad. e prefácio de M. S. Lourenço. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995; _____. **Investigações filosóficas**. 4. ed. Trad. de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2005; e: _____. **Investigações filosóficas**. 2. ed. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril

distinção que a ideia de *cálculo* foi pouco a pouco cedendo o lugar à ideia de *jogo* e, por conseguinte, a analogia entre a linguagem e o *cálculo* foi decisivamente substituída pela analogia entre a linguagem e o *jogo*¹⁸⁹.

Como é evidente, o que essencialmente permite a comparação entre os domínios do *cálculo* e do *jogo*, por um lado, e a comparação de ambos com o domínio da linguagem, por outro lado, é o facto de esses domínios terem a característica comum de serem atividades governadas por regras. Mas, o modelo da linguagem como um *cálculo* acabou por ser rejeitado por Wittgenstein porque, de certa forma, e à semelhança do *Tractatus*, tal modelo ainda propunha uma sintaxe ideal e sublime. A razão da rejeição, portanto, é a de que esse modelo implicava conceber a linguagem como um sistema regido por regras fixas, precisas, que constituiriam uma ordem rígida, oculta por detrás da heterogeneidade que lhe é aparentemente peculiar¹⁹⁰. Com o abandono de tal paradigma, a linguagem passa a ser definitivamente comparada com um jogo e, nesta circunstância, o conceito de “jogos de linguagem” passa a ocupar um lugar de destaque no pensamento de Wittgenstein.

A ideia central que subjaz a essa comparação entre a linguagem e o jogo é a de fazer-nos ver que nossa linguagem tem vários aspectos que muitas vezes nos escapam. Os jogos são atividades públicas que pressupõem o uso de regras, a existência de reações comuns, habilidades, disposições, certas capacidades geradas pelo domínio de técnicas, etc. Ao ser equiparada com eles, a linguagem é, desta perspectiva, concebida como uma *praxis*, isto é, como uma atividade humana também guiada por regras, cuja efetivação pressupõe, igualmente, reações comuns, capacidades adquiridas por meio de treino, o domínio de técnicas e de sua aplicação, etc. Ao eleger o jogo como analogia para definir a maneira como a linguagem está estruturada, Wittgenstein não está, de modo algum,

Cultural, 1979. (Os pensadores). Doravante, esta obra será referenciada pela abreviatura *IF*, seguida do número do parágrafo citado.

¹⁸⁹ Uma prova desta substituição pode ser encontrada no paralelo entre o texto da *GF*, p. 41 e o § 3 das *IF*.

¹⁹⁰ Cf. *IF*, § 81.

assumindo a posição de que a linguagem nada mais seja do que um simples jogo, ou que os jogos humanos efetivamente existentes possuam toda a complexidade peculiar da linguagem. A sua principal intenção na comparação entre esses domínios é a de apontar um caminho para um melhor entendimento do correcto funcionamento de nossa linguagem¹⁹¹.

Ao considerar a linguagem como um jogo, Wittgenstein reivindica uma necessária participação intersubjetiva dos seres humanos no desenvolvimento e efetivação das práticas linguísticas. De facto, para ele, a compreensão da linguagem envolve concordância e acordo de ações socialmente compartilhadas. Esta concordância “pertence à armação a partir da qual a nossa linguagem opera”¹⁹².

Todavia, o carácter deste acordo não está firmado, por sua vez, num tipo de consenso democrático entre os utentes da linguagem, nem se trata de uma mera concordância de opiniões privadas, e nem é algo que esteja sujeito aos caprichos e arbítrios de alguma vontade individual; ele funda-se no “modo de agir comum” desses utentes. Trata-se, no fundo, de um acordo na *forma de vida*. Assim sendo, pertencer à *forma de vida* humana é já ser concorde com os acordos nela estabelecidos (cujo fundamento é um *dado* da história natural do homem). Quer dizer, se não levarmos em conta a conexão do fenómeno linguístico com a nossa maneira de ser e agir, não é possível compreendermos correctamente o modo como a linguagem funciona.

Assim, um dos principais aspectos para o qual a analogia entre as práticas da linguagem e as práticas do jogo deseja chamar a nossa atenção é o da conexão existente entre falar uma língua e as outras ações humanas. Tal ideia baseia-se na convicção wittgensteiniana de que toda a prática da linguagem está imersa num complexo de ações. Assim sendo, os *jogos* que constituem a linguagem compreendem não só as expressões da

¹⁹¹ Cf. *IF*, § 83.

¹⁹² *IF*, § 240.

linguagem, mas também todas as ações com as quais essas expressões estão interligadas¹⁹³. Deste modo, *eles* são caracterizados como uma das componentes constitutivas do *ser humano* e, por conseguinte, do modo de agir que particularmente o caracteriza.

O conjunto resultante dessa especial imbricação entre a linguagem e as atividades a ela associadas – também designada pelos termos: “o jogo de linguagem”, “jogo de linguagem total”, “jogo de linguagem humano”, “nosso jogo de linguagem”¹⁹⁴ – constitui aquilo a que o autor das *Investigações Filosóficas* chamou preferencialmente de *forma de vida* humana. De sua perspectiva, é numa tal *forma de vida* que o complexo de práticas e ações que caracterizam a comunidade linguística assenta. Por isso, este modo próprio de ser dos seres humanos se apresenta como sendo a instância última a partir da qual o correcto funcionamento da linguagem deve ser entendido¹⁹⁵. Quer isto dizer que, deste ponto de vista, a linguagem não pode ser concebida como uma estrutura abstrata, separada e isolada em si mesma, mas deve ser considerada como uma prática que penetra e está indissoluvelmente ligada a todas as atividades desenvolvidas e efetuadas pelos seres humanos. Ou seja, o fenómeno linguístico não pode ser considerado como um conjunto de sequências de sinais independentes da vida de quem o pratica. Ele não pode ser, de facto, concebido como um sistema de sinais abstratos e desligados do seu *emprego* real nas práticas linguísticas efetivas, como se fosse um “fantasma a-espacial e a-temporal”¹⁹⁶, mas, antes, deve ser considerado como algo concreto, situado no espaço e no tempo, completamente inserido na vida humana.

¹⁹³ Cf. *IF*, § 7.

¹⁹⁴ Estas expressões aparecem nos escritos de Wittgenstein no *Da Certeza* (WITTGENSTEIN, L. **Über Gewißheit/On Certainty**. (Editado por G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright). Oxford: Basil Blackwell, 1974), e no *Livro Castanho* (_____. **Preliminary studies for the *Philosophical Investigations*. Generally known as *The Blue and Brown Books***. Oxford, Blackwell, 2000.). Na versão portuguesa destas obras, a localização das citações indicadas é: _____. **O livro castanho**. Trad. de Jorge Marques; e rev. de Carlos Morujão. Lisboa: Edição 70, 1958, p. 108. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 20); e, _____. **Da certeza**. Trad. de Maria Elisa Costa; e rev. de António Fidalgo. Lisboa: Edição 70, 2000, §§ 554 – 559. Doravante, tais obras serão referenciadas pelas abreviaturas *LC* e *DC*, respectivamente, seguida do número da página, no primeiro caso, e do número do parágrafo, no segundo caso.

¹⁹⁵ Cf. *IF*, II, p. 292.

¹⁹⁶ *IF*, § 108.

Quanto a isso, porém, é importante dizermos ainda que, sob esta ótica, a linguagem e as atividades humanas a ela associadas são concebidas num sentido amplo. Isto é, a linguagem não se refere apenas aos *usos* das palavras, nem a *um* sistema parcial da linguagem, ou a qualquer *um* dos *jogos* que a constitui, mas inclui tudo aquilo que podemos considerar como sendo “linguagem”. Nesse sentido, a linguagem quotidiana, “habitual”, não somente é destacada como tendo a primazia, como também se constitui como o paradigma a partir do qual, por meio da analogia e comparações, outras coisas podem ser chamadas de “linguagem”¹⁹⁷. Do mesmo modo, por atividades humanas alude-se a todo o contexto e ambiente nos quais essas ações são produzidas, nomeadamente, as maneiras como elas são realizadas, os instrumentos utilizados, a intenção envolvida, etc.

Esta ampla extensão atribuída por este ponto de vista aos domínios da linguagem e das ações humanas faz com que o vínculo existente entre eles mostre-se ser não somente complexo como também infinitamente variado¹⁹⁸. É exatamente em virtude das incontáveis maneiras pelas quais a linguagem se entrecruza com as ações humanas e dos inúmeros detalhes que podem ser encontrados nas *circunstâncias* em que se dão as práticas linguísticas, que a perspectiva pragmática de Wittgenstein defende a ideia de que os *jogos* que constituem a linguagem são tão variados quanto essas imbricações. Wittgenstein chega a falar realmente numa “indizível diversidade de todos os jogos de linguagem”¹⁹⁹. É, pois, amparado pela suposição de que há uma multiplicidade incontável de *jogos* que ele nos faz ver outros dois aspectos importantes do fenómeno linguístico concebido da sua perspectiva pragmática.

O primeiro deles é o aspecto heterogéneo do uso da linguagem. Com tal aspecto, Wittgenstein deseja evidenciar tanto o carácter instrumental da linguagem como os seus

¹⁹⁷ Cf. *IF*, § 494.

¹⁹⁸ *GF*, p. 29.

¹⁹⁹ *IF*, II, p. 289.

variados modos de aplicação²⁰⁰. Quer mostrar, portanto, que o fenómeno linguístico assume diferentes finalidades no conjunto das atividades humanas. Tais funções são demonstradas pelos múltiplos e incontáveis *jogos de linguagem*, que podem ser distinguidos em diferentes níveis de complexidade e generalidade. “Dar ordens”, “descrever um objeto”, “cantar”, “praguejar”, “mentir”, “inventariar os *usos* que fazemos de determinadas palavras (como: ‘jogo’, ‘ler’, ‘dor’)”, “fazer previsões”, etc., são alguns exemplos das funções assumidas pelos *jogos* que constituem a linguagem²⁰¹. Assim concebidos, tais *jogos* referem-se a atividades linguísticas específicas, isto é, a certos modos de aplicação e instrumentalização funcionais da linguagem. Referem-se, assim, a qualquer um dos muitos e variados *usos* que fazemos dela e, por isso mesmo, tratam de atividades linguísticas reais, diárias e efetivamente praticadas pelos utentes da linguagem.

O que dá suporte a tal ideia é a pressuposição de que existe uma dinâmica inerente ao próprio uso da linguagem, que faz com que ela seja caracterizada como uma estrutura variável e crescente, e não como algo estático, moldado a um determinado plano uniforme. Isto é precisamente o que Wittgenstein deseja apontar quando recorre a uma analogia e compara a linguagem com uma velha cidade. Neste caso, a linguagem corrente está, como as bases de uma velha cidade, erigida sobre um plano completamente irregular. O conjunto de palavras e formas gramaticais que a constitui é como os labirintos das pequenas ruas e praças dessa velha cidade, contendo casas velhas e novas, e casas com reconstruções de épocas diferentes. Tudo isto, porém, está circundado por uma grande e diversa quantidade de bairros novos e padronizados, com ruas regulares e casas uniformes. Esses novos sectores da cidade são, na comparação, as novas terminologias da linguagem técnica e

²⁰⁰ Por exemplo, *IF*, §§ 360, 421, 569. Quanto ao carácter instrumental da linguagem, (Cf. KUUSELA, Oskari. **The struggle against dogmatism: Wittgenstein and the concept of philosophy.** Massachusetts: Harvard University Press, 2008, p. 163 ss).

²⁰¹ Cf., respectivamente, *IF*, §§ 23, 249, 71, 156 – 171, 630.

científica, as linguagens artificiais da matemática e da lógica, que são construídas sobre um plano uniforme, algumas vezes ligadas ao centro da cidade e outras não.

O ponto central desta analogia é o de ilustrar que, como uma cidade (onde casas são construídas, outras demolidas; novos bairros surgem, outros desaparecem; ruas são inauguradas, outras passam a ser intransitáveis; etc.), o *uso* da linguagem é, no fundo, com todas as suas formas e modos de aplicação, uma multiplicidade onde nada é dado de uma vez por todas; é algo, por assim dizer, sem limites definidos. Desta maneira, o que é realizado no e com o *uso* da linguagem não pode ser atribuído a uma única matriz paradigmática, pois qualquer uma delas é apenas um dentre os diversos *jogos de linguagem* existentes, não sendo capaz, por isso mesmo, de dar conta de todas as funções assumidas pela linguagem. Estas funções são tão diversas que, se compararmos os variados modos de aplicação da linguagem com o que os lógicos disseram sobre a estrutura desse fenómeno humano, não só constataremos ser falsa a ideia de que a linguagem possui uma *única* estrutura lógica subjacente, como também reconheceremos que as funções da linguagem jamais podem ser reduzidas apenas à descrição ou à representação.

Além disso, é também amparado pela pressuposição de que existe uma “indizível diversidade de todos os jogos de linguagem” – diversidade que, segundo Wittgenstein, escapa à consciência por causa da idêntica roupagem dada a eles por nossa linguagem – que o modelo pragmático aqui exposto anuncia, em segundo lugar, uma das suas principais consequências filosóficas. Trata-se do facto de que tal pressuposição torna impossível a elaboração de uma teoria geral da linguagem, qualificada como uma teoria que consiga encerrar, em suas definições, uma “essência” (no sentido metafísico) da linguagem.

A principal razão que levou Wittgenstein a romper com a histórica tentação de buscar uma explicação última da linguagem se encontra na sua convicção de que, assim como quando consideramos os processos a que chamamos ‘jogos’, quando realmente

olhamos para as práticas linguísticas o que constatamos é que aquilo que as reúne debaixo do mesmo conceito é uma complexa e intrincada rede de semelhanças ou parecenças (em grande e pequena escala) que se justapõem e se entrecruzam, do mesmo modo que as semelhanças se sobrepõem nos diferentes membros de uma mesma família.

O que suporta toda esta ideia é o facto de que, do seu ponto de vista, a linguagem é um conceito dado por *semelhanças de família*. Um conceito dado por *semelhanças de família* é um conceito cujos contornos não nos são dados por um “único fio condutor”, um tipo de *essência* metafísica, que percorra todos os casos existentes em tal domínio, mas tais contornos nos são traçados, por assim dizer, pela sobreposição de diferentes fibras, como as de uma corda. Assim sendo, quanto mais fibras se cruzarem, mais alargado será o conceito. Em outras palavras, a robustez da corda não consiste em que *uma* fibra qualquer perpassa toda a sua extensão, mas em que muitas fibras se sobreponham umas às outras²⁰². Ao admitir que a linguagem seja um dos conceitos dados por *semelhanças*, Wittgenstein não somente põe termo à busca por uma “essência” da linguagem (no sentido metafísico admitido em boa parte da história do pensamento filosófico), mas empreende um ataque a todas as formas de essencialismo.

Repare-se que isto não implica negar que cada um dos *jogos de linguagem* tenha características comuns com outros *jogos*. O que não há é uma qualquer “essência comum”. Assim concebidos, os *jogos de linguagem* são *parentes* uns dos outros de maneira diversa²⁰³, isto é, eles formam uma *família de casos*²⁰⁴ que caem sob o mesmo conceito, mas que têm a característica de não possuir uma mesma propriedade comum.

Ao pôr termo à busca por esse tipo de “essência” da linguagem, o que Wittgenstein deseja realmente é pôr fim à busca por uma alegada *forma lógica* da linguagem. Deseja, assim, ratificar a ideia de que a linguagem não pode ser concebida

²⁰² Cf., *LC*, p. 87; *GF*, p. 75; *IF*, § 67.

²⁰³ Cf. *DC*, § 256; *IF*, §§ 65 – 67.

²⁰⁴ *IF*, § 67.

como “uma unidade formal”, mas que ela é, antes, “um labirinto de caminhos”²⁰⁵, “uma família de estruturas mais ou menos aparentadas entre si”²⁰⁶, na qual se efetiva uma complexa rede de ações partilhadas na *forma de vida* que caracteriza os utentes da linguagem. Por isso, se houvesse algum fundamento para a linguagem, ele consistiria em “um método prático, um modo de agir, e não uma especulação ou a fala vazia”²⁰⁷. Ou seja, aquilo que é suposto encontrarmos no fundo dos *jogos* que constituem a linguagem²⁰⁸ é o *agir* humano e, por isso, a pura facticidade das ações humanas é a própria “condição última” de justificação para a prática do fenómeno linguístico, dado que se admite ser impossível encontrar um fundamento ulterior para os comportamentos comuns da humanidade. Assegura-se, portanto, que é nas nossas *ações*²⁰⁹ que a cadeia de justificativas encontra o seu fim. E, que fique claro, este fim “não é um pressuposto não fundamentado, mas um modo de agir sem fundamento”²¹⁰, isto é, algo que apoia mas que não é apoiado por nada.

Uma das mais notáveis consequências que se extrai dessa maneira de pensar o fundamento do fenómeno linguístico é a de que a linguagem, neste sentido, não surgiu de práticas imaginárias, de um raciocínio, ou mesmo de qualquer outra manobra intelectual²¹¹. Tendo como referência o “quadro do estado primitivo da humanidade”, a linguagem, para Wittgenstein, é, como já citado, um dado de nossa história natural²¹². Pensada assim, os *jogos* mais elementares estão, na verdade, baseados em comportamentos *pré-linguísticos*, e são, por isso mesmo, o protótipo de uma maneira de pensamento e não o resultado do

²⁰⁵ *IF*, § 203.

²⁰⁶ *IF*, § 108.

²⁰⁷ Cf. WITTGENSTEIN, L. *Ursache und Wirkung: Intuitives Erfassen/Cause and Effect: Intuitive Awareness*. In: KLAGGE, James C.; NORDMANN, Alfred. **Philosophical Occasions 1912-1951**. Indianapolis: Hackett, 1993, p. 405. Doravante, esta obra será referenciada pela abreviatura *CE*, seguida do número da página.

²⁰⁸ Cf. *DC*, § 204; *CE*, p. 377.

²⁰⁹ *DC*, § 204.

²¹⁰ *DC*, § 110.

²¹¹ Cf. *DC*, § 475.

²¹² Cf. *IF*, §§ 25, 415.

pensar²¹³. Quer isto dizer que, deste ponto de vista, os *jogos de linguagem* devem ser concebidos como já “estando aí”, tal como a nossa vida, e devem ser olhados como uma coisa *primária*²¹⁴. São, por assim dizer, autónomos, e não se justificam por objetivos externos²¹⁵.

Alegando que os homens primitivos não “refletiam”, mas *faziam*, a concepção de linguagem aqui exposta defende, portanto, que o que está na origem da linguagem é, na verdade *re-ações* que, apesar de diversas entre si²¹⁶, podem ser caracterizadas como comportamentos normativos, sobre os quais (e só sobre eles) as formas complexas da linguagem podem se desenvolver. Assim compreendida, a linguagem passa a ser considerada como um refinamento dessas ações humanas²¹⁷, e os *jogos* que a constituem passam todos a fazer parte de nossa história humana²¹⁸. Sob esta ótica, portanto, os *jogos de linguagem* pertencentes às nossas práticas linguísticas, como “dar ordens”, “fazer perguntas”, “narrar”, “conversar”, etc., pertencem à nossa história natural tanto como “andar”, “comer”, “beber”, “brincar”, etc.²¹⁹.

²¹³ Cf. *IF*, § 262; e também: WITTGENTEIN, L. **Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie/Remarks on the philosophy of psychology**. (Editado por G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright). Oxford: Blackwell, 1998, v. 1, § 916; e ainda: _____. **Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie/Remarks on the philosophy of psychology**. (Editado por G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright). Oxford: Blackwell, 1998, v. 2, § 453. Doravante, estas obras serão referenciadas pela abreviatura *OFP*, seguida do volume correspondente e do parágrafo de onde a citação foi extraída.

²¹⁴ Cf. *DC*, 559; *IF*, § 656.

²¹⁵ Cf. *GF*, 184 – 5; e: WITTGENTEIN, L. *Zettel*. In: ANSCOMBE, G. E. M.; WRIGHT, G. H. (eds.). **Werkausgabe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984, v. 8, § 320. A versão portuguesa desta obra é: _____. **Fichas**. Trad. de Ana Berhan da Costa. Lisboa: Edições 70, 1989. Doravante, esta obra será referenciada pela abreviatura *F*, seguida do parágrafo de onde a citação foi extraída.

²¹⁶ Cf. *IF*, II, p. 282.

²¹⁷ As considerações de Wittgenstein sobre esse assunto podem ser vistas em duas obras: (1) *Cultura e Valor* (Cf. WITTGENTEIN, L. **Vermischte Bemerkungen. Eine Auswahl aus dem Nachlaß/Culture and Value. A Selection from the Posthumous Remains**. (Editado por Georg Henrik von Wright, em colaboração com Heikki Nyman e revisão de Alois Pichler). Oxford: Blackwell, 1998, entrada de 1937); e (2) *CE*, p. 395. É importante notar que é nessa circunstância que Wittgenstein cita o conhecido fragmento do *Fausto* de Goethe: “no princípio era a ação”. A versão em língua portuguesa da obra *Cultura e Valor* é: _____. **Cultura e valor**. Trad. de Jorge Mendes; e rev. de Artur Morão. Lisboa: Edição 70, 1977. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 22). A partir de agora esta obra será referenciada pela abreviatura *CV*, seguida da página de onde a citação foi extraída.

²¹⁸ *DC*, § 256.

²¹⁹ Cf. *IF*, § 25.

O cariz normativo das ações que, segundo este ponto de vista, estão na origem da linguagem, remete-nos imediatamente para o outro aspecto realçado na analogia entre a linguagem e o jogo, a saber: a regularidade existente em nossa linguagem. Repare-se que, embora a sua concepção de linguagem tenha sido diferente nas duas principais fases que caracterizam o seu pensamento, Wittgenstein sempre concebeu este fenómeno humano como um fenómeno constituído por regras. Todavia, quanto a isso, é necessário esclarecer que as regras linguísticas por ele evocadas não são as regras da gramática que vêm impressas nos manuais pedagógicos. Não são, portanto, regras que regem certas dimensões de uma língua particular, mas são, antes, regras que fundamentam, num sentido filosófico, o *uso* e a prática de tudo aquilo a que chamamos “linguagem”.

Neste quadro pragmático, as regras linguísticas governam a ampla e complexa multiplicidade de situações de *usos* das palavras que compõem as nossas mais diversas práticas linguísticas. Assim concebidas, tais regras não só definem e guiam os nossos comportamentos (linguísticos e não-linguísticos), como também determinam aquilo que faz sentido dizer no interior dos variados *jogos* que compõem a nossa linguagem.

As regras da linguagem constituem, portanto, os padrões de correção por meio dos quais podemos compreender, correcta ou incorrectamente, os *usos* das palavras. Deste ponto de vista, porque as regras da linguagem definem ações, os *usos* correctos ou incorrectos das palavras fazem com que tais ações sejam julgadas como *normais* ou *anormais*, respectivamente, e é somente nos casos *normais* que o emprego das palavras é claramente prescrito²²⁰.

Quer isto dizer que as regras linguísticas não descrevem como os utentes da linguagem devem falar em cada caso específico, mas apenas definem o que é falar *correctamente*, isto é, definem os limites dos *usos* das palavras empregadas por eles nas

²²⁰ *IF*, § 141.

circunstâncias específicas em que se encontram. Ou seja, assim como para jogarmos xadrez temos que observar as regras que regulam esse jogo, se desejamos falar uma língua só poderemos fazê-lo se seguirmos as regras de sua *gramática*.

Contudo, o que na verdade dá suporte ao carácter normativo assumido pela pragmática de Wittgenstein é a pressuposição de que a regularidade de nossa linguagem permeia as nossas vidas²²¹. A perspectiva que dela decorre é a de que falar uma linguagem é, antes de tudo, adotar determinados comportamentos regulares. O conjunto dos “modos de agir comuns” destes utentes (sejam tais modos simples ou complexos) constitui o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma língua diferente da nossa²²².

7.3. A noção de *uso* na *Spätphilosophie* de Wittgenstein

Após termos considerado os principais aspectos da concepção de linguagem como jogo, conforme Wittgenstein a concebe, não é descabido passarmos a analisar algumas das implicações decorrentes desta maneira de pensar a linguagem. Uma das suas mais significativas consequências é a de que tal concepção requer uma necessária reformulação na concepção de como as palavras são *usadas*.

Sob determinados aspectos, já no *Tractatus* Wittgenstein conferia destaque ao *uso* dos signos linguísticos, e até reconhecia uma certa relação entre significado das palavras e a maneira como elas eram *usadas*. Todavia, por causa dos pressupostos semânticos que subjaziam, nessa altura, à sua concepção de linguagem, o conceito de *uso* nessas circunstâncias tinha uma perspectiva inteiramente diferente daquela que seria assumida por

²²¹ Cf. WITTGENSTEIN, L. **Bemerkungen über die Farben/Remarks on Colour**. (Editado por G. E. M. Anscombe). Oxford: Basil Blackwell, 1977, p. 303. A versão portuguesa desta obra é: _____. **Anotações sobre as cores**. Trad. de Felipe Nogueira e Maria João Freitas; e rev. de Artur Morão. Lisboa: Edição 70, 1977 (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 4). Doravante, esta obra será referenciada pela abreviatura *OC*, seguida da página de onde a citação foi extraída.

²²² Cf. *IF*, § 206.

ele em sua fase pragmatista. Nesta fase, o que na verdade ocorre é uma ampliação da noção de *uso* para uma dimensão muito maior do que aquela que é prescrita pelos pressupostos existentes no *Tractatus*: o *uso* deixa de se referir à mera (mas, importante) aplicação lógico-sintáctica de uma palavra numa dada proposição, e passa a ser considerado como um elemento constitutivo imprescindível à atividade linguística.

Para ilustrar a diversidade de *usos* que fazemos dos diferentes tipos de palavras, Wittgenstein recorre a várias analogias. (1) A linguagem é por ele considerada como uma caixa de ferramentas, onde as palavras são equiparadas ao martelo, ao alicate, à serra, à chave de fendas, aos pregos, etc. Seu objetivo, com isso, é o de ressaltar que as funções das diferentes palavras são tão distintas quanto as diferentes funções exercidas por essas ferramentas²²³. (2) É comparada com o conjunto dos comandos presentes na cabine de uma locomotiva. Neste caso, as palavras seriam como as alavancas existentes na cabine, e, à semelhança das alavancas, as palavras, apesar de exteriormente semelhantes, possuiriam variados modos de operação²²⁴. (3) Sobre uma folha de papel, as palavras são parecidas; mas suas funções são tão diferentes quanto as linhas de um mapa: umas, são fronteiras; outras, meridianos; outras, ruas; etc.²²⁵. (4) Como o dinheiro, as palavras têm muitos *usos*: com aquele, compra-se pão, viaja-se, tem-se um lugar num estádio, etc.; com estas, pede-se, ordena-se, descreve-se, informa-se, etc.²²⁶.

Conquanto sejam diferentes em suas formas, o que de facto cada uma dessas analogias deseja evidenciar é que é a multiplicidade dos *usos* que fazemos das “diferentes espécies de palavras” que produz as várias funções desempenhadas pela linguagem na vida e nas ações humanas. De facto, é com as palavras que participamos da dimensão social que nos circunda. É com as palavras que descrevemos factos. É com elas que falamos sobre o

²²³ *IF*, § 11; *GF*, p. 31.

²²⁴ *IF*, § 12; *GF*, p. 58; *OF*, p. 13.

²²⁵ *GF*, p. 58.

²²⁶ *GF*, p. 63.

mundo. Com elas, não só vendemos, pedimos, compramos, discutimos, ensinamos, como também xingamos, mentimos, enganamos, defraudamos, e, também, mostramos generosidade, amabilidade, afetividade, compaixão etc.

Importa notar aqui que estas considerações não apenas apresentam o modo como, segundo Wittgenstein, *usamos* as palavras, mas elas também nos indicam qual seria, sob a ótica pragmática, o modo correcto de colocar a questão sobre como as palavras adquirem os seus respectivos significados. Talvez porque sempre se manteve convicto de que os problemas filosóficos repousam sobre a má compreensão do correcto funcionamento de nossa linguagem, a questão que ocupa um lugar central em todas as fases do pensamento de Wittgenstein consiste em saber, na linguagem da *Gramática Filosófica*, o seguinte: “sendo os sinais inertes e mortos, o que então lhes confere vida?”²²⁷.

A preocupação inicial das considerações de Wittgenstein era a de mostrar os equívocos cometidos por todas as perspectivas baseadas nos pressupostos que fundamentam a “visão agostiniana da linguagem”. Com esta concepção, Wittgenstein quer referir uma concepção do funcionamento da linguagem que subjaz a importantes teorias filosóficas da tradição ocidental. Para Wittgenstein, esta “visão” não é uma teoria completa da linguagem, mas, pode (e deve) ser considerada como sendo uma concepção primitiva acerca do modo como ela funciona. Sua ideia fundamental é a de que “as palavras da linguagem denominam objetos”; por isso mesmo, nela estão presentes as “raízes” da ideia segundo a qual “toda palavra tem um significado”, que é o “objeto que ela designa”²²⁸. Por detrás desta “visão” encontra-se, assim, a ideia de que todas as palavras que constituem a linguagem são *nomes* que substituem objetos, e as proposições que compõem a linguagem nada mais são do que combinações de tais nomes. Nela, portanto, os nomes *referem*, as proposições *descrevem*, e a única função da linguagem é *representar* a realidade.

²²⁷ *IF*, § 432; *GF*, p. 27.

²²⁸ *IF*, §§ 1 – 3.

Embora tenha sido aliciado por esse modelo semântico em sua primeira filosofia, esse é, na verdade, o modelo ao qual Wittgenstein se opõe na sua filosofia mais tardia. Neste novo quadro, o que particularmente interessa é a relação entre os *usos* das palavras e as *ações* resultantes desse emprego. Assim, a fim de apreendermos o significado das palavras devemos *olhar*, não para os objetos que elas supostamente *nomeiam*, mas para os diversos *usos* que delas fazemos na prática da linguagem. Sobre estas bases, a questão sobre o significado das palavras sofre uma importante alteração. Ela é deslocada do domínio epistemológico para o domínio pragmático. A pergunta: “*qual é (que é) o significado de uma palavra?*”, alicerçada em bases predominantemente metafísicas e essencialistas, cede lugar à pergunta: “*como usamos a palavra?*”, a qual tem um cariz eminentemente pragmático. Desta perspectiva, e apropriando-nos do *slogan* recomendado – segundo Wisdom – pelo próprio Wittgenstein²²⁹, a maneira correcta de colocar a questão sobre a significação das palavras não é perguntando pelo significado em si, mas pelo modo como essas palavras são *usadas*.

Perguntado desta maneira, o significado de uma palavra não lhe é conferido por ela estar associada a um determinado objeto ou manter qualquer outra relação com algo no mundo, nem por possuir um “corpo de significação”, ou indicar uma entidade abstrata que se encontraria por detrás dela. O seu significado é dado pelo “seu *uso* na linguagem”²³⁰, isto é, pela “sua *aplicação*”²³¹ nas diferentes *circunstâncias* que caracterizam os variados *jogos* que compõem a linguagem. Deve-se, realmente, “deixar que o uso nos ensine o significado”²³², dado que é só com a *aplicação* da palavra que este se apreende. À

²²⁹ Segundo Wisdom, o *slogan* foi recomendado por Wittgenstein como antídoto à ideia de que a significação é um objeto. (Cf. WISDOM, J. **Paradox and discovery**. Orford: Basil Blackwell, 1965, p. 87). Contudo, na realidade ele não se encontra em nenhum escrito de Wittgenstein, e durante muito tempo foi atribuído ao próprio Wisdom. Ainda, sobre isso, (Cf. BARBOSA FILHO, Balthazar. Nota sobre o conceito de jogo de linguagem nas Investigações. In: DALL’AGNOL, Darlei (ed.) **Wittgenstein no Brasil**. São Paulo: Escuta, 2008, p. 176, 177).

²³⁰ *IF*, § 43

²³¹ *IF*, § 197

²³² *IF*, II, p. 276, 285.

gramática não compete dizer como a palavra *tem que ser usada*, mas apenas descrever o seu *uso* nos respectivos *contextos* específicos²³³.

Ao assegurar que “o significado de uma palavra é um *género* de utilização desta”, o modo como a pragmática wittgensteiniana concebe a relação entre *uso* e significado pressupõe que deve existir uma correspondência entre os conceitos de “regras” e “significado”²³⁴. Na verdade, as regras *gramaticais* específicas tornam-se “padrões” para o *uso* correcto das palavras²³⁵. Se as palavras forem *usadas* em situações ou contextos diferentes, nos quais as regras de *uso* seriam diferentes, as suas respectivas significações também seriam diferentes, dado que as relações pragmático-linguísticas desenvolvidas em cada uma dessas *circunstâncias*²³⁶ seriam diferentes. Tais contextos são, com efeito, as *circunstâncias* determinadas pela conjunção de tudo o que está relacionado com a linguagem, por um lado, e de tudo o que está ligado às atividades a ela relacionadas, por outro lado. Esta conexão entre o *uso* das palavras e as ações humanas é tão evidente na pragmática wittgensteiniana da linguagem que, para ele, “o que dizemos adquire o seu significado a partir do resto dos nossos procedimentos”²³⁷.

Estas *circunstâncias* nas quais as palavras são *empregadas* formam o que Wittgenstein denomina de “campo do jogo de linguagem”²³⁸. Este campo nada mais é do que o campo de sentido específico sobre o qual determinado *jogo de linguagem* é jogado. A sua dimensão depende, assim, da finalidade dos *jogos*: seus contornos podem ser tanto o

²³³ Cf. *IF*, § 496

²³⁴ *DC*, § 61 – 62; *F*, § 297.

²³⁵ Cf. AMBROSE, Alice (ed). **Wittgenstein's Lectures: Cambridge 1930-32**: from the notes of Alice Ambrose and Margaret Macdonald. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p. 34 – 39.

²³⁶ Cf. Sobre a importância das *circunstâncias* para o estabelecimento significado, Cf. *LC*, p. 17, 52, 80; *F*, § 114; *IF*, §§ 35, 117; 154 – 155, 164, 182 – 183, 539; 636; II, p. 252. E, também, as páginas iniciais do chamado *Livro Azul* (Cf. WITTGENSTEIN, L. **Preliminary studies for the *Philosophical Investigations*. Generally known as *The Blue and Brown Books***. Oxford, Blackwell, 2000. Na versão portuguesa, Cf. _____, **O livro azul**. Trad. de Jorge Marques; e rev. de Carlos Morujão. Lisboa: Edição 70, 1958, p. 27, 28, 37, 103, 119. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 19). Doravante, esta obra será referenciada pela abreviatura *LA*, seguida da página de onde a citação foi extraída.

²³⁷ *DC*, § 229.

²³⁸ *F*, § 175.

de um quadro simples (como o descrito no § 2 das *Investigações Filosóficas*), como uma cultura inteira²³⁹. Em todo o caso, é somente inserido em um *jogo* que podemos falar de algo com sentido, e nenhum *jogo* acontecerá no vácuo ou mesmo terá sentido além de si mesmo. O que, entretanto, faz com que esses movimentos linguísticos e não linguísticos sejam qualificados como o movimento de um *jogo de linguagem* é o facto de eles pertencerem a um contexto normativo, isto é, de estarem inseridos num contexto governado por regras. São as regras que determinam o *jogo*²⁴⁰ no qual tais lances são jogados e, por isso, são elas que, preponderantemente, geram o âmbito de sentido do mesmo. Desta forma, é só quando se compreende o *jogo de linguagem* no qual uma determinada palavra ou expressão ocorre que se é capaz de compreender o sentido com que a referida palavra ou expressão se insere nesse *jogo*. O âmbito do *emprego* das palavras não requer que procuremos quaisquer relações existentes entre as palavras e as coisas do mundo. Nenhuma relação de índole metafísica é estabelecida. Simplesmente *usamos* as palavras.

Uma importante implicação que decorre deste modo de pensar é a de que, dada a diversidade e pluralidade das *circunstâncias* em que as práticas da linguagem são efetivadas, não devemos esperar que os *usos* das palavras sejam uniformes²⁴¹, dados de uma vez por todas. Pelo contrário, haverá “*inúmeras espécies diferentes de emprego*”. Sob essas condições, qualquer tentativa de “encontrar o real e exato significado das palavras”²⁴², independentemente de tais circunstâncias, torna-se uma tarefa inexecutável.

²³⁹ Cf. WITTGENSTEIN, L. **Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief. Compiled from the Notes taken by Yorick Smithies, Rush Rhees and James Taylor.** (Editado por Cyril Barrett). Oxford: Basil Blackwell, 1966. Na versão portuguesa desta obra, a referida citação poderá ser encontrada em: _____. **Aulas e conversas sobre estética, psicologia e fé religiosa.** Trad. de Miguel Tamen. Lisboa: Cotovia, 1998, p. 26. Doravante, esta obra será referenciada pela abreviatura AC, seguida da página de onde a citação foi extraída.

²⁴⁰ Cf. IF, § 567.

²⁴¹ F, § 112.

²⁴² F, § 467.

Assim caracterizados, os *usos* que fazemos das palavras são, por assim dizer, elásticos: eles também se estendem com o tempo²⁴³.

Pensar desta forma, todavia, é reafirmar que há, por um lado, uma dinâmica²⁴⁴ inerente à prática da linguagem que possibilita a criação de novos *usos*, e, por outro lado, que é só nesse fluxo, isto é, no fluxo de sua *aplicação*, que as palavras são entendidas²⁴⁵. O conjunto de tais *aplicações* forma o *carácter* das palavras, suas *fisionomias*²⁴⁶. Neste caso, por exemplo, as classes gramaticais constitutivas da gramática de uma determinada língua natural (substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, interjeição, conjunção etc.) possuem fisionomias diferentes.

Esse dinamismo existente na linguagem e a sua infinita capacidade de gerar novas significações conduz-nos, assim, a pensar sobre quais seriam, deste ponto de vista, os limites da linguagem. Uma vez que Wittgenstein substitui o paradigma semântico por um paradigma predominantemente pragmático, os limites da linguagem, agora, são estabelecidos pelos incontáveis *usos* das diferentes palavras nos mais variados *jogos de linguagem*. Quer isto dizer que os limites da linguagem deverão ser demarcados pelas múltiplas práticas quotidianas da linguagem. Ou seja, deverão ser delimitados pelos diversos contextos a partir dos quais as práticas linguísticas podem ser efetivadas. Em outras palavras, se existirem, os limites da linguagem deverão ser demarcados pelas práticas quotidianas da linguagem. Nesse caso, uma linha demarcatória pode fundamentar-se de várias maneiras, e o simples facto de traçá-la ainda não diz por que se a traçou²⁴⁷. Na verdade, não há limites pré-estabelecidos para a linguagem concebida desta maneira.

²⁴³ *IF*, § 138.

²⁴⁴ Não é sem razão que Wittgenstein afirma que “temos agora uma teoria, uma teoria dinâmica da proposição, da linguagem” (Cf. *F*, § 444).

²⁴⁵ *F*, §§ 135, 173. Ainda no *Livro Azul*, Wittgenstein diz: “[...] nosso método não é meramente enumerar usos reais das palavras, mas ao invés disso deliberadamente inventar novos usos, alguns deles justamente por causa da sua aparência absurda.” (Cf. *LA*, p. 28).

²⁴⁶ Cf. *IF*, § 568; II, p. 241, 283.

²⁴⁷ *IF*, § 499.

Ao colocar a matriz do significado na conexão existente entre os *usos* das palavras e as variadas ações e reações comportamentais da comunidade humana, Wittgenstein não somente sugere uma teoria semântica diferente daquela cujo paradigma se apoia sobre uma ontologia de entidades substanciais existentes, mas também propõe um modelo diferente, por exemplo, dos modelos behavioristas, de aquisição e do processo de ensino/aprendizagem da linguagem, nomeadamente, de como uma criança a aprende.

7.4. Linguagem e ação na *praxis* humana

Quem acompanha a sequência e o desenvolvimento dos parágrafos das *Investigações Filosóficas* não demorará muito para constatar que a exposição anteriormente apresentada dá início a um ciclo que só é completado quando se analisam as considerações de Wittgenstein considerou acerca de o que é “seguir uma regra”.

De facto, as regras são as expressões mais básicas e mais gerais de normatividade. Nesse sentido, elas impõem, por assim dizer, certas obrigações, e compelem-nos a obedecer-lhes de uma determinada maneira. Uma das principais características da normatividade é o facto de que ela exige que haja certa igualdade nos comportamentos decorrentes da obediência a regras. A igualdade aqui requerida é precisamente o que faz com que tais comportamentos possam também ser previsíveis.

Em virtude da analogia estabelecida entre a linguagem e o jogo, as regras desempenhem um papel importante na pragmática wittgensteiniana. Apesar disso, porém, Wittgenstein nunca nos apresentou qualquer definição desse conceito. Na verdade, por acreditar que não há qualquer característica comum a tudo o que chamamos “regra” – por meio da qual nos seja possível defini-la ou mesmo atribuir tal denominação a esse conjunto

de coisas²⁴⁸ –, tal conceito é, para ele, mais um daqueles conceitos determinados por “semelhanças de família”, isto é, só pode ser explicado com base em *exemplos paradigmáticos*. Regras de jogos, regras judiciais, regras de trânsito, regras morais, etc., são óbvios *exemplos* de regras. Todos eles apresentam, entre si, certos graus de *parentesco* e *semelhança* que são responsáveis pela demarcação dos contornos do conceito sob o qual cai essa “família de casos”.

Deste modo, o perímetro do conceito de “regra” é, apesar de flexível, delimitado a partir desses *paradigmas*. Estes, além de nos possibilitarem a identificação das semelhanças existentes entre as diferentes regras (fazendo com que elas possam ser aparentadas umas com as outras), também fazem com que nem tudo caia sob a extensão desse conceito. É desta maneira que os contornos das regras linguísticas que governam os mais distintos *jogos* que constituem a nossa linguagem são demarcados. Uma vez traçados os limites, são eles que permitem ver como as regras linguísticas regem a multiplicidade de *usos* das palavras em cada um dos *jogos de linguagem*, bem como todas as ações associadas à linguagem que decorrem destes *usos*. Tais regras constituem, assim, o padrão pelo qual estas ações são compreendidas, avaliadas e julgadas.

Embora trate do assunto em várias partes de seus escritos, a discussão acerca de “seguir a regra” é mais sistematicamente apresentada por Wittgenstein a partir do § 185 das *Investigações*. O conjunto de observações que dali se segue até o § 242 constitui, segundo Baker, a pedra angular da estrutura argumentativa da primeira parte desse livro²⁴⁹.

A pergunta fulcral que irá nortear a análise de Wittgenstein é a de saber em que consiste a apreensão de uma regra, isto é, a sua *compreensão*. Tal questão é discutida pelo autor das *Investigações* num detalhado diálogo com um interlocutor imaginário que, pouco a pouco, vai expondo as facetas mais significativas da resposta mentalista a essa pergunta.

²⁴⁸ *GF*, 116.

²⁴⁹ BAKER, G. Following Wittgenstein: some signposts for Philosophical Investigations §§ 143 – 242. In: HOLTZMAN, Steven H; LEICH, Christopher M. (ed). **Wittgenstein: to follow a rule**. 1981, p. 32.

Só depois de analisar e criticar esta resposta é que o autor das *Investigações* discorre sobre em que de facto consistiria, do seu ponto de vista, “seguir a regra” correctamente.

Ao considerar esta etapa de sua argumentação, Wittgenstein analisa as principais candidatas mentalistas a resposta à pergunta de como uma regra é seguida. Nomeadamente, ele analisa:

(a) a que considera que a compreensão correcta de uma regra é concebida como aquilo que concorda com uma determinada representação mental da mesma²⁵⁰;

(b) a que apela para uma *intuição*²⁵¹. Neste novo expediente, a compreensão da regra a ser seguida não é algo que se dá de uma vez por todas em sua representação mental, mas é feita em cada passo de sua aplicação;

(c) a hipótese é a de que o que determina o seguir uma regra correctamente seja a especificação linguística da regra juntamente com o modo pelo qual essa especificação deve ser entendida. De acordo com este ponto de vista, as aplicações da regra já estariam, de uma *maneira estranha*, todas *presentes* no ato de sua apreensão²⁵² e, desta forma, as aplicações da regra não seriam uma consequência deste ato;

(d) a vertente ligeiramente modificada desta última concepção, que presume que o *ter em mente* a regra é capaz de captar, de uma só vez, toda a sua aplicação²⁵³;

(e) a ideia de que se deve *interpretar* a regra antes de segui-la. Neste caso, “seguir a regra” seria um ato mental que consistiria na interpretação correcta (dentre as possíveis) do que se deve fazer em cada uso da regra²⁵⁴.

Após ter exaurido num longo caminho de análise as várias vertentes candidatas à resposta mentalista à questão do que seja “seguir a regra”, Wittgenstein começa a expor de maneira positiva o seu pensamento sobre o que seja tal coisa.

²⁵⁰ Cf. *IF*, § 185.

²⁵¹ Cf. *IF*, § 186.

²⁵² Cf. *IF*, §§ 187, 195.

²⁵³ *IF*, § 191.

²⁵⁴ *IF*, § 198.

A convicção de Wittgenstein é a de que existe uma apreensão da regra que *não* é uma *interpretação*, mas que é antes aquilo que, na sua aplicação em cada caso, se *exterioriza* no que denominamos “seguir a regra” e “transgredi-la”²⁵⁵. Trata-se, então, de uma instância constituída por ações e comportamentos regulares, e não mais fundada sobre mecanismos dados à consciência, quaisquer que esses sejam. Nela, o “‘seguir a regra’ é uma *praxis*”²⁵⁶.

Sob a ótica pragmática, portanto, o que está no fim da tão ambiciosa cadeia composta das possíveis interpretações da expressão de uma regra não é uma interpretação não interpretável, mas sim, *práticas*²⁵⁷, as quais, por isso mesmo, passam a ser o critério para se decidir se a regra foi seguida ou não. Desta forma, é só no contexto praxiológico que é possível encontrarmos a resposta correcta para a pergunta sobre o que a expressão de uma regra tem a ver com as ações que dela decorrem. Isto implica dizer que o teste que prova se alguém compreendeu uma regra não é o que acontece no momento da compreensão, mas é o dominar a técnica de *usá-la* de modo correcto. Neste caso, a apreensão de uma regra, como a significação de uma palavra, está na prática de sua *aplicação*. Ao se assegurar que é a prática do *uso* das regras que mostra o que é ou não um erro na sua *aplicação*²⁵⁸, Wittgenstein considera que as ações caracterizadas como sendo um caso de “seguir a regra” são, com efeito, *costumes, hábitos*.

O papel intersubjetivo assumido pelas regras nas atividades por elas governadas remete-nos a que consideremos os critérios utilizados para decidir se uma regra foi ou não seguida. Por ser o domínio da técnica de aplicação de uma regra aquilo que determina, na prática, o que é agir em conformidade com a regra, não há tal coisa como “seguir a regra” sem uma técnica de aplicação, ou seja, sem uma ação que a *exteriorize*. Desta forma, o

²⁵⁵ Cf. *IF*, § 201.

²⁵⁶ Cf. *IF*, § 202.

²⁵⁷ Cf. *DC*, § 204.

²⁵⁸ *DC*, § 29; e: *F*, § 305.

“seguir” uma dada regra é *exibido* nas atividades que são chamadas “seguir a regra” e “transgredi-la”²⁵⁹.

Decorre disto que as práticas efetuadas quando uma regra é seguida são necessariamente ações *públicas*, isto é, atividades objetivas que *podem* ser conhecidas por outros e testemunháveis (ainda que, circunstancialmente, não o sejam, como no caso de alguém jogar paciências na solidão de seu quarto). Desta perspectiva, o “seguir a regra” está intrinsecamente ligado com a *publicidade* das ações realizadas quando se segue uma regra. Isto implica dizer que sem este *contexto* público do *jogo* em que a regra é seguida, o conceito de “seguir a regra” ou “transgredi-la” é completamente vazio. Assim caracterizado, são as circunstâncias *praxiológicas* nas quais podemos empregar o conceito do que seja “seguir a regra”, que determinam os critérios para dizermos se uma regra foi ou não seguida. Nada do que ocorre fora destas *circunstâncias* nas quais se segue uma regra contribui para a formação desse conceito.

Contudo, assegurar que não há tal coisa como “seguir a regra” sem uma técnica de aplicação, ou seja, sem uma ação pública, é dizer, na verdade, que as regras, por si sós, não são suficientes para estabelecerem uma prática. Para tal, como já citado, elas devem ser *aplicadas*²⁶⁰. Isto faz com que a relação entre a regra e sua aplicação se mostre, assim, como uma *relação interna*. Numa tal relação, não há qualquer abismo a ser transposto. Para Wittgenstein, na verdade, “pensar que existe um abismo entre a regra e a sua aplicação” constitui, desde logo, uma “cãibra mental”²⁶¹, que caracteriza todas as propostas que pressupõem uma entidade intermédia no ato de compreensão de uma regra. Para ele, portanto, fora do âmbito pragmático, não é possível encontrar nenhuma resposta satisfatória à questão de como uma regra é efetivamente seguida. O que, porém, está por detrás desta afirmação contundente é o pressuposto de que, em qualquer das supostas

²⁵⁹ Cf. *IF*, § 201.

²⁶⁰ Cf. *DC*, § 139.

²⁶¹ AMBROSE, 1982, p. 90.

instâncias mediadoras, as razões logo se acabam e, então, tem-se que *agir sem razão*²⁶². Pressupõe-se, portanto, que, quando tais justificativas de como alguém procedeu ao “seguir a regra” se esgotam, é porque se chegou à “rocha dura”, às *ações*, onde a nossa “pá se entorta”²⁶³. Isto implica dizer que a realização de tais *ações* não deve ser entendida como sendo o resultado de uma deliberação, reflexão, ou mesmo escolha do seguidor da regra. Nas palavras de Wittgenstein, quando se “segue a regra”, não há escolha; a regra é seguida *cegamente*²⁶⁴. Todavia, não se escolhe, não porque não haja outras alternativas possíveis de ação, mas porque “é assim que *agimos*” – “simplesmente o *fazemos*”²⁶⁵.

“Seguir a regra” *cegamente* não implica, contudo, segui-la irresponsavelmente, como se a questão de não haver escolhas desvalorizasse, pela ausência dessa possibilidade, as ações, os esforços e as habilidades dos seguidores de regras. Mas o que esta forma *cega* de “seguir a regra” quer mostrar, na realidade, é o facto de os seguidores de regras já estarem inseridos previamente (sem escolha) num contexto caracterizado por determinados *costumes* e *instituições* peculiares, a partir do qual (porque define o que conta como seguir ou violar as regras) eles podem ser responsabilizados pela acomodação ou inadequação de suas ações à regra seguida. Deste modo, um dado procedimento é determinado por uma regra quando este constitui o ato de segui-la, o qual não é apenas agir de acordo com ela, mas *saber e fazer* o que está de acordo com ela. Para isso, porém, exige-se que o seguidor da regra a compreenda, isto é, que tenha o domínio da técnica de sua aplicação, que tenha uma capacidade de desempenhar a prática que decorre de sua correcta aplicação, no contexto específico de sua *forma de vida*.

Deste ponto de vista, portanto, os nossos comportamentos regulares e normativos provenientes das práticas de “seguir regras” estão, em última análise, radicados em nossa

²⁶² Cf. *IF*, § 211.

²⁶³ *IF*, § 217.

²⁶⁴ Cf. *IF*, § 219.

²⁶⁵ *IF*, § 217; *RFM*, p. 63.

forma de vida. Deste modo, é em virtude de os homens compartilharem a mesma *forma de vida*, de esta constituir o sistema de referência por meio do qual podemos interpretar uma língua desconhecida, que podemos distinguir modos de agir *normais* daqueles *anormais*²⁶⁶. As práticas *normais* são aquelas onde uma regra é claramente aplicada, e quanto mais *anormais* elas forem, mais dificuldade teremos de distinguir se a regra está ou não sendo seguida²⁶⁷, como no caso atípico de alguém que naturalmente reage ao gesto de apontar com o dedo para uma dada direção olhando na direção do pulso e não na do dedo indicador²⁶⁸. É, pois, apenas confrontando os casos *anormais* com o nosso “modo de agir comum” que podemos julgá-los como tais. Eles seriam absurdos em nossa *forma de vida*, uma vez que é nela que, desta perspectiva, encontramos a suposta ligação conceptual entre práticas linguísticas e ações regulares que delas decorrem.

Ao presumir que a ligação conceitual entre estas instâncias está fundamentada na também pressuposta existência de um “agir comum dos homens”, Wittgenstein assegura que é na concordância dos comportamentos humanos que repousam os fundamentos de toda e qualquer prática linguística. Sendo assim, o significado linguístico tem uma dimensão normativa em que as palavras podem ser *usadas* correcta ou incorrectamente. Quer dizer, as regras linguísticas implicam a existência de uma normatividade nos *usos* dos sinais da linguagem e nas ações dos utentes que os *usam*. Desta perspectiva, se não houvesse nenhuma conexão *normativa* entre a linguagem e as ações dos seus falantes, não só seríamos incapazes de compreendê-la, como também ela não poderia ser considerada “linguagem”. Não a compreenderíamos porque “compreender uma proposição significa compreender uma linguagem”, e “compreender uma linguagem significa dominar uma técnica”, mais especificamente, a técnica dos *usos* (normativos) dos sinais que a

²⁶⁶ Cf. *IF*, §§ 141; 142; 185.

²⁶⁷ Cf. *IF*, § 142.

²⁶⁸ Cf. *IF*, § 185.

constituem. E não seria considerada como linguagem por lhe faltar aquilo que essencialmente a constitui: a *regularidade*²⁶⁹.

Contudo, para que haja comportamentos normativos baseados em regras, não somente é pressuposto o “agir comum da humanidade”, como também deve haver uma certa uniformidade da realidade que circunda a nossa *forma de vida* e na qual ela se desenvolve. Sem essas estabilidades, facilmente as regras poderiam se tornar exceções e as exceções regras. Neste caso, mesmo se ambas aparecessem aproximadamente com a mesma frequência, não faria o mínimo sentido definir critérios normativos e regulares, quaisquer que fossem, pois todos os nossos *jogos de linguagem* – se existissem – não teriam propósito algum. Eles, por assim dizer, perderiam a graça²⁷⁰. Ou seja, do mesmo modo que não faria qualquer sentido estabelecer o preço de um pedaço de queijo pelo seu peso, se a fatia pesada frequentemente aumentasse e encolhesse, sem causa manifesta, se os seres humanos revelassem reações completamente desiguais quando submetidos a *treinos* simples como, por exemplo, os de “cumprir ordens”, tal conceito jamais seria compreendido entre eles²⁷¹. Semelhantemente, se não houvesse uma concordância sobre as cores (excetuando os casos excepcionais de reais indeterminações), então o nosso conceito de cor simplesmente não existiria²⁷².

Assim sendo, segue-se das considerações sobre o aspecto normativo da linguagem reivindicado pela pragmática wittgensteiniana que, sem tal concordância entre os homens, não seria possível haver nem ensino, nem aprendizado, nem compreensão da linguagem. Aliás, como visto, sem tal concordância nenhuma linguagem seria possível. Por outro lado, enfatizar a normatividade da linguagem não é abolir a objetividade da verdade, ou pensar, como o interlocutor, que é, “portanto, a concordância entre os homens que decide o que é

²⁶⁹ Cf. *IF*, § 207.

²⁷⁰ Cf. *IF*, § 142.

²⁷¹ Cf. *IF*, § 206.

²⁷² Cf. *F*, § 351.

verdadeiro e o que é falso”. De acordo com Wittgenstein, tal ênfase, no fundo, ressalta que a linguagem deve ser pressuposta em quaisquer que sejam as considerações acerca de verdade e falsidade. Somente onde uma linguagem tenha lugar é que se tem a possibilidade de formular proposições verdadeiras ou falsas acerca da realidade. “Verdadeiro e falso é o que os homens *dizem*; e é na *linguagem* que eles concordam”²⁷³. Isto é, o aspecto normativo que permeia a linguagem e as ações humanas é o que permite o entendimento intersubjetivo dos utentes da linguagem.

Em outras palavras, é na aplicação das regras da linguagem que os homens concordam, e é só sobre o conjunto das ações decorrentes das práticas linguísticas onde essas aplicações se efetuam que é possível haver enunciados verdadeiros sobre o mundo. É o caso, por exemplo, da medição do comprimento de um dado objeto. Para obtermos e comunicarmos os resultados de tal medição, ou seja, que é verdade que tal objeto mede um valor específico numa determinada unidade de medida, é necessário que já tenha tido lugar um acordo acerca de qual a unidade de medida utilizada, em que circunstâncias ela deve ser usada, as possíveis conversões, quais são os instrumentos de medição fiáveis, etc., pois, aquilo que “chamamos de ‘medir’ é determinado por uma certa constância dos resultados obtidos”, o que só é possível se o sistema de convenções que permite formular tais juízos acerca do valor real da medição repousar sobre uma concordância na utilização desse mesmo sistema²⁷⁴.

De acordo com o ponto de vista pragmático aqui exposto, portanto, contestar a concordância existente na “rocha dura” das ações humanas e a sua íntima imbricação com as nossas práticas linguísticas é contestar o facto de sermos humanos. É, com efeito, não admitir aquilo que nos diferencia e nos qualifica como aquilo que somos. Se *usamos* a linguagem, aceitamos – *cegamente* – o fundamento como fundamento, sem qualquer razão.

²⁷³ *IF*, § 241.

²⁷⁴ *Cf. IF*, §§ 239, 242.

Ele, como a nossa *forma de vida*, é um *dado*, e, se concebermos a possibilidade de justificá-lo, estaremos admitindo o impossível facto de nos colocarmos fora da linguagem. Não poder sair da linguagem significa dizer que ser um “ser humano” é realizar práticas linguísticas efetivas dentro da *forma de vida* que lhe é característica, aquela compartilhada por todos os utentes da linguagem²⁷⁵, ou seja, é falar e agir *assim*, como humanos. Esta caracterização é o que faz com que a concepção de linguagem existente na *Spätphilosophie* de Wittgenstein seja qualificada como sendo aquela concepção nitidamente marcada não só por uma forte perspectiva pragmática, mas também antrópica.

²⁷⁵ Cf. *OF*, p. 54; *GF*, p. 110-111.

CAPÍTULO 8

O INATISMO DE CHOMSKY E O PRAGMATISMO DE WITTGENSTEIN: UMA HIPÓTESE DE CONCILIAÇÃO

8.1. *A forma de vida* como um factor biológico e natural

Um dos objetivos que se pretendeu no capítulo anterior foi mostrar que, a partir do conceito de *uso* admitido pela filosofia de Wittgenstein, há um modo externalista de entender a relação linguagem e mundo diferente da assumida pela semântica externalista. A isso voltaremos no final desse capítulo. O que interessa agora ressaltar, porém, é o facto de que esta pretensão nos levou à constatação de que o fundamento da normatividade defendida na pragmática de Wittgenstein repousa sobre a nossa *forma de vida*. Tal forma de vida é vista como aquele “solo rochoso” sobre o qual está fundamentada toda a prática da linguagem. Deste modo, para uma melhor compreensão das dimensões da pragmática linguística apresentada por Wittgenstein, importa ainda analisar mais especificamente em que consiste essa *forma de vida* que alicerça e fundamenta todas as práticas linguísticas. O objetivo dessa explicitação é o de possibilitar um melhor entendimento da ideia segundo a qual existe um plano biológico comum aos membros da espécie humana, que é pressuposto e reivindicado tanto pelo inatismo chomskyano como pelo pragmatismo de Wittgenstein. A explicitação da noção wittgensteiniana de *forma de vida* é, portanto, indispensável para a compreensão da proposta central desta tese.

Quem está minimamente familiarizado com as obras dos mais destacados intérpretes e comentadores de Wittgenstein, não demorará muito para perceber que há uma enorme – e talvez interminável – controvérsia sobre a noção de *forma de vida*. A expressão ‘forma de vida’ não foi criada por Wittgenstein; e, independente de qual seja a sua

origem²⁷⁶, o certo é que ele usa o termo em seus escritos, dando-lhe inclusive um significado próprio.

Porque, em nenhum momento, procurou definir este conceito, o significado atribuído por ele ao termo não é muito claro. Uma das primeiras e mais evidentes dificuldades na compreensão do que realmente significa este conceito repousa na própria escolha de uma dentre as duas formas gramaticais em que a expressão se apresenta nos escritos de Wittgenstein, pois o termo ora aparece no singular – “forma de vida”, ora aparece no plural – “formas de vida”. Na literatura secundária, há uma enorme discussão sobre o que de facto significa o uso da forma plural (que curiosamente só aparece uma vez nas *Investigações*), ou em que consiste o significado do uso singular do termo que, por sinal, é muito mais frequente²⁷⁷.

De modo geral, os que admitem a leitura no plural, assumem que existiriam diferentes “formas de vida”. Os que assumem a leitura no singular, afirmam que existe apenas uma “forma de vida”, a forma de vida *humana*. Essa possível dificuldade, porém, pode ser resolvida se, como veremos, admitirmos que Wittgenstein usa a expressão no plural para simplesmente constatar a multiplicidade de formas de vida existente na “história natural”, sobretudo quando ele deseja contrapor, em cada caso, essas formas de vida à forma de vida *humana*. Além disso, podemos sustentar também que, ao usar a expressão no plural, Wittgenstein imagina outras formas de vida muito diversas da nossa como, por exemplo, a dos marcianos ou a de qualquer outro ser extraterrestre. Em todos esses casos, ele se utiliza desse recurso para, por comparação e contraste, melhor explicitar aquilo que é constitutivo da forma de vida humana.

²⁷⁶ Não há unanimidade sobre de quem Wittgenstein tomou o termo ‘forma de vida’. Stephen Toulmin acredita que ele foi herdado de uma conhecida obra de E. Spranger (Cf. TOULMIN, S. Ludwig Wittgenstein. **Encounter**, jan. 1969, p. 60 – 71). Já Baker e Hacker preferem acreditar que a expressão foi tomada de O. Spengler (Cf. BAKER, G. P; HACKER, P. M. S. **An analytical commentary on Wittgenstein’s Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell, 1980, v. 1, p. 47.

²⁷⁷ Cf. *IF*, §§ 23, 241; II, i.

São poucos os comentadores que realmente dedicam-se a explorar o conceito wittgensteiniano de *forma de vida*, e alguns – como Max Black – consideram-no como sendo um tema de importância secundária, cuja compreensão não afetará em nada o entendimento do pensamento de Wittgenstein. Para Black²⁷⁸, *forma de vida* é uma noção extremamente obscura, “uma expressão deliberadamente vaga, que não tem implicações sérias e para a qual seria um erro procurar maior esclarecimento”. Outros, porém, à semelhança de Norman Malcolm²⁷⁹, estando cientes de toda a controvérsia existente, vão numa direção oposta e assumem que tal conceito é não só importante como também indispensável para uma correcta compreensão da *Spätphilosophie* de Wittgenstein.

O conflito de interpretação aqui descrito se deve a basicamente dois factores. O primeiro deles é que as ocorrências da expressão ‘forma de vida’ no espólio de Wittgenstein é muito rara²⁸⁰. O segundo, que talvez seja mais importante que o primeiro, é o facto de que as poucas passagens em que a expressão ocorre não explicitam, com suficiente clareza, o que ela significa. É exatamente o teor de obscuridade da formulação deste conceito que tem levado muitos a acreditarem que Wittgenstein não atribui importância maior ao significado desta expressão. Contudo, a pouca ocorrência do termo nas obras de Wittgenstein e a ausência de uma formulação clara e precisa do conceito de forma de vida não podem ser uma justificativa para se afirmar que tal conceito não tem importância na pragmática wittgensteiniana. Pelo contrário, assumiremos que, de facto, a noção de forma de vida é indispensável para se alcançar uma correcta compreensão da *Spätphilosophie* de Wittgenstein.

²⁷⁸ BLACK, *apud* GARVER, N. **This complicated form of life**. Chicago: Open Court Publishing Company, 1994, p. 273.

²⁷⁹ Cf. MALCOLM, Norman. **Nothing is hidden**: Wittgenstein’s criticism of his early thought. Oxford: Blackwell, 1986, p. 91; e também, _____. **Wittgenstein’s Philosophical Investigations**. In: PITCHER, G. (ed.). Wittgenstein: the philosophical investigations. London: Macmillan, 1963, p. 91.

²⁸⁰ Há cerca de uma dezena de ocorrências apenas: uma no *Da Certeza* (Cf. DC, § 358); duas no ensaio “Cause and effect: intuitive awareness” (Cf. CE, 21 e 22/10/1937); uma no *Remarks on the philosophy of psychology* (Cf. RPP I, passagem 630); uma no *Remarks on foundation of mathematics* (Cf. RFM, seção VII, §47); e cinco nas *Investigações* (Cf. IF, §19, 23, 241; II, p. 174, 226).

Segundo Glock²⁸¹, há duas maneiras predominantes de compreender a noção wittgensteiniana de *forma de vida*. A primeira delas é a chamada perspectiva transcendental. Nessa leitura, os conceitos de *jogo de linguagem* e de *forma de vida* desempenham um papel fundamental na pragmática da linguagem porque assumem o lugar de pré-condições transcendentais para qualquer prática linguística. Tais conceitos são admitidos como transcendentais porque, segundo Garver²⁸², possuem três características básicas: (i) estão além de toda e qualquer justificação ou injustificação; (ii) não exigem, requerem ou mesmo admitem quaisquer explicações; e (iii) são imunes às descobertas científicas. Isso nos leva a admitir, como Glock, que, “mesmo que nossas práticas comunitárias sejam uma pré-condição para nossos jogos de linguagem, isso não equivale a uma justificação (dedução transcendental) dessas práticas (muito embora o facto de que a linguagem supõe o contexto de uma prática possa revelar que certas dúvidas céticas são absurdas)”²⁸³.

A perspectiva transcendental assume, portanto, que a noção de *forma de vida* é um conceito primitivo e, por isso mesmo, não deve ser questionada. É o “dado”. Algo que deve ser aceito. Numa imagem dada por Garver, ela pode ser comparada às dobradiças de uma porta: se queremos que a porta se mova, as dobradiças devem permanecer imóveis. “Que as dobradiças permaneçam imóveis é um requerimento transcendental. Formas de vida são igualmente um requerimento transcendental”²⁸⁴.

Por outro lado, temos aquela perspectiva que, ao nosso ver, traduz melhor a intenção de Wittgenstein ao propor a noção de *forma de vida* e, por isso mesmo, será

²⁸¹ GLOCK, J. H. **Dicionário Wittgenstein**. Trad. de Helena Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 174 – 175.

²⁸² GARVER, N. Naturalism and transcendentalism: the case of ‘form of life’. In: TEGHRARIAN, S. **Wittgenstein and contemporary philosophy**. Bristol: Thoemmes Press, 1994, p. 41-69.

²⁸³ GLOCK, 1998, p. 175.

²⁸⁴ GARVER, 1994, p. 62.

assumida nesta tese. Trata-se da *perspectiva naturalista*²⁸⁵ deste conceito. De acordo com essa perspectiva, o que caracterizaria mais essencialmente a noção “forma de vida” seria os aspectos biológicos que qualificam os seres humanos enquanto tais. A *forma de vida humana* seria, deste modo, parte essencial da natureza biológica dos seres humanos e, por isso mesmo, determinaria a maneira como eles agem e reagem. Neste sentido, as condições biológica e orgânica dos indivíduos seriam a sua *forma de vida*.

O que dá suporte à aplicação deste modo de interpretação ao âmbito do aprendizado e uso da linguagem é, de acordo com J. F. M. Hunter²⁸⁶, um dos principais expoentes dessa perspectiva, e que, segundo nos consta, foi quem primeiramente sugeriu esse modo de interpretação, a ideia segundo a qual falar ou usar uma linguagem consistiria numa prática de elevada complexidade, a ser realizada por seres humanos sem a necessidade de quaisquer pré-requisitos. Deste ponto de vista, falar se configuraria no mesmo nível de tantos outros comportamentos biológicos complexos que igualmente são realizados dessa mesma maneira, tais como beber, comer, brincar, andar, etc.

Hunter chama essa maneira de compreender a noção de *forma de vida* de “abordagem orgânica”²⁸⁷, e defende que ela possui três aspectos importantes. O primeiro dos aspectos é o que diz respeito à maneira como apreendemos ou (para usarmos o termo das *Investigações*) somos *treinados* no aprendizado de uma língua. Sendo fiel às linhas centrais da pragmática de Wittgenstein, de acordo com essa abordagem, o aprendizado de uma língua se assemelharia ao treino que realizamos quando, por exemplo, aprendemos a dançar. O que fundamenta esse tipo de entendimento é o facto de que a questão do *treino* é um aspecto da noção de “forma de vida” que é bastante salientado por Wittgenstein em

²⁸⁵ Cf. GLOCK, 1998, p. 175.

²⁸⁶ HUNTER, J. F. M. Forms of life in Wittgenstein's *Philosophical investigations*. In: KLEMKE, E. D (ed.). **Essays on Wittgenstein**. Chicago: University of Illinois Press, 1971.

²⁸⁷ HUNTER, 1971, p. 278.

muitas passagens dos escritos da sua *Spätphilosophie*²⁸⁸. Nesse processo, o *treino* se configuraria numa prática que se caracterizaria por não envolver procedimentos de justificação racional nem de explicação.

O que dá suporte à ideia da ligação entre o processo de *treino* no aprendizado de uma linguagem e a *forma de vida* é o pressuposto wittgensteiniano de que as ações humanas seriam modos específicos de agir decorrentes da *forma de vida humana*. Sendo expressões dessa forma peculiar de manifestação da forma de vida humana, as ações envolvidas no *treino* para o aprendizado da linguagem só nos seriam acessíveis por estarmos imersos nesta *forma de vida*, isto é, por partilharmos do património biológico comum que qualifica todos os membros da espécie. Repare-se que não há explicação para esse processo. Quando as tentativas de justificação e explicação se esgotam, nós simplesmente agimos; e agimos sem qualquer razão. Agimos como seres humanos.

Ao afirmar que partilhamos do património biológico comum aos seres da nossa espécie, a perspectiva sob análise advoga, portanto, a ideia segundo a qual a realização de práticas linguísticas envolve um conjunto de elementos do organismo humano num nível biológico, fazendo com que, num certo sentido, tais práticas sejam algo fisiológico. Este é exatamente o segundo aspecto salientado por Hunter e que caracteriza a sua abordagem: o aprendizado e o uso da linguagem seriam reconduzidos ao âmbito da fisiologia humana. Segundo ele, esse segundo aspecto poderia esclarecer melhor as críticas de Wittgenstein à visão tradicional da linguagem. De acordo com esta visão, a linguagem se constitui um elemento intermediário entre as coisas e as ideias dessas coisas. Contudo, na “abordagem orgânica”, não teríamos a linguagem como um terceiro elemento, uma espécie de mediadora, mas ela surgiria diretamente da própria natureza humana, sem qualquer necessidade de entidades mentais intermediárias, e decorrente unicamente de elementos

²⁸⁸ Cf. *IF*, §§ 5, 6, 9, 86, 143; *DC*, § 434.

biológicos próprios da espécie. Convém notar que, ao reduzir o aprendizado e o uso da linguagem ao âmbito da fisiologia humana, Hunter não quer que a sua teoria seja vista como um simples mapeamento explicativo de como, fisiologicamente, tais atos se realizam. O seu intuito não é o de dar explicações sobre isso, mas o de atestar que tais atos são processos orgânicos e que eles simplesmente se realizam a partir da funcionalidade de certos sistemas biológicos humanos.

Por fim, o terceiro aspecto da abordagem orgânica que fundamenta a proposta de interpretação da *forma de vida* a partir de uma perspectiva naturalista é o que Hunter chama de “tese da autossuficiência linguística”. O que esta tese defende é algo parecido com o que Chomsky defende, a saber: a ideia de que não precisamos de nenhum aparato ou recurso não linguístico para dizer coisas com sentido. Este terceiro aspecto está em total acordo com uma ideia que decorre dos pressupostos assumidos pela pragmática de Wittgenstein²⁸⁹: a ideia segundo a qual não precisamos de nenhuma explicação para entender o que um falante diz. Neste sentido, com a “tese da autossuficiência linguística”, a linguagem é concebida não como uma evolução artificial do homem, criada para atender à necessidade de expressar sentimentos e desejos, mas seria concebida como algo natural no homem e, por isso, ao falarmos não estaríamos expressando algo prévio e não-linguístico, mas estaríamos realizando uma ação especializada, cujas raízes estariam fincadas em nosso património biológico.

Ao assumir a tese de que a realização de práticas linguísticas depende de determinações biológicas, a abordagem orgânica admite que para falarmos não necessitamos de quaisquer outros requisitos, externos ou internos, uma vez que a linguagem seria, desse ponto de vista, uma operação natural. Se houver um requisito ou mesmo critério, esse estará circunscrito às capacidades naturais e orgânicas próprias dos

²⁸⁹ *IF*, § 449 e 503.

seres humanos. Nesse sentido, ao falarmos, estaríamos simplesmente nos comportando de acordo com a nossa biologia. Tal perspectiva naturalista encontra apoio no facto de Wittgenstein afirmar ter fornecido, com suas considerações filosóficas, “observações sobre a história natural do homem”. Se é de história *natural* que se fala, Hunter tem boas razões para defender o que defendeu. Os aspectos naturais por ele ressaltados alinham com os pressupostos wittgensteinianos de que é precisamente na semelhança dos comportamentos humanos que repousam as bases da nossa prática linguística.

8.2. A forma de vida *humana*

De facto, a pragmática de Wittgenstein admite um modo de agir comum da humanidade, e é sobre essa maneira comum que, para ele, repousam todos os nossos comportamentos, inclusive os linguísticos. O conjunto destas ações cria um certo padrão de comportamento humano. Tais ações configuram uma regularidade comportamental. Há uma concordância, um tipo de acordo, entre os seres humanos. Esse acordo não é estabelecido democraticamente, mas se fundamenta no facto de partilharmos a mesma *forma de vida*. É nela que todos os utentes da linguagem concordam. Essa regularidade comportamental implica admitir que a *forma de vida* humana é uma “forma de vida onde seguir regras se tornou uma segunda natureza”²⁹⁰.

É sobre esse substrato comportamental comum mínimo existente entre os humanos que, para Wittgenstein, repousa a possibilidade de toda a comunicação, e também o entendimento e a tradução de uma língua em outra. Se não nos fosse possível encontrar um plano mínimo comum de ações regulares, não seríamos capazes de compreender um ao outro. Encontramos traços desse substrato comum até mesmo em coisas básicas e triviais

²⁹⁰ Cf. ZILHÃO, António J. T. **Linguagem da filosofia e filosofia da linguagem**: estudos sobre Wittgenstein. Lisboa: Edições Colibri, 1993, p. 175. (Coleção *Forum de ideias*, 2). ISBN 972-8047-30-4.

de nossas vidas. Por exemplo, quando se aponta o dedo numa dada direção espera-se *naturalmente* que se olhe na direção do dedo. Se uma pessoa olhar para trás ao se indicar algo com a ponta do dedo em sua frente; ou se ela, ao ser chamada com gestos manuais, virar as costas e se distanciar; ou se olhar para cima, quando alguém aponta para baixo, logo se perceberá uma certa “anormalidade” destas ações. Se admitirmos a *nossa* forma de vida, ao nos depararmos com casos atípicos deste tipo ficará evidente que tais comportamentos são absurdos. A conclusão, portanto, é a de que é impossível haver comunicação entre seres que não partilhem de um plano de comportamentos comuns.

É por isso que “se um leão pudesse falar, nós não o compreenderíamos”²⁹¹. A verdade dessa afirmação no âmbito da pragmática de Wittgenstein decorre do facto de ele tomar como um dado que nós, seres humanos, somos radicalmente diferentes e nos portamos de modo distinto das outras *formas de vida* existentes como, por exemplo, a leonina, a canina, a marciana etc. Para Wittgenstein, homens e animais não partilham a mesma *forma de vida*. Se não partilham, não existe qualquer possibilidade de comunicação entre eles.

Pode-se objetar a isso, afirmando que é possível ensinar certos sinais da linguagem humana aos animais, por meio de um adestramento, ou mesmo que é possível aos homens imitar alguns sons de animais, a ponto de estabelecer algum tipo de “comunicação” entre eles. Contudo, isso só é admitido num contexto muito abrangente de comunicação. O que se quer destacar com o contraste entre as *formas de vida* é algo mais profundo: no sentido estrito, só pode haver comunicação quando se está inserido na mesma *forma de vida*. Suponhamos que, por exemplo, um cão dissesse: “Oh, não! São oito horas da manhã e já estou atrasado para a aula”, mas, ao acabar de pronunciar essa sentença, ficasse parado, e continuasse sem se mover, sem procurar fazer o que deveria ser feito

²⁹¹ *IF*, II, ix.

nesses contextos, como: sair correndo, arrumar a bolsa etc. Seria bastante razoável supor, nessa circunstância, que nós não o compreenderíamos, porque, dada a nossa *forma de vida*, o significado das palavras proferidas pelo cão só seria compreendido se fosse levado em consideração o facto de elas estarem intimamente ligadas a práticas humanas, como a de sair apressado para assistir à aula. Ou seja, não o compreenderíamos simplesmente porque a nossa linguagem está imbricada com determinadas atividades que não são compartilhadas com outras *formas de vida* existentes. É exatamente por isso que o facto de um animal qualquer proferir algumas palavras não é, e nunca será, suficiente para que consideremos tal ato como sendo uma comunicação. “Se animais não sorriem, então mesmo que um papagaio emita o som da palavra ‘sorriso’ jamais compreenderá o que ela significa, sem os sentimentos e emoções que lhe estão associados”²⁹².

Desta forma, contestar que realmente há entre os utentes da linguagem uma concordância no “solo rochoso” das ações humanas é pôr em xeque o facto de sermos humanos. Nesse sentido, ser um ser humano é ser capaz de realizar práticas linguísticas efetivas dentro da *forma de vida* que lhe é peculiar e que o caracteriza como tal. É precisamente sobre essa “rocha dura” que encontramos a justificação última para o facto de agirmos de determinada maneira e não doutra.

Esta forma de agir comum é universal a todos os membros da nossa espécie. E, dado que esse carácter é universal à espécie, não é descabido admitirmos que, em última instância, ele está enraizado num conjunto de elementos ou mesmo em mecanismos inatos, que estão completamente blindados e imunes a qualquer ingerência externa.

Um dado curioso que devemos perceber no destaque dado a esse aspecto universal da *forma de vida* é que ele nos abre as portas para que consideremos a proximidade dessa noção com o conceito chomskyano de gramática universal. Ao assumir que a capacidade

²⁹² DALL’AGNOL, Darlei. Natural ou transcendental: sobre o conceito *Lebensform* em Wittgenstein e suas implicações para a ética. **Revista de Filosofia Aurora**. Curitiba, v. 21, n. 29, p. 277 – 295, jul./dez. 2009.

dos seres humanos para falar é biologicamente determinada, o inatismo admite que a *gramática universal* é um mecanismo constituído por princípios linguísticos geneticamente programados. Ela seria uma herança comum, concebida como sendo a essência (não no sentido metafísico do termo) da linguagem humana²⁹³, isto é, um conjunto de elementos linguísticos inatos, cuja realização biológica precederia qualquer tipo de experiência linguística e faria parte, de acordo com Chomsky, do património biológico da humanidade.

Ora, assim caracterizada, a noção de *gramática universal* apresenta uma grande proximidade com a noção de *forma de vida*, de acordo com a interpretação da mesma atrás apresentada. A razão para pensar assim é que ambas são admitidas, não só como parte constituinte da biologia humana, mas também como um requisito indispensável para a aquisição da linguagem e do seu conseqüente uso. Esse dado nos possibilita traçarmos um paralelo entre os fundamentos das teorias inatista e pragmática aqui consideradas. De facto, tanto Wittgenstein quanto Chomsky fundamentam suas respectivas tentativas de compreensão do fenómeno linguístico a partir de uma plataforma com traços comuns: uma instância marcadamente antrópica, inata e biologicamente determinada.

8.3. Chomsky, a *Gramática Universal* e a questão do “seguir as regras”

Ao assumirem esta instância biológica, geneticamente determinada, na compreensão do fenómeno humano da linguagem, Chomsky e Wittgenstein se aproximam também na maneira como fundamentam as regras da linguagem. Se, de facto, a afirmação de que a regularidade comportamental verificada no modo comum do agir humano implica admitir que a *forma de vida* humana é uma “forma de vida onde seguir regras se tornou uma segunda natureza”, somos confrontados com um tema de extrema importância no

²⁹³ Cf. CHOMSKY, 1976, p. 29.

âmbito da estreita ligação entre a interpretação naturalista de *forma de vida* e a *gramática universal*. Trata-se da questão das regras da linguagem e de em que consiste segui-las. O esboço geral da concepção inatista das regras linguísticas já foi exposto no final do segundo capítulo desta tese, e não iremos repeti-lo aqui. O que agora nos ocupará é a questão de como essas regras da linguagem são seguidas.

Em síntese, o inatismo admite que o corpo de conhecimento linguístico inato que um utente da linguagem possui é multifacetado e inclui, além de conhecimento lexical, sintático e fonológico, conhecimento de regras para a geração de novas expressões. No âmbito da *gramática universal*, cada falante está equipado com um conjunto limitado de regras regidas por princípios computacionais, com o qual é capaz de produzir um número infinito de expressões linguísticas. Deste ponto de vista, as regras são concebidas como “regras aparentes” (epifenómenos), derivadas dos *princípios* que compõem a *gramática universal*²⁹⁴.

Desta perspectiva, podemos dizer que a maneira como o termo ‘regra’ é usado por Chomsky no âmbito da sua *Teoria dos Princípios e Parâmetros* se deve à sua concepção de que conhecer uma língua é possuir um certo estado mental, isto é, é ter uma estrutura mental tal que seja capaz de gerar tais representações mentais²⁹⁵. O que dá suporte a esta afirmação é a ideia de que um falante possui necessariamente uma estrutura mental que incorpora uma língua-I constituída por regras linguísticas que são operadas num nível simbólico-computacional.

Este postulado da existência dos diversos níveis linguísticos de representações mentais ratifica, mais uma vez, a rejeição de Chomsky das diversas versões behavioristas da descrição mental em termos de disposições comportamentais. Entretanto, se considerarmos o processo computacional por ele pressuposto para estabelecer estes níveis

²⁹⁴ Cf. CHOMSKY, 1995, p. 64.

²⁹⁵ Cf. CHOMSKY, 1980, p. 48.

de representações, somos imediatamente levados a uma das principais características que marca esta concepção de regras chomskyana. Trata-se de admitir que as regras existentes em todo o processo que subjaz à produção dessas representações mentais não são efetivamente conhecidas pelos falantes. De seu ponto de vista, tal conhecimento está realmente inserido naquela categoria de conhecimento inacessível à consciência, isto é, naquele tipo de conhecimento implícito, para o qual ele utiliza o verbo “to *cognize*”. Desta forma, o conhecimento das regras é concebido como sendo tácito, na medida em que o falante é incapaz de declarar as regras que subjazem aos seus comportamentos linguísticos.

Porém, ao declarar que um falante de uma dada língua seria incapaz de descrever as regras que subjazem aos seus comportamentos linguísticos, a posição chomskyana se vê confrontada com uma importante dificuldade. Trata-se de sabermos como é que, desta perspectiva, podemos dizer que um falante está “seguindo uma regra”. No *corpus* de escritos relacionados com a *Teoria dos Princípios e Parâmetros*, as considerações de Chomsky quanto à questão de “seguir regras” linguísticas são muito breves. De facto, não poderíamos esperar outra coisa, uma vez que, ao se admitir os *princípios* da *gramática universal*, o estatuto que o conceito de regra assumia em suas formulações teóricas foi significativamente diminuído. Mesmo assim, ao considerarmos a totalidade de suas ideias, é-nos possível identificar alguns pontos relevantes nessas suas breves considerações sobre este assunto.

O mais importante deles talvez seja o de que o tratamento dado por Chomsky à questão de “seguir as regras” da linguagem se fundamenta na sua convicção de que saber se uma regra está ou não a ser seguida é, acima de tudo, um problema empírico, difícil de se decidir. O motivo para ele pensar assim é o postulado de acordo com o qual, por serem derivações dos *princípios* geneticamente determinados, as “regras” aqui admitidas devem

ser consideradas elas próprias como sendo constituintes do “estado inicial” da *faculdade da linguagem*; são, por assim dizer, elementos que fazem parte de uma dada língua-I.

Dito de outra forma, o ponto a ser aqui notado é o de que, assim concebidas, tais regras estão de alguma forma representadas em mecanismos físicos que configuram a *faculdade da linguagem*, e a esperança de Chomsky é que chegue o dia no qual saberemos exatamente como é que isto acontece²⁹⁶. Porém, enquanto este dia não chega, a sua hipótese é a de que, diante de qualquer comportamento linguístico, só estaremos autorizados a dizer que uma regra linguística está sendo seguida se, quando da explicação deste comportamento, formos capazes de descrever como os alegados mecanismos físicos que representam esta regra interagem com o conjunto de mecanismos que mantêm interfaces com e no interior da *faculdade da linguagem*. Desta perspectiva, portanto, o que atesta o facto de alguém estar a *seguir* uma regra linguística não é algo que dependa apenas da manifestação comportamental. Pelo contrário, depende, também, de uma compreensão satisfatória do problema empírico de como funcionam os mecanismos físicos de nossa *faculdade da linguagem*. Quanto a isso, Chomsky defende a ideia que os cientistas da linguagem estão em melhores condições de se pronunciarem sobre o assunto do que os filósofos.

É na esteira dessa discussão do que seja seguir uma regra que Chomsky chega também a analisar sob que circunstâncias faz sentido atribuir, correcta e justificadamente, a obediência a uma regra. O problema por ele considerado é o de saber se há ou não um fundamento para justificar a atribuição a alguém do conceito de seguir regras. No fundo, o que ele faz é analisar o significado da afirmação wittgensteiniana de que seguimos regras *cegamente*²⁹⁷. Neste tópico específico, a convicção de Chomsky é de que o que Wittgenstein está querendo dizer ao afirmar que seguimos regras *cegamente* é algo que o

²⁹⁶ Cf. CHOMSKY, 1994, p. 250.

²⁹⁷ Cf. *IF*, § 219.

inatismo também defende, a saber, que dada uma regra R , não há nenhum facto relativamente à minha experiência passada que inequivocamente determine se eu estou seguindo R ou uma outra regra R' , que coincida com R em situações no passado, mas não em situações no futuro.

Em outras palavras, para Chomsky, o que Wittgenstein está defendendo é a ideia de que cada aplicação de uma regra é, com efeito, “um salto no escuro”, ou seja, é algo injustificado. Isto é precisamente o que significa, para ele, seguir regras *cegamente*. A compreensão chomskyana é, desta forma, a de que há um claro reconhecimento da parte de Wittgenstein de que as regras são seguidas sem quaisquer razões. Do seu ponto de vista, dizer que se segue R sem qualquer razão é dizer que não há qualquer fundamento que justifique a obediência a esta regra. Ou seja, não existe nada sobre o que podemos fundamentar o seguimento de regras. Como vimos, para Wittgenstein, se quiser apresentar algum fundamento, este está na nossa *forma de vida*, é o solo rochoso do agir comum da humanidade.

Ora, mas isso é o que fica evidente também no inatismo. Chomsky está convicto de que, tendo em conta o quadro conceptual de sua teoria, não há qualquer fundamento para se seguir regras linguísticas. Como já afirmado, do seu ponto de vista, “se sigo R é porque o estado inicial da *faculdade da linguagem* projeta os dados apresentados em um determinado estágio de desenvolvimento da língua-I, que incorpora R ”²⁹⁸. Assim, é possível seguir uma dada regra R porque ela faz parte do processo de desenvolvimento da língua-I do falante e, neste âmbito, não há qualquer razão que as justifiquem. Uma vez que seguimos regras *cegamente*, não há quaisquer razões a serem dadas. Se houver alguma razão, esta deverá ser encontrada nos domínios específicos da nossa estrutura mental, que nos faz seres falantes. Isto é, da perspectiva de Chomsky, o único factor básico e

²⁹⁸ CHOMSKY, 1994, p. 221.

necessário para seguirmos regras linguísticas é a constituição bio-psicológica que qualifica e distingue a espécie humana. Assim, diante da pergunta: “por que, então, seguimos *R*?”, a única resposta cabível é, deste ponto de vista, simplesmente a de que “limitamo-nos a fazê-lo”; e o fazemos devido a nossa constituição.

Uma consequência que decorre imediatamente deste modo de pensar é a de que, na medida em que a maneira como a nossa estrutura biológica está organizada é a base para o facto de *agirmos* como agimos, se fôssemos dotados de um modo diferente e tivéssemos uma estrutura mental diferente da que agora possuímos (por exemplo, ao invés do suposto *estado inicial* que nos caracteriza tivéssemos um alegado *estado inicial*), nós certamente conheceríamos e seguiríamos outras regras, construindo, assim, outras experiências linguísticas diferentes da que hoje experienciamos. Contudo, ainda nestas condições, as regras linguísticas seriam seguidas sem qualquer justificativa, tal como Wittgenstein convictamente defende. Como se vê, quanto a isso, não há nenhuma incompatibilidade entre o inatismo de Chomsky e o pragmatismo de Wittgenstein.

8.4. A hipótese de conciliação entre Wittgenstein e Chomsky e a negação da existência de qualquer relação entre a linguagem e o mundo

Após abordar a questão das regras linguísticas, retornemos à questão semântica. Se considerarmos atentamente a semântica defendida por cada uma das vertentes externalistas analisadas anteriormente, verificaremos que todas elas supõem a existência de uma relação específica entre as palavras ou sentenças e os objetos ou estados do mundo. Isso é uma consequência direta de seus próprios pressupostos. Pois, ao admitir que o conteúdo semântico das expressões linguísticas é, ao menos em parte, constituído pelas relações do falante da língua com o seu ambiente natural e social, o externalismo

semântico sustenta que deve haver uma realidade determinada fora do âmbito da linguagem e da mente, para que as expressões linguísticas tenham sentido. Deste ponto de vista, a semântica depende totalmente de uma realidade exterior à mente, com a qual a linguagem se liga e se relaciona. Isso é o que fundamenta, por exemplo, as teorias causais do significado, que defendem que a referência de certos termos linguísticos é determinada através de uma cadeia causal externa específica.

Todavia, embora tenham pontos de partida diferentes, a filosofia do segundo Wittgenstein e o programa gerativo chomskyano se unem negativamente contra esse entendimento predominante em boa parte da filosofia contemporânea da linguagem da existência de supostas relações específicas entre os constituintes da linguagem e do mundo. Mostrar como essa união negativa é possível é o principal objetivo do último tópico deste capítulo.

A proposta teórica do inatismo de Chomsky constitui uma alternativa aos modelos semânticos externalistas. De facto, é possível ver como a teoria chomskyana da *gramática universal* claramente satisfaz, por exemplo, a condição externalista da recursividade, sem supor, como Davidson, por exemplo, que o comportamento linguístico dos humanos só é interpretável no âmbito de uma teoria da verdade modificada²⁹⁹. Do ponto de vista da perspectiva inatista de Chomsky, uma descrição construtiva de uma qualquer linguagem humana seria, com efeito, uma descrição do modo como ela se deixaria derivar dos princípios da *gramática universal* por meio da fixação dos parâmetros apropriados. Assim, uma tal teoria teria como função descrever a gramática dessa linguagem, e não o conjunto infinito de sentenças que a constituiria, extensionalmente definido por meio de uma descrição recursiva em associação com as suas condições de verdade.

²⁹⁹ Sobre isso, (Cf. ZILHÃO, 2003, p. 95).

Ora, pelo menos numa das suas interpretações possíveis, esta proposta de Chomsky faz com que o estudo da semântica propriamente dita seja inteiramente dispensável, dado que a compreensão de uma linguagem poderia ser reduzida à compreensão das diferentes modalidades de uso pelos seus falantes das estruturas sintácticas formais nelas contidas. O próprio Chomsky, aliás, chegou mesmo a admitir que a compreensão teórica de uma linguagem exigiria apenas a compreensão teórica da sua sintaxe recursiva e da sua pragmática³⁰⁰, mas não de sua semântica.

Por outro lado, é também importante salientar que o espírito de investigação naturalista que encontramos rigorosamente delineado nos trabalhos linguísticos de Chomsky se compatibiliza com a postura filosófica wittgensteiniana, tal como foi aqui exposta. Inicialmente, o que capta a nossa atenção é o facto de que, ao esforço intelectual de Wittgenstein, faltar o aspecto construtivo, científico, que encontramos no programa de investigação chomskyano. Chomsky é um cientista, no sentido estrito do termo; já Wittgenstein não foi e nunca se considerou um cientista. Pelo contrário, nas *Investigações Filosóficas*, ele nitidamente nos deixou cientes de que estava certo que suas “reflexões não podiam ser concebidas como reflexões científicas”, porque ele não estava “fazendo ciência natural”³⁰¹. De acordo com as suas próprias palavras, o que ele pretendia mesmo era apenas tecer observações sobre a “história natural do homem”³⁰². Essa afirmação é que leva muitos a qualificarem o seu trabalho como tendo um forte teor antropológico.

Porém, apesar de nunca se ter considerado um cientista, Wittgenstein sempre foi claro acerca da natureza de seu trabalho. Ele continuamente o considerou como um empreendimento de destruição das estruturas gasosas edificadas pela filosofia tradicional

³⁰⁰ CHOMSKY, 2000, p. 132.

³⁰¹ *IF*, § 109; II, p. 295

³⁰² *IF*, § 415.

na sua tentativa de compreensão do fenómeno humano da linguagem³⁰³. O seu trabalho tinha o objetivo confesso de dissipar o nevoeiro que impossibilitara a visão correcta do funcionamento da linguagem³⁰⁴. Não era, pois, um empreendimento de construção científica. Nomeadamente, de acordo com suas próprias palavras, seu objetivo último foi o de demolir essas construções gasosas, limpar todo o entulho e deixar limpo o terreno³⁰⁵. Uma vez limpo o terreno, ficaria o caminho aberto para o surgimento futuro de investigações empíricas sensatas acerca da linguagem. Ora, é precisamente sobre esse terreno terraplanado por Wittgenstein que podemos colocar a atividade científica empreendida por Chomsky³⁰⁶.

A defesa de que não há qualquer relação específica entre as palavras e as coisas no mundo faz parte deste processo de limpeza. Isso é claramente demonstrado nas críticas por ele feitas ao tipo de mentalismo que subjaz às teorias semânticas que admitem os mesmos pressupostos da “visão agostiniana da linguagem”. Como visto, do ponto de vista da pragmática wittgensteiniana da linguagem, o que importa é o modo como *usamos* as palavras. Uma vez que situações linguísticas diferentes podem gerar *usos* diferentes para uma mesma palavra, o contexto em que ela é *empregada* possui grande peso no seu entendimento e no que por ela está sendo dito. Sendo assim, o *uso* da palavra não nos reporta a nenhuma essência (no sentido metafísico do termo), e muito menos se deseja, com ele, “apreender a essência da coisa”, do objeto que ela supostamente “refere”. Na verdade, não existe nenhum “ser intermediário puro entre o signo proposicional e os factos”³⁰⁷. Só recorrendo ao estudo dos seus diversos *usos* nos mais variados contextos e

³⁰³ Sobre esta ideia, (Cf. ZILHÃO, António J. T. Constrangimentos interpretativos na interpretação da intencionalidade do ponto de vista da 3ª pessoa. *In*: PUELLES, Andoni Alonso; RODRÍGUEZ, Carmen Galán (orgs). **Wittgenstein, 50 años después**. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2002, p. 170. (Serie Estudios Portugueses, 21). ISBN 84-7671-687-7).

³⁰⁴ *IF*, § 5.

³⁰⁵ Cf. *IF*, § 118.

³⁰⁶ Esta é uma das ideias principais defendidas pelo prof. António Zilhão, na última parte do seu já citado artigo. (Mais detalhes, Cf. ZILHÃO, 2002, p. 168 – 174).

³⁰⁷ *IF*, § 94.

circunstâncias nos quais se dá a *praxis* da linguagem é que trazemos as palavras de volta à sua verdadeira pátria, ou seja, as “conduzimos do seu emprego metafísico de volta ao seu emprego quotidiano”³⁰⁸.

Além de sua forte crítica às teorias semânticas de viés agostiniano, sua nova maneira de entender a relação entre a linguagem e o mundo antecipa fortes críticas à concepção externalista da linguagem, tal como a esboçamos acima. Curiosamente, muitos externalistas admitem ser herdeiros dos postulados da segunda filosofia de Wittgenstein. Contudo, se rigorosamente entendido, o modo wittgensteiniano de entender a relação linguagem-mundo não tem muitas similaridades com o que é proposto acerca dessa relação nas teorias semânticas que caracterizam o externalismo linguístico.

De facto, da perspectiva da pragmática de Wittgenstein, não há nada intrínseco a uma sentença que se constitua em função da suposta relação que ela teria com determinados aspectos da realidade. Para ele, se procurarmos por algum tipo de essência, o local onde iríamos encontrá-la seria na gramática; a “essência se expressa na gramática”³⁰⁹, isto é, no *emprego* quotidiano das palavras. Nenhuma cadeia causal, nenhum aspecto da comunidade linguística, nenhuma suposta triangulação, nenhuma noção de divisão de trabalho é necessário para o *emprego* da linguagem. Do seu ponto de vista, este *emprego* é caracterizado como parte integrante da vida e das ações dos seres humanos. Faz realmente parte de sua *forma de vida*. Deste modo, a linguagem humana não pode ser considerada como um mero conjunto de palavras e sentenças independentes da vida de quem as *usa*.

Ora, ao criticar, com a sua noção de *uso*, o mentalismo que subjaz às teorias semânticas que admitem os mesmos pressupostos da “visão agostiniana da linguagem”, e, por antecipação, criticar também o modo como os externalistas propõem o entendimento da relação linguagem-mundo, Wittgenstein limpou de facto o entulho filosófico do terreno

³⁰⁸ *IF*, § 116.

³⁰⁹ *IF*, § 371.

que Chomsky veio a ocupar. De facto, dado que o empreendimento wittgensteiniano é eminentemente destrutivo, podemos dizer que Chomsky o complementa, ao propor positivamente uma teoria linguística. A sua proposta é a de investigar a linguagem como qualquer objeto das ciências empíricas, buscando construir teorias explicativas inteligíveis, e tendo a esperança de poder relacioná-la e integrá-la com outros ramos das ciências naturais. Nesta proposta, o modo como ele trata a linguagem nada tem a ver com as abordagens mentalistas (no sentido agostiniano do termo) e externalistas, que foram criticadas por Wittgenstein.

Diferentemente dessas, a abordagem naturalista de Chomsky não tem quaisquer conotações essencialistas ou metafísicas, nem pressupõe qualquer entidade mediadora entre a linguagem e o mundo. O emprego da metodologia naturalista para investigar a linguagem envolve a ideia de que o estudo dos fenómenos linguísticos deve ser abordado da mesma forma como nos aproximamos de outros aspectos do “mundo natural”. Assim, o naturalismo adotado por Chomsky pode ser considerado como uma doutrina puramente metodológica, e consiste num conjunto de hipóteses de trabalho sobre a forma como devemos investigar fenómenos³¹⁰. Isso fundamenta a maneira pela qual devemos enxergar a relação linguagem-mundo, sobretudo o modo como usamos as palavras para falar dele.

A atenção de Chomsky dada à sintaxe da linguagem pode gerar a sensação de que ele tenha pouco a falar sobre a pragmática da linguagem. Contudo, o inatismo chomskyano não nega que usamos as palavras para falar sobre o mundo. Aliás, ele próprio admite que, ao falarmos sobre o mundo, não podemos prescindir de uma relação de referência. Como visto, Chomsky postula dois tipos de relação referencial. A relação *R*, admitida como uma relação entre expressões linguísticas e certo construto teórico denominado de “domínio *D*”; e a relação *R'*, que consiste numa relação em que as expressões linguísticas realmente

³¹⁰ Cf. COLLINS, 2008, p. 16.

“referem” objetos no mundo. Essa relação *R'* aqui suposta é uma relação que é estabelecida em função dos intentos do falante e das variadas perspectivas que ele pode assumir para falar e dizer o mundo. Assim, a relação *R'* é imaginada como sendo um dos usos possíveis da linguagem e, deste modo, tal relação estaria ligada à *performance* linguística do falante. Da perspectiva chomskyana, pessoas podem usar a linguagem para referir coisas, mas sempre visualizando-as a partir de um ponto de vista particular. Esse ponto de vista “depende das configurações específicas de interesses humanos, intenções, fins, e ações”³¹¹. Um dado objeto no mundo, sob um certo ponto de vista, é uma coisa, mas ele pode se tornar uma coisa diferente, sob um ponto de vista diferente.

De acordo com o inatismo, quando usamos qualquer palavra para falar do mundo, não devemos esperar que haja, de facto, coisas no mundo que tenham as propriedades dos intrincados modos de referência que o termo linguístico usado encerra. Lembremos aqui o exemplo de Chomsky do termo “Londres”. Seu ponto é o de que não existe realmente *Londres*, independentemente das perspectivas que adotamos quando usamos esse termo. Assim, o que na verdade temos é as variadas perspectivas individuais sobre *Londres*, nos quais *Londres* pode ser considerada desde um simples ponto em um mapa, até um exemplo de uma cidade organizada. Tudo dependerá unicamente da perspectiva adotada pelo falante. Como já afirmado, os pressupostos aqui assumidos para a defesa dessa ideia são o da plena convicção de que a *Faculdade da Linguagem* de alguma maneira influencia nossa representação do mundo, e o de que o *léxico* inato determina nosso modo de ver as coisas. A questão que se impõe para a pesquisa naturalista internalista é a de saber, de modo detalhado, como tudo isso se processa.

Ao admitir a noção de “perspectiva dos agentes linguísticos sobre as coisas”, Chomsky claramente afirma que os utentes da língua usam as expressões linguísticas para

³¹¹ CHOMSKY, 2000, p. 137.

falarem sobre o mundo em determinadas circunstâncias. Quando ocorre o uso da linguagem, os falantes exprimem aspectos e interesses particulares, em virtude das perspectivas oferecidas pelos recursos linguísticos. De acordo com o inatismo, as palavras em si mesmas não referem nada no mundo. Cada uma delas, em geral, “mesmo a mais simples, não identifica uma entidade do mundo, ou de nosso ‘espaço de crenças’”³¹². Dado que o emprego das palavras ao se falar sobre o mundo está associado à língua-I de cada falante, o modo como eles as usam também é particular e pessoal. Sendo assim, não se pode admitir que exista qualquer ligação *essencialista* ou de qualquer outra natureza metafísica entre as palavras e o mundo. O suposto carácter referencial da linguagem tal como é admitido nas teorias referenciais do significado não passa de apenas um dos usos possíveis da linguagem e, neste caso, não descreve qualquer relação sistemática entre a linguagem e algo que não seja linguagem. A referência, portanto, é um uso das perspectivas pelos falantes, através do módulo conceitual-intencional. Neste sentido, pode-se dizer que, no modelo inatista, a referência faz parte da pragmática.

Considerando essa maneira como usamos as palavras, é claro que as palavras não denotam objetos no mundo externo, porque são os falantes que fazem *uso* delas. Mas para que falantes possam referir (no sentido admitido pelo inatismo) objetos no mundo, é preciso que antes eles tenham capacidade (*competência*) para isso. Se o objeto a que chamamos ‘xícara’ pode ser considerado como um recipiente para pôr café, ou um porta-lápis, ou uma peça antiga de museu, ou uma obra de arte, ou ainda um recipiente para se colocar flores, depende unicamente das perspectivas assumidas pelos agentes linguísticos sobre esse objeto, que são dadas em certas circunstâncias, em momentos particulares. Sendo realmente assim, não pode haver (e não há, segundo o inatismo chomskyano)

³¹² CHOMSKY, 2000, p. 17.

qualquer relação sistemática e direta entre palavras e coisas, porque tudo aqui depende do que o falante tenciona fazer com elas; depende de suas perspectivas.

De acordo com Chomsky³¹³, a cadeira e a caneta que estão agora diante de mim não são essencialmente uma cadeira ou caneta. Sendo assim, todo objeto do mundo poderia ser um número qualquer de diferentes coisas, dependendo dos interesses, funções, intenções do inventor etc. Se alguma coisa no mundo é chamada ‘água’, depende dos interesses e entendimentos especiais humanos. Ou seja, o que é uma coisa e que coisa ela é, depende das configurações específicas dos interesses, objetivos e ações humanas. Essas configurações são indispensáveis para se decidir se uma coisa é cadeira ou caneta. Assim, as circunstâncias sob as quais o proferimento do falante foi feito têm de ser levadas em conta. Em termos práticos, o que é uma mesa vai depender do uso das perspectivas contidas nas intenções dos falantes. Se essas perspectivas variam, seu uso também pode variar, dado que as perspectivas podem ser empregadas de modos peculiares.

Essa maneira de conceber a relação linguagem e mundo está em total concordância com o que foi proposto por Wittgenstein, em sua *Spätphilosophie*. Para ele, os conceitos semânticos básicos não envolvem nem pressupõem qualquer tipo de relação específica entre a linguagem e o mundo, mas é só numa aplicação dentro de um *jogo de linguagem* específico que uma palavra pode ter significado. De facto, assumindo as noções wittgensteinianas de *regra*, *jogo de linguagem* ou mesmo a de *uso* de uma palavra no seio de um *jogo de linguagem*, não podemos sequer supor que há uma relação entre a linguagem e o mundo. Neste caso, o que é determinante para o *uso* das palavras numa prolação sobre o mundo não é o facto de essa prolação ser acompanhada por acontecimentos mentais, nem mesmo ser avalizada por algum elemento misterioso capaz de ligar ou associar seus elementos aos objetos no mundo. A concepção wittgensteiniana

³¹³ CHOMSKY, 2000, p. 42, 128 e 137.

de *uso* exige um contexto específico no qual esse *uso* seja feito. Trata-se do *jogo de linguagem* no qual a palavra pode ser usada. Nas *Investigações* nos é dito que “com as palavras ‘quando ouvi a palavra, ela significou para mim...’ se faz referência a um momento e a uma espécie de emprego da palavra. Como o próprio Wittgenstein afirma: “a expressão ‘eu queria dizer naquela ocasião ...’ refere-se a um dado *momento* e a uma ação”³¹⁴. Ou seja, o modo correcto de *uso* de uma palavra depende de como a ação do falante decorreu no momento em que ela foi dita. Depende, em resumo, das circunstâncias do seu proferimento.

Independentemente do *uso* que dela é feito no interior de *jogos de linguagem* em que ela se integra, uma expressão linguística é completamente inerte. Esses *usos* são regidos e governados pela *gramática* das palavras, que se traduzem como sendo as regras que governam a ampla e complexa multiplicidade de situações de *usos* das palavras que compõem as nossas mais diversas práticas linguísticas. É por isso que à *gramática* não pertence dizer como um termo linguístico *tem que ser usado*, mas apenas descrever o seu *uso* nos respectivos contextos específicos³¹⁵. E, dado que essa *gramática* é inerente ao próprio uso das expressões linguísticas, “nada está escondido” das supostas relações entre linguagem e mundo³¹⁶. Deste modo, nenhum significado é determinado por nada exterior ao seu *uso* gramatical. Neste caso, não é a fórmula química H₂O que determina necessariamente o significado do termo ‘água’, como querem os externalistas.

Quando, desta perspectiva, alguém aprende a *usar* uma palavra, aprende simultaneamente uma certa maneira de organizar o mundo. Neste sentido, aprender as regras de *uso* é, tal como em Chomsky, admitir a noção de “perspectiva dos agentes linguísticos sobre as coisas”, na qual os utentes da língua usam as expressões linguísticas para falarem sobre o mundo sob determinadas circunstâncias. Repare-se que, aqui, não se

³¹⁴ *IF*, II, p. 234.

³¹⁵ Cf. *IF*, § 496

³¹⁶ *IF*, § 435.

assume que os falantes usam expressões linguísticas para denotar substâncias do mundo, ou o modo como as coisas são em si mesmas, mas apenas que o falante utiliza sua capacidade linguística para falar do mundo.

Tanto da perspectiva do inatismo chomskyano como na pragmática wittgensteiniana da linguagem os conceitos semânticos não envolvem qualquer relação de representação com a realidade. Com efeito, nem a noção de *uso* de uma palavra no seio de um *jogo de linguagem* nem a admissão de um mecanismo traduzido em sistemas “conceitual-intencional”, que se utilizam do conjunto das propriedades semânticas dos itens lexicais das expressões geradas para interpretação da linguagem e das consequentes prolações sobre o mundo, remetem para uma qualquer comparação entre a linguagem e a realidade. Neste caso, as palavras deixam de ser vistas como algo que estabelece algum tipo de conexão entre ambos os domínios.

Rigorosamente falando, nada há de necessário no facto de usarmos os sinais da linguagem do modo como usamos. No fundo, na relação entre a linguagem e o mundo o que é determinante é sempre o modo particular através do qual intervimos na realidade, e não supostas relações de carácter metafísico ou essencialista existentes entre a linguagem e o mundo.

Essa convicção é o que precisamente leva Chomsky a admitir que é possível que a linguagem natural tenha apenas sintaxe e pragmática. E, se quisermos considerar os aspectos semânticos, deveremos admiti-los apenas no sentido “do estudo de como este instrumento, cuja estrutura formal e cujas potencialidades de expressão estão sujeitas à investigação sintáctica é, de facto, colocado em uso numa comunidade de discurso”³¹⁷. Portanto, a partir do conceito de *uso* admitido pela filosofia de Wittgenstein, há um modo de entender a relação linguagem e mundo que se ajusta perfeitamente à perspectiva

³¹⁷ CHOMSKY, 2000, p. 233.

inatista. Assim, apesar de terem pontos de partida diferentes, a pragmática de Wittgenstein e o programa gerativo chomskyano se unem negativamente contra o entendimento da relação linguagem-mundo que predomina em boa parte da filosofia contemporânea da linguagem. Isso faz com que os modos como Wittgenstein e Chomsky entendem essa relação sejam perfeitamente compatíveis um com o outro.

Ao defender a ideia de que o estudo da linguagem é uma parte da “pesquisa naturalística”³¹⁸, a linguagem é vista como um fenômeno natural, ao contrário de, por exemplo, uma construção artificial ou cultural, como defendem os externalistas semânticos. Nesse sentido, quando estes utilizam o termo ‘linguagem’, eles o tomam como referindo o gênero de coisas externas a que nos habituámos a chamar as nossas línguas naturais e objetos semelhantes. Esta dimensão externa se encontra muito distante daquilo que Chomsky chamou de linguagem-I, que faz parte do aparelho cognitivo dos seres humanos. De acordo com o inatismo, é impossível fazer uma ciência da linguagem admitindo o conceito de linguagem-E, tal como este conceito é defendido pelos externalistas. Para Chomsky, os externalistas semânticos não fazem ciência, apesar de reivindicarem fazê-la. É óbvio que eles têm o direito de não pesquisarem cientificamente a linguagem. Porém, uma vez que não são cientistas, o máximo que eles deveriam fazer era uma investigação filosófica acerca do fenômeno linguístico tal como Wittgenstein fez.

Curiosamente, Chomsky está consciente da aproximação entre o seu programa de investigação e a pragmática de Wittgenstein. Como ele mesmo afirmou, muitos aspectos assumidos pela perspectiva inatista parecem adequados às “intuições de Wittgenstein”; e, uma dessas intuições é certamente a da maneira correcta de entender a relação entre linguagem e mundo, como tentámos mostrar nessa tese. Essa mesma consciência levou também a dizer que, embora a semântica externalista reivindique ser herdeira de muitos

³¹⁸ CHOMSKY, 2000, p. 76 – 78, 106.

dos postulados apresentados pela *Spätphilosophie* wittgensteiniana, ela deveria levar mais a sério “alguns dos bons conselhos de Wittgenstein”³¹⁹. Do seu ponto de vista, se os seus proponentes seguissem tais conselhos, suas propostas semânticas seriam certamente diferentes. Neste sentido, o inatismo chomskyano pode ser visto como uma vindicação de pontos centrais do pensamento de Wittgenstein.

8.5. À guisa de uma conclusão: a linguística, a filosofia da linguagem, e a filosofia da linguística

O enredo argumentativo aqui apresentado para fundamentar a ideia principal desta tese não tem a pretensão de ser hermético, fechado em si e para si mesmo. Isto é, não tem a pretensão de dar por encerrada a discussão sobre os temas aqui tratados. Por isso, não é descabido inseri-lo no contexto das discussões contemporâneas em filosofia da linguística.

A filosofia da linguística é um domínio de investigação recente e promissor. Uma maneira simples de defini-la é concebê-la como filosofia da ciência aplicada à linguística³²⁰. Neste sentido, trata-se de um campo de estudos paralelo aos da filosofia da física, filosofia da psicologia, filosofia da biologia, filosofia da química etc.

Tal como ocorre com estes, discutem-se, na filosofia da linguística, tópicos gerais de natureza metodológica e explicativa. Em primeiro lugar, e talvez o mais importante deles, é o de saber o que de facto é a linguística. Neste caso, discute-se sobretudo se a linguística pode ser reduzida a ciências mais básicas; mas discute-se também a sua relação com a filosofia da linguagem. Em segundo lugar, o de saber que tipo de evidência empírica é a mais adequada para o estudo da linguística. O interesse por este tópico conduz, por sua vez, à discussão da natureza da relação entre os dados empíricos observáveis e os

³¹⁹ CHOMSKY, 2000, p. 225.

³²⁰ Cf. STANTON, 2014, p. 1.

postulados teóricos que visam explicá-los. Deste tópico decorre, ainda, o debate acerca de quais os objetivos teóricos desta disciplina.

Indiscutivelmente, este modo de caracterizar a filosofia da linguística faz com que esta seja um campo de estudo diferente não só do da filosofia da linguagem, como também do da linguística propriamente dita. Tradicionalmente, a filosofia da linguagem e a linguística são vistas como campos de estudo diferentes. A linguística caracteriza-se por fazer uma abordagem científica da linguagem. Como toda a ciência, a linguística baseia-se em observações, conduzidas por um método, e fundamentadas por uma teoria. Neste sentido, a função de um linguista seria a de estudar toda e qualquer manifestação linguística como um facto empírico, isto é, como algo passível de descrição e explicação, dentro de um quadro científico adequado.

O interesse da filosofia pela linguagem não é recente. Desde sua origem, a filosofia (pelo menos a ocidental) tentou compreender o fenómeno humano da linguagem. Contudo, foi só a partir do final do século XIX que a linguagem passou a ocupar um espaço central no seio da filosofia. Para o comprovar, basta observar o significativo número de filósofos contemporâneos que se dedicaram à tarefa de compreender a linguagem e se caracterizaram a si próprios como filósofos da linguagem. A filosofia da linguagem busca encontrar características universais subjacentes ao fenómeno linguístico; por exemplo, o modo como as palavras significam, a estrutura lógica da linguagem, a estrutura dos atos de fala etc., e assume que, para atingir esse propósito, deve-se ir além da simples análise dos factos empíricos sobre esta ou aquela língua particular.

Uma maneira simples de imaginar a diferença tradicionalmente admitida entre um filósofo da linguagem e um linguista é vista na ilustração proposta por Jaroslav Peregrin³²¹. Ele propõe que imaginemos dois pesquisadores que aceitam investigar uma paisagem

³²¹ PEREGRIN, 2012, p. 1 – 2.

desconhecida. Um deles opta por contratar um helicóptero e, ao alçar voo, consegue obter uma visão de toda a paisagem, fazendo, inclusive, um mapeamento dos seus limites geográficos e territoriais. Já o outro pesquisador opta por caminhar entre a paisagem, levando consigo uma câmara, um bloco de anotações, e alguns instrumentos. Ele tira fotos e faz anotações sobre os tipos de rochas, plantas e animais que por lá se encontram. A lição extraída da ilustração e que é importante destacar aqui é a seguinte: enquanto o filósofo da linguagem se assemelha ao pesquisador que se interessa por investigar a paisagem voando num helicóptero (buscando os princípios mais gerais de funcionamento da linguagem), o linguista se assemelha ao pesquisador caminhante, que presta atenção aos detalhes da paisagem. Sem dúvidas, estes dois caminhos são distintos; e a questão que logo se impõe diante dessas duas realidades é a de saber qual a melhor maneira de pesquisar a paisagem; qual seria, de facto, o caminho mais razoável.

Entretanto, esta maneira tradicional de se olhar a relação entre a linguística e a filosofia da linguagem tem sido abandonada e, atualmente, um outro modo de se olhar essa relação tem sido estabelecido. Atualmente, a linha divisória que delimita e distingue estes campos de investigação não é muito nítida. É precisamente nesse contexto de proximidade entre estas disciplinas que se abre o espaço para falarmos da filosofia da linguística.

Do ponto de vista de teóricos como Peregrin³²², pesquisas contemporâneas dentro da filosofia da linguagem e da linguística não são excludentes, mas, sim, complementares. Retomando a ilustração, a perspectiva por ele assumida é a de que, do mesmo modo que o trabalho dos dois pesquisadores citados na ilustração acima pode convergir e o esforço de um pode contribuir para clarificar o esforço do outro, o trabalho dos linguistas e dos filósofos da linguagem pode igualmente convergir num único empreendimento colaborativo, reunindo, num só âmbito, tanto os princípios empíricos que possibilitam o

³²² Cf. PEREGRIN, 2012, p.2.

tratamento dos dados particulares, como os princípios mais gerais que também os caracterizam. Esta será a perspectiva assumida nesta tese.

Rigorosamente falando, este caminho de cooperação entre a linguística e a filosofia da linguagem não deveria causar qualquer espanto ou admiração. A linguística sempre foi uma área de estudos particularmente rica em problemas filosóficos, dado que a linguagem é um fenômeno intrinsecamente humano, que está ligado não só ao que os seres humanos são, mas também a tudo o que eles fazem. Ora, o que os seres humanos são e fazem é um objeto direto do pensar filosófico.

No entanto, não se pode ignorar que há temas específicos que de certa forma particularizam cada uma dessas disciplinas. Por exemplo, o aprendizado da linguagem, a distinção entre competência e desempenho, e o poder explicativo das teorias linguísticas são temas que mais especificamente interessam, digamos, à linguística. Por outro lado, questões que envolvem a natureza do significado, o uso da linguagem, a relação entre a linguagem e a realidade, e a questão da referência são temas que mais diretamente interessam à filosofia da linguagem.

Todavia, da perspectiva da filosofia da linguística, essa distinção do que teoricamente pertence a uma esfera e a outra se deve, muitas vezes, não propriamente à natureza dos problemas envolvidos, mas ao tipo de resposta que se dá. Do ponto de vista da atual filosofia da linguística, os modelos teóricos que propõem solucionar os principais problemas que envolvem o fenômeno humano da linguagem podem ser categorizados em abordagens, que, em geral, são classificadas a partir do modo como elas consideram e respondem a algumas questões centrais. Não há unanimidade quanto à classificação apropriada. Uma taxonomia comumente aceita é a proposta pelos autores da entrada

Philosophy of Linguistics da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*³²³. Estes propõem que se distinga entre três grandes linhas de pensamento linguístico: a *Externalista*, a *Emergentista* e a *Essencialista*³²⁴.

As diferenças centrais entre essas abordagens dependem do que os proponentes consideram ser o principal objetivo da teorização linguística e o que eles de facto consideraram como explicação satisfatória para o fenómeno da linguagem. Consideremos, resumidamente, cada uma delas.

A abordagem externalista, que apesar do nome não tem absolutamente nada a ver com o externalismo semântico acima apresentado, defende que o objetivo principal de uma teoria linguística é o de desenvolver modelos precisos das propriedades estruturais existentes na linguagem, nomeadamente, modelos que descrevam as propriedades dos sons, das palavras, das sentenças e de outros itens linguísticos. Deste ponto de vista, o objetivo de uma teoria acerca da linguagem seria o de descrever, a partir de observações empíricas, certos padrões que a caracterizam. A linguística estruturalista é o melhor exemplo deste tipo de abordagem.

Os emergentistas, por sua vez, defendem que a linguagem é primariamente um produto cultural ou social, e deve ser compreendida como tal. Eles admitem que apenas fazer análises estruturais é muito pouco para desvendar os seus enigmas. Uma área de investigação central dos emergentistas é a da suposta influência das estruturas sociais sobre a mudança linguística. Grande parte dos filósofos que fizeram da língua-E o alvo de suas reflexões teóricas insere-se nesse tipo de abordagem. Os representantes do externalismo

³²³ Cf. SCHOLZ, Barbara C.; PELLETIER, Francis Jeffrey; PULLUM, Geoffrey K. *Philosophy of Linguistics*. In: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/linguistics/>>. Acessado em 23/01/2017, às 10h50m.

³²⁴ Embora esta seja a classificação das abordagens mais comumente admitida na atual filosofia da linguística, uma outra taxonomia é indicada por Roberto J. Stainton. Deste ponto de vista, há quatro diferentes abordagens: a *Social*, a *Fiscalista*, a *Mentalista*, a *Platónica*. (Cf. STAINTON, 2014, p. 2-5).

semântico aqui apresentado, o próprio Wittgenstein, e pesquisadores da sociolinguística fazem todos parte desse grupo.

Por fim, temos a abordagem essencialista. Ela se caracteriza por buscar identificar as propriedades intrínsecas da linguagem, isto é, aquelas propriedades que tornam a linguagem naquilo que ela é. Ela busca, portanto, encontrar os universais linguísticos presentes em todas as línguas naturais. Desta perspectiva, tais universais não são aprendidos, mas são tacitamente conhecidos, e são eles que permitem às crianças aprender uma língua. Chomsky e boa parte dos cientistas da linguagem exemplificam esta postura teórica.

Importa notar que os nomes dados pela atual filosofia da linguística a estas abordagens têm apenas como objetivo fixar as suas linhas gerais, e não fornecer descrições precisas e exatas de cada uma delas. Portanto, elas não estão submetidas a uma rigorosa delimitação.

Isto nos conduz a outro ponto que merece aqui ser ressaltado. Ele consiste em que há, internamente, diferentes tendências em cada uma destas abordagens e, por isso, encontramos nelas uma ampla e variada gama de projetos de investigação distintos. É óbvio que alguns desses projetos expressam mais nitidamente o conjunto das características da abordagem a que pertencem. Entretanto, as tendências internas a cada uma delas não devem ser consideradas como programas de pesquisa acabados e concluídos. Mas isso não implica dizer que não se consiga delimitar suas características. Apesar de, às vezes, apresentarem inconsistências terminológicas, é possível delinear com certa precisão o que caracteriza cada uma destas abordagens.

Todavia, embora elas tenham pontos de partida diferentes, estes não são senão centros gerais de ênfase. Isso quer dizer que não há impossibilidade alguma de haver convergências. Aliás, muitos pesquisadores inseridos no âmbito da filosofia da linguística

reúnem em suas propostas aspectos característicos de cada uma das três abordagens. De facto, não há qualquer impedimento metodológico para um pesquisador do fenómeno da linguagem inserido numa das tendências acima indicadas de perseguir simultaneamente uma linha de investigação típica de outra tendência. Por exemplo, não há nenhum impedimento metodológico a que um emergentista ou essencialista recorra a dados usados nos trabalhos linguísticos dos externalistas acerca da descrição de padrões linguísticos, na tentativa de explicar a estrutura sintáctica de uma sentença. Do mesmo modo, não há qualquer incompatibilidade metodológica quando, na tentativa de explicar algum aspecto da linguagem, externalistas apelam para sistemas de análise computacional, os quais são tipicamente utilizados pelos essencialistas.

Duas são as vantagens que podem ser evidenciadas num quadro de investigação assim delineado. Ambas são claramente exemplificadas pela proposta desta tese.

A primeira vantagem é a de se poder verificar que, mesmo tendo pontos de partida diferentes, abordagens distintas podem chegar a conclusões semelhantes a respeito de certos problemas. No caso aqui abordado, apesar de terem pontos de partida substancialmente diferentes, a filosofia de Wittgenstein e o programa gerativo chomskyano, para além de se unirem negativamente contra o entendimento da relação entre linguagem e mundo que predomina em boa parte da filosofia contemporânea da linguagem, também convergem positivamente no modo como entendem essa relação.

A outra vantagem é a de que esta visão de J. Peregrin acerca do âmbito da filosofia da linguística pode fornecer um amplo pano de fundo para o desenvolvimento de programas de pesquisa específicos. Neste sentido, um proponente de uma determinada abordagem teórica pode ser motivado por alguns aspectos do projeto de um das outras abordagens. Isto constata-se claramente quando consideramos a proposta de conciliação

aqui feita entre o inatismo de Chomsky e a pragmática wittgensteiniana no âmbito da investigação semântica.

De modo particular, esta contenção parece estar alinhada com o diagnóstico efetuado por Jaroslav Peregrin no âmbito da filosofia da linguística contemporânea, de acordo com o qual a velha dicotomia entre filosofia da linguagem e linguística deve ser ultrapassada no âmbito de uma nova ciência da linguagem e da sua filosofia. Neste sentido, a hipótese assumida e defendida por esta tese pode servir tanto como pano de fundo como como fonte inspiradora para novos e promissores programas de investigação.

REFERÊNCIAS

- ABIB, José; A. Damásio. **Teorias do comportamento e subjetividade na psicologia**. São Carlos: EDUFSCar, 1997. 165p.
- AHMED, A. **Saul Kripke**. London: Continuum, 2007.
- AMBROSE, Alice (ed.). **Wittgenstein's lectures: Cambridge 1930 – 32**: from the notes of Alice Ambrose and Margaret Macdonald. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- AMORETTI, Maria; VASSALO, Niela. (eds.). **Knowledge, language, and interpretation**: on the philosophy of Donald Davidson. Frankfurt-Heusenstamm: Ontos Verlag, 2009. ISBN 978-38-6838-000-2.
- ANTONY, L. M.; HORNSTEIN, N. (eds.). **Chomsky and his critics**. Oxford: Blackwell, 2003. ISBN 978-06-312-0021-5.
- APEL, K.-O. **Transformação da filosofia: o *a priori* da comunidade de comunicação**. Trad. de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2000.
- ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- ATLAS, J. **Philosophy without ambiguity**. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962. [_____. **Quando dizer é fazer: palavras e ações**. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990].
- BAKER, G. Following Wittgenstein: some signposts for Philosophical Investigations §§ 143 – 242. In: HOLTZMAN, Steven H; LEICH, Christopher M. (eds.). **Wittgenstein: to follow a rule**. Londres: Routledge, 2005. ISBN 978-04-156-1105-3.
- BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: rules, grammar and necessity**: essays and exegesis of §§185–242. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2009. v. 2. ISBN 978-14-051-8408-3.
- _____. **An analytical commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell, 1980. v.1.
- _____. **Scepticism, rules and language**. Oxford: Blackwell, 1984.
- BANDINI, Carmem Silva Motta; DE ROSE, Júlio César Coelho. Práticas educacionais no Behaviorismo Radical: uma análise da proposta skinneriana de uma educação voltada para a liberdade e a criatividade. In: SILVA, W. C. M. P. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**: reflexões teórico-conceituais e implicações para a pesquisa. Santo André: ESETEC, 2007, v. 20, p. 18-28. ISBN 85-883-0394-9.

BARBOSA FILHO, Balthazar. Nota sobre o conceito de jogo de linguagem nas Investigações. *In: DALL'AGNOL, Darlei (ed.) Wittgenstein no Brasil*. São Paulo: Escuta, 2008. ISBN 978-85-713-7268-9.

BAUM, William M. O behaviorismo como filosofia da ciência. *In: BAUM, William M. Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2007, p. 33 – 48. ISBN 85-363-0697-1.

BERGER, A. (ed.). **Saul Kripke**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 78 – 99.

BERNSTEIN, Richard J. **The pragmatic turn**. Cambridge: Polity Press, 2010.

BESSION, C. Rigidity, Natural Kind Terms, and Metasemantics. *In: BEEBEE, H.; SABBARTON-LEARY, N. The semantics and metaphysics of natural kinds*. New York: Routledge, 2010, p. 25 – 45.

BORGES NETO, J. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson G. (eds). **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CABRERA, Julio. **Margens das filosofias da linguagem: conflitos e aproximações entre analíticas, hermenêuticas, fenomenologias e metacríticas da linguagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, 302p. ISBN 85-230-0739-3.

CARNAP, R. Foundations of logic and mathematics. *In: In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C. (Orgs.). International Encyclopedia of Unified Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1938, p. 139 – 244.

CARRARA, Kester. **Behaviorismo radical: crítica e metacrítica**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 438 p. ISBN 85-713-9584-5.

CHAUVIRÉ, Christiane. **Wittgenstein**. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. ISBN 85-7110-164-7.

CHOMSKY, N. Systems of syntactic analysis. **Journal of Symbolic Logic**. v. 18, n. 3, 1953.

_____. Logical syntax and semantics: their linguistic relevance. **Language**. v. 31, n. 1, p. 36-45, 1955.

_____. A review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. **Language**, v. 35, n. 1, p.26-58, 1959.

_____. **Current issues in linguistic theory**. Paris: Mouton, 1964.

_____. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge: The MIT Press, 1965.

_____. **Cartesian Linguistics**. New York: Harper & Row, 1966.

- _____. The case against B. F. Skinner. **The New York review of books**, n. 30, 1971.
- _____. **Syntactic Structures**. Paris: Mouton, 1972.
- _____. Conditions on transformations. *In*: ANDERSON, S.; KIPARSKY, P. Kiparsky (eds.). **A Festschrift for Morris Halle**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973, p. 232 – 286.
- _____. **Studies on semantics on generative grammar**. Netherlands: Mouton, 1975.
- _____. **Reflections on language**. London: Fontana Books, 1976. [_____. **Reflexões sobre a linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1980].
- _____. **Essays on form and interpretation**. New York: North-Holland, 1977.
- _____. **Rules and Representations**. New York: Columbia University Press, 1980.
- _____. **Some concepts and consequences of the theory of government and binding**. Cambridge: the MIT Press, 1982. (Linguistic inquiry monographs, 6)).
- _____. **Knowledge of language: its nature, origin and use**. London: Praeger, 1986. [_____. **O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso**. Lisboa: Caminho, 1994].
- _____. **Language and problems of knowledge**. Cambridge: The MIT Press, 1988.
- _____. Linguistics and Cognitive Science: Problems and Mysteries. *In*: KASHER, A. (ed.). **The chomskyan turn**. Oxford: Blackwell, 1991.
- _____. Mental Constructions and Social Reality. *In*: REULAND, E.; ABRAHAM, W. (eds.). **Knowledge and Language: from Orwell's problem to Plato's problem**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.
- _____. **The minimalist program**. Massachusetts: MIT Press, 1995. [_____. **O programa minimalista**. Trad. de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1999].
- _____. Language and Nature. **Mind**. v. 104, 413, Oxford, 1995, p. 1 – 61.
- _____. **On nature and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- _____. **New horizons in the study of language and mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. [CHOMSKY, N. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Trad. de Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Unesp, 2005].
- _____. **Language and mind**. 3. ed. Cambridge: University Press, 2006, 190p.
- _____. **On language**. New York: The New Press, 2007.
- COLLINS, J. **Chomsky: a guide for the perplexed**. London: Continuum, 2008.

COOK, Vivian; NEWSON, Mark. **Chomsky's universal grammar: an introduction**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1996.

DALL'AGNOL, Darlei. Natural ou transcendental: sobre o conceito *Lebensform* em Wittgenstein e suas implicações para a ética. **Revista de Filosofia Aurora**. Curitiba, v. 21, n. 29, p. 277 – 295, jul./dez. 2009.

DAVIDSON, D. Truth and Meaning. **Synthese**, v. 17, 1, 1967, p. 304 – 323.

_____. Reality Without Reference. **Dialectica**, v. 31, 3-4, 1977, p. 247 – 258.

_____. **Inquiries into truth and interpretation**. Oxford: Clarendon Press, 1984.

_____. A nice Derangement of Epitaphs. *In*: LEPORE, E. (Ed.). **Truth and interpretation**. Oxford: Blackwell, 1986.

_____. The structure and content of truth. **Journal of Philosophy**, 87-6, 1990.

_____. **Subjective, intersubjective, objective**. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. **Truth, language, and history**. New York: Oxford, 2005.

DEVITT, M. **Designation**. New York: Columbia University Press, 1981.

_____. **Coming to our senses: a naturalistic program for semantic localism**. New York: Cambridge University Press, 1996.

DUMMETT, Michael. A nice derangement of epitaphs: some comments on Davidson and Hacking. *In*: LEPORE, E (ed.). **Truth and interpretation**. Oxford: Blackwell, 1986, p. 457 – 476.

EGAN, F. Naturalistic Inquiry: Where does Mental Representation Fit in? *In*: ANTONY, L. M.; HORNSTEIN, N. (eds.). **Chomsky and his critics**. Oxford: Blackwell, 2003.

FITCH, G. W. **Saul Kripke**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.

_____. On Kripke and statements. **Midwest Studies in Philosophy**, XXVIII, 2004, p.295-308.

FLOYD, Juliet. Prosa versus demonstração: Wittgenstein: sobre Gödel, Tarski e a verdade. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga, v. 58, fasc. 3, p. 605 – 632, jul./set. 2002. Trimestral. ISSN 08070-5283.

FREGE, G. **Grundgesetze der Arithmetik**. Jena: Verlag Hermann Pohle, 1893, v. 2, § 88.

_____. **Sobre o sentido e referência**. São Paulo: Cultrix, 1978.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 13. ed. Trad. de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 2013.

GARGANI, Aldo G. **Introduzione a Wittgenstein**. 11. ed. Roma: Editori Laterza, 2005.

GARVER, N. Naturalism and transcendentalism: the case of 'form of life'. *In*: TEGHRARIAN, S. **Wittgenstein and contemporary philosophy**. Bristol: Thoemmes Press, 1994, p. 41 – 69.

_____. **This complicated form of life**. Chicago: Open Court Publishing Company, 1994.

GEOFFREY, Leech. **Principles of pragmatics**. Essex: Longman Publishers, 1988.

GLOCK, J. H. **Dicionário Wittgenstein**. Trad. de Helena Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 174 – 175.

_____. **Quine and Davidson on language, thought and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GROLLI, Ivonei Fabiano. A ideia de filosofia nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. **Revista Filosofazer**. a. IX, n. 16, p. 84 – 100, jan. 2000. Semestral. ISSN 1413-4675.

GUTTENPLAN, S. **A companion to the philosophy of mind**. Oxford: Blackwell, 1994. ISBN 0-631-17953-4.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Trad. de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988, v. 1 e 2.

_____. Ludwig Wittgenstein. *In*: _____. **Perfiles filosóficos-políticos**. 2. ed. Trad. de Manuel Jiménez Redondo. Buenos Aires, Arg.: Editora Taurus, 2003, p. 195 – 199. ISBN 84-306-0399-9.

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein's place in twentieth-century analytic philosophy**. Oxford: Blackwell, 1996.

HACKING, I. Putnam's theory of natural kinds and their names is not the same as kripke's. **Principia**, Santa Catarina, v. 11, n. 1, 2007. p. 1 – 24. ISSN: 1414-4217.

HALLER, Rudolf. **Wittgenstein e a filosofia austríaca: questões**. Trad. de Norberto de Abreu e Silva Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. ISBN 85-314-0018-X.

HATTIANGADI, Anandi. **Oughts and thoughts: rule-following and the normativity of meaning**, Oxford, Oxford University Press, 2007.

HEBECHE, Luiz. "Não Pense, veja!": sobre a noção de "semelhanças de família" em Wittgenstein. **Revista Veritas**. Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 31 – 58, mar. 2003. Trimestral. ISSN 0042-3955.

HERTZBERG, Lars. Wittgenstein and the sharing of language. *In*: HALLER, Rudolf; BRANDL, Johannes. **Proceedings of the 14th international Wittgenstein-symposium**, Viena, 1990, p. 47 – 56.

HINTIKKA, Merrill B.; HINTIKKA, Jaakko. **Uma investigação sobre Wittgenstein**. Trad. de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1994. ISBN 85-308-0314-0.

HINZEN, Wolfran. Minimalism. *In*: KEMPSON, Ruth; FERNANDO, Tim; ASHER, Nicholas. (Eds.). **Philosophy of linguistics**. Oxford: Elsevier B.V, 2012, p. 93 - 141.

HITCHCOCK, C. **Contemporary debates in philosophy of science**. Malden: Blackwell, 2004.

HUGHES, C. **Kripke: names, necessity, and identity**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HUMPHREYS, P. W.; FETZER, J. H. (eds.). **The new theory of reference: Kripke, Marcus, and its origins**. Dordrecht: The Netherlands, 1998.

HUNTER, J. F. M. Forms of life in Wittgenstein's *Philosophical investigations*. *In*: KLEMKE, E. D (ed.). **Essays on Wittgenstein**. Chicago: University of Illinois Press, 1971.

JACOBOVITS; MIRON (eds.) **Readings in the psychology of language**. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

JUSTI, Francis Ricardo dos Reis; ARAÚJO, Saulo Freitas. Uma avaliação das críticas de Chomsky ao *Verbal Behavior* à luz das réplicas behavioristas. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 267 – 274, 2004.

KATZ, J.J. **The Philosophy of linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

KEMPSON, Ruth; FERNANDO, Tim; ASHER, Nicholas. (Eds.). **Philosophy of linguistics**. Oxford: Elsevier B.V, 2012, p. 1 – 2. ISBN 978-0-444-51747-0.

KNOWLES, Jonathan. Davidson versus Chomsky: the case of shared languages. *In*: ZACKARIASSON, Ulf (Ed.). **Action, belief and inquiry: pragmatist perspectives on science, society and religion**. Helsinki: Nordic Pragmatism Network, 2015, p. 300 – 319. ISBN 978-952-67497-2-3

KOLBE, W. B. F. Skinner radical's behaviorism: logical positivism or dialectical materialism? **Behaviorists for Social Action**, v. 1, n. 1, p. 30-56, 1978.

KORSGAARD, Christine. **The sources of normativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KOTATKO, P.; PAGIN, Peter; SEGAL, Gabriel. (eds.). **Interpreting Davidson**. Stanford: CSLI Publications, 2001.

KRIPKE, S. Naming and necessity. *In*: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (org.). **Semantics of natural language**. Dordrecht: Reidel, 1972.

_____. **Naming and necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

_____. **Wittgenstein on rules and private language.** Cambridge: Harvard University Press, 1982.

_____. Speaker's Reference and Semantic Reference. *In:* _____. **Philosophical troubles.** Oxford: Oxford University Press, 2011, v. 1, p. 99 – 124.

_____. Frege's Theory of Sense and Reference. *In:* _____. **Philosophical troubles.** Oxford: Oxford University Press, 2011, v. 1, p. 254 – 291.

KUUSELA, Oskari. **The struggle against dogmatism: Wittgenstein and the concept of philosophy.** Massachusetts: Harvard University Press, 2008.

LAURENCE, Stephen; MARGOLIS, Eric. The poverty of the stimulus argument. **British journal for the philosophy of science.** Oxford, v. 52, n. 2, p. 217 – 276. June. 2001.

LE DU, Michael. Wittgenstein e o uso da linguagem como cálculo. **Doispontos.** Curitiba, v. 6, n. 1, p.167 – 179, Abril. 2009.

LEE, Myung-Hyun. On rule following. *In:* HALLER, Rudolf; BRANDL, Johannes. **Proceedings of the 14th international Wittgenstein-symposium,** Viena, 1990, p. 215 – 218.

LEPORE, Ernest. (ed.). **Truth and interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson.** Oxford: Basil Blackwell, 1986.

_____. **Donald Davidson's truth-theoretic Semantics.** Oxford: Clarendon Press, 2007.

_____. **A companion to Donald Davidson.** Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

LEPORE, Ernest; LUDWIG, Kirk (eds.). **Donald Davidson: meaning, truth, language and reality.** Oxford: Clarendon Press, 2006.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática.** Trad. de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIMA, José Pinto. (Org.). **Linguagem e ação: da filosofia analítica à linguística pragmática.** Trad. de José M. Justo, José Pinto de Lima e Lídia Campos Rofrigues. Lisboa: Aspáginastantas, 1983. (Materiais Críticos, 3).

_____. **Pragmática linguística.** Lisboa. Editora Caminho, 2006.

LOPES, Carlos Eduardo; ABIB, José A. Damásio. O behaviorismo radical como filosofia da mente. **Psicologia: reflexão e crítica.** Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 85 – 94, 2003.

LYCAN, William G. **Philosophy of language: a contemporary introduction.** 2. ed. New York: Routledge, 2008.

MACCORQUODALE, Kenneth. On Chomsky's review of Skinner's Verbal Behavior. **Journal of the experimental analysis of behavior.** v. 13, n. 1, p. 83 – 99, jan. 1970.

MALCOLM, Normam. Wittgenstein's Philosophical Investigations. *In*: PITCHER, G. (ed.). **Wittgenstein: the philosophical investigations**. London: Macmillan, 1963.

_____. **Nothing is hidden**: Wittgenstein's criticism of his early thought. Oxford: Blackwell, 1986.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, p. 11.

MARTINS, Paula. Como Superar o Dualismo sem Reduccionismo: Davidson e a crítica hermenêutica na filosofia da mente. *In*: SMITH, P. J.; SILVA FILHO, W. J. (Orgs.). **Significado, verdade, interpretação**: Davidson e a filosofia. São Paulo: Loyola, 2005.

MESSERI, Marco. Seguir la regola. *In*: MARCONI, Diogo (org.). **Guida a Wittgenstein**. Roma: Editori Laterza, 2002. ISBN 88-420-5311-2.

MILLIKAN, R. G. In Defense of Public Language. *In*: ANTONY, Louise M.; HORNSTEIN, Norbert (Eds.). **Chomsky e his critics**. Essex: Blackweel publishing Ltd, 2003, p. 215 – 237.

MIGUENS, Sofia. **Filosofia da linguagem**: uma introdução. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2007.

MONK, Ray. **Wittgenstein**: o dever do gênio. Trad. de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia de Letras, 1995. ISBN 85-7164-462-4.

MORENO, Arley R. **Wittgenstein**: os labirintos da linguagem: ensaio introdutório. São Paulo: Moderna, Editora da Universidade de Campinas, 2000. 128p. (Coleção Logos). ISBN 85-16-02381-8.

MORRIS, C. W. Foundations of the theory of signs. *In*: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C. (Orgs.). **International encyclopedia of unified science**. Chicagon: University of Chicagon Press, 1938, p. 77 – 138.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. A semântica de Wittgenstein I: teoria da figuração. *In*: _____. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 93 – 114. ISBN 85-15-01509-9

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Wittgenstein, jogos e semelhanças de família. *In*: _____. **Da ciência cognitiva à dialética**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. p. – 151 – 162. (Coleção Filosofia da Ciência e Epistemologia). ISBN 85-86590-06-6.

OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de. Mundo da vida: a apropriação habermasiana de Husserl e Wittgenstein. **Revista Veritas**. Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 133 – 145. mar. 1999. Trimestral. ISSN 0042-3955.

ORLANDO, E. **Concepciones de la referencia**. Argentina: Editorial Eudeba, 1999.

OTERO, M. P. **Esbozo de la filosofía de Kripke**. Barcelona: Montesinos Ensayo, 2006.

PALMER, David C. On Skinner's definition of verbal behavior. **International journal of psychology and psychological therapy**. 2008, 8, 3, p. 295 – 307.

PEREGRIN, Jaroslav. Linguistics and philosophy. *In*: KEMPSON, Ruth; FERNANDO, Tim; ASHER, Nicholas. (Eds.). **Philosophy of linguistics**. Oxford: Elsevier B.V, 2012, p. 1 – 2. ISBN 978-0-444-51747-0.

PENCO, C. **Introdução à filosofia da linguagem**. Trad. de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

PUTNAM, H. Meaning and Reference. **The Journal of Philosophy**, v. 70, n. 19, 1973, p. 699-711.

_____. **Philosophical papers II: mind, language and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

_____. Is Semantics possible? *In*: _____. **Philosophical papers II: mind, language and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

_____. The Meaning of 'Meaning'. *In*: _____. **Philosophical papers II: mind, language and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 215-271.

_____. **Representation and reality**. Cambridge: MIT Press, 1988.

_____. **Realism with human face**. Cambridge: Harvard University Press, 1990. [_____. **Realismo de rosto humano**. Lisboa: ed. Instituto Piaget, 1999].

_____. Is water necessarily H₂O?. *In*: _____. **Realism with human face**. Cambridge: Harvard University Press, 1990, p. 54 – 79.

_____. **Word and Life**. Cambridge: Harvard Press, 1995

_____. The development of externalism semantics. **Theoria**, v. 79, n. 3, p. 192 – 203, 2013.

RAMBERG, B. **Donald Davidson's philosophy of language: an introduction**. Nova York: Basil Blackwell, 1989.

RICHELLE, M. N.; PALMER, David C. On Chomsky's appraisal of Skinner's *Verbal Behavior*: a half century of misunderstanding. **The Behavior Analyst**, v. 29, p. 253 – 267, 2006.

RICHELLE, M. N. **B. F. Skinner: a reappraisal**. East Sussex: Erlbaum, 2003.

SCHOLZ, Barbara C.; PELLETIER, Francis Jeffrey; PULLUM, Geoffrey K. Philosophy of Linguistics. *In*: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford encyclopedia of philosophy**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/linguistics/>>. Acessado em 23/01/2016, às 10h50m.

SALMON, N. U. **Reference and essence**. 2. ed. New York: Prometheus Books, 2005.

SCHULTE, Joachim. **Wittgenstein: an introduction**. Translated by Willian H. Brenner and John F. Holley. New York: State University New York Press, 1992. ISBN 0-7914-1082-X.

SEARLE, J. **Intentionality: an essay in the philosophy of mind**. Cambridge: CUP, 1983.

SILVA, Rui Jorge Sampaio da. **Sentido, interpretação e verdade: uma perspectiva analítica e hermenêutica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

SINGLETON, Jane. The explanatory power of Chomsky's transformational generative grammar. **Mind**. Oxford, v. 83, n. 331, p. 429 – 431, 1974.

SKINNER, B. F. **The behavior of organisms**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1938.

_____. The operational analysis of psychological terms. **Psychological Review**, v. 52, p. 270 – 277, p. 290 – 294, 1945.

_____. **Verbal behavior**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957. [_____. **O comportamento verbal**. Trad. de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1978].

_____. **Science and human behavior**. New York: Macmillan, 1965.

_____. **Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis**. New York: AppletonCentury-Crofts, 1969.

_____. **About behaviorism**. New York: Vintage Books, 1976.

_____. **Beyond freedom and dignity**. Cambridge: Hackett Publishing Company, 2002.

_____. **The technology of teaching**. Cambridge: B. F. Skinner Foundation, 2003.

_____. The creative student. In: SKINNER, B. F. **The technology of teaching**. Cambridge: B. F. Skinner Foundation, 2003, p. 169 – 184.

SMITH, N. Prefácio. In: CHOMSKY, N. **New horizons in the study of language and mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SMITH, P. J. Davidson para Além do Ceticismo. In: SMITH, P. J.; SILVA FILHO, W. J. (Orgs.). **Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a filosofia**. São Paulo: Loyola, 2005.

SOAMES, S. **Beyond rigidity: the unfinished semantic agenda of Naming and Necessity**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. Kripke on epistemic and metaphysical possibility: two routes to the necessary a posteriori. In: BERGER, A. (ed.). **Saul Kripke**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 78 – 99.

_____. **Philosophical analysis in the twentieth century: the age of meaning**. Princeton: Princeton University Press, 2003, v. 2.

SPANIOL, Werner. **Filosofia e método no segundo Wittgenstein**: uma luta contra o enfeitamento do nosso tempo. São Paulo: Edições Loyola, 1989. (Coleção Filosofia, 11). ISBN 85-15-00055-5.

SPARANO, Maria Cristina. **Linguagem e significado**: o projeto filosófico de Donald Davidson. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

STANTON, R. Meaning and Reference: some chomskian themes. *In*: LEPORE, E.; SMITH, B.C. (eds.). **The Oxford handbook of philosophy of language**. New York: Oxford University Press, 2008.

_____. **Philosophy of linguistics**. Oxford: Online Publication, 2014.

STANLEY, Jason. Names and rigid designation. *In*: HALE & WRIGHT (Ed.). **A companion to the philosophy of language**. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 555 – 585.

STROUD, Barry. Wittgenstein on meaning, understanding, and community. *In*: HALLER, Rudolf; BRANDL, Johannes. **Proceedings of the 14th international Wittgenstein-symposium**, Viena, 1990, p. 27 – 36.

TARSKI, Alfred. The semantic conception of truth and the foundations of semantics. **Philosophy and Phenomenological Research** 4, 1944, p. 341 – 376.

_____. **Logic, semantics, meta-mathematics**. Indiana: Hackett, 1983.

TAYLOR, Charles. *Lichtung* ou *Lebensform*: paralelos entre Heidegger e Wittgenstein. *In*: _____. **Argumentos filosóficos**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 73 – 91. ISBN 85-15-01895-0.

TOULMIN, S. Ludwig Wittgenstein. **Encounter**, jan. 1969.

VALLE, Bortolo. **Wittgenstein**: a forma do silêncio e a forma da palavra. Curitiba: Editora universitária Champagnat, 2003. (Coleção Filosofia, 2). ISBN 85-7292-102-8.

VERSCHUEREN, J. **Understanding pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

VIDAL, M. V. E. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Anthropos, 1993.

VILA-CHÃ, João J. Ludwig Wittgenstein. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga, v. 58, fasc. 3, p. 443 – 463, jul./set. 2002. Trimestral. ISSN 08070-5283.

VIRUÉS-ORTEGA, Javier. The case against B. F. Skinner 45 years latter: an encounter with N. Chomsky. **The Behavior Analyst**, v. 29, p. 243 – 251, 2006.

WAISMANN, Friedrich. **Wittgenstein y el círculo de Viena**. Traducción de Manuel Aeboli. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

WALLNER, Friedrich. **A obra filosófica de Wittgenstein como unidade**: reflexões e exercícios em relação à uma nova concepção de filosofia. Trad. de Álvaro Alfredo

Bragança Júnior e Idalina Azevedo Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. ISBN 85-282-0008-4.

WATZKA, Heinrich. Did Wittgenstein ever take the linguistic turn? **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga, v. 58, fasc. 3, p. 549 – 568, jul./set. 2002. Trimestral. ISSN 08070-5283.

WISDOM, J. **Paradox and discovery**. Orford: Basil Blackwell, 1965.

WITTGENTEIN, L. **Bemerkungen über die Farben/Remarks on colour**. (Editado por G. E. M. Anscombe). Oxford: Basil Blackwell, 1977. [_____. **Anotações sobre as cores**. Trad. de Felipe Nogueira e Maria João Freitas; e rev. de Artur Morão. Lisboa: Edição 70, 1977 (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 4). ISBN 972-44-0027-1.].

_____. Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik. *In*: ANSCOMBE, G. E. M.; RHEES, Rush; WRIGHT, G. H. (eds.). **Werkausgabe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984, v. 6. [_____. **Remarks on the foundations of mathematic**. Trad. de G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1978.

_____. **Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie/Remarks on the philosophy of psychology**. (Editado por G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright). Oxford: Blackwell, 1998. v. 1.

_____. **Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie/Remarks on the philosophy of psychology**. (Editado por G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright). Oxford: Blackwell, 1998. v. 2.

_____. Bemerkungen über Frazers *Golden Bough* / Remarks on Frazer's *Golden Bough*". *In*: KLAGGE, James C.; NORDMANN, Alfred. **Philosophical occasions 1912-1951**. Indianapolis: Hackett, 1993, p. 115-155.

_____. Eine Philosophische Betrachtung. *In*: RHEES, Rush (ed.). **Werkausgabe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984, v. 5, p. 117-237.

_____. **Lectures and conversations on aesthetics, psychology and religious belief. Compiled from the notes taken by Yorick Smithies, Rush Rhees and James Taylor**. (Editado por Cyril Barrett). Oxford: Basil Blackwell, 1966. [_____. **Aulas e Conversas sobre Estética, Psicologia e Fé Religiosa**. Trad. de Miguel Tamen. Lisboa: Cotovia, 1998].

_____. **Letzte Schriften über die Philosophie der Psychologie. Vorstudien zum zweiten Teil der Philosophischen Untersuchungen/Last writings on the philosophy of psychology. Preliminary studies for part II of Philosophical Investigations**. (Editado por G. H. von Wright e Heikki Nyman) Oxford: Blackwell, 1998, v. 1. [_____. **Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia**. Trad. de António Marques, Nuno Venturinha e João Tiago Proença. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 45 – 242].

_____. **Letzte Schriften über die Philosophie der Psychologie. Das Innere und das Äußere 1949-1951/Last writings on the philosophy of psychology. The inner and the outer 1949-1951**. (Editado por G. H. von Wright e Heikki Nyman). Oxford: Blackwell,

1992. [_____. **Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia**. Trad. de António Marques, Nuno Venturinha e João Tiago Proença. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 243 – 368].

_____. Notes for Lectures on ‘Private Experience’ and ‘Sense Data’. In: KLAGGE, James C.; NORDMANN, Alfred. **Philosophical occasions 1912-1951**. Indianapolis: Hackett, 1993, p. 200 – 288.

_____. **Philosophical Occasions**. Trad. de J. Klagge e A. Nordmann. Indianápolis: Hackett, 1993.

_____. Philosophische Bemerkungen. In: RHEES, Rush (ed.). **Werkausgabe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984, v. 2. [_____. **Philosophical remarks**. Trad. de R. Hargreaves e R. White. Oxford: Blackwell, 1975; _____. **Observações filosóficas**. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 299p. ISBN 85-15-03063-2].

_____. Philosophische Grammatik. In: RHEES, Rush (ed.). **Werkausgabe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984, v. 4. [_____. **Philosophical Grammar**. Trad. de Anthony Kenny. Oxford: Blackwell, 1980; _____. **Gramática filosófica**. Trad. de Luis Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2003, 397p. ISBN 85-15-02606-6].

_____. **Philosophische Untersuchungen/Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell, 1953. [_____. **Investigações filosóficas**. 2. ed. Trad. e prefácio de M. S. Lourenço. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995; _____. **Investigações filosóficas**. 4. ed. Trad. de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2005; e, ainda: _____. **Investigações filosóficas**. 2. ed. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)].

_____. **Preliminary studies for the Philosophical Investigations. Generally known as the blue and brown books**. Oxford, Blackwell, 2000. [_____. **O livro azul**. Trad. de Jorge Marques; e rev. de Carlos Morujão. Lisboa: Edição 70, 1958. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 19); _____. **O livro castanho**. Trad. de Jorge Marques; e rev. de Carlos Morujão. Lisboa: Edição 70, 1958. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 20).

_____. Some remarks on logical form. In: KLAGGE, James C.; NORDMANN, Alfred. **Philosophical Occasions 1912-1951**. Indianapolis: Hackett, 1993, p. 28-35. [_____. Notas Sobre Lógica. In: _____. **Cadernos 1914 - 1916**. Trad. de João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 2004, p. 137 – 157. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 34)].

_____. **The Big Typescript: TS 213. German-English Scholars’ Edition**. (Editado por C. Grant Luckhardt e Maximilian A. E. Que). Oxford: Blackwell, 2005. [Tradução do extrato do *Big Typescript* do espólio de Wittgenstein intitulado *Philosophie*. In: ZILHÃO, António J. T. **Filosofia. Manuscrito-Revista Internacional de Filosofia**. vol. XVIII, n. Campinas, 1995, p. 5 – 37].

_____. **Tractatus logico-philosophicus**. Londres: Routledge, 1922. [_____. **Tractatus logico-philosophicus**. 3. ed. Trad., apres., e ensaio introd. de Luiz Henrique Lopes dos Santos; e Introd. de Bertrand Russell. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001].

_____. **Über Gewißheit/On certainty**. (Editado por G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright). Oxford: Basil Blackwell, 1974. [_____. **Da certeza**. Trad. de Maria Elisa Costa; e rev. de Antônio Fidalgo. Lisboa: Edição 70, 2000. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 13). ISBN 972-44-0816-7].

_____. Ursache und Wirkung: Intuitives Erfassen/Cause and Effect: Intuitive Awareness". In: KLAGGE, James C.; NORDMANN, Alfred. **Philosophical occasions 1912-1951**. Indianapolis: Hackett, 1993, p. 368 – 426.

_____. **Vermischte Bemerkungen. Eine Auswahl aus dem Nachlaß/Culture and value. A selection from the posthumous remains**. (Editado por Georg Henrik von Wright, em colaboração com Heikki Nyman e revisão de Alois Pichler). Oxford: Blackwell, 1998. [_____. **Cultura e valor**. Trad. de Jorge Mendes; e rev. de Artur Morão. Lisboa: Edição 70, 1977. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 22). ISBN 972-44-0910-4.].

_____. *Zettel*. In: ANSCOMBE, G. E. M.; WRIGHT, G. H. (eds.). **Werkausgabe**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984, v. 8. [_____. **Zettel**. Trad. de G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1967; _____. **Fichas**. Trad. de Ana Berhan da Costa. Lisboa: Edições 70, 1989].

WUCHTERL, Kurt. Ludwig Wittgenstein: análise linguística e terapia. In: FLEISCHER, Margot (org.). **Filósofos do século XX**. Trad. de Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, p. 61 – 80. (Coleção História da Filosofia, 8).

ZILHÃO, António J. T. **Linguagem da filosofia e filosofia da linguagem: estudos sobre Wittgenstein**. Lisboa: Colibri, 1993. (Coleção *Forum de ideias*, 2). ISBN 972-8047-30-4.

_____. Filosofia. **Manuscrito-Revista Internacional de Filosofia**. vol. XVIII, n. Campinas, 1995, p. 5-37.

_____. Constrangimentos interpretativos na interpretação da intencionalidade do ponto de vista da 3ª pessoa. In: PUELLES, Andoni Alonso; RODRÍGUEZ, Carmen Galán (orgs). **Wittgenstein, 50 años después**. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2002. (Serie Estudios Portugueses, 21). ISBN 84-7671-687-7.

_____. Linguagem e pensamento. In: FALGUERA, José L. *et al* (eds.) **Palabras y pensamientos: una mirada analítica/Palavras e pensamentos: uma perspectiva analítica: I jornadas hispano-portuguesas de filosofia analítica**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela publicacións, 2003.

_____. From Radical Translation to Radical Interpretation and Back. **Principia – Revista Internacional de Epistemologia**. v. 7, n. 1 – 2, 2003, p. 229 – 249. Florianópolis (SC). ISSN 1414-4247.

ZURIFF, Gerald E. **Behaviorism: a conceptual reconstruction**. New York: Columbia university Press, 1985, 369 p.